

CÍNTIA ULLER GÓMEZ

Agricultura familiar e participação
na gestão das águas na Bacia do Itajaí (SC, Brasil)

Florianópolis
2006

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Doutorado

Cíntia Uller Gómez

Agricultura familiar e participação
na gestão das águas na Bacia do Itajaí (SC, Brasil)

Orientador
Dr. Luiz Fernando Scheibe

Co-orientadora
Dr^a Maria José Reis

TESE DE DOUTORADO

Área de concentração: Sociedade e Meio Ambiente
Linha de pesquisa: Desenvolvimento, conflitos e políticas públicas

Florianópolis, setembro de 2006.

Agricultura familiar e participação
na gestão das águas na Bacia do Itajaí (SC, Brasil)

Cíntia Uller Gómez

Coordenadora: Dr^a Carmen Silvia Rial

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado, área de concentração Sociedade e Meio Ambiente, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Ciências Humanas.

Banca Examinadora:

Dr. Luiz Fernando Scheibe (Orientador – Presidente)
UFSC

Dr. Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas
UFRJ

Dr. Selvino José Assmann
UFSC

Dr^a Norma Felicidade Lopes da SilvaValencio
UFSCAR

Dr^a Neusa Maria Sens Bloemer
UNIVALI

Dr^a Maria José Reis (Co-orientadora)
UNIVALI

Suplentes:

Dr. Hector Ricardo Leis
UFSC

Dr. Carlos Eduardo Sell
UNIVALI

Florianópolis, setembro de 2006.

Para Pablo, Carol e Joana, que foram meu estímulo.
Para Alaíde e Ronaldo, que foram meus exemplos.
Para Vilmar e Murilo, que foram minha luz.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Luiz Fernando Scheibe e à Prof^a Maria José Reis, por toda atenção e por toda paciência. Por me ensinarem a refletir, a pensar uma vez mais. Professores que compreenderam que a doutoranda era mãe, esposa, dona-de-casa e etc etc etc. Amados mestres que se fizeram avós embalando minha filha. Gente que me ensinou que a academia pode ser feita de pessoas.

Ao Prof. Selvino José Assmann por toda paciência com que respondeu às minhas dúvidas “foucaultianas” e pelo estímulo constante. Viva!

Ao Prof. Antônio Ayrton Auzani Uberti (ENR/CCA/UFSC) – o “Prof. Uberti” – o mais querido do CCA, que da graduação ao doutorado não deixou de me incentivar.

À coordenação do curso que por três anos me concedeu a bolsa CAPES, viabilizando minha pesquisa.

À Liana Bergmann, da coordenação do Curso, sempre tão solícita.

Aos meus colegas da turma 2002: Regina, Ana Lúcia, Beth, Nádia, Valmir, Vianney e Leandro pelos ricos momentos de aprendizado, e por toda força.

Aos colegas professores do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural (CCA/UFSC), em especial ao nosso chefe Prof. Sérgio Augusto Ferreira de Quadros, por compreender “que eu precisava terminar a tese”.

Aos colegas do Laboratório de Análise Ambiental: Luciano, Harideva e Paulo, por todas as ajudas e pelo companheirismo. Ao Henrique do Laboratório de Geoprocessamento, pelo mapa.

Aos meus colegas de orientação: Ângela Bertho, Joseane Vill e Vilmar Comassetto, por tudo o que aprendemos juntos.

Ao pessoal da Unidade Municipal de Saúde de Botuverá, por ter permitido o acesso aos dados do Programa de Saúde da Família.

Aos técnicos da Epagri/Escritório Local de Botuverá e aos técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura, por todas as informações prestadas.

Aos membros do Comitê do Itajaí que gentilmente concederam as entrevistas.

Aos agricultores familiares de Botuverá, por todo tempo dispensado, por tantas respostas, pela acolhida sempre carinhosa, por me abrirem suas casas e o seu coração.

Aos meus amigos Marlene Coelho Aguiar, Jair Aguiar, Carolina Gartner, Gloria Valle, Maria José Hötzel, Ricardo Rütther, Ivonete Stern, Dolores Yoshida e Alexsandra Giacomelli, que sempre me escutaram falando da tese, das dificuldades, das conquitas, de cada etapa vencida. Amigos, cada um com seu jeito, mas todos com um tempinho para escutar os meus problemas.

À minha mãe Alaíde Witkowsky Uller, que foi parte da “equipe de investigação”, fazendo companhia nas viagens e cuidando das meninas. Obrigada por tudo, por todas as orações, pelos almoços, pela roupa limpa, pela hospedagem, por todas as vezes que perguntaste: “Como estás indo hoje?”

Ao Ronaldo, meu irmão grande, por ter sempre me incentivado, desde o vestibular; por ter me ajudado com as sobrinhas, por tantas coisas... por ter sempre acreditado em mim.

Ao marido Pablo Germán Gómez, por agüentar tantas ausências, tantas temporadas escrevendo... tanto mau-humor, tantos fins de semana estudando. Obrigada por me fazer companhia e por sempre me perguntar “Te falta mucho?”.

Às minhas queridas filhas Carol e Joana Gómez, porque sempre me acompanharam... Quantas viagens... Obrigada por pedir “Mãe, vem logo!” e por saber esperar. Estou indo.

Ao meu pai Vilmar Uller (*in memorian*) e ao Murilo (*in memorian*), meu irmão pequeno, que sempre estiveram presentes. Não deixaram que eu desanimasse. Obrigada!

RESUMO

A promulgação da Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997, no Brasil, trouxe importantes novidades para a gestão das águas, como a atribuição de valor econômico à água e o estabelecimento de um caráter participativo na tomada de decisões a seu respeito, no âmbito das bacias hidrográficas, com a constituição de órgãos colegiados compostos de representantes do governo, da população e dos usuários da água – os comitês de bacia. Este trabalho trata da participação dos agricultores familiares na gestão das águas na Bacia do Itajaí/SC. Os agricultores familiares, em sua diversidade sócio-econômica, estão relacionados com a gestão das águas, alguns porque fazem uso da água nas suas atividades produtivas (por exemplo, os irrigantes), mas todos porque a Lei 9.433/97 prevê que a gestão das águas deve ser articulada com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental. Assim sendo, analisamos os alcances e os limites do sistema de participação preconizado pela Lei 9.433/97 a respeito das possibilidades de decisão dos agricultores familiares, quando entra em questão a articulação da gestão das águas com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental no espaço rural, no âmbito da Bacia do Itajaí. Através de um estudo de caso com agricultores familiares do município de Botuverá/SC (Médio Vale do Itajaí-mirim), verificamos que a gestão das águas pode ter implicações objetivas e simbólicas no seu modo de vida, advindas principalmente de restrições ao uso atual da “terra”, que além de meio de produção é concebida como “patrimônio da família”. As suas possibilidades de decisão nas diferentes etapas da gestão das águas (elaboração, decisão e execução das propostas) são delimitadas pela sua constituição como sujeitos livres e ativos em relações de poder pautadas no saber técnico-científico. A partir dessas relações, os agricultores familiares passam a se conceber como “usuários” ou “não usuários da água” e a assumir que sua função é executar tarefas propostas por quem detém conhecimento técnico-científico. Consideramos que este fato pode ter sérias implicações quanto à reprodução social desses grupos, porque exclui do processo de gestão das águas a discussão de seu modo específico de utilização da terra e de suas características sócio-culturais. Além disso, descarta determinadas possibilidades de recuperação ambiental que poderiam ser construídas com o auxílio do saber dos agricultores.

ABSTRACT

The promulgation of Brazilian Federal Law 9.433, of January 8, 1997 brought important new elements to water resources management, such as the attribution of economic value to water and the establishment of a participatory character to decision making about the issue. This management is to be conducted in the realm of watersheds through the constitution of watershed committees composed of representatives of government, the population and users of water. This study analyzes the participation of farm families in water resources management in the Itajaí River Basin of Santa Catarina State. The family farmers, in keeping with their social-economic diversity, are related in different ways to this management process. Some directly because they make use of water in their productive activities (in irrigation for example), but all of them at least indirectly because Law 9.433/97 determines that water resources management should be articulated with land use and environmental management. In this context, we analyze the extent and the limits of the participatory system conceived by Law 9.433/97 concerning the possibilities for decision making by the family farmers, when the question of water management is articulated with land use and environmental management in rural areas of the Itajaí River Basin. Through a case study of family farmers in the municipality of Botuverá, SC (in the Middle Itajaí-Mirim River Valley), we found that water resources management can have objective and symbolic implications in their way of life, stemming principally from the restriction to the current use of “land” which in addition to being a means of production, is conceived of as “family patrimony”. Their possibilities for decision making in the different phases of water resources management (the elaboration, approval and execution of the proposals) are limited by their constitution as free and active subjects in power relations based on technical-scientific knowledge. Based on these relations, family farmers come to see themselves as “users” or “non-users of water” and to assume that their function is to execute tasks proposed by those who have technical-scientific knowledge. We found that this can have serious implications for the social reproduction of these groups because it excludes from the process of water resources management the discussion of their specific form of land use and their social-cultural characteristics. In addition, it ignores certain possibilities for environmental recovery that can be constructed with the assistance of the knowledge of the farmers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.....	80
Figura 2	Mapa de localização geográfica do município de Botuverá/SC.....	199
Figura 3	Relações entre gestão das águas e agricultura familiar, a partir dos instrumentos e das diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, verificadas na Bacia do Itajaí.....	257

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Utilização das terras em número e área total dos estabelecimentos na Bacia do Itajaí, em 1996.....	82
Tabela 2	Principais produtos de lavouras temporárias produzidos no Vale do Itajaí.....	83
Tabela 3	Pessoal ocupado no Vale do Itajaí, segundo o grupo e a classe da atividade econômica.....	84
Tabela 4	Produção das principais lavouras temporárias, registrada nos anos de 2003 e 2004, nos municípios cujos Sindicatos Rurais ou de Trabalhadores Rurais tinham assento no Comitê do Itajaí na gestão 2004-2006.....	165
Tabela 5	Caracterização das unidades técnicas dos membros do Comitê do Itajaí que na gestão 2004-2006 representavam entidades relacionadas à agricultura.....	170
Tabela 6	Registros das manifestações de agricultores nas atas das Assembléias do Comitê do Itajaí até 14 de abril de 2005.....	189
Tabela 7	Número de estabelecimentos agropecuários (unidade) por condição legal das terras e grupos de área total no município de Botuverá/SC.....	203
Tabela 8	Número e área de estabelecimentos por utilização das terras no município de Botuverá/SC.....	203
Tabela 9	Quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida de lavouras temporárias no município de Botuverá/SC.....	205
Tabela 10	Famílias do município de Botuverá divididas em microáreas e agrupadas de acordo com a presença ou não da agricultura como atividade econômica, exclusiva ou conjugada com atividades não-agrícolas.....	210
Tabela 11	Modos de inserção da agricultura na vida das famílias pluriativas de Botuverá.....	211

Tabela 12	Área com mata nativa e uso da terra nas unidades técnicas de famílias monoativas da amostra da pesquisa (Grupo 1A).....	240
Tabela 13	Utilização das terras em unidades técnicas de famílias pluriativas nas quais a atividade agrícola é a ocupação principal apenas para os pais (Grupo 1B).....	247
Tabela 14	Utilização das terras em unidades técnicas para cujas famílias são igualmente importantes a agricultura e outras atividades não agrícolas (Grupo 1C).....	248
Tabela 15	Uso das terras em unidades técnicas nas quais se produz apenas para auto-consumo e se planta eucalipto (Grupo 2).....	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Membros do Comitê do Itajaí eleitos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo nas quatro primeiras eleições.....	99
Quadro 2	Instituições com cargos na Comissão Consultiva do Comitê do Itajaí, nas quatro primeiras eleições.....	99
Quadro 3	Instituições vinculadas à agricultura com representação no Comitê do Itajaí, antes e depois da alteração regimental de 10 de maio de 2001.....	157

LISTA DE SIGLAS

ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau
ACIBr – Associação Comercial e Industrial de Brusque
ACII – Associação Comercial e Industrial de Itajaí
ACIRS – Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
AMAVI – Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí
AMFRI – Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí
AMMVI – Associação de Municípios do Médio Vale do Rio Itajaí
APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
DEOH – Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas
DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
FAAVI – Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí
FAEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Blumenau
FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
FEBE – Fundação Educacional de Brusque
FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí
FEHH – Fundação Educacional Hansa Hammonia
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FURB – Universidade Regional de Blumenau
GTM – Grupo de Trabalho Municipal
GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais
Instituto CEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
JICA – Japan International Cooperation Agency
OECE – Overseas Economic Cooperation Fund
PEA – População Economicamente Ativa

PLADE – Plano Global e Integrado de Defesa contra Enchentes – Ecossistema Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açú

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

SDM – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINDIFUMO – Sindicato das Indústrias do Fumo

STO – Secretaria de Estado dos Transportes e Obras

UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – GESTÃO DAS ÁGUAS E AGRICULTURA FAMILIAR: A PROBLEMÁTICA E OS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	26
1.1 – A GESTÃO DAS ÁGUAS	28
1.2 – AS ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	48
1.2.1 – <i>Imigração e colonização no Sul do país: “colono” como uma categoria social</i>	54
1.2.2 – <i>As atividades não-agrícolas</i>	57
1.2.3 – <i>O uso do saber-fazer</i>	65
1.3 – PODER, LIBERDADE E PARTICIPAÇÃO	68
CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AGRICULTURA E A GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA DO ITAJAÍ.....	79
2.1 – A AGRICULTURA NA BACIA DO ITAJAÍ.....	82
2.1.1 – <i>Mão-de-obra ocupada na agricultura e ocupação dos agricultores</i>	84
2.2 – A GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA DO ITAJAÍ	89
2.2.1 – <i>A problemática das enchentes</i>	89
2.2.2 – <i>O Comitê do Itajaí</i>	93
2.2.2.1 – <i>As eleições para Diretoria do Comitê do Itajaí</i>	97
2.2.3 – <i>A Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí (FAAVI)</i>	100
2.2.4 – <i>As particularidades da gestão das águas na Bacia do Itajaí</i>	101
2.2.4.1 – <i>A origem do Comitê do Itajaí e seu vínculo com o saber técnico-acadêmico</i>	101
2.2.4.2 – <i>A necessidade de controlar as enchentes: primeiras implicações para a agricultura</i>	110
2.2.4.2.1 – <i>O Pacto para prevenção e controle de cheias no Vale do Itajaí</i>	111
2.2.4.2.2 – <i>A legitimação do Pacto</i>	116
2.2.4.2.3 – <i>Ações decorrentes do Pacto: a Semana d’Água e o Programa de Recuperação da Mata Ciliar</i>	118
2.2.4.3 – <i>Mudança de foco e suas implicações para a agricultura</i>	128
2.2.4.3.1 – <i>Projeto Piava</i>	132
CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NA GESTÃO DAS ÁGUAS.....	142
3.1 – A DISCUSSÃO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA	142
3.2 – A NECESSIDADE DE CAPACITAR E ESCLARECER	146
3.3 – A PARTICIPAÇÃO FORMAL: POSSIBILIDADES E RESTRIÇÕES.....	154
3.3.1 – <i>Argumentos que justificam (ou não) a participação dos agricultores familiares</i>	162
3.3.2 – <i>A ênfase maior no rural</i>	175
3.4 – AÇÃO CONCRETA, PARTICIPAÇÃO E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL.....	181
3.4.1 – <i>Os incentivos e as dificuldades para a participação</i>	181
3.4.1.2 – <i>A CT Plan e o início do plano de bacia</i>	190
3.5 – EM SÍNTESE: A NECESSIDADE DE VISÃO MAIS AMPLA SOBRE A AGRICULTURA.....	194
CAPÍTULO 4 – A AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM BOTUVERÁ	198
4.1 – A COLONIZAÇÃO	200
4.2 – A AGRICULTURA FAMILIAR EM BOTUVERÁ	202
4.3 – INSERÇÃO DA AGRICULTURA NA VIDA FAMILIAR.....	208
4.3.1 – <i>Atividades agrícolas e não-agrícolas em Botuverá</i>	212
4.4 – PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	215
4.4.1 – <i>O cultivo do fumo</i>	221
4.4.2 – <i>A importância da produção para autoconsumo</i>	225
4.4.3 – <i>Pluriatividade e reprodução social</i>	226
4.4.4 – <i>Os jovens, o cultivo do fumo e a reprodução social</i>	229
4.4.5 – <i>Outros limites à liberdade: o controle ambiental</i>	239
4.5 – EUCALIPTO E CAMPESINIDADE.....	245
4.6 – AS MARGENS DOS CURSOS D’ÁGUA	250

CAPÍTULO 5 – A CONSTITUIÇÃO DOS AGRICULTORES COMO SUJEITOS NA GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA DO ITAJAÍ/SC.....	256
5.1 – A IDENTIDADE DE USUÁRIOS DA ÁGUA	265
5.2 – O LUGAR DOS AGRICULTORES: A AÇÃO PRÁTICA	270
5.3 – PARTICIPAÇÃO E REPRODUÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
REFERÊNCIAS	287

Introdução

A promulgação da Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997 trouxe importantes novidades para a gestão das águas no Brasil. Dentre elas destacamos a atribuição de valor econômico à água e o estabelecimento de um caráter participativo na tomada de decisões a respeito da sua gestão, no âmbito das bacias hidrográficas, com a constituição de órgãos colegiados compostos de representantes do governo, da população e dos usuários da água – os comitês de bacia.

Durante o trabalho de mestrado fizemos uma primeira aproximação ao tema da gestão das águas e das suas relações com a agricultura familiar (ULLER-GÓMEZ, 2001). Na ocasião, entendíamos que os comitês de bacia surgiam como uma possibilidade de encaminhamento das questões ambientais da agricultura. Nossa compreensão era de que nessas instâncias participativas, a sociedade da bacia interessada em melhorias ambientais poderia contribuir para que na agricultura se pudesse estabelecer uma relação mais parcimoniosa com o meio físico. Deste modo, começamos a freqüentar reuniões e Assembléias do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (SC), com o intuito de desenvolver alguma atividade profissional que pudesse contribuir para a conservação ambiental no espaço¹ rural e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar, que representa mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários daquela Bacia (IBGE, 2004a).

Nosso gosto pela temática provém da formação em Agronomia. No entanto, dados oficiais apontam para a importância da agricultura familiar, a despeito de qualquer avaliação subjetiva. Segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), “a agricultura familiar é a base do desenvolvimento agrário brasileiro”; em 2003, ocupava 85% dos estabelecimentos agropecuários, sendo mais de 4 milhões de famílias no Brasil. Na

¹ Neste trabalho, adotamos a noção de “espaço geográfico”, proposta por Milton Santos (2004:100): um espaço híbrido, “(...) resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações (...)”. Para esclarecer esta noção ainda mais, vale sublinhar ainda a distinção, proposta pelo mesmo autor (op.cit.: 103), entre “paisagem” e “espaço”: “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”; ou ainda “A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente”.

mesma época, era responsável pela produção de: 89% do leite; 73% da carne suína; 65% das aves e ovos; 85% do feijão; 95% da mandioca; 84% do milho; 54% da soja; e 51% do trigo².

A partir de 2001, nosso contato mais direto com a gestão das águas na Bacia do Itajaí levou-nos a constatar uma certa tensão, à época ainda difusa e difícil de especificar, entre a Diretoria do Comitê e os agricultores familiares que compareciam às Assembléias. Deste modo, ficou evidente que esta instância poderia deixar de constituir o melhor espaço para o encaminhamento das questões ambientais do espaço rural e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da agricultura familiar. Entendíamos que para que isso acontecesse, os agricultores familiares deveriam poder efetivamente participar das decisões tomadas no Comitê. A observação das Assembléias sugeria a existência de uma forte preocupação da Diretoria referente à conservação ambiental no espaço rural, que dizia respeito a todos os estabelecimentos rurais, sobretudo a partir da ênfase na recuperação da vegetação ciliar. Por outro lado, as discussões que presenciamos pareciam indicar que apenas a alguns tipos de agricultores caberiam assentos no Comitê – aqueles em cujas atividades produtivas fizessem grande uso da água: rizicultores, piscicultores e suinocultores.

Ao mesmo tempo, chamou-nos a atenção a estreita vinculação do referido Comitê a instituições de ensino superior e o fato de que grupos técnicos eram os responsáveis pela elaboração das propostas que seriam debatidas no fórum deliberativo.

Na Bacia do Itajaí existiam, em 1995, 32.843 estabelecimentos agropecuários. Destes, 1.736 utilizavam água para irrigação (lavouras de arroz irrigado), em 124 se praticavam atividades de pesca e aquicultura, e em 478 estabelecimentos existia a suinocultura. Ou seja, os estabelecimentos que faziam grande uso da água e que poderiam, segundo nossas informações preliminares, fazer parte do Comitê, somavam 2.338 (IBGE, 2004a). Esses estabelecimentos representavam menos de 10% do total de estabelecimentos agropecuários da Bacia. Sabendo que mais de 28.000 dos estabelecimentos rurais da Bacia (mais de 85% do total) utilizavam exclusivamente mão-de-obra familiar e se dedicavam a outras atividades econômicas nas quais o uso da água é considerado “não significativo”, nos perguntávamos:

Se, no Comitê de Bacia, existe a intenção de promover a conservação ambiental no espaço rural da Bacia, abrangendo os diversos tipos de estabelecimentos, e se apenas a alguns cabe participar no Comitê, seria possível considerar adequadamente, nesses programas

² Conforme www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=194¬icia=686, acessado em 19.07.2003. Da mesma forma, dados fornecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), baseados no Censo Agropecuário 1995/1996, indicam que, à época, existiam no Brasil 4.139.369 estabelecimentos agropecuários familiares (dados disponíveis em <http://200.252.80.30/sade/EstabAreaVBPfam.asp>, acessado em

ambientais, as características sócio-culturais da agricultura familiar, de modo a promover o seu fortalecimento?

O que representaria para as possibilidades de decisão dos agricultores familiares acerca de medidas que lhes dissessem respeito, o estreito vínculo do Comitê com instituições de ensino superior e o fato de que as propostas discutidas no fórum deliberativo eram elaboradas, à parte, por um grupo de técnicos?

De que modo as propostas de conservação ambiental que propunham, sobretudo, a recomposição da vegetação ciliar poderiam intervir na reprodução social dos agricultores familiares?

As possibilidades de participação dos agricultores familiares no Comitê do Itajaí decorrem da Lei 9.433/97 ou são particulares do processo ocorrido naquela Bacia?

Estes questionamentos justificaram nossa escolha por uma formação interdisciplinar, trazendo a problemática como proposta de pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Pretendíamos trabalhar na interface entre gestão das águas e agricultura familiar. Por esse motivo, não seria possível circunscrever adequadamente o problema da pesquisa a partir de uma única perspectiva teórica. Dessa forma, recorreremos a diferentes disciplinas, especialmente a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, o Direito e a Filosofia. Com o embasamento teórico proveniente destas disciplinas, condensamos os questionamentos anteriores nas indagações a seguir, que passaram a nortear nosso trabalho:

Como se concretizam, na Bacia do Itajaí, os alcances e os limites do sistema de participação estabelecido na gestão das águas preconizada pela Lei 9.433/97, quando se trata da articulação da gestão das águas com a de uso do solo e com a gestão ambiental no espaço rural? E mais especificamente: qual o lugar, o papel dos agricultores familiares na gestão das águas?

Respondendo às indagações acima lançamos as seguintes hipóteses de trabalho:

Hipótese Central:

Na Bacia do Itajaí, quando entra em questão a articulação da gestão das águas com a de uso do solo e com a gestão ambiental no espaço rural, aos agricultores familiares, no que tange às possibilidades de participação, cabe o lugar de executor de propostas pré-concebidas por aqueles que detém o saber técnico-científico como condição legitimadora.

22.09.2006.), nos quais estavam ocupadas mais de 13 milhões de pessoas (dados disponíveis em <http://200.252.80.30/sade/PessoalOcupadoFAM.asp>, acessado em 22.09.2006).

Hipóteses complementares:

- O processo de gestão das águas tem implicações para o modo de vida dos agricultores familiares que vão além da possibilidade de caracterização como usuário da água.
- As relações de poder pautadas no saber técnico levam à valorização da capacitação técnica como condição necessária para participar da elaboração do conteúdo das propostas a serem deliberadas nos fóruns participativos.

Para testar estas hipóteses estabelecemos como objetivos de nosso trabalho:

Objetivo Geral

Analisar, no âmbito da Bacia do Itajaí, os alcances e os limites do sistema de participação preconizado pela Lei 9.433/97 a respeito das possibilidades de decisão dos agricultores familiares, quando entra em questão a articulação da gestão das águas com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental no espaço rural.

Objetivos Específicos

- 1) Analisar a repercussão das implicações da gestão das águas para o espaço rural sobre os modos de vida dos agricultores familiares.
- 2) Analisar as relações de poder que determinam o nível de participação dos agricultores familiares nas diferentes etapas da gestão das águas (elaboração, decisão e execução das propostas).

Para atender os objetivos propostos adotamos os **procedimentos metodológicos** descritos a seguir.

Nosso trabalho caracteriza-se por ser um estudo de caso composto de duas partes: uma relacionada ao processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí, e outra relacionada a uma amostra de agricultores familiares da Bacia do Itajaí, selecionados dentre as famílias rurais do município de Botuverá/SC.

No que diz respeito a como proceder para alcançar os objetivos propostos, Minayo (1992) ressalta a importância da complementaridade entre métodos ditos quantitativos e aqueles ditos qualitativos, para a pesquisa em ciências sociais. Segundo a autora, os primeiros poderiam ser utilizados para captar dados objetivos, concretos, aqueles que pertencem ao

nível ecológico e morfológico da realidade. Os segundos seriam necessários para captar dados que dizem respeito diretamente ao indivíduo, suas atitudes, valores e opiniões; “informações ao nível mais profundo da realidade, que os cientistas sociais costumam denominar *subjetivos*” (op.cit.:108).

A posição desta autora está de acordo com a *triangulação* proposta por Goldemberg (1997) para abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo. A *triangulação* consiste em um cruzamento entre dados quantitativos e qualitativos, de modo que o pesquisador possa “ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular” (op.cit.:62). Para tanto, o pesquisador pode entrevistar repetidamente, aplicar questionários, investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, utilizar fontes documentais e dados estatísticos.

Desta forma, para alcançar os objetivos propostos na presente investigação no que se relaciona ao **processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí**, a partir das orientações metodológicas mencionadas, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Análise da literatura publicada a respeito da Bacia do Itajaí, especialmente aquela voltada a aspectos da gestão das águas e ao espaço rural;
- Análise dos documentos usados/elaborados pelo Comitê do Itajaí (leis, regimento, atas, programas, etc.);
- Entrevistas e conversas informais com pessoas vinculadas ao Comitê do Itajaí, especialmente membros da Diretoria (2), integrantes de grupos técnicos de apoio (7) e representantes do setor agropecuário (8) com assento no Comitê.

Ainda quanto às atividades relacionadas ao Comitê do Itajaí, acompanhamos a realização dos seguintes eventos, em diversas cidades de Santa Catarina: Reunião da Secretaria Executiva em 12.09.2000, (IPA³/FURB⁴, Blumenau); Assembléia Geral em 27.09.2000 (Blumenau); Assembléia Geral em 10.05.2001 (Rio do Sul); Assembléia Geral em 01.08.2001 (Pomerode); Assembléia Geral em 21.11.2001 (Blumenau); Curso de capacitação sobre Recuperação de Matas Ciliares, oferecido pelo Comitê do Itajaí, 27-29/agosto/2001 (Presidente Getúlio); Assembléia Geral em 25.04.2002 (Brusque); Assembléia Geral em 25.09.2003 (Blumenau); Oficina de Planejamento do Comitê do Itajaí em 06 de novembro de 2003 (Blumenau); Reunião de Diretoria em 04.11.2004 (Rio do Campo); Assembléia Geral em 29.09.2005 (Gaspar); participação em 15 horas da Oficina de Capacitação dos Grupos de

³ Instituto de Pesquisas Ambientais.

⁴ Universidade Regional de Blumenau.

Trabalho Municipais vinculados ao Projeto Piava do Comitê do Itajaí (total da oficina era de 40 horas), em novembro/2005, Brusque.

Para alcançar os objetivos relacionados ao estudo empírico da **agricultura familiar**, no município de Botuverá, procedemos da seguinte forma:

- Levantamento de dados quantitativos (funditários, populacionais, uso da terra) junto aos órgãos oficiais (IBGE⁵, Instituto CEPA/SC⁶);
- Aprimoramento de dados quantitativos e percepção de particularidades locais junto ao órgão oficial de extensão rural presente no município (EPAGRI⁷) e à Secretaria Municipal da Agricultura;
- Coleta de dados qualitativos na Unidade Municipal de Saúde – importante fonte de informações a respeito da ocupação dos diversos membros da família rural;
- Entrevista com o Secretário Municipal da Agricultura e com um técnico da extensão rural.
- Entrevistas com 32 famílias rurais.

Ainda no que se refere aos **agricultores familiares**, cumpre esclarecer que a amostragem das famílias a serem entrevistadas decorreu do **trabalho exploratório** realizado no período de julho de 2003 a fevereiro de 2004, que consistiu em incursões ao interior do município de Botuverá para uma primeira aproximação com a realidade, com conversas e entrevistas com agricultores, além da consulta aos dados do Cadastro do Programa de Saúde da Família da Unidade de Saúde do Município.

Por meio desse trabalho exploratório pudemos constatar a cultura do fumo como cultivo principal para a maioria das famílias em que se pratica a agricultura (informações não sistemáticas) e a grande diversidade de atividades não-agrícolas (informações sistemáticas) desenvolvidas por um ou mais membros da família. Seyferth (1984,1993) ressalta a importância do trabalho não-agrícola para as famílias de agricultores e sugere (op.cit.:1984) que o exercício das mesmas seja analisado a partir da unidade camponesa tradicional e não a partir da ocupação à qual é dedicado mais tempo, por isso foi ela a unidade adotada para esta pesquisa. Os principais critérios de amostragem foram: presença ou não de atividades não-agrícolas entre os membros da família; qual(is) membro(s) permanecem responsável(is) pela atividade agrícola; fase de desenvolvimento do ciclo doméstico; principal cultivo comercial

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁶ Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

⁷ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

(entre a parcela da amostra que praticava agricultura para o mercado). Assim, a seleção das 32 (trinta e duas) famílias entrevistadas se deu na tentativa de abranger a diversidade de situações em que a atividade agrícola se insere na vida familiar: combinada ou não com atividades não-agrícolas, para consumo doméstico ou comercial.

Às famílias de agricultores escolhidas segundo os critérios mencionados, e às pessoas vinculadas ao Comitê de Bacia, foram aplicadas “**entrevistas semi-estruturadas**”, que, de acordo com Minayo (1992:108), combinam perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

Os eventos do Comitê do Itajaí presenciados (mencionados acima), bem como diferentes atividades cotidianas da agricultura familiar, foram alvo de “**observações assistemáticas**” que, embora não cheguem a ser o que poderia ser chamado de “observação participante⁸” devido ao curto tempo que foi dedicado a esta atividade, tiveram a mesma intenção.

Quanto à **análise dos dados**, foi adotado o método proposto por Minayo (1992) e por ela denominado de “hermenêutico-dialético”. Conforme comenta Gomes (2000:77), neste método “a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como ponto de partida, o interior da fala. E, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala”.

O método proposto por Minayo (1992) pressupõe que em um primeiro nível de interpretação, que é o das “determinações fundamentais”, sejam verificados os aspectos referentes à conjuntura sócio-econômica e política da qual faz parte o grupo social a ser estudado. Parte dos subsídios para este nível de interpretação foi coletada durante o trabalho exploratório e foi finalizada por meio da aplicação de entrevistas, e através de fontes bibliográficas e estatísticas.

No segundo nível de interpretação, são consideradas as comunicações individuais, as observações de condutas e costumes, a análise das instituições e a observação de cerimônias e rituais. Para este nível, os dados foram coletados principalmente através de entrevistas, da participação em reuniões (tanto em Botuverá como no Comitê de Bacia) e da análise de documentos (sobretudo atas e relatórios das reuniões e Assembléias do Comitê).

⁸ De acordo com Minayo (1992:107), “observação participante” seria o momento que enfatiza as relações informais do pesquisador no campo; sendo que essa “*informalidade aparente*” se reveste de pressupostos, de cuidados teóricos e práticos que podem fazer avançar ou também prejudicar o conhecimento da realidade proposta.

No que se refere às entrevistas, apoiamo-nos na noção de “representações sociais” entendidas na perspectiva de Minayo (1994:89) como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a.

É neste nível que foi fundamental o enfoque interpretativista de Geertz (1999), no intuito de detalhar a perspectiva hermenêutica proposta por Minayo (1992). Aquele autor afirma que, quando de uma investigação desta ordem em que, provavelmente, nos deparemos com concepções diferentes das nossas, é preciso ter em mente que, “para entender as concepções alheias é necessário que deixemos de lado nossa concepção” (GEERTZ, op.cit.:91). Para tanto, não será preciso ser um agricultor ou um membro do Comitê do Itajaí, mas entender seus sistemas simbólicos (palavras, imagens, instituições, comportamentos). Isto pressupõe compreender os outros nos seus próprios termos, sendo a análise feita em termos de “conceitos de experiência próxima” e traduzida em termos de “conceitos de experiência distante”.

Os assim chamados por Geertz (1999:87), “conceitos de experiência-próxima”, são aqueles cuja utilização possibilita, por exemplo, aos agricultores referir-se às manifestações simbólicas e comunicar-se entre iguais. Segundo o autor, um conceito deste tipo seria aquele utilizado por alguém “naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam, etc. e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira”.

Para que esses conceitos não fiquem, então, incomunicáveis com o mundo “não-rural”, é necessário saber exprimi-los em termos de “conceitos de experiência-distante”, sendo estes últimos utilizados por especialistas de qualquer tipo “para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos”, conforme explica Geertz (1999:87).

Para conhecer um “nativo” ou, neste caso, um agricultor ou um membro do Comitê de Bacia, não é necessário ser um deles, mas segundo Geertz (1999:88): “a verdadeira questão relaciona-se com os papéis que os dois tipos de conceitos desempenham na análise antropológica. Ou mais exatamente, como devem ser empregados, em cada caso, para produzir uma interpretação do modus vivendi de um povo que não fique limitada pelos horizontes mentais daquele povo – (...) – nem que fique sistematicamente surda às tonalidades de sua existência – (...)”.

O enfoque interpretativista de Geertz – por meio da “tradução” de termos nativos em termos que possam ser compreendidos na comunidade científica e quiçá empregados em outros estudos – está de acordo com o “argumento da tradução” apresentado por Brian Fay (1995). Este último diz que é possível compreender outras culturas nos seus próprios termos,

sendo, para tanto, indispensável conhecer tais termos com profundidade. Fay (op.cit.) afirma que é possível entendermos (e talvez criticarmos) outras culturas porque a percepção de diferenças culturais implica assumirmos algumas semelhanças – e nisto consiste o argumento da tradução.

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, o presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. No **Capítulo 1**, apresentamos o problema da pesquisa abordando a interface da gestão das águas com a agricultura familiar, a partir de enfoques teóricos complementares. Ao discutir o tema da gestão das águas com base na Lei 9.433/97 e nas possibilidades de participação dos representantes da agricultura, com o apoio de referenciais teóricos da Sociologia e do Direito, verificamos a falta de ênfase da literatura pertinente em analisar as possibilidades de participação dos agricultores familiares que não realizam usos significativos da água, mas que estão diretamente relacionados com a gestão de recursos hídricos a partir da articulação da mesma com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental. Por outro lado, a literatura consultada sugeria o poder relacionado ao saber técnico-científico como um aspecto que dificultava a democratização das decisões no âmbito da gestão das águas.

Ainda nesse Capítulo, tratamos de abordar teoricamente as especificidades da agricultura familiar, em especial aquela característica da Bacia do Itajaí, estreitamente vinculada ao processo de colonização com imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX. Com este resgate teórico foi possível compreendermos que modificações nos estabelecimentos rurais eventualmente sugeridas em função da articulação da gestão de recursos hídricos com a de uso do solo e com a gestão ambiental, podem ter repercussões nos modos de vida desses agricultores, porque vão interferir no uso da “terra” que, além das implicações concretas decorridas das restrições de uso, tem significado especial para esses grupos sociais uma vez que não é considerada mercadoria, mas sim “patrimônio da família”.

Na terceira parte do mesmo Capítulo especificamos o referencial teórico que nos orientou na análise da participação dos agricultores familiares no processo de gestão das águas no âmbito da Bacia. Principalmente a partir de alguns dos últimos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault, passamos a abordar nossa problemática em termos das “relações de poder” que delimitariam as possibilidades de ação dos agricultores na gestão das águas, como sujeitos livres e ativos. A abordagem de Foucault nos pareceu apropriada por contribuir para uma discussão acerca das possibilidades de ação dos diferentes sujeitos envolvidos a partir de uma perspectiva não imobilista, já que o autor considera como condição ao exercício do poder a existência de liberdade. Além disso, esta abordagem fornece apoio teórico a dados

empíricos que revelam as estratégias utilizadas por alguns para controlar a ação de outros. Ou seja, não limita a análise das relações de poder aos seus efeitos, muito menos a uma abordagem econômica, o que do nosso ponto de vista contribui para elucidar possibilidades de mudanças nas relações existentes.

No **Capítulo 2**, tratamos de caracterizar a agricultura na Bacia do Itajaí e procedemos a uma reconstituição histórica da gestão das águas na mesma região, com base em documentos e observação direta, destacando os aspectos que caracterizavam as implicações da gestão das águas para a agricultura. Verificamos que desde o início do processo de implantação da gestão das águas na Bacia, sempre ressaltou-se a necessidade de modificações no uso do solo no espaço rural, embora essas alterações nem sempre tivessem a mesma justificativa. Por outro lado, foi uma constante a presença de pessoas com formação técnico-científica à frente da elaboração de propostas que propunham essa intervenção no espaço rural.

No **Capítulo 3**, apresentamos as possibilidades de participação dos agricultores familiares ao longo da história do processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí. Verificamos que, formalmente, essas possibilidades sofreram modificações importantes a partir de alterações regimentais. Por outro lado, sempre foram muito débeis em função da legitimidade conferida a pessoas que detinham o saber-técnico científico para a elaboração das propostas que eram discutidas e aprovadas no fórum deliberativo.

No **Capítulo 4**, apresentamos os resultados de um estudo de caso realizado no município de Botuverá/SC (Médio Vale do Itajaí-Mirim), no qual buscamos compreender as influências de propostas de intervenção no espaço rural sobre os modos de vida dos agricultores familiares, em sua diversidade de formas sociais. Os dados empíricos a respeito das diferentes formas sociais de agricultura praticadas na Bacia do Itajaí revelam que eventuais alterações no uso do solo, decorrentes de projetos conservacionistas, podem ter importantes implicações concretas e simbólicas para esses grupos sociais, independente da fonte de renda do estabelecimento rural. Apontam também para a importância dos valores culturais e do saber dos agricultores na determinação do uso da terra. Além disso, sugerem uma reflexão acerca da (in)eficácia da legislação e de propostas de proteção ambiental que pretendem diminuir os danos ambientais através do impedimento total de uso de determinadas áreas.

No **Capítulo 5**, abordamos os dados empíricos a respeito da participação dos agricultores familiares nas diferentes etapas do processo de gestão das águas (elaboração, decisão e execução) à luz do enfoque teórico proporcionado pelos últimos trabalhos de

Foucault. Deste modo, discutimos como ocorreu o estabelecimento daquilo que deveria ser tomado como verdadeiro ao longo do processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí e, em função disso, apresentamos o “sistema de diferenciações” a partir do qual se deram as possibilidades de participação dos agricultores familiares ao longo do processo. Dentro desse sistema de diferenciações, tratamos de evidenciar as estratégias utilizadas pelos diferentes sujeitos envolvidos, a fim de controlar a ação dos outros, apresentando *como* o poder é exercido. Discutimos as repercussões do poder em exercício para a reprodução social dos agricultores familiares e, finalmente, as possibilidades de alterações das relações de poder verificadas.

Nas **Considerações Finais** retomamos nossos objetivos, nossas hipóteses e os resultados obtidos a partir do caminho seguido ao longo do trabalho, destacando nosso entendimento a respeito do que seria necessário para possibilitar uma participação efetiva dos agricultores familiares no processo de gestão das águas.

Capítulo 1 – Gestão das águas e agricultura familiar: a problemática e os referenciais teórico-metodológicos da investigação

O século XX foi marcado por importantes discussões internacionais que colocaram no centro do debate a noção de ambiente e as consequências dos modos de vida da humanidade sobre o equilíbrio e perpetuação do mesmo. Dessas discussões resultaram documentos de abrangência internacional que passaram a orientar as práticas (ou o discurso) daqueles que, nos mais diversos países, necessitam interferir cotidianamente no meio físico para dar continuidade à sua atividade econômica. As mesmas discussões também passaram a balizar muitas das análises científicas sobre as relações ambientais e constituíram a base de muitas políticas públicas que têm como objeto principal os “recursos naturais”, sendo emblemáticas as políticas voltadas aos “recursos hídricos”. A esse respeito, dentre as discussões internacionais, Granziera (2001:46) destaca a Carta Européia da Água (proclamada pelo Conselho da Europa em Estrasburgo, França, em 1968), a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente (de 1972), a Conferência das Águas (de 1977, em Mar del Plata), a Declaração de Dublin (de 1992) e a Conferência Rio/92 – que, entre outros documentos, gerou a Agenda 21 e a Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento Sustentável, realizada em Paris, em março de 1998 –, como aquelas que tiveram maior repercussão sobre a legislação de recursos hídricos atualmente vigente no Brasil.

No que diz respeito às mobilizações internas ao país, destaca-se a década de 1980 como aquela em que se iniciaram as importantes mudanças sobre a política de recursos hídricos (GUIVANT & JACOBI, 2003:9; BOHN, 2003:237). Em um livro organizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a década de 1980 é definida como um “novo divisor de águas para o setor” (SÃO PAULO, 2004:35). De acordo com este livro (op.cit.:35), devido à má qualidade das águas, às crises de abastecimento, aos conflitos de uso, à gestão setorial e centralizada, as demandas dos cidadãos e usuários somaram-se “às vozes dos técnicos e especialistas que, por meio de suas associações, lançaram as diretrizes que passariam a orientar a nova política brasileira de recursos hídricos”.

Bohn (2003:237) destaca o Seminário Internacional sobre a Gestão de Recursos Hídricos (Brasília, março de 1983) – promovido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH); a Comissão Parlamentar

de Inquérito da Câmara dos Deputados que, de setembro de 1983 a outubro de 1984, examinou a utilização dos recursos hídricos no Brasil; os Encontros Nacionais de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos – ocorridos em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Velho, Brasília e Porto Alegre, de 1984 a 1986 – entre as iniciativas que acabariam “por repercutir no próprio texto constitucional de 1988, que além de promover a publicização das águas (...), introduziu aspectos relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos e à outorga de direito pelo uso da água na repartição das competências constitucionais” (BOHN, 2003:237). Dessa forma, no artigo 21, a Constituição de 1988 determina “à União, a instituição do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a definição dos critérios de outorga dos direitos de uso” (SÃO PAULO, 2004:74).

Por outro lado, nas últimas décadas, o país também iniciou um processo de redemocratização com o surgimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil. Dentro dessas novas relações, Gohn (2003:7) destaca os “conselhos gestores” como a principal novidade em termos de políticas públicas, os quais se constituem em canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em torno da gestão de bens públicos. Esta autora explica que estes conselhos, com caráter interinstitucional, “estão inscritos na Constituição de 1988, e em outras leis do país, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população” (GOHN, 2003:83).

Os conselhos gestores, fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país, compõem-se de representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada (GOHN, 2003:84-85). Assim, cria-se, segundo a autora, uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal (op.cit.:85). Para Jacobi (p.6/16)⁹ a “participação da sociedade civil na gestão pública no Brasil introduz uma mudança qualitativa na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado”. Este mesmo autor (op.cit.:7/16) ressalta que esses espaços de formulação de políticas, “marcados pelas contradições e tensões, representam um avanço na medida em que publicizam o conflito e oferecem procedimentos – discussão, negociação e voto – e espaço para que seja tratado de forma legítima. Gohn (2003:85) credita a essa forma de participação (conselhos gestores) um “potencial de transformação política” – “se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais, pois se relacionam ao processo de formação das políticas e tomada de decisões” (GOHN, 2003:85).

⁹ Texto sem data de publicação: JACOBI, P.R. **Comitês de bacias hidrográficas – dimensão político social**. 16p. Disponível em www.agds.org.br/midia, acessado em 16.05.2005.

1.1 – A gestão das águas

Dentro dessa ordem de discussão ambiental e redemocratização, no Brasil, um Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional¹⁰, em 1991, resultou na promulgação da Lei 9.433, em 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Nova Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos¹¹, prevendo em seus fundamentos que:

- I – a água é um bem de domínio público;
- II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III – em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV – a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

(Lei Federal 9.433/97, art. 1º)

A partir destes fundamentos, a Política Nacional de Recursos Hídricos tem por objetivos: assegurar água em quantidade e qualidade para as gerações atual e futuras; a utilização racional dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável; a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais (Lei 9.433/97, art. 2º).

Assim, também na gestão da água – explicitamente considerada pela Lei 9.433/97 como um bem público – está prevista a participação da sociedade civil em fóruns deliberativos. Junto com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e com os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os **comitês de bacia** representam a materialização da proposta de gestão participativa preconizada no inciso VI do artigo 1º da Lei 9.433/97.

Para decidir a respeito dos diversos assuntos relacionados à gestão das águas, em uma bacia hidrográfica¹², devem reunir-se no comitê de bacia, representantes:

¹⁰ Bohn (2003:238-242) discute com detalhes a tramitação desse Projeto de Lei no Congresso Nacional e as alterações que sofreu, culminando na aprovação da Lei 9.433/97.

¹¹ De acordo com o artigo 33 da Lei federal 9.433/97, integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; a Agência Nacional de Águas; os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; os Comitês de Bacia Hidrográfica; os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municípios cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; as Agências de Água.

¹² Conforme consta em Villella & Mattos (1975:6), a bacia hidrográfica pode ser entendida como “uma área definida topograficamente, drenada por um curso d’água ou um sistema conectado de cursos d’água tal que toda vazão efluente seja descarregada através de uma simples saída”.

- I – da União;
 - II – dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;
 - III – dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;
 - IV – dos usuários das águas de sua área de atuação;
 - V – das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.
- (Lei Federal 9.433/97, art. 39)

Note-se que na gestão de recursos hídricos, à parte das categorias “Poder Público” e “sociedade civil”, está prevista a participação dos “usuários das águas” (art. 39, inc. IV). Esta contemplaria, entre outros, os empreendimentos hidrelétricos, as companhias de saneamento urbano, os irrigantes, as indústrias, a aquicultura, a pesca e as atividades de lazer¹³.

Uma vez que a partir da Lei referida a água é tomada como “um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (art. 1º, inc. II) e a cobrança pelo seu uso está prevista entre os instrumentos de gestão¹⁴, com o objetivo de “reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor”, “incentivar a racionalização do uso da água” e “obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos” (art. 19, incs. I, II e III), a presença desta terceira categoria (usuários), implicitamente representa os interesses privados/econômicos vinculados à lógica do mercado.

A Lei 9.433/97, ao estabelecer a **participação** da categoria “**sociedade civil**” ao lado – ou em relação – das duas outras mencionadas denota que, nos marcos da Política de Gestão das Águas do Brasil, a “sociedade civil” encontra-se dentro dos parâmetros utilizados por Costa (1997) para definição da mesma. Este autor sugere um conceito operacional de sociedade civil que seria, segundo ele, metodologicamente adequado às especificidades do caso brasileiro, a partir do qual ela é pensada em termos relacionais ao mercado e ao Estado:

“A categoria abriga o conjunto de associações e formas organizativas que se distinguem de outros grupos de interesse atuantes na esfera da política (partidos, lobbies etc.) e da economia (sindicatos, associações empresariais etc.) (...)”. (COSTA, 1997:17)

Para distinguir as “associações e formas organizativas” da sociedade civil, o autor baseia-se nos seguintes aspectos: (1) **base de recursos** – enquanto os demais grupos podem dispor de instrumentos imediatos de poder (acordos com as elites, recursos financeiros e

¹³ Veja-se, por exemplo, a composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, disponível em www.cnrh-srh.gov.br/composicao/main.htm, acessado em 29.08.2005.

¹⁴ São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I – os Planos de Recursos Hídricos; II – o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; III – a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; IV – a cobrança pelo uso de recursos hídricos; V – o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (Lei 9.433/97, art. 5º).

organizacionais etc.), as possibilidades de influência política dos atores da sociedade civil baseiam-se, sobretudo, na sua capacidade de canalizar as atenções públicas para suas campanhas e pleitos; (2) **base de constituição dos grupos** – enquanto os demais grupos de interesse podem ser classificados, *a priori*, a partir de sua localização prévia em determinado campo funcional, a identidade dos atores da sociedade civil é constituída *ad hoc*, no contexto das próprias ações coletivas; (3) **natureza do recrutamento dos membros** – enquanto aos demais grupos organizados o pertencimento dos membros fundamenta-se em um comprometimento legal, a vinculação às associações da sociedade civil é, *em geral*, voluntária e livremente arbitrada (grifos do autor); (4) **natureza dos interesses representados** – enquanto os demais atores se empenham na concretização de demandas constituídas a partir das esferas da política e da economia, as associações da sociedade civil apresentam questões que emergem no mundo da vida (COSTA, 1997:17).

Dessa forma, a presença da sociedade civil nos fóruns deliberativos tem sido ressaltada como a grande virtude da Nova Política Nacional de Recursos Hídricos e grande parte dos trabalhos acadêmicos que se preocupam com o tema da participação na gestão das águas são dedicados a investigar a real possibilidade de participação dos representantes dessa categoria. No entanto, geralmente, o termo “participação” não é precisamente definido por aqueles que o utilizam. Assim, antes de avançarmos a respeito das possibilidades de (re)distribuição do poder na tomada de decisão em torno da gestão das águas a partir da Lei 9.433/97, cabe-nos esclarecer o sentido que esse termo assume em nosso trabalho.

Pateman (1992) empreendeu uma ampla revisão da teoria democrática¹⁵ e sobre o lugar da participação no seio de cada uma delas. Além disso, a autora revisou diversas definições do termo “participação” e optou – conforme ressaltou Gohn (2003:20) – por uma definição não polarizada, mas gradual do sentido da participação. Atenta às possibilidades de participação dos diversos funcionários na tomada de decisões na indústria em que trabalham, Pateman (op.cit.:94-98) distingue três níveis de participação:

- **Pseudoparticipação:** que corresponde a situações em que não ocorre participação alguma na tomada de decisões. A autora refere-se a experiências de participação com pequenos grupos em que, com frequência, “o objetivo não era o de estabelecer uma situação onde a participação (na tomada de decisões) ocorresse, mas o de criar um *sentimento* de participação por meio da adoção por parte do líder (supervisor) de uma

¹⁵ Estas teorias também foram abordadas por Gohn (2003) e Sell (2005). Em nosso trabalho não nos reportaremos a essa discussão porque não se relacionam de forma direta à compreensão de nosso objeto de

certa abordagem ou de certo estilo” (PATEMAN, 1992:95, grifo da autora). Assim, a autora destaca que a ‘participação’, limitava-se a que os membros endossassem as decisões tomadas pelo líder, “o qual não é nem selecionado pelo grupo nem deve responder ao grupo por suas ações” (op.cit.:95). A discussão de grupo seria utilizada pelo líder como meio de induzir à aceitação de um objetivo particular.

- **Participação parcial:** quando existe a possibilidade de que, entre duas ou mais partes em negociação, todos influenciem a decisão, mas a prerrogativa final da tomada de decisão fica pré-determinada a uma delas. No caso abordado por Pateman (op.cit.:97), as “partes” consistem nos responsáveis pela administração da indústria e nos trabalhadores. Aos primeiros corresponde a prerrogativa de decisão, são “os superiores permanentes”; aos segundos cabe influenciar na decisão, são “subordinados permanentes”.
- **Participação plena:** corresponde a situações em que não existam dois lados com poderes desiguais de decisão, “mas um grupo de indivíduos iguais que têm de tomar suas próprias decisões a respeito da atribuição das tarefas e execução do trabalho” (op.cit.:98). A autora salienta que num processo desse tipo “cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões” (op.cit.:98).

Embora empiricamente a autora tenha se dedicado à análise das possibilidades de tomada de decisão por parte dos trabalhadores nas indústrias, nosso contato prévio com a realidade da Bacia do Itajaí (tanto no que se refere ao espaço rural quanto aos aspectos institucionais da gestão das águas) permite a importação de suas definições para nossa problemática de pesquisa. Ou seja, da mesma forma que a produção de uma indústria depende, em primeira instância, dos trabalhadores no nível mais básico do empreendimento, a aplicação de medidas de proteção do solo para a promoção da qualidade ou regulação do fluxo das águas na bacia hidrográfica depende, em grande medida, da atuação *in loco* dos agricultores familiares.

Dito isto, para melhor apreender nosso objeto de pesquisa, devemos considerar as possibilidades de *participação* da *sociedade civil* na gestão das águas a partir da contribuição de alguns autores que já se dedicaram ao estudo do tema. Dino (2003:13) considera que o comitê de bacia hidrográfica é ao mesmo tempo um espaço para democracia representativa e um espaço para democracia direta, na medida em que é formado por representantes de

estudo (a relação, no âmbito da Bacia do Itajaí, entre agricultura familiar e a gestão das águas preconizada pela Lei 9.433/97).

diversos setores e na medida em que estes setores já estejam organizados para escolher seu representante legítimo¹⁶. No entanto, a autora alerta que a Política Nacional de Recursos Hídricos pressupõe que a sociedade civil já está organizada, não prevendo mecanismos de organização política e mobilização social dos atores sociais que têm menos poder político e menor acesso às esferas governamentais.

Na mesma direção, Cardoso (2003:48), ao analisar a representação das organizações não-governamentais no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, afirma que uma das grandes fragilidades do sistema representativo reside no fato de que

“associações de classe ou mesmo empresariais podem ser consideradas tanto sociedade civil como usuário, dependendo da manobra que se faça. Assim, pessoas que possuem uma forte inserção no campo de recursos hídricos facilmente pertencem a diferentes organizações e transitam entre diferentes setores, desde que estejam presentes nas instâncias que lhes interessam”. (CARDOSO, 2003:49)

Cabe à discussão dos fóruns deliberativos previstos na gestão de recursos hídricos, a preocupação de Gohn (2003:90) a respeito das possibilidades de operacionalização plena dos conselhos gestores de uma maneira geral. Esta autora destaca que as precariedades no funcionamento dessas formas democratizantes estão relacionadas à falta de tradição participativa da sociedade civil na gestão pública; à curta trajetória de vidas dessas instituições e, portanto, falta de exercício prático; e ao desconhecimento por parte da maioria da população a respeito de suas possibilidades. Ressalta, ainda, a existência de concepções oportunistas que, ao não se basearem em postulados democráticos e verem os conselhos apenas como instrumentos ou ferramentas para operacionalizar objetivos pré-definidos, têm feito dessa área um campo de lutas e tensões.

Aqui devemos lembrar o alerta que nos faz Dagnino (2002) a respeito da heterogeneidade da sociedade civil, contrariando a visão homogeneizada sobre a mesma que se formou em virtude da luta unificada de diferentes setores sociais contra o Estado autoritário. Ao fazer a análise conjunta dos resultados das diversas pesquisas que trataram sobre a construção de espaços públicos no Brasil e que se encontram registradas na obra sob sua coordenação, Dagnino (2002:283) destaca diversos elementos, tanto do lado do Estado quanto do lado da sociedade civil, que dificultam a democratização das decisões: “Do lado da

¹⁶ Desse modo, de acordo com o que discorre Gohn (2003:42) a respeito das teorias que tratam do tema da participação, os fóruns propostos pela Lei 9.433/97 para a gestão de recursos hídricos se enquadrariam no sistema da “democracia deliberativa”. Segundo esta autora, a “democracia deliberativa” é um “sistema que mistura a democracia direta com a democracia representativa; ela diz respeito aos mecanismos de representação política, em que exista o envolvimento dos indivíduos como cidadãos políticos ativos, construtores de consensos, por meio de diálogos interativos realizados no decorrer do processo de participação, na geração e elaboração de políticas públicas” (GOHN, 2003:42).

sociedade civil, uma série de elementos opera na mesma direção, dificultando uma participação mais igualitária nos espaços públicos: o mais importante parece ser a exigência de qualificação – técnica e política – que essa participação coloca aos representantes da sociedade civil”. Ou seja, esta autora chama a atenção para as relações de força existentes não só no interior do Estado como também no interior da sociedade civil e que resultam numa maior ou menor possibilidade de democratização das decisões nos chamados espaços públicos¹⁷ – escapando, desta maneira, a uma noção de sociedade civil como panacéia à participação igualitária nas decisões. Incorporando essa discussão à gestão de recursos hídricos, devemos ter presente que o fato de a sociedade civil estar representada nos órgãos deliberativos e consultivos que são os comitês de bacia não garante a democratização das decisões.

De fato, essas relações de força podem ser verificadas na redação da própria Lei, pois no art. 39 que versa sobre a composição dos comitês de bacia – que são, no nível mais básico, os fóruns deliberativos –, os representantes das “comunidades” são reduzidos aos representantes “das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia” (Lei 9.433/97, art.39, inc. V).

De acordo com o artigo 47 da referida Lei:

“São consideradas, para os efeitos desta Lei, organizações civis de recursos hídricos:
I – consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;
II – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;
III – organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;
IV – organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;
V – outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos”.

(Lei 9.433/97, art.47)

Já afirmava Jacobi (p.10/16)¹⁸ que, se por um lado, a nova legislação abre os espaços para participação da sociedade civil, por outro, supõe um certo acesso às informações técnicas. Também Caubet (2004:107), ao discutir a indicação de categorias de representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, chama a atenção para o fato

¹⁷ Como *espaços públicos*, Dagnino (2002:10) refere-se tanto àqueles espaços que visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas/interesses até então excluídos de uma agenda pública, como àqueles que se constituem como espaço de ampliação e democratização da gestão estatal; refere-se aos vários conselhos gestores, fóruns, câmaras setoriais, orçamentos participativos, etc., que foram implementados ao longo da última década.

¹⁸ Texto sem data de publicação: JACOBI, P.R. **Comitês de bacias hidrográficas – dimensão político social**. 16p. Disponível em www.agds.org.br/midia, acessado em 16.05.2005.

de a participação de membros da sociedade civil ficar atrelada ao conhecimento técnico sobre recursos hídricos.

Outro ponto a ser considerado dentro das condições de participação advindas com o sistema de representação previsto para a gestão das águas diz respeito à possibilidade de atendimento dos anseios das minorias – lembrado por Caubet (2004:118) quando discute a participação dos diferentes atores sociais em diversos conselhos ‘participativos’ (aspas do autor) do país, entre eles o Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

“participar é muito mais do que estar presente e debater. Participar supõe que a decisão final contemple as aspirações e os interesses dos que deliberaram, com a proteção efetiva dos direitos das minorias. Se os representantes de uma minoria estão sempre presentes nas deliberações, isso não significa que eles participam... Eles podem estar perdendo todas as votações, democraticamente”. (CAUBET, 2004:118)

A questão da representatividade é também ressaltada por Gohn (2003:91) ao tratar dos conselhos gestores de uma forma geral. Esta autora, entre outras questões, dá destaque à importância da representatividade qualitativa dos diferentes segmentos sociais, territoriais e forças políticas organizadas e ao percentual quantitativo, em termos de paridade, entre membros do governo e membros da sociedade civil. Quanto à paridade, ressalta que esta “não é apenas uma questão numérica, mas de condições de uma certa igualdade no acesso à informação, disponibilidade de tempo etc..” (GOHN, 2003:92). Destaca as facilidades dos membros representantes do Estado relativas à disponibilidade de tempo, às despesas pagas e ao fato de estarem habituados com a linguagem tecnocrática. Assim, a autora chama a atenção para a importância do problema relativo à capacitação dos conselheiros – “mormente os advindos da sociedade civil” (op.cit.:91). Sobre este aspecto, a autora sugere que “é preciso uma capacitação ampla que possibilite a todos os membros do conselho uma visão geral da política e da administração”, como forma de que o conselho possa, de fato, fiscalizar e propor políticas (op.cit.:92).

Na gestão de recursos hídricos, se levarmos em conta a grande presença de técnicos entre os membros da sociedade civil, a questão da representatividade reveste-se de importância não apenas nas relações entre o Estado (ou usuários) e sociedade civil, mas dentro da própria categoria. Desse modo, a capacitação dos conselheiros apontada por Gohn (op.cit.), ganha um significado diferente se considerarmos, além das dificuldades inerentes às votações, as dificuldades advindas do discurso técnico presente nesses fóruns, que limitam a participação efetiva daqueles que não são familiarizados com o mesmo. Já dizia Cardoso (2003: 81) que:

“no que tange aos discursos dos técnicos, é muito freqüente que nas audiências públicas para apresentar os Planos Diretores das Bacias, realizados por instituições de pesquisa e empresas de consultoria, aqueles que apresentam façam-no de uma forma que simplesmente inviabiliza sequer que se gere algum tipo de discussão, ou mesmo que se levante dúvidas”. (CARDOSO, 2003:81)

Na gestão de recursos hídricos, assim, inegavelmente devemos considerar as implicações do uso do discurso técnico nas esferas deliberativas como um fator limitante das possibilidades democratizantes que as mesmas encerram. No entanto, para além do uso desse discurso *nos* fóruns deliberativos (por exemplo, nos comitês de bacia) ou para além da ocupação dos assentos por técnicos, Guivant & Jacobi (2003:17) sugerem que a grande questão passa pelas relações de força que se estabelecem em função da legitimidade conferida ao saber técnico-científico sobre recursos hídricos no processo de gestão. Estes autores, ao enfatizarem a necessidade de uma participação mais abrangente da sociedade civil na gestão de recursos hídricos, ressaltam que isso passaria por uma “redefinição do papel de poder em que se situam os peritos em relação aos leigos, e não só um questionamento das relações de poder econômico ou uma abertura de maior espaço para a sociedade civil nos processos decisórios”. Estes autores se referem à necessidade de que sejam configuradas “redes sociais diversas para coletar informações, formar opiniões, legitimar pontos de vista, que contínua e inevitavelmente implicam redefinições das relações de poder” (GUIVANT & JACOBI, 2003:17). Em outras palavras, a (des)capacitação técnica pode atuar como fator que (in)valida os pontos de vistas de quem fala, dificultando sua atuação na elaboração de políticas.

Ao discutir as dificuldades de que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos consiga “promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários”¹⁹, Caubet (2004:156) sintetiza o entendimento que aparece – às vezes implicitamente – nos textos que discutem a participação das diferentes categorias nos fóruns deliberativos previstos para a gestão de recursos hídricos: os usuários representam os interesses individuais/econômicos e a sociedade civil, que deveria representar os interesses coletivos, está restrita aos interesses dos técnicos de recursos hídricos (ou, numa posição mais otimista, aos técnicos estaria sendo delegada a responsabilidade de responder pelos interesses coletivos).

“As atividades de planejamento integrado (...) reduzem-se à negociação ou à articulação de **interesses econômicos e de categorias sócioprofissionais** (os das organizações civis de recursos hídricos) na presença de representantes dos governos federal e estaduais e à exclusão de qualquer tipo de representação social diretamente indicada por um processo de participação cidadã”.

(CAUBET, 2004:156, grifos nossos)

¹⁹ Competência deste órgão segundo o art. 35, inc. I da Lei 9.433/97.

Devemos notar, no entanto, que a grande força do saber técnico percebida por estes autores na gestão participativa preconizada pela Lei 9.433/97 já é, em parte, resultado do atrelamento dos princípios que regem a Lei a uma fundamentação técnica sobre recursos hídricos e da legitimação prévia do saber técnico na elaboração das propostas a serem deliberadas nos fóruns participativos (conselhos e comitês).

Vale, portanto, destacar que no inciso II do art. 1º, a Lei Federal explicitamente considera a água como um “recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (grifo nosso). Granziera (2001) explica que ao se tratar da água como um recurso natural, as normas ambientais sobre o assunto também são importantes²⁰. Segundo a autora, hoje, o direito de águas é entendido como “um direito moderno, cuja estrutura abrange conceitos inovadores que, por sua natureza própria, atingem de perto as normas ambientais” (op. cit.: 45). Por esse motivo, com o intuito de extrair as bases do direito de águas em vigor, no Brasil, essa autora considera importante que se verifique os princípios²¹ que se aplicam às águas e também os que se aplicam ao meio ambiente.

A autora mencionada refere-se a nove princípios que orientam a legislação brasileira sobre o tema:

- meio ambiente como direito humano;
- desenvolvimento sustentável;
- princípio da prevenção;
- princípio da precaução;
- princípio da cooperação;
- valor econômico da água;
- poluidor-pagador e usuário-pagador;
- bacia hidrográfica como instrumento de planejamento e gestão;
- equilíbrio entre os diversos usos da água.

Podemos, em nossa análise, verificar que os referidos princípios estão relacionados entre si. Ao se aceitar os princípios de poluidor-pagador e de usuário-pagador já temos implícita a aceitação do princípio do valor econômico²² da água, e vice-versa.

²⁰ Também Bohn (2003:190-229) afirma que a análise da Lei.9.433/97 deve levar em conta os princípios do Direito Ambiental.

²¹ Segundo Reale (2001:300 apud GRANZIERA, 2001:45) os princípios gerais de direito são “enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, quer para sua aplicação e integração, quer para a elaboração de novas normas”. Para Medauar (1993:95, apud GRANZIERA, 2001:45), princípios “constituem as bases nas quais assentam institutos e normas jurídicas”.

²² Discussões a respeito da cobrança pelo uso da água, apesar de sempre tangenciarem nosso objeto de estudo, não receberão um tratamento teórico aprofundado, já que tal assunto escapa ao escopo principal de nosso trabalho. No entanto, vale mencionar a argumentação feita por Silva & Ramalho (2004:173) em que relacionam

O princípio do desenvolvimento sustentável, por sua vez, ao trazer em sua definição a necessidade de garantir o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras, implica na aceitação dos princípios da prevenção e da precaução.

O princípio que concerne ao equilíbrio entre os diversos usos da água, está intimamente relacionado aos princípios usuário-pagador e poluidor-pagador – e, por meio destes, ao de valor econômico da água –, já que através destes tem-se a intenção de administrar os diversos interesses em torno dos usos da água. Ao fazê-lo, seriam permitidos os usos que cumprissem com os requisitos para o atendimento das gerações atuais sem comprometer as futuras. Como medida preventiva, estes usos devem ser discutidos e possíveis danos ao ambiente, afastados – cumprindo-se assim com o princípio da prevenção. Caso os usos pretendidos impliquem em riscos que não podem ser descartados, esses usos devem ser reprovados – cumprindo-se com o princípio da precaução.

O princípio que adota a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, está intimamente relacionado ao princípio da cooperação. Para que os demais princípios surtam efeito, a partir do que foi circunscrito na Lei Federal 9.433/97, parece ser necessário que estes dois princípios sejam efetivamente incorporados no processo de gestão.

Num enfoque hidrológico, ao tomar-se a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, torna-se viável que os esforços de conservação venham a *cooperar*, uma vez que os benefícios de um conjunto de medidas de proteção efetuadas a montante de um determinado ponto são verificados a jusante do mesmo.

Da mesma forma, para se gerir o uso múltiplo das águas, a bacia hidrográfica torna-se a unidade geográfica preferencial. Esta, pois, ao ser uma área drenada por um mesmo curso d'água e que apresenta uma única saída é a *unidade técnica ideal* para se planejar os diversos destinos que se pretende dar às águas.

Além da relação estreita que ressaltamos entre o princípio da cooperação e o da bacia hidrográfica, Granziera (2001:57) aponta que o princípio da cooperação está implícito no art. 225 da Constituição Federal, segundo o qual fica estabelecido que compete ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações atuais e futuras. Ou seja, o princípio da cooperação está relacionado ao princípio do desenvolvimento sustentável. De acordo com a referida autora, “no que se refere ao gerenciamento dos recursos

a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), ao processo de reforma neoliberal do Estado em que se formulou “todo um conjunto de discursos tematizando a racionalidade e a eficiência”. Estes autores procuram, entre outros objetivos, dar evidência às contradições presentes no discurso usado para convencer a população quanto à propriedade das modificações realizadas, entre elas a adoção do valor econômico da água como condição à possibilidade de acesso universal à mesma.

hídricos, a cooperação se traduz nos esforços conjuntos, dos entes governamentais e da sociedade civil, para tornar eficazes as disposições da Lei nº 9.433/97 e as ações dela decorrentes” (op. cit.: 57).

Observando atentamente os princípios mencionados por Granziera (2001), podemos dizer que, apesar de estarem todos relacionados entre si, o que está na base dessa inter-relação é o princípio do equilíbrio entre os diversos usos da água. A partir da necessidade de se dar atenção a estes usos da água, se faz necessário pensar na unidade geográfica adequada para a administração deles – a bacia hidrográfica – e se reforça a necessidade de cooperação no âmbito desta unidade geográfica.

Assim, por um lado, a adoção da bacia hidrográfica é tecnicamente necessária para gerir o uso múltiplo das águas; por outro, o princípio da cooperação para resolver as questões relacionadas aos diversos usos e à proteção das águas só faz sentido se implicar na determinação de esforços conjuntos daqueles que vivem na mesma bacia hidrográfica – podendo as bacias comportarem bairros, municípios, estados ou países (implicando, por sua vez, na existência de regras de gestão que organizem estes diversos níveis).

Assim, pautando-se a proposta de descentralização num conceito hidrológico, a noção de bacia hidrográfica é incorporada ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, através da constituição dos comitês de bacia hidrográfica, representando o nível mais básico da gestão das águas.

No âmbito mais local da gestão (bacia hidrográfica) a aplicação dos instrumentos de gestão depende da ação conjunta da agência de água e do(s) respectivo(s) comitê(s) de bacia. Aos comitês de bacia cabe a função deliberativa em torno de questões pertinentes à gestão das águas na bacia hidrográfica de sua atuação. Dentre estas corresponde-lhe arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar e acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia; tomar posição a respeito dos usos (in)significantes de água para efeito de outorga e cobrança, bem como a respeito dos mecanismos de cobrança e valores a serem cobrados pelo uso da água (Lei 9.433/97, art. 38).

Às agências de água cabe a função de secretaria executiva de um ou mais comitês de bacia (Lei 9.433/97, art. 41). De acordo com o artigo 44 da mesma Lei, compete à agência:

- “I – manter o balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;
- II – manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;
- III – efetuar, mediante delegação do órgão outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- IV – analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

- V – acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- VI – gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;
- VII – celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;
- VIII – elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de bacia Hidrográfica;
- IX – promover os estudos necessários para a gestão de recursos hídricos em sua área de atuação;
- X – elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;
- XI – propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:
 - a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;
 - b) os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos;
 - c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
 - d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo”.

(Lei 9.433/97, art.44)

Das competências previstas para as agências (acima), apreende-se que a elas cabe a elaboração dos aspectos técnicos necessários à gestão de recursos hídricos – sobretudo aqueles vinculados aos instrumentos de gestão acima mencionados – que devem ser apresentados ao(s) comitê(s) de bacia e por ele(s) deliberados.

Quanto aos instrumentos, destacamos a outorga porque, como veremos, esse instrumento tem importantes conseqüências sobre as possibilidades de participação na gestão das águas. Granziera (2001:194) menciona que, de acordo com o inciso XVI do artigo 2º da Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente 4/2000, a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos consiste no “ato administrativo, de autorização, mediante o qual o Poder Público outorgante faculta ao outorgado o direito de uso do recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato”. De acordo com o artigo 11 da Lei 9.433/97, a outorga “tem como objetivos assegurar o controle de direitos de uso da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água”. O instrumento de outorga está, assim, estreitamente relacionado ao princípio do equilíbrio entre os diversos usos de água²³.

Estão sujeitos à outorga os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

- I – derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
- II – extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;
- III – lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;
- IV – aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

²³ Sobre a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, veja-se também Bohn (2003:316-336).

V – outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

(Lei 9.433/97, art. 12)

Existe, no entanto, no texto da própria Lei, a possibilidade de que para determinados usos não seja necessário obter a outorga:

“Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento:

I – o uso de recursos hídricos para a satisfação de necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;

II – as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes²⁴;

III – as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.”

(Lei 9.433/97, art. 12, §1º)

No que se refere aos usos insignificantes, cabe ao comitê da bacia:

“propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes”.

(Lei 9.433/97, art. 38, inc V)

Embora na Lei Federal essa função seja atribuída aos comitês de bacia, uma vez que a agência desempenha o papel de secretaria executiva do comitê, é provável que seja ela quem vai propor ao comitê de bacia os usos de água a serem isentos da obrigatoriedade de outorga, para que o comitê, por sua vez, aprecie sua sugestão e a encaminhe ao Conselho de Recursos Hídricos.

Da mesma forma, a tarefa de “outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os seus usos” cabe aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal (Lei 9.433/97, art. 30). No entanto, à agência de água cabe, entre outras funções, “manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação” e “promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação” (Lei 9.433/97, art. 44). Ou seja, lhe cabe fornecer os subsídios para a aplicação da outorga.

Por um lado, estas observações evidenciam que a decisão acerca dos recursos hídricos, em destaque a outorga dos direitos de uso, acontecem no âmbito da noção hidrológica da bacia hidrográfica – o que está de acordo com o fundamento da lei que prevê descentralização

²⁴ Granziera (2001:192) menciona que de acordo com a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente 4/2000, usos insignificantes são as “derivações, captações, lançamentos e acumulações consideradas insignificantes pelos Comitês de Bacia Hidrográfica ou, na falta deles, pelo poder outorgante, devendo constar do plano de Recursos Hídricos da respectiva bacia”. A autora menciona ainda que, de acordo com a Portaria no 468 de 31.03.1978, do Ministro das Minas e Energia, “são consideradas insignificantes as derivações que apresentam até 20% (vinte por cento) da média das vazões mínimas no trecho do curso de água em que se varificar a derivação. Em nenhum caso o volume derivado pode exceder a 1 m³/s (um metro cúbico por segundo).”

da gestão (Lei 9.433/97, art. 1º, inc. VI)²⁵. Por outro lado, ressaltam a importância da agência (e na ausência dela, de grupos técnicos vinculados aos comitês) no encaminhamento das decisões dentro da proposta de descentralização da gestão.

Cabe aqui remeter-nos à discussão feita por Caubet (2004:197) ao tratar das agências de bacia. Pelas atribuições que a Lei 9.433/97 confere à agência de água, este autor afirma que a

“agência é o braço executivo (art. 41) do Comitê de Bacia, mas possui atribuições que fazem dela muito mais do que um poder executante. A rotina da gestão da água deverá induzir um papel muito mais tecnocrático do que de secretaria administrativa. Isso significa que a realidade do poder de decisão estará, muitas vezes, com as pessoas encarregadas da implementação e não no CBH [Comitê de Bacia Hidrográfica]”. (CAUBET, op.cit.:197)

No que diz respeito à agricultura, quando está em pauta a gestão *participativa e descentralizada* de recursos hídricos, bem como os diversos usos da água na bacia hidrográfica, ela recebe atenção por se constituir, muitas vezes, em um grande usuário de água, sujeito, por isso, à outorga dos direitos de uso. Como um exemplo, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a agricultura encontra-se representada com dois assentos entre os usuários, na categoria *irrigantes*²⁶ – de acordo com o que foi determinado pelo Decreto 4.613, de 11.03.2003, que regulamenta este órgão e conforme consta no seu regimento interno.

Também Granziera (2001:132), ao discutir as principais formas de utilização da água, destaca que a participação dos agricultores deve-se dar na categoria “usuários”:

“Nos tempos atuais, os agricultores são importantes usuários dos recursos hídricos, e consomem grandes quantidades da água por meio da irrigação mecanizada. A atividade agrícola, se não conduzida dentro dos padrões de proteção do solo e das águas, é um fator importante de degradação ambiental, pela escassez da água que pode provocar, pela poluição hídrica causada pela utilização de agrotóxicos e pela erosão. Por outro lado, a produção agrícola abastece de alimentos os grandes centros urbanos. Trata-se, pois, de um segmento que deve participar ativamente dos processos de gerenciamento dos recursos hídricos, na qualidade de usuário dos mesmos”. (GRANZIERA, 2001:132)

No entanto, a Lei 9.433/97 em nenhum momento faz menção explícita à agricultura. Seu texto é suficientemente amplo para acolher as particularidades de cada bacia hidrográfica. Como já ressaltamos, é no âmbito da bacia hidrográfica que serão definidos os usos

²⁵ Cardoso (2003:188) discute a descentralização no âmbito da bacia hidrográfica, adotada pela Lei 9.433/97, em relação “à lógica de descentralização do país e às dinâmicas das identidades locais e regionais”, que preconizava, sobretudo, a ação municipal. Esta autora aponta que as identidades locais não estão necessariamente circunscritas no âmbito da bacia hidrográfica as quais ora extravazam os limites da bacia, ora comportam-se no interior deles. No entanto, sugere que devido à atuação dos próprios comitês, a lógica da gestão em bacias pode ser “apropriada e recriada segundo o sentido político local”.

²⁶ Conforme pode-se conferir em www.cnrh-srh.gov.br/composicao/main.htm, acessado em 29.08.2005.

(in)significantes da água e a necessidade de outorga daí decorrente. Desse modo, o texto do Capítulo I da Lei em que se menciona que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades” apenas traz possibilidades de participação para a agricultura desde que esta seja considerada “usuário significativo” pelo comitê de sua bacia hidrográfica. Em outras palavras, é no regimento dos comitês de bacia que esta possibilidade deve ser investigada. Conforme a definição no âmbito da bacia hidrográfica do que sejam os usos insignificantes, os usos da água para irrigação e piscicultura, por exemplo, *podem* enquadrar estas atividades agrícolas no princípio do usuário-pagador. O despejo de dejetos animais nos cursos d’água – resultantes, por exemplo, da suinocultura – *pode* enquadrar a atividade no princípio do poluidor-pagador.

A condição de usuário ou poluidor, no entanto, para o caso da agricultura, não é tão facilmente caracterizada. Guivant & Jacobi (2002:19) preocupam-se com as dificuldades de se incluir na política proposta pela nova Lei o controle da poluição agrícola não-pontual²⁷, devido à existência de

“problemas de diagnóstico dada a falta de laboratórios especializados e ao alto custo das análises, falta de legitimidade para controlar atividades poluidoras de produtores familiares, custo econômico para estes produtores desenvolver práticas ambientalmente corretas e, também, a limitada pressão e preocupação dos setores urbanos sobre a relação entre produção agrícola e contaminação da água potável”.

(GUIVANT & JACOBI, 2002:19)

Dessa forma, estes autores se preocupam com a impossibilidade de aplicação dos princípios da lei à poluição agrícola. Estes autores referem-se aos avanços no controle da poluição pontual – destacando as indústrias – e se preocupam com a “produção agrícola contaminante”, ressaltando que a poluição agrícola dos recursos hídricos é dificilmente identificada, medida ou controlada. Desse modo, “o caráter não pontual deste tipo de poluição obstaculiza a implementação do princípio poluidor-pagador, implícito na lei de recursos hídricos” (GUIVANT & JACOBI, 2003:18).

Martini & Lanna (2003:113) também discutem as dificuldades de encaminhamento do problema da poluição agrícola não-pontual que ocorre na agricultura familiar, mencionando alguns tipos de poluição agrícola tais como as decorrentes do uso de fertilizantes nitrogenados, dos sedimentos provenientes da erosão do solo, do uso de agrotóxicos e de dejetos provenientes da criação de animais. Assim, observando que práticas realizadas no

²⁷ Martini & Lanna (2003:111) usam os termos “poluição não pontual ou difusa” para definir aquela poluição proveniente de diversas fontes distribuídas espacialmente.

estabelecimento rural implicam em descargas nos cursos d'água, as mesmas seriam responsáveis pelo enquadramento da atividade agrícola no princípio do poluidor-pagador, não fosse a dificuldade de mensuração e de associação dos poluentes ao emissor primário. Por serem usuários insignificantes, assim definidos pelo comitê de bacia, tampouco se lhes aplica o princípio do usuário-pagador. É oportuno salientar, no entanto, que essa situação, se por um lado os isenta da outorga e cobrança, por outro limita-lhes as possibilidades de participação e decisão a respeito de planos e programas que forem desenhados para o espaço rural – pelo menos a partir do texto da Lei 9.433/97.

Como dizem estes autores (op.cit.:113), “o transporte de sedimentos ocasiona o processo de assoreamento do leito de rios e da bacia de acumulação de lagos e reservatórios”, “(...) este fenômeno causa impedimentos ao fluxo de escoamento de água nos rios, o que proporciona condições para extravasamentos mais freqüentes e para o surgimento de prejuízos econômicos e ambientais decorrentes das inundações”. Se sabemos que o controle desse processo passa necessariamente pelo controle da erosão do solo, as mudanças necessárias para se alcançar melhorias das águas dizem respeito à gestão do uso do solo e, em última instância, acarretam medidas de conservação a serem executadas pelos agricultores. Assim, a relação entre agricultura e a gestão das águas não se encerra na sua condição de usuário ou poluidor da água, segundo a aplicação dos princípios usuário-pagador e poluidor-pagador. As medidas de proteção das águas cujo alcance pode ser dificultado pela impossibilidade de aplicação desses princípios podem fazer parte de planos e propostas de intervenção no espaço rural, encontrando respaldo nas diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos que prevêm a articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental (Lei 9.433/97, art. 3º, inc. III) e com a do uso do solo (Lei 9.433/97, art. 3º, inc. V).

A Lei 9.433/97 já prevê, inclusive, esta articulação ao considerar como um dos instrumentos de gestão o enquadramento dos corpos de água em classes de uso, uma vez que a classificação das águas é determinada pela Resolução CONAMA²⁸ 357 de 17 de março de 2005. Como destaca Granziera (2001:148):

“A importância do enquadramento refere-se, também, ao fato de ser o mesmo, indiretamente, um mecanismo de controle do uso e ocupação do solo localizado na bacia hidrográfica. De fato, se um trecho de rio tem o enquadramento de Classe I, fica restrita a implantação de empreendimentos cujos usos sejam incompatíveis com aqueles indicados para essa categoria, como por exemplo a indústria que lança resíduos industriais em corpos hídricos, a menos que esteja dentro dos padrões estabelecidos para o lançamento, o que é discutido no processo administrativo de licenciamento ambiental da mesma”²⁹.

²⁸ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

²⁹ Devemos ressaltar que Granziera (2001:146-151) trabalhava sob as orientações da Resolução CONAMA 20 de 18.06.1986.

Além disso, uma vez prevista a articulação entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental, entra em pauta toda a legislação ambiental pertinente³⁰, destacando-se o Código Florestal (Lei 4.771 de 15.09.1965) e a Resolução CONAMA 4/85 – a partir dos quais dá-se especial ênfase à proteção das florestas primárias ou secundárias em avançado estágio de regeneração, especialmente em terrenos declivosos, como maneira de garantir a estabilidade das encostas e diminuir a erosão dos solos. Destaca-se, sobretudo, as formas de vegetação que contornam os cursos d’água (vegetação ciliar) como maneira de garantir a sua qualidade e atenuar os efeitos antrópicos, verificados na bacia, sobre os mesmos³¹.

Toda essa legislação pode ser referida para legitimar ações pensadas para o espaço rural. Um exemplo concreto é o Projeto Piava – “Construção de uma política sustentável de proteção de nascentes e matas ciliares na Bacia do Itajaí”, iniciativa do Comitê do Itajaí – no qual todos esses aspectos jurídicos são apresentados como forma de legitimar as ações previstas e a importância da proposta (veja-se Bohn, 2005).

Verifica-se, assim, uma importante implicação da gestão das águas para os agricultores familiares – na maioria das vezes caracterizados como usuários insignificantes ou mesmo poluidores descaracterizados por dificuldades técnicas de mensuração. Ou seja, preconiza-se a articulação da gestão das águas com a de uso do solo e com a gestão ambiental, o que implica em alterações nos estabelecimentos rurais. Contudo, as possibilidades de decisão a respeito de planos e programas voltados ao espaço rural que visem implementar a articulação mencionada são restringidas aos agricultores que se enquadram no que poderia ser chamado de princípio do “usuário-significante-pagador” ou do “poluidor-mensurável-pagador”.

Em outras palavras, a partir dos princípios de usuário-pagador e poluidor-pagador, a Lei 9.433/97 atrela as possibilidades de participação dos agricultores ao uso significativo da água em alguma atividade econômica. Evidenciando, desse modo, que as possibilidades de participação não alcançam o nível da articulação entre a gestão da água com a de uso do solo e a gestão ambiental. Ou seja, a gestão das águas preconizada pela Lei 9.433/97, embora com o intuito de abranger a totalidade das situações que atingem as águas a partir do enfoque da bacia hidrográfica, é uma gestão compartimentalizada do ambiente, quando a observamos da

³⁰ Veja-se Ganziera (2001:99-103), Bohn (2005:30-35).

³¹ Atualmente, a respeito das possibilidades de uso das áreas de preservação permanente, entre elas a vegetação ciliar, deve-se ter em conta o disposto na Resolução CONAMA 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Note-se que essa Resolução não estava em vigor no período em que foram publicados os textos por nós analisados.

perspectiva da participação. A despeito das articulações que implica e explicitamente propõe, as possibilidades de decisão nas instâncias decisórias estão restritas àqueles cujo uso da água está sujeito à outorga. Ou seja, aqueles que não são outorgados, não podem decidir – a despeito das implicações que essas decisões tenham sobre suas vidas e da sua importância para a qualidade das águas – pelo menos a partir dos fóruns de decisão previstos na Lei 9.433/97.

Como já apontamos, a articulação da gestão de recursos hídricos com a de uso do solo tem implicações para a agricultura que transcendem à sua condição de usuária (in)significante de água. A gestão do uso do solo diz respeito a um sem número de aspectos do trabalho agrícola (manejo do solo, uso de agroquímicos, uso dado às diferentes glebas de solo no interior do estabelecimento, proteção das nascentes de águas que eventualmente ocorram nos estabelecimentos, uso das margens dos cursos d'água, etc.) que refletem na qualidade e quantidade de água desejadas em uma bacia hidrográfica. Ao tratarmos da agricultura familiar, como demonstraremos em capítulo posterior deste texto, estes aspectos têm significado sobre a reprodução sócio-econômica e cultural deste segmento social.

Uma vez constatada a difícil caracterização de grande parte dos agricultores familiares como usuários de água, no âmbito da Lei 9.433/97, seria possível pensar a sua participação nos comitês de bacia através dos representantes da sociedade civil. Considerando a discussão apresentada anteriormente, a partir do texto da Lei 9.433/97, como representantes da sociedade civil os agricultores familiares poderiam requerer assento no comitê de bacia participando das associações³², referidas no inciso II, ou das organizações não-governamentais, referidas no inciso IV, do artigo 47. Essa possibilidade depende, necessariamente, da organização dos agricultores em entidades dos tipos estabelecidos pela Lei, que talvez careçam de significado para o seu modo de vida, já que ao não fazerem grande uso da água e, em geral, serem policultores, não lhes faz sentido alguma atividade voltada exclusivamente aos recursos hídricos. Além disso, vê-se que na Lei, a noção de sociedade civil é bastante restritiva: o que no início é chamado de “comunidades”, limita-se a entidades relacionadas de alguma forma ao conhecimento da gestão de recursos hídricos.

Este fato novamente reforça o enfoque compartimentalizado que a gestão das águas preconizada pela Lei 9.433/97 assume quando a observamos do ponto de vista da participação. Ou seja, todas as possibilidades de participação estão restritas ao uso direto das

³² II – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; IV – organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade (Lei 9.433/97, art.47).

águas ou atreladas ao conhecimento da gestão de recursos hídricos. Nossa constatação vem ao encontro do que afirmam Machado & Cardoso (2000:6) quando ressaltam que

“a participação conjunta entre poder público, usuários e sociedade civil, apresenta duas características: a primeira, coloca em primeiro plano a importância do corpo-técnico científico e do conhecimento produzido por ele nas relações de força no interior dos espaços decisórios; a segunda, torna mais difícil o envolvimento da população local no processo de gestão pelo fato de ser produzido unilateralmente conhecimento sobre uma das dimensões de seu meio ambiente, os recursos hídricos”.

(MACHADO & CARDOSO, 2000:6)

A esse respeito cabe ainda o questionamento de Cardoso (2003:26) sobre o pressuposto da Lei 9.433/97 de que através dos setores previstos (Poder Público, usuários e organizações da sociedade civil) seria possível agrupar os interesses em torno da gestão das águas no país, como se esses setores possuíssem interesses diferenciados entre si e cada um deles reunisse atores com interesses comuns. De acordo com a autora, a Lei pressupõe “que é evidente quais os atores e agentes sociais que pertencem a cada um dos setores” (op. cit.:2003:27). Na prática, no entanto, a mesma autora afirma que esses pressupostos não são absolutos e que existem diferentes formas de agrupar interesses em torno da gestão das águas que não obedecem à divisão prevista na Lei, bem como varia a interpretação sobre o que é Poder Público, usuário e sociedade civil.

Aqui devemos observar que a Lei Federal não prevê maneiras de participação específicas para grupos sociais cujas formas de produção não se pautam exclusivamente sobre os critérios econômicos e sobre a lógica de mercado, enquadrando-os na mesma categoria que os demais usuários. Valencio & Martins (2004:61) chamam a atenção para este fato ao analisarem as possibilidades de participação dos pescadores artesanais profissionais no Conselho Nacional de Recursos Hídricos :

“Qual é o espaço de representação política da pesca profissional artesanal de água doce? Aparece, a pesca profissional, sem distinção entre as formas artesanal ou empresarial, com direito de partilhar a mesma cadeira que a aquíicultura, a pesca amadora e o lazer. Assim coloca-se ‘no mesmo saco’ (ou cadeira, de forma alternada), trabalhadores autônomos do território das águas, ao lado do empresariado da pesca e cultivo de peixes e da classe média que forma os turistas, com suas pescarias de lazer e seus estabelecimentos de descanso. Mas com representação distinta e permanente, estão outros usuários, como os irrigantes, as concessionárias hidroelétricas, o setor de saneamento”.

(VALENCIO & MARTINS, 2004:61)

Enfocando o modo de produção dos agricultores familiares, verificamos, em primeiro lugar que, se por um lado, o saber técnico (e a legislação pautada nesse saber) pode legitimar a determinação de práticas de conservação do solo e da água preconizadas pela articulação da

gestão de recursos hídricos com a de uso do solo e com a gestão ambiental, por outro, as próprias limitações do saber técnico em caracterizar a atividade agrícola como usuário significativo ou poluidor, restringem-lhes a possibilidade de acesso aos fóruns deliberativos.

Em segundo lugar, as possibilidades de participação dos agricultores como representantes da sociedade civil são bastante restritas: ora pelo forte atrelamento, desde o texto da Lei, da categoria “sociedade civil” ao conhecimento sobre recursos hídricos; ora pela relação, estabelecida pelos autores citados anteriormente, entre agricultura e os princípios do poluidor-pagador e/ou usuário pagador – condição que determina a constituição da categoria dos usuários em geral.

Ao enfocarmos as possibilidades de participação de uma maneira mais ampla através da discussão trazida por autores que se preocupam com a sociedade civil, evidenciamos as fragilidades do sistema representativo. Os autores antes mencionados apontam que nas instâncias decisórias existe uma predominância do saber técnico-científico, com repercussões tanto na ocupação dos assentos quanto na (im)possibilidade de discussão em função do linguajar utilizado. No entanto, não põem em questão a **possibilidade de decisão** daqueles que não satisfazem os requisitos para participação nos fóruns deliberativos, como grande parte dos agricultores familiares, aos quais caberá, porém, executar as medidas de proteção ambiental. Assim, carecem de análise **os alcances e os limites do sistema de participação proposto pela Lei 9.433/97, quando entra em pauta a articulação da gestão das águas com a de uso do solo e com a gestão ambiental.**

Entendendo que as implicações da gestão das águas para a agricultura familiar não se restringem aos “usos significativos da água” (veja-se nota nº 24), mas sim se estendem ao uso do solo, uma análise contundente, a respeito dos limites do sistema de participação proposto pela Lei 9.433/97, depende da compreensão do significado dessas implicações sobre o modo de vida dos agricultores familiares. Isto é possível através da compreensão de como estas implicações vão se refletir na reprodução social³³ da agricultura familiar. Ou seja, uma vez que a gestão das águas tende a implicar em mudanças no uso dos recursos naturais

³³ Fortes (1958) *apud* Almeida (1986:67) define “reprodução social como o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração em geração, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo”. De acordo com Almeida (1986:67-68), a reprodução social dos grupos familiares se dá em dois ciclos complementares: *ciclo anual ou curto* – no qual combina-se trabalho, recursos naturais e conhecimentos tradicionais para atender o consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo – e o *ciclo geracional ou ciclo longo* – no qual as famílias se perpetuam através das gerações, e é nele que ocorre a migração, o controle sobre o patrimônio, a herança, o corporativismo de parentes e emergem formas diversas de famílias.

(especialmente do solo), devemos compreender teoricamente como esses “recursos” estão inseridos nos modos de vida dos agricultores familiares.

Posteriormente, deveremos lançar mão de um referencial teórico capaz de nos orientar na análise de como, no processo de gestão das águas, se dão as possibilidades de intervenção dos agricultores nas decisões.

Conhecendo o significado dessas implicações sobre o modo de vida dos agricultores e as possibilidades de intervenção dos agricultores familiares nas decisões, teremos elementos para questionar os alcances e os limites do sistema de participação preconizado pela Lei 9.433/97, quando entra em questão a articulação da gestão das águas com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental.

1.2 – As especificidades da agricultura familiar

Para compreender o significado dos “recursos naturais” no modo de vida dos agricultores familiares – em suas diversas formas sociais na Bacia do Itajaí – devemos, inicialmente, ressaltar que ao falar de agricultura familiar, estamos nos referindo àquela agricultura em que a família, como afirma Wanderley (2001), ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A mesma autora aponta esta categoria como necessariamente uma categoria genérica, dentro da qual propriedade e trabalho se combinam, no tempo e no espaço, assumindo uma grande diversidade de formas sociais.

Nesta diversidade, a autora apresenta o **campesinato tradicional** como uma forma particular de agricultura familiar da qual importa ressaltar:

- o sistema de policultura-pecuária de onde provém sua principal fonte de alimentação, o qual, inserido em um sistema econômico próprio, lhe garante uma autonomia *sempre* relativa em relação à sociedade global. Ela é relativa, pois ao trocar parte de seus recursos com o conjunto da sociedade, são introduzidos no campesinato elementos que lhe eram originalmente externos;
- a preocupação com a sobrevivência da família no presente e no futuro, o que confere uma importância estrutural aos grupos domésticos³⁴. Assim sendo “as estratégias da

³⁴ Almeida (1986:68,69) define “**grupo doméstico**” como uma unidade residencial e de consumo, pessoas “que compartilham uma casa e uma cozinha”. Quando esta unidade residencial e de consumo é também unidade de trabalho, o autor sugere o termo “**unidade técnica**”. Já com o termo “**família**” o autor (op.cit.: 68,69) se refere a um “determinado conjunto de parentes, que é previamente determinado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) e há outros tipos (a idéia

família em relação à constituição do patrimônio fundiário, a alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade de trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. são fortemente orientadas por esse objetivo, a médio e longo prazo, da sucessão entre gerações” (op.cit.:27).

- ser uma sociedade de interconhecimento onde cada membro conhece todos os aspectos da personalidade dos outros;
- *não* ser sinônimo de agricultura de subsistência – embora esta função esteja bem presente em seus objetivos – pois existe a vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar, para cuja satisfação podem ser estratégicos a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família.

A autora defende a existência de uma continuidade (e não uma ruptura) desde um modo particular de agricultura familiar que é o campesinato tradicional, até as formas de agricultura familiar não-camponesas presentes nas sociedades modernas. Nestas formas, que se transformaram interna e externamente em agentes da agricultura moderna devido ao impacto de aspectos tais como a importância da cidade e da cultura urbana, a centralidade do mercado e a globalização da economia, etc., e nas quais se assume a “racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional” (WANDERLEY, 2001:35). No entanto, é em grande parte com base nos recursos de que dispõe internamente no estabelecimento familiar que o agricultor familiar moderno orienta suas estratégias de reprodução que, como no campesinato, se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

Para ajudar a pensar a agricultura familiar inserida nas sociedades modernas vem ao encontro da perspectiva de Wanderley (2001) a abordagem de Woortmann (1990) e sua proposta de análise da agricultura familiar através de uma perspectiva centrada em aspectos culturais. Para tanto, o autor (WOORTMANN, op.cit.) sugere a utilização do conceito de “campesinidade” como uma qualidade comum a diferentes lugares e tempos e que está presente de forma mais ou menos intensa em distintos grupos específicos de agricultores familiares. A campesinidade implicaria, para o grupo que a possuísse, uma maneira especial de pensar a terra, o trabalho e a família: (...) “o significado da terra é o significado do trabalho

subjacente é que a família é uma unidade de produção de novas pessoas)”. Diante disso Almeida (op.cit.:69) ressalta: “a correlação entre grupos domésticos (unidades técnicas no meio rural) e famílias nucleares torna-se uma questão empírica, e passa a requerer uma explicação”.

e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente a terra enquanto patrimônio. Mais do que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família” (op.cit.:43). Deste modo, a “terra” nunca é pensada isoladamente do “trabalho” e da “família”, sendo essas três categorias nucleantes³⁵ no discurso camponês e articuladas a valores e princípios organizatórios centrais como a honra e a hierarquia.

Sobre estas categorias, o autor destaca:

“O importante, contudo, não é que sejam comuns [às sociedades camponesas em geral] – pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas – mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra”. (WOORTMANN, 1990:23)

Este autor trata da família como um valor: o valor-família, permanente no tempo. Explica que não está se ocupando da “pequena produção”, não se centra na produção de bens materiais *pela* família, mas sim na produção cultural *da* família enquanto valor (op.cit.:13). De acordo, ainda, com Woortmann (op.cit.:14) não são encontrados camponeses puros, “mas sim uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (WOORTMANN, 1990:14).

Além das três categorias nucleantes acima referidas, Woortmann (op.cit.) menciona outras categorias centrais de uma sociedade camponesa, como “liberdade” e “comida”. A categoria “liberdade” diz respeito, sobretudo, à possibilidade de realizar “trabalho” para a “família”, respeitando-se os princípios que regem sua ordem moral. A “comida”, por sua vez, também está relacionada ao trabalho e à família. “A comida é o elemento central da produção e do consumo, ambos realizados pela família” (op.cit.:37).

Referindo-se especialmente a colonos teuto-brasileiros do sul Brasil, ele afirma que a integração com o mercado não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade, pois sua ordem social é de caráter mais holista que individualista³⁶. Para eles a terra não é mercadoria e sim patrimônio da família. “Produzir, então, para o mercado não significa, necessariamente,

³⁵ Importa esclarecer que o autor se refere às categorias como nucleantes porque, seguindo a idéia desenvolvida por Geertz (1975) *apud* Woortmann (1990:23), entende a cultura “como um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados”.

³⁶ Aqui o autor se refere ao fato de que “a terra-patrimônio se sobrepõe ao indivíduo; este é prisioneiro daquela, na medida em que ela expressa o valor-família (...)”, (WOORTMANN,1990:15). Adiante também explica que nas sociedades camponesas impera uma *ordem moral*, em que temos o que ele chama de um *modelo relacional*, enquanto nas *sociedades modernas*, individualizadas e voltadas para o mercado, impera uma *ordem econômica*. “(...) tanto no plano das categorias, como no plano das relações sociais e das pessoas: estas são, nas sociedades camponesas, seres relacionais constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade, vista esta como um agregado de indivíduos *em contrato*” (op.cit.:23-24).

modernidade no plano do valor” (WOORTMANN, 1990:15). Este autor apresenta, inclusive, a colônia³⁷ como um exemplo, no Brasil, de máxima campesinidade.

Devemos registrar aqui que entre as estratégias de reprodução do campesinato encontram-se diferentes arranjos de transmissão do patrimônio familiar por herança, como maneiras de assegurar que a propriedade da terra não seja dividida a ponto de impedir a continuidade do estabelecimento agrícola. Seyferth (1985), por exemplo, a despeito do Código Civil, registrou entre colonos do sul do Brasil a prática em que apenas um dos filhos herdava a terra. O herdeiro preferido era, em geral, o filho mais novo. Os outros deveriam ter outros destinos, como trabalhar em atividades não-agrícolas, migrar à procura de outra terra, ou mesmo encaminhar-se para a vida religiosa.

Woortmann (1990) alerta, no entanto, que apesar de há muito produzir para o mercado, apenas recentemente a Colônia teve a tradição abalada principalmente por dificuldades de se manter os padrões de herança e matrimônio essenciais para a continuidade do patrimônio familiar em função dos desejos dos filhos que preferem projetos individuais aos da família³⁸. O herdeiro, em virtude de sucessivos movimentos de integração da ordem moral camponesa à sociedade moderna nacional, recusa-se a herdar; e a família, antes condição à liberdade, passa a ser interpretada como sujeição. A “terra” que além de objeto de trabalho era patrimônio da família passa a ser pensada como mercadoria e propriedade do indivíduo.

Sobre este aspecto, Woortmann (1990:54) refere-se ao coletivismo interno da família como “um dos fatores de permanência do campesinato através da história, mas hoje ele parece se chocar com projetos individuais”. De acordo com este autor, uma vez que este coletivismo pressupõe a subordinação do destino individual à coletividade (familiar), ele pode se tornar uma das fontes de crise do campesinato.

³⁷ Conforme Seyferth (1985:8): “numa oposição entre cidade e campo, o termo “colônia” designa a área rural; mas a nível de comunidade rural também tem um significado mais estrito e, diria, mais sociológico. Designa as terras, benfeitorias, residências, animais domésticos, plantações, etc., que juntamente com o grupo doméstico, formam uma unidade básica de produção e consumo. A concepção da família camponesa está estreitamente ligada à idéia de colônia (...). Constitui a própria caracterização desse campesinato, onde o trabalho familiar, tanto quanto a propriedade da terra, são extremamente valorizados. A Colônia nesse contexto, é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço da família”.

³⁸ Haygert & Dickie (2004:126) em uma pesquisa realizada com jovens rurais no Estado de Santa Catarina constataram que a possibilidade de autonomia monetária era o que mais motivava os jovens a terem um trabalho urbano, uma vez que o pai controlava o dinheiro proveniente das atividades agrícolas convencionais. A falta de espaços de lazer também foi apontada pelos jovens como um dos motivos que os levam a procurar o divertimento na cidade. As autoras (op.cit.:126) constataram ainda que jovens rurais que tiveram experiência de cultivo agrícola sem uso de agrotóxicos através, sobretudo, de cursos especializados, alcançam uma relativa autoridade dentro da família em vista de contribuírem com um saber novo que proporciona melhor rendimento para a propriedade. Os pais, por sua vez, visando garantir a sobrevivência e reprodução das gerações seguintes, aceitam a fragmentação de sua autoridade como uma estratégia de reprodução social positiva e os filhos passam a contar com seu próprio dinheiro – “(...) ao reconhecer no filho a capacidade de contribuição específica no

Woortmann (1990:54) remete-se ao trabalho de Bourdieu (1962)³⁹ em que este registrou mudanças que transformam a primogenitura de privilégio em prisão e que dificultam as práticas matrimoniais que asseguravam a preservação do patrimônio.

“Com a emergência de projetos de vida individuais, a migração muda de significado. De uma migração estruturante (a dos não-herdeiros), passa-se para uma migração desestruturante, ditada, não mais pelos interesses da Casa-Tronco, mas pelos interesses do indivíduo. (...) Se, na situação tradicional, o não-herdeiro era a vítima estrutural do sacrifício reprodutivo do todo, vítima essa socialmente designada e, por isso, resignada, como diz Bourdieu (1962), hoje é o herdeiro que começa a se perceber como vítima. O herdeiro era herdado pela terra. A crise se instala, sobretudo, quando ele se recusa a continuar pertencendo à terra, isto é, quando começa a se perceber como indivíduo.” WOORTMANN (1990:55)

Bennett (1982), por sua vez, fornece uma importante contribuição para a análise da agricultura familiar em relação aos processos de tomada de decisão. O autor considera que, para suas decisões, os agricultores levam em consideração basicamente três tipos de aspectos: recursos físicos, fenômenos microssociais (família, comunidade) e fenômenos macrossociais (instituições nacionais, mercados, regulamentações governamentais). De acordo com Bennett (op.cit.) estes três aspectos são “constrangimentos” – um termo que, conforme explica, vem da economia e indica qualquer fator ou forma que inclina as decisões, algo que deve ser levado em conta pelo agricultor para realizar seus objetivos. Cada constrangimento pode ser uma limitação e, ao mesmo tempo, um fator de liberação, uma oportunidade. Assim, a gestão da propriedade em qualquer sistema agrícola, capitalista ou outro, é essencialmente uma maneira de negociar com os fatores de produção para que aí possa haver uma constante dinâmica interativa entre constrangimentos e oportunidades. Com relação aos agricultores de sua região de estudo (Jasper/Canadá), afirma que eles produzem exclusivamente ou principalmente para o mercado, mas seu comportamento econômico não está limitado a esta atividade. Apesar de estar preocupado com questões outras que não a gestão da propriedade agrícola, Woortmann (1990) faz afirmação semelhante ao afirmar que, se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza.

O agricultor, nos diz Bennett (op.cit.:8), tem de levar em conta os desejos da família, as capacidades da comunidade local, seus próprios objetivos e a disponibilidade de tempo e energia. Assumindo sua identidade de antropólogo, ressalta que este tipo de profissional vê o agricultor não apenas como um agente econômico, mas como um ser humano operando em um ambiente social. Isto não significa que a análise econômica não faz parte das decisões do

processo produtivo da família, o pai acata um redimensionamento das relações hierárquicas que realiza com o filho, definindo novas identidades, mais próximas da parceria igualitária” (op.cit.:127).

³⁹ BOURDIEU, P. 1962. Celibat et Condition Paysanne. *Études Rurales*, 5-6:31-71.

agricultor, mas sim que a *quantificação*⁴⁰ pode ser obtida por meio de fatores *qualitativos*, como “valor de uso”, ou prestígio social (ambos importantes nas decisões econômicas) (op.cit.:12). Ou seja, de acordo com Bennett (op.cit.:12) a economia não é um empreendimento separado, mas uma forma de comportamento social que tem que ser integrada com o comportamento das pessoas em contextos culturais sociais.

Assim como Woortmann (op.cit.), Bennett (op.cit.) se preocupa com as pessoas concretas. Enquanto o primeiro nos proporciona uma abordagem especial sobre os aspectos simbólicos dos grupos familiares em que está presente a “campesinidade”, o segundo vem complementar nosso enfoque analítico porque nos possibilita considerar como o simbolismo evidenciado por Woortmann é incorporado às estratégias que constituem-se nas decisões tomadas pelos agricultores para viabilizar a unidade produtiva e a vida familiar. Um exemplo dado por Bennett (1982:21) para evidenciar a dificuldade do agricultor familiar em adotar os critérios de decisão “sofisticados” dos analistas econômicos e pautados em uma suposta eficiência, nos serve para exemplificar a complexidade da agricultura familiar quando a tomamos por objeto de estudo: como alguém pode calcular a vantagem esperada de um investimento em educação universitária para o filho contra aquela de um investimento esperado em maquinaria?

Diante desse quadro, Bennett (op.cit.) concebe o agricultor como um membro do mundo social local, mas também como um agente de desenvolvimento da sociedade-nação. Assim, ao considerar tanto aspectos locais quanto os por ele denominados macrossociais, sua perspectiva se adapta à discussão da conservação ambiental na agricultura, tendo em vista que a discussão em nosso texto inicia-se a partir de uma Lei Federal.

É dentro dessa complexidade que a “terra” tem grande significado para agricultores familiares de um modo geral e, em especial, para aqueles em localidades onde a “campesinidade” se manifesta com maior intensidade. Solo e água – cujos manejos interessam a esta pesquisa –, embora não explícitos na ordem moral camponesa, implicitamente fazem parte da “terra” que, trabalhada, torna-se patrimônio da família. Pensando de que maneira o uso e manejo do solo e da água podem interferir em uma suposta ordem moral camponesa, cabe aqui considerar especialmente o significado da categoria

⁴⁰ O autor se refere a estudos que pretendem compreender as ações dos agricultores exclusivamente por métodos quantitativos, segundo os quais o agricultor deveria ser capaz de tomar decisões “racionais” e “eficientes”. Em decorrência dessa perspectiva, os aspectos não econômicos da gestão eram denominados “subjetivos” ou “humanos” e eram concebidos, pelos analistas, mais como uma interferência no processo de gestão do que como uma possibilidade de compreendê-lo (BENNETT,1982:10).

“colono”, uma vez que a maioria dos agricultores da Bacia do Itajaí descende de imigrantes europeus e assim se autodenomina.

1.2.1 – Imigração e colonização no Sul do país: “colono” como uma categoria social

A categoria “colono”, evocada, por exemplo, pelos agricultores de Botuverá para, muitas vezes, definir sua ocupação profissional, é trabalhada por Giralda Seyferth em vários estudos que tiveram lugar na Bacia do Itajaí. Dois deles, em especial, trazem luz à nossa pesquisa:

- um deles (SEYFERTH, 1993) por tratar de aspectos étnicos relacionados à identidade social dos agricultores, permitindo-nos visualizar como valores étnicos se integram a aspectos físicos da propriedade (como o solo) na definição de sua identidade social ;
- o outro (SEYFERTH, 1984) porque, ao discutir o significado da categoria “colono” numa situação em que o trabalho não-agrícola está presente na família de agricultores, nos permite visualizar como o solo e a possibilidade de utilizá-lo para reprodução da família continuam importantes no modo de vida dos agricultores familiares, mesmo que um ou mais membros da família tenham também ocupações não-agrícolas.

No primeiro deles, a autora (SEYFERTH, 1993:38) afirma que a categoria “colono” expressa uma identidade social que tem duplo significado: indica, em algum grau, uma condição camponesa; ao mesmo tempo possui um conteúdo étnico irreduzível. São citados como elementos de categorização: o trabalho familiar, a posse da terra em quantidade suficiente para permitir o cultivo, a produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se assim a policultura com criação de animais), a participação nas atividades comunitárias, etc. – características apontadas pela autora (e também mencionadas por Wanderley, 2001) como comuns ao campesinato tradicional.

Especificamente em relação ao termo “colono” como categoria social, Seyferth (1993:41) destaca os seguintes elementos de distinção: a dedicação à terra, o trabalho árduo, a produção de alimentos, o enraizamento (em oposição à mobilidade atribuída aos caboclos⁴¹), a liberdade como valor e a propriedade da terra .

⁴¹ Seyferth (1993:51) esclarece que, em sua pesquisa, o termo caboclo é sinônimo de brasileiro descendente de luso (português), referindo-se, mais precisamente, à população dedicada à pesca e à agricultura, localizada na área litorânea, descendente de açorianos, ou, mais amplamente, qualquer estrangeiro de origem lusa. Contudo, em outras regiões do estado, como no Oeste Catarinense, o termo “caboclo” é utilizado para designar a mestiçagem, próxima ou remota, de índios e brancos.

A autora conclui que “A identidade de colono, portanto, é elaborada em dois planos: no primeiro deles, à falta de critérios raciais mais óbvios, é evocada a origem (européia), que associa colonização com imigração; no segundo, são evocadas diferentes maneiras de ser camponês” (SEYFERTH, 1993:51, grifo da autora).

De acordo com Seyferth (1993), o termo “colono” foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização no século XIX e, desde então, passou a ser assumido pelos indivíduos que eram por ele classificados como uma identidade social ligada à imigração. A partir de 1930, porém – quando o contato dos imigrantes com os brasileiros, que vinham à região atraídos pelo mercado de trabalho gerado pela industrialização, começou a ser mais intenso – a apropriação do termo como uma categoria étnica foi reforçada devido a fatores como a concorrência com os colonos proletarizados por emprego nas indústrias têxteis e a coincidência da época de contato interétnico com a campanha do governo federal pela nacionalização que determinou, entre outras coisas, o fechamento de escolas teuto-brasileiras e a obrigatoriedade da língua portuguesa.

Do que escreveu Seyferth (1993:48), pode-se dizer que a “capacidade de trabalho” do colono é considerada inata – qualidade daqueles que têm “origem”, em oposição aos caboclos a quem é atribuída a preguiça. O “amor à terra” é outra qualidade auto-atribuída, “associada ao *ethos* do trabalho implantado pelos [imigrantes] pioneiros” (op.cit.:48). O trabalho na fábrica só é aceito porque a terra é insuficiente para sustentar a todos.

“A terra aparece, assim, como bem inalienável e a mobilidade dos colonos vem associada a esta concepção – ‘os filhos só vão embora para a fábrica porque a terra não dá para todos’ ”. (SEYFERTH, 1993:48)

O aspecto “trabalho não-agrícola” está relacionado a um conjunto concreto de características que remetem ao plano econômico das relações sociais: disponibilidade de terras, natureza da ocupação não-agrícola, importância relativa da agricultura no conjunto da renda familiar, formas de comercialização da produção, utilização de crédito bancário, modernização dos meios de produção – a partir dos quais se dissolve a generalidade da categoria colono (op.cit.:41).

Viver apenas da atividade agrícola (“camponeses de tempo integral”, nas palavras da autora, op.cit.:41) ou dedicar-se também a um trabalho não-agrícola são situações que dividem a categoria colono em “colonos fortes” – que têm terra em quantidade suficiente para sustentar a família – e “colonos fracos” – que, dizendo genericamente, necessitam do trabalho assalariado para manter o padrão de vida desejado. Seyferth (op.cit.:41-42) ressalta que os colonos fortes podem prescindir do salário de alguns integrantes da família no que diz

respeito à reprodução social. Porém, é inclusive em função do padrão de herança comumente adotado, segundo o qual apenas um dos filhos herda a propriedade para que o patrimônio familiar possa permanecer (pois a divisão da propriedade já pequena impediria o exercício da atividade produtiva), que em determinado momento do desenvolvimento de cada um dos grupos domésticos vão existir trabalhadores-camponeses – “Não podem prescindir, portanto, da proletarização!” (SEYFERTH,1993:42).

Aqui, então, vale mencionar que a mobilidade atribuída aos caboclos, razão de preconceito dos colonos para com eles, parece ter um sentido um pouco diferente da busca pela terra referida por Wanderley (2001), como uma das razões para a migração dos agricultores, momento em que autora explica que não é à terra onde nasceram que estão fortemente apegados, mas sim à terra em sentido amplo, “uma terra”, onde possam continuar seu modo de vida. Os colonos condenam os caboclos – embora sem reconhecer sua história de miséria, como ressalta Seyferth (1993) – por preferirem o trabalho fácil da fábrica (em oposição ao trabalho árduo na agricultura) e abandonar por completo as atividades agrícolas quando o salário da fábrica for suficiente para se manter. Ou seja, registra-se aí, mais do que a condição camponesa, a condição de colono, explicitada pela valorização do trabalho árduo, da produção de alimentos e do apego à terra.

Estreitamente relacionado, ainda, ao significado da categoria “colono”, Seyferth (1993:44) afirma que “cuidar da terra” (no sentido de torná-la produtiva) distingue o “bom colono” dos demais e a “falta de capricho” pode ser identificada, entre outras coisas, pela “capoeira que deixam crescer na roça”. Estes significados são indicações que a autora nos dá a respeito de como a identidade social pode se refletir no manejo do solo e que está, também, relacionada ao tempo que o colono dedica a atividades não agrícolas.

Conforme afirmou a autora (op.cit.), podemos notar que “colono” como identidade social vincula imigração e colonização européia (não-ibérica); supera as barreiras entre as diferentes nacionalidades de origem dos imigrantes: a todos é permitido identificar-se como colono, gozando das qualidades indicadas pelo termo. Seu conteúdo étnico refere-se a uma distinção em relação aos habitantes de origem lusa.

No entanto, a categoria “colono” se subdivide quando entra em questão a dependência da família de agricultores em relação ao trabalho não-agrícola – o que é uma consequência, como explica a autora, da quantidade de terra disponível para sustentar a todo o grupo doméstico: surgem os colonos fortes e os fracos. Seyferth (1993:61) afirma ainda que a identidade social não se faz sobre uma oposição rural-urbano, mas sim uma oposição de tipo étnico em relação ao caboclo. Ao mesmo tempo em que, a oposição rural-urbano existe

porque os cidadãos estão fora dos limites da colônia, a maioria dos colonos dos locais estudados pela autora (localidades de Dom Joaquim, em Brusque e de Peterstrasse, em Guabiruba) tem algum tipo de ocupação urbana, por serem colonos fracos. Como ressalta Seyferth (op.cit.:61) “a ligação com a cidade através do trabalho estabelece, de fato, a diferenciação social interna existente na colônia”.

1.2.2 – As atividades não-agrícolas

Uma vez que o trabalho não-agrícola revela-se tão importante para a diferenciação interna da Colônia, fazendo surgir “colonos fortes” e “colonos fracos”, vale apenas recorrer ao outro texto de Seyferth (1984) já mencionado, em que trata do significado da categoria “colono” numa condição de escassez de terras e de exercício de atividades não-agrícolas.

A autora afirma que, no local estudado (Guabiruba, também no Vale do Itajaí-mirim), em decorrência da dificuldade de os colonos comprarem terras para permitir que *todos* os filhos continuem sendo colonos, pode acontecer a partilha da propriedade entre todos os filhos e, como consequência, a impossibilidade de *todos* viverem do trabalho agrícola. Outra possibilidade é a de um ou dois herdarem a propriedade e os demais terem que deixar o campo ou nele permanecem como “colonos-operários”⁴².

Seyferth (1984) apresenta dados sobre o tamanho das propriedades mostrando que houve uma minifundização no município e que na mesma época em que começou a se delinear a escassez de terras, a indústria têxtil no município vizinho de Brusque começou a crescer e precisar de mão-de-obra. Daí decorreu que muitos colonos com pouca terra e com certa proximidade das fábricas passassem a ser *também* trabalhadores assalariados. Ela sugere que a condição dos colonos-operários seja analisada a partir da unidade doméstica camponesa tradicional e não a partir da ocupação da pessoa à qual é dedicado mais tempo. A terra é considerada um bem da família e não uma mercadoria, sendo vendida em casos de extrema necessidade. Vê-se aqui, mesmo entre aqueles que têm emprego regular fora da agricultura, uma característica marcante da “campesinidade” mencionada por Woortmann (1991). De fato, este autor não menciona a falta de terras como uma ameaça à campesinidade e sim o sucessivo contato dos agricultores com a sociedade nacional.

Seyferth (1984) argumenta, ainda, que **características do campesinato** continuam sendo importantes para as famílias de colonos-operários e já em trabalho anterior

⁴² “Colono-operário” é uma categoria-analítica usada pela autora em substituição ao termo *worker-peasant* usado por Franklin (1969) *apud* Seyferth (1984) para referir-se aos camponeses que têm emprego regular fora da agricultura, conforme explica a autora.

(SEYFERTH, 1974) realizado no Vale do Itajaí-mirim, demonstra que o trabalho assalariado temporário (ou não) sempre foi uma fonte de renda importante da família camponesa. Dentre aquelas características menciona, em primeiro lugar, a “**terra**”, sem a qual, argumentam os colonos, não seria possível viver em padrões satisfatórios e a qual permite a agricultura em tempo parcial, garantia em caso de desemprego (SEYFERTH, 1984:82). Outra seria a “**autoridade paterna**”, sendo também a família do colono-operário, nas palavras da autora, “um grupo de produção que trabalha para um fundo comum, cujo ponto de referência é a propriedade familiar” (op.cit.:84). A autora argumenta que a condição de colono-operário é tida como uma estratégia de sobrevivência, como a única maneira de permanecer no campo, de não precisar migrar ou até de permanecer colono (op.cit.:85). Afirma que os colonos-operários continuam pertencendo à comunidade rural, embora tenham relações no meio urbano devido ao contato com os outros operários ou tenham hábitos de consumo ou comportamentos que não são próprios do colono tradicional. Entende-se que o colono enxerga esta categoria como privilegiada, mesmo que seja grande a importância do salário da fábrica na renda familiar – seja porque esta condição possibilita o fornecimento de grande parte da alimentação, seja explicado pela tradição. O trabalho na fábrica é considerado, com raras exceções, como temporário (na maioria das vezes, alerta a autora, apenas no plano das representações).

Pelo que pudemos apreender do texto da autora, mesmo os jovens que procuram trabalho não-agrícola, o fazem por perceber a atividade agrícola sem muito futuro e não por gosto. A condição de colono-operário permite manter o próprio sistema econômico camponês ali estabelecido desde o século XIX, com o salário substituindo a renda obtida com a comercialização de produtos agrícolas (op.cit.:90). Pelo que apresenta a autora, pode-se notar que permanecem, então, valorizadas outras categorias tradicionais do campesinato tais como: a “**comida**” – produzir comida é considerado mais importante do que produzir tecidos e garante a sobrevivência do colono. Também permanece valorizada a “**liberdade**” – o colono não tem padrão em oposição à condição de assalariado na fábrica. As pessoas que vivem no meio rural e têm um pedaço de terra, mas já não se dedicam à agricultura, são mal avaliadas. Da mesma forma são avaliados os jovens que começam a trabalhar na fábrica e deixam de ajudar nas tarefas agrícolas.

Também permanece a condição do **colono** enquanto idealização do passado quando se relembra o tempo em que a comercialização e o transporte eram difíceis, mas as famílias

podiam viver apenas da colônia e quando se relembra a antiga falta de implementos que facilitassem a lida no campo tornando o “**trabalho duro**”.

“Mas o trabalho duro faz parte da concepção do colono, da mesma forma que a produção para o consumo vem em primeiro lugar. O colono produz primeiro para o consumo doméstico, depois pensa no comércio”. (SEYFERTH, 1984:93)

A lembrança do passado também faz reclamar da atual falta de “**solidariedade**” (outro elemento categorizador do camponês tradicional e do colono), tendo-se hoje que pagar por tarefas antes realizadas segundo regras de reciprocidade. A autora explica que a solidariedade existe, embora num contexto diferente da “troca de dia”. No caso de morte ou doença de um pai de família, parentes ou vizinhos devem ajudar nesse momento de crise. A solidariedade também diz respeito à ajuda na construção de uma casa e à troca de experiências sobre maneiras de cultivo, armazenamento etc.

“Trabalho duro, solidariedade, liberdade – no âmbito da ideologia desse campesinato – são as características que identificam o colono. O fato de trabalhar na fábrica não transforma este colono em operário. A organização familiar, do trabalho, aquilo que se refere à unidade doméstica, são os mesmos: na fábrica e na roça, o trabalho, como a renda, são assuntos da família”. (SEYFERTH, 1984:94)

Nestes termos, conclui a autora que, no plano ideológico, trabalhar na fábrica significa antes uma maneira de permanecer colono e ela discorda de esquemas teóricos voltados a uma continuidade camponesa tradicional que excluiriam o colono-operário do âmbito do campesinato, que o considerariam uma figura em transição de uma economia camponesa para uma capitalista. Existem, conforme Seyferth (1984:85), colonos-operários há mais de meio século, perfeitamente integrados ao meio rural, e o modelo de economia familiar desenvolvido entre eles permitiu, sob muitos aspectos, a reprodução do campesinato nesta região, associado, porém, a outros fatores, como os arranjos de herança da terra que expulsam do campo, por exemplo, um ou mais membros de cada família camponesa⁴³.

Enfim, um aspecto importante da agricultura familiar evidenciado nos trabalhos de Seyferth (1984, 1993) é a existência de unidades agrícolas em que nem todos os membros dedicam-se exclusivamente à agricultura. Em seus textos, como vimos, a autora usa o termo colono-operário para referir às atividades não-agrícolas que também são exercidas por

⁴³ Devemos destacar que a respeito das formas de herança da terra, estudos mais recentes nos indicam que estas condições relatadas por Seyferth (op.cit.) parecem ainda estar vigentes. Acerca disso, Paulilo (2004:234) afirma que “nas regiões de colonização italiana e alemã dos três estados do Sul do Brasil há um mesmo padrão a respeito da herança da terra. Embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdaram a terra. O acesso das mulheres a esse bem se faz pelo casamento”. O trabalho de Paulilo (op.cit.), além de indicar as dificuldades das mulheres de acesso à terra, relata a desigualdade de gênero na vida das famílias rurais, de forma que prevalece a autoridade masculina no âmbito doméstico. Stropasolas (2004:255), por sua vez, ressalta que “a vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo”.

membros da família agricultora. Schneider (2003a:112) utiliza o termo “pluriatividade” para designar a conjunção de atividades agrícolas e não-agrícolas pelos membros de uma mesma unidade produtiva.

Ou seja,

“(…) um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural”.

(SCHNEIDER,2003a:112)

Este autor (SCHNEIDER, 2003b) empreendeu uma ampla revisão bibliográfica a respeito de como a prática de atividades não-agrícolas por agricultores familiares tem sido abordada pela literatura nacional e internacional. A seu ver, o fenômeno da pluriatividade *não* é, como defendem alguns analistas, resultado exclusivo de processos macroeconômicos que determinariam o desenvolvimento capitalista na agricultura. O autor afirma que ao se considerar apenas os condicionantes macroeconômicos, a existência da pluriatividade seria decorrência da busca de “empregos de refúgio” diante da queda dos preços das principais *commodities* ou das características excludentes da modernização técnico-produtiva da agricultura ocorrida, em que a pluriatividade representaria apenas uma chance de sobrevivência para produtores sem acesso à tecnologia, com terra insuficiente e crédito escasso, que seria abandonada assim que os agricultores conseguissem consolidar seus sistemas produtivos, voltando-se novamente apenas à produção agropecuária (op.cit.:232-233). Essas perspectivas analíticas descartam, como ressalta Schneider (2003b:233), a importância de aspectos como a descentralização industrial, a flexibilização dos mercados de trabalho e as novas formas de organização da produção e do consumo. “Mais do que isso, não reconhecem a capacidade de interação das próprias famílias e dos indivíduos com as estruturas sociais e as instituições econômicas em que estão inseridos” (op.cit.:233). Assim, o autor nos chama a atenção para o fato de, que ao se creditar a causa da pluriatividade exclusivamente aos aspectos macroeconômicos, desconsidera-se a possibilidade de que os agricultores familiares optem por estratégias que lhes proporcionem desde empregos com melhores rendimentos, até ocupações que sejam menos penosas ou que indiquem a segurança de uma aposentadoria no futuro. Em outras palavras, o autor ressalta que os agricultores devem ser considerados como sujeitos ativos diante das circunstâncias econômicas em que vivem e procurou “demonstrar (...) como a pluriatividade traduz-se em iniciativas diferenciadas às quais recorrem as famílias de agricultores em diferentes momentos de seu ciclo demográfico” (op.cit.:233). O autor enfatiza ainda que as condições de emergência da

pluriatividade estão estreitamente relacionadas à dinâmica das economias locais, sobretudo às características do mercado de trabalho das atividades não-agrícolas existentes em um determinado território. Assim, reconhece a importância de fatores sócio-econômicos locais mais do que os macroeconômicos, como a existência de indústrias que se deslocam para os espaços rurais em busca de mão-de-obra mais barata e que represente menor potencial de organização em agremiações sindicais. Insiste que não deve ser enfocada a pluriatividade em si ou a emergência de ocupações e rendas não-agrícolas no espaço rural de modo genérico, mas sim as relações da pluriatividade com a agricultura familiar (op.cit.:234). Desse modo, o autor apresenta a pluriatividade como uma “estratégia deliberada de indivíduos e famílias que buscam viabilizar formas de garantir sua reprodução social” (op.cit.:233).

Interessa-nos resgatar alguns aspectos do trabalho empírico do autor que têm significado a respeito da relação das famílias pluriativas com os “recursos naturais”. Cumprenos antes esclarecer que o autor realizou estudos de caso em duas localidades cujos habitantes têm ascendência alemã, uma delas denominada Padre Eterno Ilges no município de Santa Maria do Herval, no Estado do Rio Grande do Sul e outra denominada Braço do Sul, localizada no Distrito de Vila Itoupava, município de Blunenu (Médio Vale do Itajaí), no Estado de Santa Catarina. No caso gaúcho, as atividades não-agrícolas são encontradas, sobretudo, na indústria calçadista. No caso catarinense, na indústria têxtil.

O primeiro aspecto se refere à importância que o uso da terra continua representando para os agricultores pluritativos, sobretudo em relação à produção para autoconsumo⁴⁴. Schneider (2003b:206) demonstra que os agricultores pluriativos adquiriram bens de consumo duráveis (sobretudo eletrodomésticos e veículos) porque comprometem pequena parte de seu orçamento com moradia, alimentação, transporte e vestuário. Dessa forma, o autor verifica que a unidade agrícola cumpre o papel de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, já que a grande maioria não paga em dinheiro os alimentos que são produzidos na propriedade por seus familiares, mas ajuda na execução de tarefas dentro da propriedade (op.cit.:220). Poderíamos dizer que é a possibilidade de uso da terra, num arranjo intrafamiliar, que permite a alguns membros buscar fontes de renda não-agrícolas que possibilitam o acesso a bens de consumo desejados.

⁴⁴ Ainda que não se situe na Bacia do Itajaí e tenha importantes diferenças étnicas em relação à população sob análise em nosso trabalho, vale aqui considerar o estudo feito por Cazella (2003) no município de São José do Cerrito, na região serrana de Santa Catarina, com população predominantemente cabocla, em que registra a importância da agricultura para a segurança alimentar das famílias rurais e para a inclusão social de famílias que, fora da comunidade, encontrariam sérias dificuldades para sua reprodução social.

Assim como Seyferth (1984), Schneider (2003b) também aponta, portanto, a importância do autoconsumo para as famílias pluriativas. Apesar de que o autor não tenha usado estas palavras, pode-se entender que a atividade não-agrícola substitui a renda obtida com o cultivo comercial e não diminui a importância das terras para a produção de alimentos para autoconsumo – a qual, por outro lado, é o que possibilita, em grande medida, a saída para trabalhar na fábrica. Este fato é reforçado pelos dados trazidos pelo autor no que diz respeito à proporção de terras destinadas às lavouras temporárias e às matas nativas (virgens e secundárias) (SCHNEIDER, 2003b:188).

Em Padre Eterno Ilges (RS), a percentagem média das terras destinadas às matas nativas, tanto para as famílias pluriativas como para aquelas que o autor denomina “famílias de agricultores” (monoativas, ou seja, que exercem apenas atividades agrícolas), distribui-se de maneira semelhante. As *matas nativas virgens* ocupam em média 5% da área total do estabelecimento rural de família pluriativas e, em média, 10% da área total dos estabelecimento das famílias monoativas. Já as *matas nativas secundárias* ocupam, em média, 21% no primeiro caso (pluriativas) e 26%, no segundo caso (monoativas)⁴⁵.

Quanto às *lavouras temporárias*, na mesma localidade, a percentagem média destinada a esse tipo de cultivo, tanto entre as famílias pluriativas quanto entre as monoativas, aproxima-se de 20%.

Em Braço do Sul (Vale do Itajaí, SC), a percentagem média das terras destinadas às *matas nativas virgens* é de 15% para as famílias pluriativas e de 13% para as monoativas. Quanto às *matas nativas secundárias*, gira em torno de 47% tanto para as pluriativas quanto para as monoativas.

Quanto às *lavouras temporárias*, em Braço do Sul, a percentagem média destinada a este tipo de cultivo aproxima-se de 9%, tanto para as famílias pluriativas como para as monoativas.

Podemos verificar que, respeitadas as diferenças entre as localidades, a área destinada aos diferentes cultivos é muito semelhante entre famílias pluri e monoativas. Estes dados não devem ser tomados para outras especulações, pois para demais análises deveríamos ser capazes de levar em conta outras características das famílias (pluri e monoativas) que influenciam a decisão do uso a ser dado às terras, por exemplo, o número e a idade dos

⁴⁵ Estes dados percentuais não podem ser somados porque, segundo esclarece o autor (SCHNEIDER, 2003:288-189), “referem-se a uma proporção média do uso da superfície das propriedades, que é resultante da quantidade total de área ocupada com determinada cultura dividida pelo número de unidades em que é praticada”. De modo que cada resultado percentual por ele apresentado *não* pode ser considerado parcela de uma operação aritmética cujo total representaria 100% das formas de uso da terra.

membros pertencentes a cada uma delas. O autor (op.cit.:179-180) ressalta que, em geral, as famílias pluriativas eram mais numerosas, enquanto as monoativas eram constituídas apenas pelos cônjuges, o que traz implicações sobre as possibilidades de uso de mão-de-obra, e conseqüentemente, para os tipos de cultivos priorizados.

Por outro lado, estes dados mostram que a ocorrência da pluriatividade pode influenciar no uso do solo sem eliminar a dependência da família pluriativa em relação à terra. O autor, inclusive, traz dados que demonstram que, entre as famílias pluriativas, é maior o percentual de arrendamento de terras de outros para sua utilização do que entre as monoativas (op.cit.:187).

Além disso, um segundo aspecto a ser considerado do trabalho de Schneider, é que estes dados nos remetem a outra questão intrinsecamente relacionada às possibilidades de uso do solo (ou da “terra”) que faz com que os agricultores familiares recorram à atividades não-agrícolas. Agora não mais devido à impossibilidade de divisão da propriedade em que apenas um dos filhos deveria herdar a unidade produtiva para que esta permanecesse viável, como demonstrou Seyferth (1984), mas devido à impossibilidade de uso da terra devido às restrições impostas pela legislação ambiental.

Especialmente na localidade catarinense de Braço do Sul (Blumenau) onde quase 50% da área dos estabelecimentos é ocupada por matas nativas, Schneider surpreendeu-se com as razões apontadas pelas famílias que procuraram rendas não-agrícolas:

“Em Braço do Sul, 33,3% do total das famílias que são pluriativas disseram que as rendas baixas constituem-se na principal para o abandono da agricultura, proporção apenas superada por **41,6% do total de famílias** que, inesperadamente, indicaram serem as restrições legais para o desmatamento o principal entrave que justifica o pouco interesse dos jovens na agricultura” (SCHNEIDER, 2003b:225, grifo nosso).

Outro aspecto a ser considerado do trabalho deste autor diz respeito à administração das rendas não-agrícolas, fato que tangencia uma das categorias do campesinato tradicional identificadas por Seyferth (1984) que permanecia entre os colonos-operários: a autoridade paterna. Diferentemente de Seyferth (1984), Schneider (2003b) encontrou que na maioria dos casos (81,3% na localidade de Braço do Sul, em Blumenau, e 53,8% em Padre Eterno Ilges, RS) a renda não-agrícola obtida pelos filhos é por eles mesmos administrada. Ou seja, não a entregam diretamente à responsabilidade paterna. No entanto, embora a maioria não realize “nenhum tipo de repasse aos patriarcas”, como diz Schneider (2003b:221), os pluriativos fornecem algum tipo de “ajuda financeira” com a aquisição de gêneros alimentícios, pagamentos de taxas ou impostos etc. Assim, o autor conclui que “as famílias que são pluriativas (...) continuam a operar em sua lógica familiar de reprodução social, pois os

membros que buscam trabalhos não-agrícolas continuam a residir no domicílio dos pais, contribuem nas tarefas da propriedade e, não raramente, aportam recursos financeiros para as despesas do estabelecimento agropecuário” (SCHNEIDER, 2003:237).

Os dados empíricos do autor nos dão, assim, claras indicações da importância que pode ter a articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental para todas as formas sociais de agricultura familiar. Presente nessas formas sociais de agricultura familiar está o significado da “terra” que, se por um lado, faz parte de uma lógica que se poderia chamar “utilitarista” desde que se constitui num importante meio de vida, por outro lado, é também “patrimônio da família” – como demonstrado por Seyferth (1984, 1993) – e o que se produz na terra alimenta os membros da família, mesmo os que se dedicam menos às atividades agrícolas.

Numa perspectiva semelhante à dos autores acima, Carneiro (1998) alerta que a presença de atividades não-agrícolas pode significar tanto uma condição de acesso à terra quanto uma transição para a proletarização e que, para compreender o seu significado é necessário estarmos atentos ao contexto sócio-econômico e às estratégias familiares. É necessário distinguir as situações em que elas ocorrem e identificar as condições de produção. Alerta ainda que o significado de tais práticas varia de acordo com quem as pratica: filhos, esposa ou o chefe da unidade produtiva. Diz que devemos, como também afirma Seyferth, tomar a família como unidade de observação, e que isto implica considerar outros critérios: a fase de desenvolvimento do ciclo doméstico⁴⁶ e a lógica das relações intrafamiliares, segundo o contexto histórico-social onde elas são praticadas.

⁴⁶ O termo “ciclo doméstico” refere-se ao que Almeida (1986:70) denomina “ciclo de vida” das famílias rurais. Esta noção traz implícita a idéia de que famílias conjugais são o modelo axiomático para a economia camponesa. “Ao longo do ciclo vital, famílias (grupos domésticos formadas por uma família conjugal) se expandem com o nascimento dos filhos, e incham pela incorporação eventual de pais viúvos e velhos ou de irmãs solteiras; podem superpor-se no processo de transmissão de patrimônio; ou se ramificar numa variante do mesmo processo; finalmente podem fragmentar-se pela morte ou abandono por um dos cônjuges. A idéia é que tudo são acidentes de viagem da família conjugal”. No entanto, o autor (op.cit.:70) alerta que a idéia de “ciclo de vida” “tende a obscurecer a possibilidade de que hajam estratégias diferenciadas, relacionadas tanto com a composição interna do grupo doméstico, como com a composição externa de grupos extradomésticos que formam unidades técnicas em algum sentido, contribuindo para reificar a idéia de família”.

1.2.3 – O uso do saber-fazer

Devemos ter em conta ainda que o processo de decisão dos agricultores familiares, sobretudo no que tange aos recursos físicos não acontece sem a consideração de seu saber na lida diária. Ellen e Klaas Woortmann (1997) estudando agricultores familiares – os *sitiantes*⁴⁷ – de Sergipe demonstram que o seu saber, constituído de uma dimensão técnica e de uma dimensão simbólica difíceis de serem separadas é, ao mesmo tempo, resultado do trabalho (é apreendido na prática) e condição para se realizar trabalho. Enquanto saber indissociável do trabalho, constrói o gênero e a hierarquia familiar.

“A transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc”. (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997:11)

“(…) o trabalho só se constitui como atividade material a partir de uma atividade ideal – o saber. Existe como que um ‘trabalho do saber’ que informa o trabalho sobre a terra, e é domínio desse saber que governa a atividade agrícola e, com ela, a família”. (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997:125)

Nos grupos sociais a cujo estudo se dedicaram, estes autores verificaram que a categoria “trabalho” só é aplicada ao homem, mais especificamente ao pai de família. Tudo o que diz respeito à roça e ao pasto, é masculino; o que diz respeito à casa, é feminino. Assim, no espaço da roça dentro do sítio, a mulher, os velhos e os não-adultos “não trabalham” e sua atividade é definida como “ajuda” (op.cit.:134).

“Na hierarquia da unidade produtiva, o pai de família (...) governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque ‘domina’ o saber. O saber ‘técnico’ é, portanto, fundamental para a reprodução da estrutura social”. (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997:12)

Estes autores argumentam que para os agricultores familiares do nordeste brasileiro estudados o saber necessário à prática agrícola é, então, um saber-fazer, indissociável da prática do trabalho. Falar do trabalho (e portanto do saber) implica considerar outras dimensões da vida que, para eles, são indissociáveis – “Para os *sitiantes*, trabalho, terra e família são indissociáveis e falar de um é falar dos outros” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997:17). O trabalho representa a condição de “libertos” para os *sitiantes* sergipanos. Diante disso, dizem os autores, “(...) gostavam de falar dele; estavam-nos ensinado algo de muita importância para eles, que ignorávamos” (op.cit.:17).

⁴⁷ O *sitiantes* é aquele que pertence ao *sítio*. Este, conforme explicam Woortmann & Woortmann (1997:144) num “sentido mais estrito, refere-se ao espaço casa-quintal, também chamado *chão de morada*”. Também significa “aquilo que se aproxima da parcela camponesa, e neste plano um *sítio* pode conter mais de um *sítio* na primeira

O saber do agricultor está, assim, segundo Woortmann (1990:43), situado no âmbito da “liberdade”⁴⁸ enquanto categoria do discurso camponês.

“A liberdade do *sitiante*, do *agricultor*, do *colono* – sempre um *pai de família*, ou mesmo um patriarca, chefe de uma casa *Casa Tronco*⁴⁹, como entre os colonos do Sul – tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho. A transmissão da terra sem o saber não transformaria esta terra em *terra de trabalho*, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai ‘governa’, ‘dá a direção’ do processo de trabalho”. (WOORTMANN, 1990:43)

Haygert & Dickie (2004) destacam a importância da autodeterminação dos agricultores familiares que cultivam sem o uso de agrotóxicos frente àqueles que cultivam com o uso desses insumos. Segundo essas autoras, a prática agrícola sem agrotóxicos possibilita o resgate do valor tradicional da autonomia do agricultor: “este agricultor se vê como tendo um controle maior e mais completo do ciclo produtivo da sua terra”.

Por trás dessa possibilidade de autodeterminação está o saber necessário ao cultivo da terra e à criação de animais. No caso relatado pelas autoras, o saber não era necessariamente um saber tradicional (passado de pai para filho), antes o contrário: um saber aprendido pelos filhos em cursos voltados à produção agroecológica. Aí reside nosso interesse: tamanha é a valorização do saber (tradicional ou novo) útil na *produção para a família* que ela é capaz de redistribuir a autoridade (tradicionalmente paterna) no interior da família.

“Ao adquirem um saber novo que proporciona melhor rendimento da propriedade familiar (...) e serem os agentes de sua introdução na unidade familiar, os jovens legitimam para si uma relativa autoridade dentro da família”. (HAYGERT & DICKIE, 2004:126)

Assim, o saber – enquanto fazer-saber estreitamente vinculado às regras culturais e às possibilidades de reformulá-las –, é concebido como dimensão do “trabalho” e dele inseparável, por isso está ligado à produção na “terra” *para* a “família” e *com* a “família”. Isto nos impossibilita separá-lo das outras categorias centrais do discurso dos agricultores familiares (terra, trabalho, família, liberdade) para considerá-lo como um saber exclusivamente técnico num processo de gestão das águas. Além de um saber específico sobre

acepção, pois pode reunir uma família extensa”. E em um sentido ainda mais amplo, “*sítio* designa um território organizado pelo parentesco, um território de descendentes de um herói fundador”.

⁴⁸ Para Woortmann (1990:43): a liberdade camponesa tem duas dimensões: a autonomia do processo de *trabalho e do saber* a ele vinculado e a autonomia no que se refere ao *controle do tempo*.

⁴⁹ Aqui o autor se refere à “família-tronco” mencionada por Seyferth (1985:10-13) ao estudar os colonos no sul do Brasil. A família-tronco designa a existência de três gerações sob o mesmo teto, resultado de determinadas estratégias sucessórias (de herança) em que a parte da propriedade em que se situa a residência e seus anexos (estábulo, ranchos, pomares, etc.) é transmitida a apenas um herdeiro – “Tradicionalmente esse herdeiro é o filho mais novo, e mesmo nos casos de partilha da terra, ele recebe a maior porção” (SEYFERTH, 1985:13) – ainda antes da morte dos pais.

as condições ecológicas locais e para além de uma oposição ou mesmo complementariedade ao saber técnico-científico, representa um saber que é parte específica do universo cultural desses grupos sociais.

Assim, o resgate teórico empreendido nos indica que propostas de conservação da água, respaldadas pelas diretrizes da Lei 9.433/97, que determinam a articulação da gestão da água com a gestão do solo e com a gestão ambiental, podem repercutir no modo de vida dos agricultores em suas diferentes formas sociais, mesmo para aquelas famílias que realizam também atividades não-agrícolas (e não só para os usuários da água). A relação dos agricultores com os “recursos naturais” está inserida no âmbito de categorias nucleantes do discurso dos agricultores familiares.

Destacamos a importância dos “recursos naturais”, em especial o solo como categoria “terra” na produção para autoconsumo, fazendo parte de uma necessidade concreta (ou poderia-se dizer, decorrente da razão prática⁵⁰). Por outro lado, destacamos sua importância como parte de um contexto cultural, em que o cultivo da “terra” possibilita a produção do próprio alimento (“comida”) – exigência simbólica à condição de camponês ou colono.

Diante da legitimidade conferida *a priori* aos grupos técnicos para elaboração das propostas a serem deliberadas no fórum participativo (Comitê de Bacia), devemos lembrar do saber do agricultor que, para além da informação técnica sobre o meio físico local, tem significado sobre a possibilidade de reprodução de seu modo de vida. O saber do agricultor ecoa na “liberdade” como categoria social do colono, que consiste em poder produzir para a família, pelo cultivo da terra, controlando o tempo no seu estabelecimento rural. Ou seja, além de informações técnicas, tem implícitas conotações culturais. Por isso, para o processo de gestão das águas, a consideração do saber do agricultor poderia representar um canal para se inserir na discussão ambiental as repercussões do processo de gestão das águas sobre seu modo de vida.

⁵⁰ Usamos a noção de *razão prática* de acordo com o sentido dado por Sahlins (1979): seria a lógica objetiva da superioridade prática; a lógica utilitária segundo a qual o ser humano age pensando nos fins que serão proporcionados por aquela ação – a lógica do interesse. Se todas as ações humanas forem descritas a partir deste tipo de lógica, se todas as ações forem descritas em função de um sentido prático, a cultura estará sendo entendida como um sistema instrumental utilizado para atender às necessidades materiais (orgânicas e econômicas). Como seu complemento estaria a *razão simbólica*: seria a lógica significativa; a lógica segundo a qual os significados das ações são arbitrários em relação à situação material; a lógica segundo a qual o ser humano age, em maior ou menor grau, de acordo com um sistema de regras e significados pré-existentes ao seu nascimento – o sistema cultural.

1.3 – Poder, liberdade e participação

Da discussão trazida acima podemos destacar dois aspectos. Primeiramente, as implicações da gestão das águas sobre a agricultura familiar, em suas diferentes formas sociais, não podem ser apreendidas exclusivamente a partir do “recorte” técnico, que para fins de participação nos fóruns deliberativos, separa os agricultores em usuários ou não usuários da água. Ou seja, a gestão das águas diz respeito a todas as formas sociais de agricultura. Em segundo lugar, a questão da participação na gestão das águas está fortemente atrelada ao domínio do saber técnico-científico, do que pode decorrer a delegação de funções importantes nesse processo, sobretudo a elaboração das propostas que vão ser deliberadas nos fóruns participativos, a pessoas que apresentem os requisitos técnicos considerados necessários.

Acsehrad (2004:7) nos chama a atenção para os diferentes significados que o ambiente encerra para as populações (com seus respectivos objetivos) que nele se inserem. Dentro desta perspectiva, alerta o autor, “os objetos que constituem o ‘ambiente’ não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos” (ACSELRAD, 2004:7). Ao incorporar essa perspectiva à gestão de recursos hídricos e à sua relação com a agricultura familiar, parece claro que estamos diante de maneiras distintas de abordar os “recursos naturais”:

- aquela presente na Lei que pretende, a despeito do significado dos “recursos naturais” para os diversos modos de produção possíveis, extrair deles apenas os aspectos técnicos e com base nestes definir os critérios para participação nos fóruns deliberativos, bem como estabelecer a capacitação técnica como condição necessária para participar da elaboração dos conteúdos a serem deliberados nos fóruns participativos;
- aquela oriunda de modos de vida específicos, em que os “recursos naturais” ao mesmo tempo em que são apreendidos sob uma perspectiva pragmática estão inseridos (de maneira mais explícita)⁵¹ em uma lógica simbólica, como o estão para os agricultores familiares.

Longe do romantismo muitas vezes associado à vida rural ou de uma postura essencialista de que a agricultura familiar fosse por natureza conservadora dos bens naturais, devemos estar atentos ao fato de que, para os agricultores familiares, a relação com os “recursos naturais” é concebida no interior de sua cultura e que eventuais medidas de proteção

⁵¹ Sahlins (1979), em seu livro “Cultura e razão prática”, já alertava a respeito das razões simbólicas inerentes ao próprio capitalismo, de modo que nada escapa ao simbolismo, embora este esteja muitas vezes camuflado (ou naturalizado).

ambiental, respaldadas pelas diretrizes da Lei 9.433/97 que prevêm a articulação da gestão das águas com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental, têm significado no âmbito dessa cultura – mesmo que os agricultores não possam ser caracterizados como usuários da água e estejam, assim, isentos da necessidade de outorga dos direitos de uso da água ou mesmo isentos da cobrança por esse uso. Uma vez que as populações se inserem no ambiente de acordo com seus padrões culturais, Acselrad (2004:8) ressalta que a questão ambiental é “intrinsecamente conflitiva”. Em virtude da complexidade que a envolve – a qual inclui, entre outros aspectos, instituições regulatórias e políticas na esfera pública –, o autor observa que o intuito de analisar os conflitos ambientais, deve estar amparado em um método que

“requerirá o esforço de não enfrentar em separado, por exemplo, a análise da questão da água da discussão das questões fundiárias, de articular a caracterização das dimensões físico-materiais com a explicitação das dimensões simbólicas associadas ao modo de representar o ‘meio’, ambos elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos nos processos conflitivos em causa”.(ACSELRAD, 2004:9)

Se os agricultores devem cumprir as ações de proteção ambiental que têm influência sobre seu modo de vida, quais suas possibilidades de participar da decisão a respeito dessas ações? Anteriormente, através da contribuição de alguns autores, evidenciamos a presença marcante dos técnicos no processo de gestão das águas e destacamos a legitimidade a eles conferida, desde o texto da Lei 9.433/97, para participar na elaboração das propostas a serem apreciadas nos fóruns deliberativos.

Lembremo-nos que em todo este capítulo nos referimos ao texto da Lei Federal e que, como ressaltamos desde o início, a mesma Lei permite “adaptações” no nível da bacia hidrográfica. Valencio & Martins (2004:66) discutem como estruturas locais de poder ainda persistem, a despeito do que propõe a nova legislação de recursos hídricos. Estes autores ressaltam que as análises das novas institucionalidades da gestão das águas não podem desprezar nem as genealogias nem as hegemonias nas relações locais de poder e que o valor democrático atribuído aos conselhos de desenvolvimento, comitês de bacia hidrográfica e afins obscurece o conteúdo empírico das relações ali estabelecidas; indicando-nos, assim, que é no âmbito da bacia hidrográfica que poderemos analisar as reais possibilidades de decisão dos agricultores a respeito das implicações que a gestão das águas lhes traz.

Por outro lado, nós acreditamos que seja importante destacar que parte essencial das possibilidades de participação já estão desenhadas desde a concepção da Lei Federal (por ex., o poder conferido aos técnicos no texto da Lei) – pré-determinando a alguns uma posição estratégica quanto às possibilidades de decisão. Salientamos, no entanto, que o texto da Lei é,

ao mesmo tempo, bastante amplo, capaz de incorporar adaptações no nível mais básico da gestão (bacia hidrográfica). Assim, as possibilidades de participação podem ser acrescidas ou diminuídas conforme as relações de poder que se manifestam no âmbito da bacia e se materializam na concepção do regimento do Comitê e em outras formas participação que a Lei Federal não prevê, mas tampouco reprime.

Deste modo, para complementar a análise, no âmbito da bacia hidrográfica, a respeito das implicações para a agricultura familiar e do lugar a ser ocupado pelos agricultores devemos nos deter na análise das relações de poder em suas formas mais capilares onde possamos visualizar **como se exerce o poder** e, assim, também as possibilidades de sua transformação. Para tanto, nos apoiaremos em alguns dos últimos trabalhos de Foucault, nos quais o autor preocupa-se com a questão do governo dos indivíduos sobre si e sobre os outros e usa a noção de “governabilidade”:

“(…) nessa noção de governabilidade, viso ao conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua **liberdade**, podem ter uns em relação aos outros. São indivíduos livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos para governar os outros. Isso se funda então na **liberdade**, na relação de si consigo mesmo e na relação com o outro. (...) a noção de governabilidade permite, acredito, fazer valer a liberdade do sujeito e a relação com os outros, (...)”. (FOUCAULT, 2004b:286, grifos nossos)

Foucault (1995:246) nos alerta que viver em sociedade implica em que uns ajam sobre a ação dos outros, em outras palavras, que uns exerçam poder sobre os outros e que “uma sociedade ‘sem relação de poder’ só pode ser uma abstração” (FOUCAULT, 1995:246, aspas do autor). É justamente isso que, para o autor, torna necessária a análise do que essas relações são numa sociedade, a análise de sua formação histórica, daquilo que as torna sólidas ou frágeis, bem como das condições que são necessárias para transformar umas, abolir as outras.

“Pois, dizer que não pode existir sociedade sem relação de poder **não quer dizer** nem que aquelas que são dadas são necessárias, nem que de qualquer modo o ‘poder’ constitua, no centro das sociedades, uma **fatalidade incontornável**; mas que a análise, a elaboração, a retomada da questão das relações de poder, e do ‘agonismo’⁵² entre relações de poder e **intransitividade da liberdade**, é uma tarefa política incessante; e que é exatamente esta a tarefa política inerente a toda existência social”. (FOUCAULT, 1995:246, grifos nossos)

Para Foucault (1995) não existe “o” poder. O poder só existe em relação, em exercício. Ao mesmo tempo em que afirma que as relações de poder se enraízam no conjunto da rede social, nega a existência de um princípio de poder primeiro e fundamental que dominaria até o

menor elemento da sociedade (op.cit.:247). Por este fato o autor afirma que devemos nos deter à análise das “relações de poder” e sugere que iniciemos pela análise das formas de resistência ao exercício do poder: “Para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (op.cit.:234).

Nesta sugestão do autor está implícito o que, para Foucault, é condição ao estabelecimento de uma relação de poder: a **liberdade** – presente na noção de governabilidade e na noção de exercício do poder. O poder só se exerce sobre sujeitos livres, sujeitos que podem tentar escapar, resistir ao exercício do poder. E sobre esses sujeitos livres, o poder implica na determinação das suas possibilidades de ação. O exercício do poder não corresponde à ação direta e imediatamente sobre os outros, ele é sempre **uma ação sobre a ação dos outros** (“sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” – op.cit.:243).

Para Foucault, o exercício do poder é

“um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos **sujeitos ativos**; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (...) O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade.”

(FOUCAULT, 1995:243-244, grifos nossos)

Diante disso, o autor afirma que o poder é da ordem do “governo”, tomando o termo num sentido amplo e não restrito às estruturas políticas ou à gestão dos Estados: “o governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes; (...) modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (op.cit.:244).

No início da década de 1980, com a publicação de seu texto “O Sujeito e o Poder”, Foucault afirmava que, à época, eram cada vez mais importantes as lutas contra as formas de **sujeição** – contra a submissão da subjetividade⁵² (op.cit.:236). Para Foucault, as formas de sujeição como mecanismos de poder são oriundas de uma antiga tecnologia de poder – o poder pastoral – originária nas instituições cristãs mas que foi integrada ao Estado moderno. O poder pastoral tinha como condição básica o conhecimento da mente das pessoas e os seus

⁵² Com o uso deste termo baseado em uma palavra grega que significa “um combate”, o autor se refere à luta permanente entre o exercício do poder e a insubmissão da liberdade; refere-se a uma provocação permanente e recíproca entre a relação de poder e a intransigência da liberdade (FOUCAULT, 1995:244-245).

⁵³ Com esta palavra Foucault refere-se à “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004a:236).

segredos mais íntimos; o que implicava em um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la (op.cit.:237).

No Estado moderno, com a incorporação desta tecnologia de poder a diversas instituições, possibilita-se o desenvolvimento de um saber sobre o homem, bem como o seu controle, não só no que se refere à sociedade como um todo (aspectos quantitativos que dizem respeito à população) mas de cada indivíduo em particular (aspectos analíticos: poder da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores). A integração dos indivíduos ao Estado moderno está condicionada a que à individualidade destes indivíduos “se atribuisse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos” (op.cit.:237). Ou seja, sua pertença à sociedade depende da sujeição a determinadas normas, que vão estabelecer quem são cotidianamente, normas às quais estão *sujeitos*, que vão definir sua subjetividade.

Assim, as lutas contra a sujeição às quais Foucault se refere são as que questionam o *status* do indivíduo, reclamam o direito de ser diferente e reforçam tudo o que lhes faz de fato um indivíduo. Por outro lado, são as lutas contra tudo o que separa os indivíduos entre si, o que rompe a vida comunitária. Também são lutas contra os privilégios do conhecimento. Questiona-se o modo como o conhecimento circula e funciona, suas relações com o poder.

“Finalmente todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos.

(...) O principal objetivo destas lutas é atacar (...) uma técnica, uma forma de poder”. Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos”. (FOUCAULT, 1995:235).

Foucault explica que as relações de poder podem se articular com relações de comunicação (que transmitem uma informação através da língua, de um sistema de signos ou qualquer outro meio simbólico) e com capacidades objetivas (um poder que exercemos sobre as coisas, por meio do qual podemos modificá-las, utilizá-las ou destruí-las, um poder que remete a aptidões inscritas diretamente no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais). Apesar de estes três domínios estarem sempre articulados e “servindo-se mutuamente de instrumento” (op.cit.:241), eles não se confundem.

As relações de poder propriamente ditas têm dois elementos que lhes são imprescindíveis: “que o outro (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT,

1995:243). O sujeito permanece livre e pode, por definição, tentar uma inflexão na relação de poder estabelecida. Dois adversários em confronto lançam mão de estratégias, e quando um deles consegue, com seus mecanismos, determinar a ação do outro, estabelece-se a relação de poder. Assim a relação de poder é o alvo, o objetivo numa situação de confronto. É uma situação mais ou menos estável de poder de uns sobre os outros, que se estabeleceu. Mas ela pode ruir, por meio de estratégias de luta de quem está sujeito a ela.

“Pois se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de **ponto de inversão possível**. Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das reações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis pelos quais um dentre eles pode conduzir de maneira bastante constante e com suficiente certeza a conduta dos outros; para uma relação de confronto, desde que não se trate de luta de morte, a fixação de uma relação de poder constitui um alvo – ao mesmo tempo seu completamento e sua própria suspensão”.

(FOUCAULT, 1995:248, grifos nossos)

Assim como, para Foucault, o sujeito se define na relação de poder, é também na relação de poder que está a possibilidade de se lutar por uma outra subjetividade. Convém lembrar que para Foucault, “o poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos” (FOUCAULT, 2004b:284).

Importa destacar, porém, que o autor distingue as relações de poder como “jogos estratégicos entre liberdades” e os “estados de dominação”. As relações de poder são jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros. Os estados de dominação – ressalta o autor – “são o que geralmente se chama de poder” (op.cit.:285), são casos em que “as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dessimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada” (op.cit.:277).

Entre as relações de poder e os estados de dominação estão as tecnologias governamentais. O termo “tecnologias governamentais”, é tomado por Foucault em um “sentido muito amplo – trata-se tanto da maneira com que se governa sua mulher, seus filhos, quanto da maneira como se dirige uma instituição” (FOUCAULT, 2004b:285). O autor ressalta que “a análise destas técnicas é necessária, porque muito freqüentemente é através desse tipo de técnicas que se estabelecem os estados de dominação” (op.cit.:285). Foucault

destaca que em sua análise do poder há esses três níveis: as relações estratégicas, as técnicas de governo e os estados de dominação.

Foucault (1995:246) sugere que sejam observados alguns pontos quando queremos analisar concretamente as relações de poder:

- 1) O **sistema das diferenciações** que permitem agir sobre a ação dos outros: jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; na apropriação das riquezas e dos bens; de lugar nos processos de produção; lingüísticas ou culturais; na habilidade e nas competências etc. “Toda relação de poder opera diferenciações que são, para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos” (op.cit.:246).
- 2) O **tipo de objetivos** perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros: manutenção de privilégio, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária, exercício de uma função ou de uma profissão.
- 3) As **modalidades instrumentais**: de acordo com o fato de que o poder se exerce pela ameaça das armas, dos efeitos da palavra, através das disparidades econômicas, por mecanismos mais ou menos complexos de controle, por sistemas de vigilância, segundo regras explícitas ou não etc.
- 4) As **formas de institucionalização**: podem misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômeno de hábito ou moda; elas podem ter também a aparência de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, seus regulamentos próprios, suas estruturas hierárquicas cuidadosamente traçadas, e uma relativa autonomia funcional; podem também formar sistemas muito complexos, com aparelhos múltiplos, como no caso o Estado que tem por função constituir o invólucro geral, a instância de controle global, o princípio de regulação e, até certo ponto também, de distribuição de todas as relações de poder num conjunto social dado.
- 5) Os **graus de racionalização**: o funcionamento das relações de poder como ação sobre um campo de possibilidade pode ser mais ou menos elaborado em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder) ou, ainda, em função do custo eventual (custo econômico dos meios utilizados ou custo em termos de reação constituído pelas resistências encontradas). “O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados” (op.cit.:247).

“As formas e os lugares de “governo” dos homens uns sobre os outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros”. (FOUCAULT, 1995:247)

Foucault, nos seus últimos trabalhos, estava preocupado pela “maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si”, – mas ressalta – “essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2004b:276). Assim, para Foucault, os sujeitos se constituem nas relações de poder e não são independentes delas. É nas relações de poder que se constitui, então, a subjetividade dos indivíduos – “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004a:236). Em função das diferentes relações de poder nas quais está inserido, o indivíduo desenvolve um tipo de relacionamento consigo mesmo:

“[O sujeito] não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembléia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas de **sujeito em relação aos jogos de verdade**”.

(FOUCAULT, 2004b:275, grifos nossos)

O autor destaca, assim, a importância dos “jogos de verdade” na constituição das diferentes formas que o sujeito assume – nas diferentes subjetividades do indivíduo. Os “jogos de verdade” aos quais Foucault se refere estão relacionados à maneira pela qual uma determinada coisa pode ser tomada como **objeto de conhecimento** possível, como ocorre a sua problematização como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela foi submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente. Ou seja, relacionam-se ao modo de **objetivação** de determinada coisa. Ao mesmo tempo, esses “jogos de verdade” estão relacionados a que condições o sujeito deve estar submetido, qual o seu *status*, que posição deve ocupar no real e no imaginário para se tornar **sujeito legítimo** deste ou daquele tipo de conhecimento. Ou seja, os “jogos de verdade” estão também (e ao mesmo tempo) relacionados ao modo de **subjetivação** do sujeito.

“Essa objetivação e essa subjetivação não são independentes uma da outra; do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de ‘jogos de verdade’: ou seja, não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso”. (FOUCAULT, 2004a:235)

Por meio do que se tem como verdade são definidas as relações do sujeito consigo mesmo e com os outros:

“(...) o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. **Precisa-se de** um guia, de um conselheiro, de um amigo, de **alguém que lhe diga a verdade**. Assim, o problema das relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si”. (FOUCAULT, 2004b:271, grifos nossos)

Em seção anterior deste capítulo constatamos que, pelo texto da Lei 9.433/97, o acesso dos agricultores familiares ao sistema de participação proposto para a gestão das águas está condicionado à sua categorização técnica como “usuários da água”. Posteriormente, apresentamos evidências teóricas de que a gestão das águas – por meio da sua articulação com a gestão do solo e com a gestão ambiental – pode ter implicações sobre o modo de vida dos agricultores familiares em todas as suas formas sociais, e não só para aqueles que podem ser caracterizados como “usuários da água”.

Colocamos, assim, a questão de nosso trabalho no âmbito das possibilidades dos agricultores participarem em decisões tomadas no processo de gestão das águas que vão interferir em seu modo de vida.

Ao mesmo tempo em que a condição de participação dos agricultores estando atrelada à (im)possibilidade de sua categorização técnica como “usuários da água” implica, como já vimos, numa diminuição das possibilidades de participação dos agricultores familiares nos fóruns deliberativos (sobretudo nos comitê de bacia), implica também na existência de um saber técnico específico necessário para fazer essa categorização. Da mesma forma, a articulação da gestão das águas com a gestão do solo e com a gestão ambiental, traz implícita a necessidade de um saber técnico específico para lhe dar sustentação e operacionalidade.

Assim, se a articulação da gestão das águas com a gestão do solo e com a gestão ambiental pode trazer implicações para os agricultores familiares em todas as suas formas sociais, é porque a relação ambiental desses agricultores passou a ser objeto de um saber específico e necessário à implantação da política das águas por meio, por exemplo, de propostas de conservação do solo. Uma vez que o que está em pauta é a relação dos próprios agricultores com os “recursos naturais” nos seus estabelecimentos rurais, a constituição dos agricultores familiares como **sujeitos livres** no processo de gestão das águas e as suas possibilidades de ação estão certamente vinculadas ao processo de constituição desse saber específico: às maneiras pela qual o objeto (relação agricultores-recursos naturais) é problematizado e a que condições deve estar submetido o sujeito para se tornar **sujeito legítimo** desse conhecimento.

Em outras palavras, as possibilidades de decisão dos agricultores familiares passam também pelas condições que determinam, no processo de gestão das águas, o recorte analítico que é dado ao objeto (por exemplo, enfocando a relação ambiental dos agricultores a partir de uma perspectiva eminentemente técnica-hidrológica) e das condições que determinam quem pode, diante do recorte dado, “conhecer” o objeto e, conseqüentemente, participar da elaboração de propostas de conservação ambiental.

Diante da perspectiva analítica do poder em Foucault, poderíamos inscrever nossa questão no **campo de possibilidades de ação dos agricultores** no âmbito das relações de poder que emergem no processo de gestão das águas. Dentro desse campo de possibilidades, os agricultores como **sujeitos livres**, estariam *sujeitos a* (e usariam *de*) estratégias de confronto para o estabelecimento de relações de poder a partir das quais uns determinariam as ações dos outros. Seria possível enunciá-la da seguinte maneira: quais os mecanismos e os efeitos das relações de poder que determinam a constituição dos agricultores como **sujeitos** na gestão das águas?

Para definir empiricamente como as implicações e as possibilidades da gestão das águas para a agricultura familiar se materializam, devemos considerar as **relações de poder que resultam na definição do lugar dos agricultores** no processo de Gestão das águas no **âmbito local (bacia hidrográfica)**. Para tanto devemos ter em conta:

- a) A interpretação local (no nível da bacia hidrográfica) das implicações do processo de gestão das águas para a agricultura.
- b) A interpretação dada, nesse mesmo nível, aos princípios que determinam a composição do fórum deliberativo (comitê de bacia) e as conseqüências daí decorrentes sobre as possibilidades de atuação dos agricultores na tomada de decisões.
- c) A legitimidade conferida aos agricultores familiares para atuação na elaboração das propostas de intervenção no espaço rural.
- d) As implicações do processo de gestão das águas sobre os modos de vida dos agricultores familiares em suas diversas formas sociais.

Em outras palavras, a partir destes quatro pontos, estaremos propondo uma discussão a respeito da (in)adequação dos princípios que determinam a participação na Política Nacional de Recursos Hídricos para contemplar as especificidades de uma organização do trabalho produtivo resultante de um modo de vida que se reveste de inúmeras formas sociais, como é o caso da agricultura familiar – especialmente no Vale do Itajaí, em que a pluriatividade na

agricultura já foi referida por vários autores – quando entra em pauta a articulação da gestão das águas com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental.

Capítulo 2 – O contexto da investigação: caracterização sócio-espacial da agricultura e a gestão das águas na bacia do Itajaí

A Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí compreende uma área de 15.111 km² sendo a bacia hidrográfica mais extensa da vertente atlântica do estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1999). Ocupa 16,15% do território catarinense, abrangendo total ou parcialmente 50 municípios⁵⁴. Seu maior curso d'água é o rio Itajaí-açú, assim denominado a partir da confluência, no município de Rio do Sul, dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul. Outros importantes tributários são: o rio Itajaí do Norte (também conhecido como Rio Hercílio) que deságua no rio Itajaí-açú no município de Ibirama; o rio Benedito que deságua no rio Itajaí-açú no município de Indaial; e o rio Itajaí-mirim, que desemboca no rio Itajaí-açú no município de Itajaí – a partir de onde o rio Itajaí-açú passa a chamar-se Rio Itajaí.

As principais sub-bacias que integram a Bacia do Itajaí são:

Sub-bacia do Itajaí do Norte ou Hercílio, com 3.315 km²;

Sub-bacia do Benedito, com 1.398 km²;

Sub-bacia Luiz Alves, com 583 km²;

Sub-bacia Itajaí-açú, com 2.794 km²,

Sub-bacia Itajaí-mirim, com 1.673 km²;

Sub-bacia Itajaí do Sul, com 2.309 km² e;

Sub-bacia Itajaí do Oeste, com 2.928 km² (SANTA CATARINA, 1999).

⁵⁴ Agrolândia, Agronômica, Alfredo Wagner, Apiúna, Ascurra, Atalanta, Aurora, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Braço do Trombudo, Brusque, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ibirama, Ilhota, Imbuia, Indaial, Itaiópolis, Itajaí, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Luiz Alves, Mirim Doce, Navegantes, Penha, Petrolândia, Piçarras, Pomerode, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio dos Cedros, Rio do Sul, Rodeio, Saleté, Santa Terezinha, Taió, Timbó, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

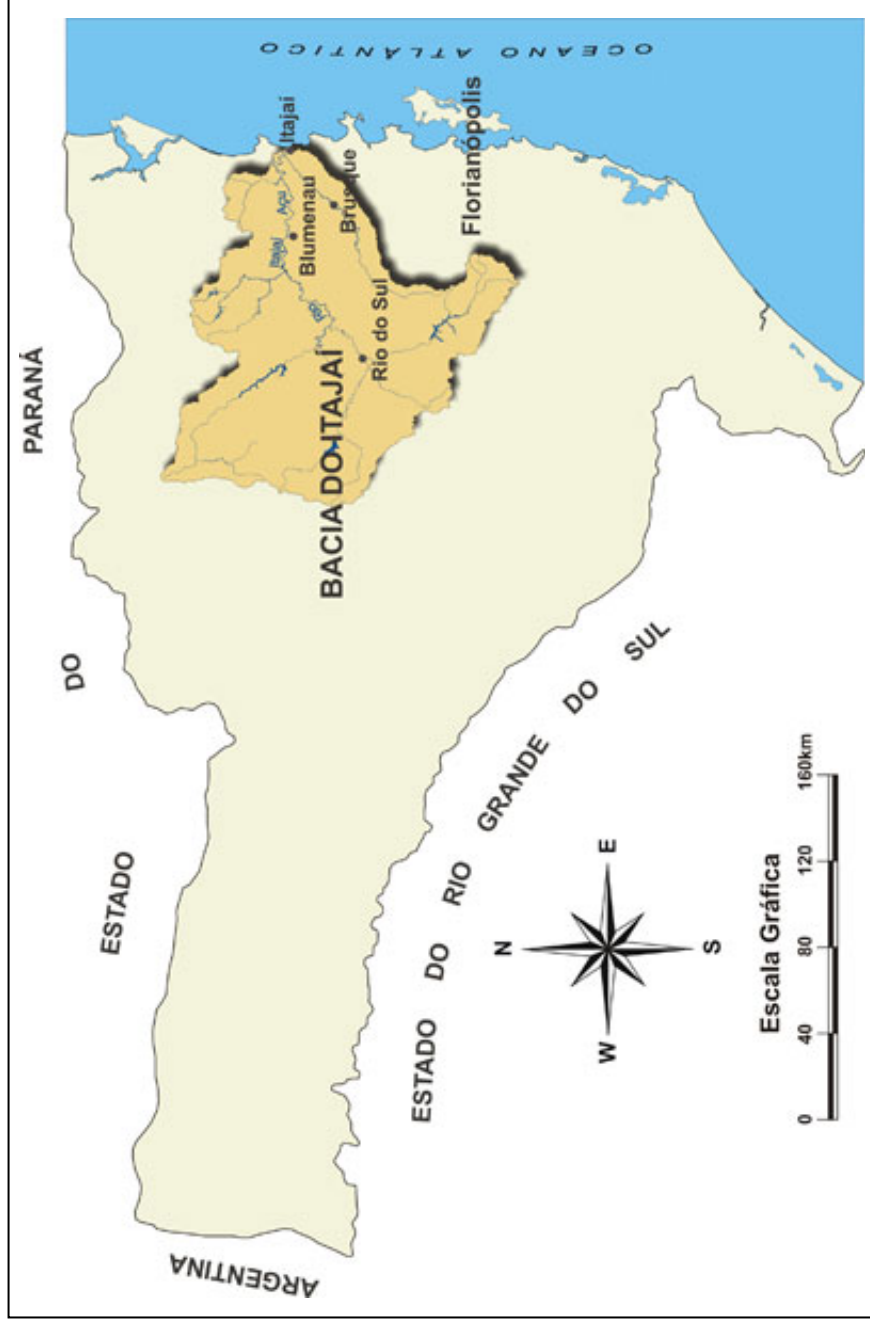


Figura 1 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Fonte: www.comiteitajai.org.br, acessado em 21.07.2006.

A Bacia do Itajaí, também conhecida como Vale do Itajaí, é dividida em Baixo (ou Região da Foz do Rio Itajaí), Médio e Alto Vales, aos quais correspondem processos históricos⁵⁵ e características sócio-econômicas distintos, e cujos municípios estão organizados nas seguintes associações (FRANK, 2001:9):

Associação dos Municípios da Foz do Itajaí (AMFRI), da qual participam Itajaí, Ilhota, Luiz Alves e Navegantes;

Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), da qual participam Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó e;

Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), da qual participam Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do trombudo, Chapadão do lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Witmarsum.

De acordo com a mesma autora, no Baixo Vale, que tem como pólo o município de Itajaí, prevalece o comércio como principal atividade econômica, principalmente devido ao Porto de Itajaí, seguido pela indústria de transformação de pescados e pelo turismo de temporada. No Médio Vale, cujo pólo é o município de Blumenau, predomina a atividade industrial, seguida pelo comércio. Nos municípios do Alto Vale, com pólo em Rio do Sul, prevalece a pequena indústria e a agropecuária, com prevalência da pequena propriedade (até 50 ha), com grande número de propriedades com menos de 20ha. Destacam-se os cultivos de cebola, mandioca, arroz, e principalmente fumo; na pecuária, destaca-se a suinocultura.

Desde o início da colonização da Bacia, em 1850, com a fundação da Colônia Blumenau, os rios foram vias de acesso dos imigrantes às novas terras. Atualmente, os rios continuam exercendo papéis importantes na Bacia: fonte de água abastecimento urbano, fonte de água para irrigação, meio para diluição de dejetos domésticos e industriais, etc.. Deles provém, entretanto, uma das preocupações ambientais mais enfatizadas regionalmente: as

⁵⁵ Podemos distinguir basicamente três períodos de povoamento na Bacia do Itajaí. O primeiro deles refere-se ao povoamento vicentista na Região da Foz do Rio Itajaí a partir de 1819. A segunda etapa importante aconteceu com a colonização do Médio Vale do rios Itajaí-açú e Itajaí-mirim, com a fundação das Colônias Blumenau (1850) e Brusque (1860), respectivamente, que receberam inicialmente imigrantes alemães e, posteriormente, italianos, poloneses, entre outros. A terceira etapa corresponde à entrada de imigrantes, sobretudo alemães, no Alto Vale do Itajaí, que aconteceu principalmente a partir de 1925, nas imediações do Rio Itajaí do Norte (ou Hercílio). Informações mais detalhadas sobre este assunto podem ser obtidas em Cabral (1958, 1968), Grosselli (1987), Piazza (1988, 1983), Seyferth (1974), entre outros.

enchentes – em função das quais, como veremos adiante, importantes mobilizações sociais aconteceram e acontecem.

2.1 – A agricultura na Bacia do Itajaí

Segundo dados do IBGE (2004b) a população total da Bacia do Itajaí é de 1.186.215 habitantes, dos quais 83,70% são urbanos e 16,30% rurais. Ou seja, formalmente existiriam 193.328 pessoas habitando o espaço rural da Bacia.

Os estabelecimentos agropecuários na Bacia do Itajaí ocupam uma área de 758.299,70 ha (IBGE, 2004d)⁵⁶. Desses estabelecimentos, 66,9% (23.112) têm menos de 20ha; 26,45% (9.138) têm de 20 a menos de 50ha. Ou seja, **93,35% (32.250) dos estabelecimentos agropecuários são considerados de pequeno porte (menores de 50ha)**. Os estabelecimentos com área de 50 a menos de 100ha (1.619) correspondem a apenas 4,68% do total de estabelecimentos. Os estabelecimentos maiores de 100ha (668) correspondem a apenas 1,9% do total.

A utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários da Bacia do Itajaí é sintetizada na Tabela 1 abaixo, por meio da qual podemos verificar que a maior área dos estabelecimentos é destinada ao cultivo de lavouras temporárias.

Tabela 1 – Utilização das terras em número e área total dos estabelecimentos na Bacia do Itajaí, em 1996.

Utilização das terras	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (ha)	Área dos estabelecimentos (%)
Lavouras permanentes	6.487	10.942,532	1,44
Lavouras temporárias	28.394	141.390,779	18,65
Lavouras temporárias em descanso	4.912	16.008,499	2,11
Pastagens naturais	22.146	134.806,405	17,78
Pastagens plantadas	10.411	82.397,808	10,87
Matas e florestas naturais	21.746	217.231,233	28,65
Matas e florestas artificiais	12.263	62.514,892	8,24
Terras produtivas não utilizadas	6.376	24.668,625	3,25
Terras inaproveitáveis	30.726	68.338,934	9,01
Total	-	758.299,707	100,00

Fonte: IBGE (2004h) – Ano 1996, Censo Agropecuário.

Os principais produtos de lavouras temporárias produzidos no Vale do Itajaí são apresentados na Tabela 2.

⁵⁶ Por meio da Tabela 306 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) - IBGE(2004d) - encontramos que a soma dos estabelecimentos agropecuários da Bacia é de 34.537.

Tabela 2 – Principais produtos de lavouras temporárias produzidos no Vale do Itajaí.

Lavoura Temporária	Quant. Produzida (ton)	Valor da Produção (mil reais)	Valor Produção percentual	Área plantada (ha)	Área plantada percentual	Área colhida (ha)	Área colhida percentual
Total	-	387.727	100	139.635	100	139.233	100
Abacaxi (mil frutos)	290	203	0,05	12	0,01	12	0,01
Alho	12	32	0,01	5	0,00	5	0,00
Arroz em casca	225.164	63.959	16,50	28122	20,14	28.122	20,20
Batata Doce	16.725	2.510	0,65	884	0,63	884	0,63
Batata Inglesa	11.049	4.364	1,13	1.293	0,93	1.293	0,93
Cana-de-açúcar	65.945	3.367	0,87	1.592	1,14	1.592	1,14
Cebola	262.986	84.486	21,79	15.994	11,45	15.844	11,38
Feijão em grão	6.393	6.066	1,56	5.965	4,27	5.913	4,25
Fumo em folha	55.611	163.701	42,22	27.644	19,80	27.644	19,85
Mandioca	165.521	10.152	2,62	7.718	5,53	7.718	5,54
Melancia (mil frutos)	11.539	1.697	0,44	487	0,35	487	0,35
Milho	206.800	43.106	11,12	49.718	35,61	49.518	35,56
Soja em grão	8	6	0,00	5	0,00	5	0,00
Tomate	8.470	4.074	1,05	181	0,13	181	0,13
Trigo em grão	12	4	0,00	15	0,01	15	0,01

Fonte: IBGE (2004e).

Em relação ao número de pessoas ocupadas segundo o tipo de atividade desenvolvida nos diversos estabelecimentos, de acordo com IBGE (2004a), o maior número de pessoas que trabalham na agricultura está em estabelecimentos agropecuários que produzem lavouras temporárias: 58.673 pessoas (de 14 anos ou mais) em 16.516 estabelecimentos.

A partir dos dados dispostos na Tabela 3, a seguir, podemos verificar que o plantio do fumo, correspondendo a 19,80% da área total de lavouras temporárias cultivadas na Bacia, é a lavoura que mais ocupa pessoas na atividade agrícola: 31.768 pessoas (de 14 anos ou mais) em 8.368 estabelecimentos. A bovinocultura vem em seguida, sendo responsável pela ocupação de 17.208 pessoas.

A produção de arroz – sempre presente nas discussões do Comitê de Bacia –, por sua vez, corresponde a 20% da área de lavouras temporárias e ocupa 5.225 pessoas em 1.736 estabelecimentos.

Tabela 3 – Pessoal ocupado no Vale do Itajaí, segundo o grupo e a classe da atividade econômica.

Grupo e Classe da Atividade Econômica	Estabelecimentos	Pessoal ocupado
LAVOURA TEMPORÁRIA	16.516	58.673
Cultivo de Cereais	2.620	7.997
<u>Arroz em casca</u>	<u>1.736</u>	<u>5.225</u>
Milho em grão	884	2.772
Cana-de-açúcar	314	1.022
<u>Fumo em folha</u>	<u>8.368</u>	<u>31.678</u>
Soja em grão	2	5
Outros produtos	5.212	17.971
HORTICULTURA E PRODUTOS DE VIVEIRO	679	2.431
LAVOURAS PERMANENTES	925	3.170
Frutas Cítricas	109	258
Laranja	51	123
Outras cítricas	58	135
Café em grão	2	7
Uva	27	112
Outros produtos	787	2.793
PECUÁRIA	7.672	21.858
<u>Bovinos</u>	<u>6.222</u>	<u>17.208</u>
Outros animais de grande porte	88	261
Ovinos	6	19
Suínos	478	1.666
Avicultura	791	2.481
Outros animais	87	223
PRODUÇÃO MISTA (LAVOURA E PECUÁRIA)	6.322	19.794
SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	556	1.649
Silvicultura	297	671
Exploração Florestal	259	978
PESCA E AQUICULTURA	124	371
PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL	49	195

Fonte: IBGE (2004a)

2.1.1 – Mão-de-obra ocupada na agricultura e ocupação dos agricultores

Na **Bacia do Itajaí**, de acordo com o Censo Agropecuário 1995-1996⁵⁷ (IBGE, 2004a), existiam 32.843 estabelecimentos agropecuários nos quais estavam ocupadas 108.141 pessoas. De acordo com esses dados, as pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários representavam 55,9% da população rural (193.328) e 9,11% da população total (1.186.215) da Bacia.

Segundo o mesmo Censo, em **28.428** dos estabelecimentos agropecuários, as pessoas ocupadas são somente aquelas responsáveis pelo estabelecimento e seus familiares. Em outras palavras, em **86,55%** dos estabelecimentos da Bacia a **mão-de-obra é familiar**, nos quais são ocupadas **86.613** pessoas, segundo dados da mesma fonte. Dessas pessoas, 48.258 são homens (sendo 41.290 com 14 anos ou mais) e 38.355 são mulheres (sendo 32.574 com 14 anos ou mais).

Em apenas **4.415** estabelecimentos existem pessoas contratadas (**13,44%**). O número de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos é **21.528**, das quais 14.784 são homens (sendo 13.567 com 14 anos ou mais) e 6.744 são mulheres (sendo 5.724 com 14 anos ou mais).

A comparação entre a **população rural** (193.328) e o **número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários** (108.141) parece indicar que grande parte da população rural da Bacia do Itajaí desempenha atividades não- agrícolas⁵⁸.

A importância das **atividades não-agrícolas** exercidas por pessoas com domicílios rurais já foi registrada por Mattei (2001) de forma generalizada para todo o estado de **Santa Catarina**. Segundo este autor, em 1999, as ocupações não-agrícolas respondiam por aproximadamente 35% da população economicamente ativa (PEA) rural catarinense, equivalente a 245 mil pessoas com ocupações não-agrícolas, de um total de 711 mil pessoas economicamente ativas residentes nas zonas rurais.

No início da década de noventa, as ocupações não-agrícolas não ultrapassavam 22% da PEA rural catarinense. Esse aumento de 22% para 35% significou, segundo Mattei (op.cit.), a manutenção da ocupação para 65 mil pessoas que mantêm residência rural, mas que não estão mais ligadas diretamente à agricultura. Em 1999, as indústrias da transformação, da construção e de prestação de serviço foram, juntas, responsáveis por 74% dessas ocupações não-agrícolas em Santa Catarina.

⁵⁷Tabela 11 do Censo Agropecuário 1995-1996: Pessoal ocupado, segundo a condição do pessoal ocupado e o grupo e classe da atividade econômica.

⁵⁸ Informações a respeito de ocupações não-agrícolas da população rural podem ser conseguidas através de estudos específicos que tenham como base as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), realizadas anualmente pelo IBGE, sendo interrompidas somente nos anos em que são realizados os Censos Demográficos (MATTEI, 1999:192). No entanto, nesta fonte, não podemos dispor de dados para as mesorregiões geográficas, como é o caso do Vale do Itajaí. De acordo com Mattei (1999:192-193), “uma das características das PNDAs é fazer projeções do crescimento populacional a partir das informações do Censo Demográfico. Assim, quanto mais os anos das pesquisas se distanciam da data do Censo Demográfico, maiores serão as possibilidades de erro. (...) o IBGE recomenda que a abertura máxima que poderá ser feita nos dados é no âmbito do estado, não estando garantida a representatividade da amostra para níveis geográficos menores, como é o caso dos municípios, distritos, etc”. Dessa forma, informações para níveis menores dependem de estudos de caso, a exemplo do que fez o referido autor (op.cit. 1999) a respeito do município de Blumenau/SC. Por essa razão, realizamos uma discussão utilizando o Censo Agropecuário e o Censo Demográfico.

Para a **Bacia do Itajaí** vale ainda destacar uma aparente incoerência que surge ao observarmos os dados fornecidos pelos Censos Demográfico 2000 e Agropecuário 1995-1996, ambos do IBGE.

Segundo o **Censo Demográfico 2000**⁵⁹, (IBGE, 2004b), na Bacia do Itajaí, durante a semana de referência para a pesquisa, de um total de 277.199 pessoas (com 10 anos ou mais) ocupadas, **apenas 12.788** (4,6%) tinham na “**agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca**” a atividade do principal trabalho.

Dados do **Censo Agropecuário 1995-1996** (IBGE, 2004a), por sua vez, apontam que existiam **108.141 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários** no Vale do Itajaí.

Se existem apenas 12.788 pessoas ocupadas em trabalhos agropecuários e afins, quem são os responsáveis pelos 28.428 estabelecimentos agropecuários cuja mão-de-obra é exclusivamente familiar? Ou seja, parece haver muito mais estabelecimentos agropecuários do que trabalhadores ocupados na agricultura. O que significa esta diferença?

É possível que esta “incoerência” nos dados relativos à população rural da Bacia do Itajaí esteja nos remetendo a outra questão muito difícil de ser demonstrada por dados quantitativos, porque não é contemplada nas pesquisas oficiais realizadas a respeito da agricultura: a da **prática de atividades não-agrícolas por um ou mais membros de famílias residentes no espaço que também praticam a agricultura**. Ou seja, para além dos dados trazidos por Mattei (2001) que revelam a importância do trabalho não-agrícola para pessoas que habitam o espaço rural, esta aparente incoerência sugere a permanência da atividade agrícola, aliada às atividades não-agrícolas, para as famílias rurais da Bacia.

Provavelmente, o relativo pequeno número de pessoas ditas “trabalhadores agropecuários” deva-se ao fato de que as pessoas declaram ao Censo apenas sua ocupação principal, que não seria a agricultura. Assim, embora não traga dados quantitativos, nos é valiosa a seguinte afirmação de Seyferth (1993:39): “o que caracteriza, em termos sócio-econômicos, a população rural do Vale do Itajaí é (...) a coexistência de unidades de produção camponesas com trabalho assalariado na indústria (e outras ocupações urbanas), isto é, a grande maioria de famílias de colonos tem pelo menos um de seus membros exercendo atividade não-agrícola”.

Outra indicação desse fato é o texto de Abramovay (1998:2) em que, ao mencionar a relevância do estudo das atividades não-agrícolas no meio rural para o desenvolvimento, cita o Vale do Itajaí como “talvez o exemplo mais emblemático, no Brasil” de regiões dinâmicas

⁵⁹ Tabela 2.7.6- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Regiões Metropolitanas e os Municípios – Santa Catarina.

caracterizadas por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas.

Vale aqui destacar o trabalho de Alves (2004) no qual constatou a ocorrência da pluriatividade entre famílias rurais do município de Rio do Sul (Alto Vale do Itajaí). Especificamente a respeito da localidade Bom Fim (Rio do Sul/SC), este autor registrou que em 75,4% das famílias, um ou mais membros exerciam trabalhos não-agrícolas. Destaca, porém, que a agricultura continua desempenhando importante papel na manutenção do grupo familiar:

“A condição de produzir alimentos, mesmo quando esta atividade não é mais a principal fonte de renda, continua representando uma estratégia na lógica de reprodução familiar. Assim, a produção para autoconsumo, mesmo que na maior parte dos casos não seja compatibilizada como renda, é de suma importância no processo de reprodução da unidade familiar”.

(ALVES, 2004:81)

Desta forma, além da conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias que residem no espaço rural da Bacia, acreditamos que ao estudar a relação entre agricultura familiar e gestão das águas não podemos descuidar da importância que pode ter a agricultura remanescente para **autoconsumo**. Ainda que não seja considerada uma produção economicamente importante nas análises oficiais, os bens produzidos para autoconsumo da família podem ter grande significado na economia doméstica e devem ser adequadamente considerados, uma vez que implicam no uso do solo e da água embora, talvez, em áreas menos expressivas. Também Schneider (2003b), chama a atenção para a importância da agricultura no fornecimento dos alimentos consumidos pelas famílias rurais que exerciam também atividades não-agrícolas na localidade de Braço do Sul (Blumenau, no Médio Vale do Itajaí-Açú).

Ainda a esse respeito, verificamos que Mattei (1999) ao abordar a pluriatividade no município de Blumenau/SC registrou que, em 1997, 63% das pessoas residentes no espaço rural daquele município se dedicavam, parcial ou integralmente, às atividades agrícolas. Embora o autor não tenha mencionado a importância da agricultura para autoconsumo, é bastante provável que o tempo dedicado à agricultura seja também (ou mesmo exclusivamente) destinado à produção de bens para consumo da família – assemelhando-se à descrição feita por Seyferth (1974) a respeito da prática de atividades agrícolas e não-agrícolas pelos colonos-operários no Médio Vale do Itajaí-Mirim.

Ao tratar especificamente do Médio Vale do Itajaí-Mirim, Seyferth (1974) refere-se à persistência da agricultura para autoconsumo praticada pelos colonos-operários, mesmo

depois do forte desenvolvimento da indústria têxtil da região ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, quando “a facilidade de transporte entre a zona rural e a cidade – portanto entre os operários e a fábrica – permitiu a sobrevivência dos colonos-operários no sistema”, momento em que “a importância dada ao trabalho assalariado faz da agricultura uma atividade suplementar” (SEYFERTH, op.cit.:148).

Chamamos a atenção para estes aspectos porque, como veremos em capítulo posterior, em Botuverá/SC – nosso *locus* de estudo –, tanto a prática de atividades não-agrícolas, como a agricultura para autoconsumo revelaram-se de grande importância para as pessoas que residem no espaço rural.

Uma vez feitos os esclarecimentos acerca do contexto no qual nos propomos a analisar os alcances e os limites do sistema de participação proposto pela Lei 9.433/97 para os agricultores familiares, podemos nos dedicar aos aspectos da Bacia do Itajaí especificamente relacionados à gestão das águas.

2.2 – A gestão das águas na Bacia do Itajaí

2.2.1 – A problemática das enchentes

Um importante aspecto a ser considerado na Bacia do Itajaí é a ocorrência de enchentes desde o início de sua colonização. Estão registradas para o município de Blumenau, por exemplo, 11 enchentes no período compreendido entre 1850 e 1900, 20 enchentes entre 1901 e 1950, e 38 enchentes entre 1951 e 2002, sendo que as maiores ocorreram nos anos de 1880, 1911, 1927, 1957 e 1983 (FRANK, 2003:17-18). É mais comum ouvir-se comentários a respeito das inundações ocorridas em municípios pólos, como Blumenau, Itajaí, Brusque e Rio do Sul. Porém, dados apresentados por Frank (2001:8), para o período de 1990 a 1999, demonstram a ocorrência de cheias e/ou enxurradas nos diversos municípios da Bacia.

Em 1983 houve inundações em várias regiões de Santa Catarina, causando 219.856 flagelados e danos materiais da ordem de US\$ 1,1 bilhão. Do total de flagelados, 151.069 pertenciam a municípios da Baía do Itajaí. Supondo que os prejuízos são proporcionais ao número de pessoas flageladas, Frank (2003:37,56) estima que os danos materiais causados na Bacia do Itajaí representem 70% desse valor.

Dessa forma, as enchentes são frequentemente mencionadas como um importante problema ambiental na literatura que trata da gestão de recursos hídricos na Bacia do Itajaí. Vale mencionar o trabalho de Frank (1995), no qual a autora constata que as 63 enchentes ocorridas em Blumenau desde o início da colonização do Vale até 1990, não se distribuem aleatoriamente no tempo: houve um aumento na ocorrência a cada período de 20 anos, de 1850 a 1990. No referido trabalho ressalta-se um nítido aumento a partir de 1910, constatado através de uma tendência de crescimento nos coeficientes de escoamento⁶⁰ para aumentos percentuais da área explorada – verificada pela mesma autora ao estudar dados referentes a algumas sub-bacias à montante de Blumenau. Este aumento é relacionado à expansão maciça da colonização em toda a bacia hidrográfica (FRANK, 1995).

⁶⁰ O coeficiente de escoamento é definido por Villela & Mattos (1975:103) “como a razão entre o volume de água escoado superficialmente e o volume de água precipitado”.

Frank (op. cit), após avaliar estudos de caso realizados principalmente no Alto Vale do Itajaí e dividir a Bacia do Itajaí em zonas ecológico-econômicas⁶¹, aponta três categorias de problemas ambientais:

- “degradação dos solos, devido ao uso com finalidades que extrapolam a capacidade de sustentação do sistema, sobretudo nas áreas de intensa atividade agrícola;
- degradação dos cursos d’água, devido ao uso inadequado das áreas marginais e das planícies de inundação, a intervenções com obras de engenharia ‘insuficientemente’ estudadas e à contaminação com dejetos, gerando problemas de saúde pública (agrotóxicos e borrachudos);
- degradação das florestas, devido à exploração não-sustentável da vegetação primária e secundária” (FRANK, 1995:206).

Assim, as enchentes foram escolhidas pela autora como problema-chave para proposição de uma estratégia de gerenciamento ambiental, sendo sugerida a criação de uma instância regional para tratar dos problemas ambientais da Bacia: o Comitê do Itajaí, posteriormente criado pelo Decreto Estadual 2.109 de 05 de agosto de 1997.

No entanto, as discussões e ações em torno da problemática são bem mais antigas. Já em 1923, de acordo com o que relata Frank (2003), havia uma preocupação publicada em jornais, em torno da necessidade da existência de um sistema de alerta das cheias. Em 1929, Otto Rohkohl, Cônsul alemão em Blumenau, sugere a criação de uma instância com autonomia financeira para tratar a questão: a S.A. Contra Enchentes. De acordo com o relato da referida autora, podemos constatar que uma fase importante (não necessariamente eficiente) para o controle das enchentes teve início após as enchentes de 1957, quando foi designada, por um decreto do presidente da República Juscelino Kubitschek, a criação de um grupo de trabalho para realizar os estudos necessários e acelerar o desenvolvimento econômico da Bacia do Itajaí. Este grupo propôs um projeto com duas partes: (1) proteção do vale contra as inundações e (2) aproveitamento do potencial elétrico existente, prevendo a construção de barragens, retificação dos rios e construção de usinas hidrelétricas. Foi deste grupo de trabalho que, depois de retomado com novo vigor o debate após a enchente de 1961 e as subseqüentes, resultou a construção das três barragens de contenção de cheias hoje existentes na Bacia: Oeste (em Taió), Sul (em Ituporanga) e Norte (em José Boiteux),

⁶¹ De acordo com Frank (1995:180) “as zonas ecológico-econômicas (...), também entendidas como paisagens ‘culturais’ ou antropogênicas, constituem estados alterados dos complexos naturais, ou seja, modificações antropogênicas das paisagens naturais”. A autora (op.cit.:181) esclarece que o Zoneamento ecológico-econômico (ZEE) desenvolvido em seu trabalho “representa a configuração atual de uso e ocupação, incluindo eventuais problemas decorrentes deste uso (conflitos) e, por isso mesmo, constitui importante insumo para o planejamento da bacia”.

respectivamente nos anos de 1973, 1975 e 1992. Estas barragens⁶² constituíram as chamadas medidas estruturais intensivas⁶³ de contenção de cheias.

Numa perspectiva diferente, o “Projeto Crise”, criado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), no final de 1983, teve por objetivo desenvolver medidas não-estruturais⁶⁴ de proteção de enchentes. Estas medidas englobavam monitoração do tempo, monitoração dos níveis, modelos de previsão hidrológica e cartas de risco de inundação. Neste contexto, foi instalada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 1984, uma rede telemétrica de cinco estações de chuva e nível⁶⁵, sendo as tarefas de monitoração e previsão realizáveis a partir da rede, repassadas ao Projeto Crise (FRANK, 2003:39). O Projeto Crise foi sucedido pelo Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) que cumpre atualmente, entre outros, o papel de um serviço de informações sobre enchentes.

Após as enchentes de 1983 e 1984, durante o Seminário de Avaliação e projeção da Reconstrução, realizado em Blumenau e promovido pela Secretaria Extraordinária da Reconstrução criada pelo governo Estadual em 1983, surgiu a idéia, por parte do executivo estadual, de um “Plano Global Integrado” para a Bacia do Itajaí, que foi substituída, nos dizeres de Frank (2003:41), por uma “proposta mais ampla e menos participativa”: o “Plano Global e Integrado de Defesa contra as Enchentes”. Conforme relata a mesma autora, a partir deste novo plano, o Conselho da Reconstrução aprovou a proposta de Organização do Sistema de Recursos Hídricos do estado de Santa Catarina (Resolução CER n° 30/85), a qual previa a criação de comitês de bacia, começando pela Bacia do Itajaí. A FURB elaborou, inclusive, uma proposta de estatuto para o Comitê do Itajaí; porém, a proposta referente à resolução citada nunca foi implementada.

Em 1986, conforme relata Frank (1994), foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e a JICA (*Japan International Cooperation Agency*), quando esta última se comprometeu a elaborar um plano diretor de controle das cheias para o Vale do Itajaí. Com a extinção do DNOS, na mudança do

⁶² A respeito das barragens de contenção de cheias no Vale do Itajaí, veja-se também Santos (1973).

⁶³ De acordo com Cordero & Butzke (1995), **medidas estruturais intensivas** controlam o movimento das águas mediante obras de engenharia localizadas, como reservatórios, diques, *polders*, melhoramentos da seção do rio e canais paralelos ou de desvio. Já **medidas estruturais extensivas** tentam controlar o movimento das águas por meio de intervenções hidrogeológicas, como o reflorestamento e técnicas agrícolas adequadas.

⁶⁴ **Medidas não-estruturais** (CORDERO & BUTZKE, 1995) têm como objetivo principal minimizar os danos das enchentes através de uma convivência harmoniosa do homem com o fenômeno enchente, sem intervenções no meio físico – por exemplo: sistema de alerta, sistema-resposta, carta-enchente, cota-enchente, seguro-enchente e educação.

⁶⁵ De acordo com Tachini (2003:78) esta rede correspondia a cinco estações de coleta automática de dados de precipitação pluviométrica e níveis dos rios nos municípios de Blumenau, Apiúna, Ituporanga, Taió e Ibirama, conectadas a uma estação central instalada nas dependências da FURB, em Blumenau/SC.

governo federal em 1990, o legado da JICA sobre o Itajaí foi repassado ao governo do Estado (gestão 1991-1994), que elaborou o Plano Global e Integrado de Defesa contra Enchentes – Ecossistema Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açú – PLADE, com a finalidade de obter recursos externos para as obras previstas pelo projeto JICA.

Este plano não chegou a ser implementado, mas teve suas propostas avaliadas em um seminário organizado pela comunidade regional em maio de 1994, cujas discussões encontram-se registradas em um dos números da Revista Dynamis (1994, v.2), todo dedicada a este tema, que tinha como título de um de seus artigos o tema “O PLADE das obras e o PLADE necessário”. Como o próprio título do artigo sugere e como ressalta Frank (2003), aquele plano enfatizava as medidas estruturais. Já o seminário serviu, como observa Uller-Gómez (2001), para ressaltar a importância de medidas estruturais extensivas e de medidas não-estruturais no controle das cheias. Em outras palavras, tornou mais evidente a necessidade de envolver os produtores rurais nas medidas de controle de enchentes, principalmente no que diz respeito ao uso adequado do solo nas propriedades rurais.

Conforme relata Frank (2003), outra importante etapa nesta história foi a “campanha nacional de conscientização para o problema das enchentes no Vale do Itajaí”, lançada em outubro de 1984 pela “Associação Comercial e Industrial de Blumenau” (ACIB). Essa associação financiou a vinda de jornalistas dos principais órgãos de comunicação do país ao Vale do Itajaí e visava fazer pressão (*lobby* nas palavras da autora) para a liberação de recursos financeiros necessários às obras de contenção de cheias em andamento – ou seja, para a Barragem Norte.

De acordo com Frank (2003), a extinção do DNOS em 1990 também resultou na interrupção de várias atividades, dentre elas a conclusão da Barragem Norte, a manutenção e operação dos outros dois reservatórios de controle de cheias. Após a enchente de maio de 1992, a população de Blumenau saiu às ruas pedindo a conclusão da Barragem Norte, que aconteceu ainda no mesmo ano. A manutenção e a operação dos reservatórios de contenção de cheias passou a ser atribuição do governo estadual, com 80% de recursos financeiros a serem repassados pela União. Tal fato foi possível por meio de um acordo firmado entre o Ministério da Integração Regional e o Governo do Estado de Santa Catarina – com a intervenção do Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas (DEOH), publicado em novembro de 1993. Porém, o acordo, estabelecido para um prazo de cinco anos, deixou de ser cumprido pelo Governo Federal já no ano seguinte. A situação se agravou mais ainda quando o Governo Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Ministério da Integração Regional. O

DEOH, pressionado pelos municípios atingidos pelas enchentes e pelas barragens, assumiu o compromisso integral da manutenção dos referidos reservatórios.

Como veremos adiante, a problemática das enchentes foi a grande motivadora da instalação do Comitê do Itajaí.

2.2.2 – O Comitê do Itajaí

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí – abrangendo, conforme consta em seu regimento⁶⁶, 50 municípios –, foi formalmente instituído como um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo em âmbito regional, vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nos termos da Lei 9.748/94 e do Decreto 2.109/97, de 05 de agosto de 1997. Conforme explica BOHN (2003), em 12 de março de 1998, em Blumenau, o Comitê foi oficialmente instalado. Como veremos adiante, nesta data ocorreu a primeira eleição da diretoria do Comitê.

Os comitês de bacia são os organismos de gestão das águas, previstos pela Lei Federal 9.433/97 (art. 37) cuja área de atuação é a bacia hidrográfica. Essa mesma lei, em seu artigo 39, prevê que nestes organismos estejam presentes representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal (situados, ainda que parcialmente, na bacia hidrográfica de atuação do comitê), dos municípios presentes (no todo ou em parte) na sua área de atuação e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

No entanto, “o número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros” (Lei 9.433/97, art. 39, § 1º).

Dessa forma, consta do regimento do Comitê do Itajaí (Cap. III, Art. 5º) que ele é formado por 50 membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos usuários da água, da população da bacia e dos diversos órgãos da administração federal e estadual atuantes na Bacia e que estejam relacionados com recursos hídricos.

A estrutura funcional do Comitê do Itajaí é formada por: Assembléia Geral, Diretoria (constituída pela Presidência, pela Comissão Consultiva e pela Secretaria Executiva) e Câmaras Técnicas (COMITÊ..., 1998).

⁶⁶ Veja-se ata da Assembléia Geral Ordinária de 10.12.2003, ocorrida em Itajaí, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2003), acessado em 07.07.2005, na qual consta a alteração dos municípios (de 47 para 50) que pertencem à área de abrangência do Comitê, sendo incluídos Itaiópolis, Penha e Piçarras.

A **Assembléia Geral** é formada pela totalidade dos membros do Comitê. Entre outras atribuições, a ela compete aprovar a proposta de plano de recursos hídricos para a Bacia do Itajaí e aprovar programas prioritários de investimentos em serviços e obras de interesse da Bacia, com base no plano de bacia. É a Assembléia quem elege o Presidente, o Vice-Presidente, a Comissão Consultiva. Elege ou homologa a indicação do Secretário Executivo – conforme artigos 7º e 8º do regimento do Comitê (COMITÊ..., 1998).

A distribuição dos assentos no Comitê – portanto na Assembléia –, segue as recomendações da Lei Estadual 9.748, de 1994, que estabelece que 40% dos assentos são destinados a representantes dos usuários da água, 40% a representantes da população da bacia, e 20% a representantes dos órgãos dos governos estadual e federal atuantes na bacia.

Assim sendo, aos usuários da água correspondem 20 (vinte) assentos. Os usuários da água, para efeito de participação, estão enquadrados nas seguintes categorias:

- I – abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos;
- II – drenagem e resíduos sólidos urbanos e industriais;
- III – hidroeletricidade;
- IV – captação industrial e diluição de efluentes industriais;
- V – agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura;
- VI – navegação e atividades portuárias pertinentes;
- VII – lazer e recreação;
- VIII – mineração, transporte rodoviário e outros usos.

(COMITÊ. ..., 1998, art 5º A)

Aos representantes da população da bacia também cabem 20 (vinte) assentos, distribuídos da seguinte forma:

- I – poder executivo municipal (6 representantes);
- II – poder legislativo municipal e estadual (4 representantes);
- III – associações comunitárias, entidades de classe e outras associações não-governamentais (5 representantes);
- IV – universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e associações especializadas em recursos hídricos (4 representantes)
- V – comunidades indígenas (1 representante).

(COMITÊ..., 1998, art 5º B)

Aos representantes dos órgãos públicos cabem 10 (dez) assentos, distribuídos entre os órgãos da administração pública estadual e federal atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos. Dentre estes, um assento é reservado à Fundação Nacional do Índio (COMITÊ..., 1998, art. 5 C).

As instituições interessadas em participar do Comitê com direito a voz e voto, devem se inscrever para as eleições que ocorrem a cada dois anos e, entre seus pares e de acordo com as categorias estabelecidas no regimento, decidir quais instituições ocuparão os assentos do Comitê.

Vale destacar que esta maneira de conseguir assento no Comitê do Itajaí passou a vigorar a partir das eleições de 2004, em virtude da alteração regimental aprovada em 10 de

dezembro de 2003, objeto da Deliberação 17 do Comitê⁶⁷. Até então, as instituições membros do Comitê do Itajaí já estavam pré-determinadas em seu regimento.

Quanto à **Diretoria** do Comitê, existe a **Presidência**, formada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente eleitos pela assembléia dentre os membros do Comitê.

A **Comissão Consultiva**, também parte da Diretoria, tem a função de dar apoio à Presidência do Comitê. A esta Comissão cabe, de acordo com o artigo 24 do Regimento do Comitê, assistir, oferecer sugestões, relatar processos e opinar sobre o plano de recursos hídricos, o plano de gerenciamento do sistema de controle de enchentes, o orçamento, contas e plano de aplicação de recursos da Agência de Água, entre outros.

Até 2001, a Comissão Consultiva era formada apenas por 6 (seis) membros, dois representantes de cada categoria de membros (usuários, população e órgãos públicos). Na Assembléia Geral de 21 de novembro de 2001, foi aprovada uma alteração regimental que propunha o aumento para 9 (nove) membros para que cada região (Alto, Médio e Baixo Vales) fosse representada em igual número⁶⁸. Ou seja, na Comissão Consultiva, para cada categoria de uso da água haverá sempre um representante de cada região da Bacia.

Conforme consta do artigo 29 do regimento do Comitê (COMITÊ...,1998), à **Secretaria Executiva** do Comitê, também parte da Diretoria, compete prestar assessoramento técnico e administrativo ao Comitê, prestar assessoramento direto e imediato ao Presidente, acompanhar os estudos técnicos decorrentes das atividades do Comitê, coordenar em nível técnico a implantação de ações que tenham sido aprovadas pelo Comitê, entre outras funções.

A Secretaria Executiva é coordenada pelo Secretário Executivo. Consta ainda, do regimento (art. 39) que, temporariamente, a Secretaria Executiva será exercida por um grupo de trabalho constituído por representantes das Instituições de Ensino Superior (FURB, UNIVALI, UNIDAVI e UNIFEBE), das Associações de Municípios (AMMVI, AMAVI, AMFRI), das Associações Comerciais e Industriais (ACIB, ACIRS, ACII e ACIBr) com a fiscalização do Ministério Público Estadual, para dar apoio ao Comitê até que aconteça a implantação da Secretaria Executiva definitiva.

⁶⁷ Veja-se ata da Assembléia Geral Ordinária de 10.12.2003, ocorrida em Itajaí, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2003), acessado em 07.07.2005 e deliberação nº 17 do Comitê, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 17, acessado em 12.08.2005.

⁶⁸ Veja-se atas das assembléias de 01.08.2001 e 21.11.2001, disponíveis em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí /atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

Em novembro de 2005, conforme informação disponível no sítio do comitê na *internet*⁶⁹, este grupo era composto, além do cargo de Secretário Executivo eleito pela Assembléia e representante da FURB, por mais um representante da FURB, dois representantes de associações comerciais e industriais (ACIRS e ACII) e um representante de Associação de Municípios (AMFRI).

As **Câmaras Técnicas**, por sua vez, são organismos permanentes ou temporários, criados pelo Comitê e subordinados a ele, conforme o artigo 32 D do regimento do Comitê (COMITÊ..., 1998). Atualmente existem a Câmara Técnica de Planejamento, a Câmara Técnica do Projeto Piava e a Câmara Técnica das Cheias.

A **Câmara Técnica de Planejamento** (CT Plan) tem como objetivo “encaminhar a elaboração da política de recursos hídricos para a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, elaborar o termo de referência para o plano de recursos hídricos e captar recursos para o desenvolvimento do plano”, conforme consta da Resolução nº 19 do Comitê⁷⁰.

Da mesma resolução consta que cada organização, membro ou não do Comitê, poderia indicar apenas um representante para fazer parte da CT Plan. As organizações interessadas deveriam enviar sua indicação para a Secretaria do Comitê junto com sua área de conhecimento e/ou atividade, o número de horas de trabalho mensais disponíveis e os dias da semana mais apropriados para participação das reuniões. Com base na “maximização da representação das áreas de conhecimento e/ou atividades e na compatibilização de horários” a Secretaria Executiva deveria “analisar as indicações enviadas e proceder à seleção dos membros”, conforme consta da Resolução nº 19 do Comitê.

Em 28 de abril de 2004⁷¹, a então Vice-presidente apresentou à Assembléia a proposta de criação da CT Plan. Inicialmente sugeriu-se que os membros deveriam ter disponibilidade mínima de oito horas mensais e que fossem das seguintes áreas de atuação: hidrologia, saneamento, gestão de recursos hídricos, engenharia florestal, agronomia/produção rural, economia, águas subterrâneas, planejamento participativo, administração pública, ecologia, sociologia/antropologia. Na mesma ocasião, após a sugestão do representante da CASAN de que se incluísse também a pedagogia, a Vice-presidente sugeriu retirar a referência a todas as áreas para não correr o risco de deixar alguma de fora.

⁶⁹ www.comiteitajai.org.br, link Gestão / Comitê do Itajaí / Diretoria / Secretaria executiva, acessado em 21.nov.2005.

⁷⁰ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 19, acessado em 30.06.2005.

⁷¹ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2004), acessado em 05.07.2005.

Através da Resolução nº 22 do Comitê⁷², sabemos que a CT Plan era constituída, em 2005, por:

- um arquiteto;
- um engenheiro sanitaria;
- uma bióloga;
- uma doutora em engenharia de produção;
- um engenheiro sanitaria, mestre em engenharia ambiental;
- um engenheiro agrônomo;
- um engenheiro florestal;
- uma engenheira civil;
- um técnico de laboratório ;
- um doutor em engenharia costeira.

A **Câmara Técnica do Projeto Piava** foi criada para acompanhar e conduzir tecnicamente o Projeto Piava – Construção de uma Política Sustentável de Proteção de Nascentes e matas ciliares na Bacia do Itajaí –, conforme consta da Resolução nº 21 do Comitê⁷³. O Projeto Piava é um projeto atual do Comitê, aprovado pelo Programa Petrobras Ambiental e apresentado em seção posterior deste trabalho.

Ainda conforme o mesmo documento, a coordenação da câmara técnica é exercida pela professora Beate Frank, atualmente Secretária Executiva do Comitê. A infra-estrutura de funcionamento é oferecida pelo IPA/FURB, com o apoio do Programa Petrobras Ambiental.

Da resolução nº 26 do Comitê⁷⁴ que estabelece o regulamento da CT-Piava, consta que “farão parte da CT-Piava pessoas que, preferencialmente, exerçam atividades profissionais na bacia do rio Itajaí em atividades ligadas à proteção ambiental”.

2.2.2.1 – As eleições para Diretoria do Comitê do Itajaí

Todos os membros da Diretoria, à exceção do grupo técnico que apoia o Secretário Executivo, são eleitos pela Assembléia para um mandato de dois anos. Para concorrer aos cargos da Diretoria, os interessados devem se organizar em chapas.

⁷² Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 22, acessado em 30.06.2005.

⁷³ Em 29.09.2005, na Assembléia Geral realizada em Gaspar, coletamos uma cópia da minuta da Resolução 21 que, naquela ocasião, foi aprovada sem alterações.

⁷⁴ Em 29.09.2005, na Assembléia Geral realizada em Gaspar, coletamos uma cópia da minuta da Resolução 26 que, naquela ocasião, foi aprovada sem alterações.

Em 10 de maio de 2001, foi aprovada pela assembléia a Deliberação nº 04⁷⁵, a partir da qual procedeu-se a alteração regimental que permitiu ao presidente exercer mais de dois mandatos consecutivos. Antes, o regimento permitia apenas uma recondução do mandato.

Aos cargos da Comissão Consultiva também é permitida a recondução, observando-se, porém, a renovação obrigatória de 50% de seus membros – conforme reza o artigo 25 do regimento do Comitê.

Até o período compreendido por nossa análise, foram realizadas quatro eleições para Diretoria no Comitê do Itajaí, de dois em dois anos, a partir de 1998.

A primeira eleição ocorreu em 12 de março de 1998, em Blumenau. Consta da ata da Assembléia Geral daquela data que o edital de convocação foi publicado em 03 de março do mesmo ano, no Jornal de Santa Catarina e a única chapa inscrita foi eleita por aclamação⁷⁶.

A segunda eleição ocorreu em 26 de abril de 2000, em Blumenau. A única chapa inscrita foi eleita por aclamação⁷⁷.

A terceira eleição ocorreu em 26 de junho de 2002, em Ibirama. Nesta ocasião um dos presentes se manifestou para que houvesse participação de representantes das associações comerciais e industriais na Comissão Consultiva, “já que não houve tempo para manifestarem sua intenção de participação na chapa”. O presidente esclareceu que as reuniões da Comissão Consultiva são reuniões de trabalho e abertas a todos os interessados. A única chapa inscrita foi eleita por aclamação⁷⁸.

A quarta eleição da Diretoria ocorreu em 08 de julho de 2004, em Itajaí. Pela primeira vez, duas chapas concorreram às eleições. Com três votos de diferença, a chapa vencedora foi aquela apoiada pela antiga Diretoria – notando-se a permanência de alguns membros que continuaram a compor a nova Diretoria.

No quadro abaixo, apresentamos os membros eleitos para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Secretário Executivo nos quatro primeiros mandatos da História do Comitê.

⁷⁵ Veja-se ata da Assembléia Geral Ordinária de 10.05.2001, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04.07.2005; deliberação nº 4, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí /deliberações 04, acessado em 12.08.2005.

⁷⁶ Ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 1998), acessado em 07.07.2005.

⁷⁷ Veja-se ata da Assembléia de 26.04.2000, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2000), acessado em 07.07.2005.

⁷⁸ Veja-se ata da Assembléia de 26.06.2002, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2002), acessado em 05.07.2005.

Quadro 1 – Membros do Comitê do Itajaí eleitos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo nas quatro primeiras eleições.

Mandato	Presidente	Vice-presidente	Secretário executivo
1998-2000	Hans Prayon (ACIB)	Dieter Grimm (AMAVI)	Oscar Graf (CELESC)
2000-2002	Hans Prayon (ACIB)	Dieter Grimm (Pref. Agrolândia) substituído em 01.08.2001 por Beate Frank (FURB)	Oscar Graf (CELESC)
2002-2004	Hans Prayon (ACIB)	Beate Frank (FURB)	Oscar Graf (CELESC)
2004-2006	M ^a Izabel P. Sandri (ACII)	Jacir Pamplona (Sind. Ind. Carnes Der. SC)	Beate Frank (FURB)

Fonte: Atas das assembleias⁷⁹ de 12.03.1998, 26.04.2000, 01.08.2001, 26.06.2002 e 08.07.2004.

A seguir, apresentamos as instituições que, junto com a Presidência e a Secretaria Executiva, compuseram a Diretoria do Comitê, até o momento.

Quadro 2 – Instituições com cargos na Comissão Consultiva do Comitê do Itajaí, nas quatro primeiras eleições.

Mandato	Categoria	Alto Vale	Médio Vale	Baixo Vale
1998-2000	Usuários	Sind. Trab. Rurais Taió	Sind. Ind. Pesca	CASAN Rio do Sul
	População		Câmara Vereadores Médio Vale	AMFRI
	Órgãos Públicos			DEOH (Fpólis)
2000-2002	Usuários			CASAN
	População	Pref. Ituporanga	Pref. Timbó	Pref. Itajaí
	Órgãos Públicos	EPAGRI	Polícia Ambiental	
Substituição/ complemento: * Eleitos em 01.08.2001. ** Eleito em 21.11.2001.	Usuários	Associações de Agricultura Ecológica*	Associação Irrigantes*	
	População		FEBE*	Câmara Vereadores AMFRI*
	Órgãos Públicos		CIDASC*	FATMA**
2002-2004	Usuários	Associações de Agricultura Ecológica	Sind. Ind. Fiação e Tecelagem	CASAN
	População	Câmara Vereadores	Ensino Religioso	Câmara Vereadores
	Órgãos Públicos	EPAGRI	FATMA	CIDASC
2004-2006	Usuários	CASAN	CELESC	SEMASA
	População	Câmara Vereadores	AMMVI	Pref. Piçarras
	Órgãos Públicos	SDR Ibirama	FATMA	EPAGRI

Fonte: Atas das Assembleias⁸⁰ de 12.03.1998, 26.04.2000, 01.08.2001, 26.06.2002 e resultados das Assembleias Deliberativas de 25.05.2004..

Vale destacar que até as eleições de 2004, as Associações Comerciais e Industriais estavam como membros do grupo de representantes da população. A partir de 2004, passaram a figurar entre os usuários da água.

⁷⁹ Disponíveis em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (anos 1998, 2000, 2001, 2002 e 2004), acessado 07.07.2005.

⁸⁰ Disponíveis em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (anos 1998, 2000, 2001, 2002 e 2004), acessado 07.07.2005.

Abaixo, resgatamos uma discussão registrada em ata⁸¹ da Comissão Consultiva em conjunto com a Secretaria Executiva ocorrida em 16 de setembro de 2003 que ilustra a Diretoria do Comitê como um espaço de atuação política:

“Os membros da Comissão Consultiva presentes se manifestaram dizendo que a sua função é defender os interesses das suas instituições no âmbito do comitê, e que portanto a função destas reuniões é discutir para construir consenso. A prof. Beate alegou que este é seu papel legítimo, mas não é suficiente para garantir a construção e perpetuação do processo, pois, como a gestão da água é algo novo, subentende visões e idéias novas, que precisam ser compreendidas e disseminadas, este seria, a seu ver, o papel deste grupo. O Secretário Executivo, Oscar Graf, concordou com esta visão, mas explicou que isto exige uma mudança de paradigma, pois cada membro representa uma instituição e, ao mesmo tempo, precisa assumir e defender novas idéias na sociedade.”

(Trecho da ata da Comissão Consultiva em conjunto com a Secretaria executiva de 16.09.2003, no IPA/FURB, Blumenau/SC)

Além do Comitê, outro organismo de gestão previsto na Lei Federal 9.433/97 já está em vigor na Bacia do Itajaí: a Agência de Água.

2.2.3 – A Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí (FAAVI)

Segundo a Lei 9.433/97 (art. 41), as agências de bacia exercerão a função de secretaria executiva do(s) comitê(s) de bacia. Frank (2005c:28) explica que “o Comitê é o parlamento, a Agência seu braço executivo”.

A Fundação é a entidade que dá personalidade jurídica à Agência de Água do Vale do Itajaí. Entre suas finalidades está a de exercer a secretaria executiva do Comitê do Itajaí. De acordo com Frank (op.cit.:27), “é uma fundação privada, vinculada ao Comitê do Itajaí, comunitária e de âmbito regional, com finalidade pública, sem fins lucrativos e de natureza promocional da gestão de recursos hídricos e do desenvolvimento sustentável”.

O estatuto da Fundação foi discutido e aprovado na Assembléia Geral Ordinária⁸² de 10 de maio de 2001. Em 30 de outubro de 2001, ocorreu a instituição da Agência de Água do Vale do Itajaí – a “primeira Agência de Água de direito privado do país, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.433/97 e com aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina” – conforme consta no sítio⁸³ do Comitê na *internet*.

⁸¹ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2003), acessado em 12.08.2004.

⁸² Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do itajaí/atas das assembléias (2001), acessado em 04.07.2005.

⁸³ www.comiteitajai.org.br, link Agência / Histórico, acessado em 21.11.2005.

Destaque-se que Frank (2005c:29) esclarece que a “primeira dotação de recursos da Agência foi o recurso do Programa Petrobras Ambiental, destinado ao Projeto Piava. Sendo assim, o Projeto Piava está servindo para colocar a Agência de Água em funcionamento”.

Neste momento, nos detemos a apresentar a organização do Comitê, sem detalhes sobre o surgimento das mesmas, como condição mínima ao leitor acompanhar nosso raciocínio. Ao longo das seções subseqüentes, como parte da construção do argumento da tese, faremos notar as modificações ocorridas na organização do Comitê que, segundo nossa análise, trazem implicações para a agricultura familiar.

2.2.4 – As particularidades da gestão das águas na Bacia do Itajaí

No âmbito nacional, o Comitê está amparado na Lei Federal 9.433/97, de 08 de janeiro de 1997 (BRASIL, 1997), que trata da Política e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. A origem e a condução da gestão de recursos hídricos na Bacia do Itajaí apresentam duas particularidades que merecem destaque, tendo em vista suas implicações no que diz respeito à agricultura familiar. Uma delas é a ênfase sobre a questão das enchentes. A outra, intimamente associada à primeira, é a predominância do exercício do poder vinculado ao saber acadêmico.

A ênfase sobre a questão das enchentes transparece entre os objetivos do Comitê, de acordo com o artigo 3º de seu regimento, entre os quais destacamos:

“II - promover a integração das ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança públicas, assim como prejuízos econômicos e sociais;

VI - combater e prevenir as causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d’água nas áreas urbanas e rurais;

X - apoiar e incentivar a criação e implementação de Unidades de Conservação na bacia hidrográfica do Itajaí.” (Art. 3)

Também entre as suas competências, objeto do 4º artigo de seu regimento, as particularidades se evidenciam:

“XIII - acompanhar todas as atividades de operação, manutenção, previsão, alerta e planejamento que o sistema de contenção de cheias exija ou venha a exigir.” (Art.4)

2.2.4.1 – A origem do Comitê do Itajaí e seu vínculo com o saber técnico-acadêmico

Bohn (1999) relata que, a partir de 1995, surgiu um movimento em prol de um mecanismo regional de gerenciamento ambiental, com ênfase no controle de enchentes,

apoiado, entre outras instituições, pela Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB). Constituiu-se um grupo de trabalho para a proposição de uma estrutura de gerenciamento adequada para o Vale do Itajaí, grupo este composto por membros de oito entidades: três de ensino superior (Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí – FEDAVI), três associações de municípios (do Alto Vale, Médio Vale e da Foz do Itajaí), a Associação Comercial e Industrial de Blumenau e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. O trabalho deste grupo culminou na criação do “Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí”, aprovado na reunião da Câmara de Vereadores de Blumenau, em 03 de maio de 1996, e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em 23 de janeiro de 1997.

O início do grupo de trabalho, em 1995, coincide com o término do trabalho de doutorado da professora Beate Frank, um dos principais membros do Comitê. Seu trabalho esteve voltado a discutir uma abordagem para o gerenciamento ambiental da Bacia do Itajaí, com ênfase no problema das enchentes. Entre suas sugestões está a de criação de uma instância regional para tratar deste problema – um comitê de gerenciamento de recursos hídricos (FRANK, 1995).

O relatório da primeira reunião do grupo de trabalho pró-comitê⁸⁴, realizada em 08 de março de 1996, mostra que foi a convite da Associação Comercial e Industrial de Blumenau que se reuniram as “entidades representativas do vale do Itajaí para discutir alternativas de gerenciamento ambiental para a bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu”. As entidades “representativas do vale do Itajaí” que participaram da reunião eram: Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (FEDAVI), Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) e Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB).

De acordo ainda com o mesmo relatório, o grupo técnico exerceria a função de suporte do Comitê: “Enquanto o Comitê tem uma função essencialmente deliberativa, cabe ao grupo técnico prover o Comitê de estudos, planos e projetos diversos, necessários ao adequado gerenciamento da bacia. O grupo técnico atua, portanto, como braço executor do comitê”.

⁸⁴ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link diretoria (relatórios e atas), acessado em 12 de agosto de 2004.

No mesmo documento consta que as sete entidades mencionadas (num total de oito pessoas, sendo duas da FURB) decidiram que era necessária a criação de um “organismo voltado para o gerenciamento do controle de cheias e dos problemas ambientais correlatos”, o qual deveria ser doravante denominado “comitê de bacia, por ser esta a denominação estabelecida na Lei nº 9.478 de 30 de novembro de 1994” (grifo no original)⁸⁵.

O problema das cheias passou, desta maneira, a ser tratado no âmbito da Política Estadual de Recursos Hídricos.

A concretização da formalização da relação entre a preocupação com o controle das cheias e a Política de Recursos Hídricos sugerida por Frank (1995) é emblemática da importância do uso do saber técnico-científico nos processos sociais. Além disso, através desta relação, tornou-se possível que a iniciativa fosse respaldada pelo aparato legal vigente.

A constatação desta importância é reforçada pela publicação de um livro em 2003 (FRANK & PINHEIRO, 2003), cujos autores são todos pesquisadores do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) da FURB, em que se trata de evidenciar a importância do trabalho científico e das instituições acadêmicas na busca de soluções para a questão das cheias e de seu enquadramento no âmbito da gestão de recursos hídricos. É sugestivo o título do último capítulo desse livro, em que as autoras Frank & Bohn (2003:223)⁸⁶, referem-se ao processo que culminou na formalização da gestão das águas na Bacia como à “formalização da gestão das cheias no âmbito da Bacia do Rio Itajaí” (grifo nosso).

No ano de 1998, no âmbito do que então se denominava Grupo de Trabalho do Comitê⁸⁷, foi sugerida a elaboração de um plano de ação para o Comitê baseado no Projeto Rede de Mudanças. Este era um projeto “proposto pela FURB, tendo o IPA como unidade executora e o Comitê do Itajaí – através das diversas instituições componentes – como co-executoras”. Os objetivos gerais deste projeto eram: “A) proporcionar informação e

⁸⁵ A lei 9.478/94 é a Lei do Estado de Santa Catarina – atualmente em processo de reformulação – que trata da Política de Recursos Hídricos.

⁸⁶ Vale destacar que a maioria das publicações sobre a Bacia do Itajaí é produzida por autores de alguma forma relacionados ao Comitê do Itajaí. Grande parte dessas relações se dá por meio da Universidade Regional de Blumenau – como se poderá verificar na lista de referências deste texto –, principalmente através de seu Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA). Além disso, diversos profissionais daquela universidade são membros ou participam de maneira importante das atividades do Comitê, bem como orientam pesquisas relacionadas às atividades do Comitê ou a questões que parecem importantes de serem pesquisadas para contribuir no andamento da gestão das águas da bacia. Por esse motivo, muitas publicações acadêmicas são úteis para que possamos discutir aspectos da gestão das águas naquela bacia.

⁸⁷ Veja-se relatório da reunião do Grupo de Trabalho do Comitê, realizada em 24 de junho de 1998, disponível em www.comiteitajai.org.br, acessado em 12.08.2004.

conhecimento para viabilizar a gestão da bacia do Itajaí e B) desenvolver métodos para a gestão de bacias hidrográficas”⁸⁸.

Conforme o texto do projeto, a Rede de Mudanças – como estratégia de capacitação e envolvimento progressivo de profissionais e de lideranças municipais e regionais em ações de proteção e conservação dos recursos naturais – começaria pela equipe multidisciplinar do projeto, passando por um segundo grupo (“de agentes de mudanças ou de gestores”) constituído pelos membros suplentes e titulares do Comitê e um terceiro grupo (“de multiplicadores”) constituídos por duas lideranças municipais.

“Os multiplicadores serão envolvidos em etapas, aglutinando-se os municípios nas seis regiões sócio-ambientais. Desse modo, a rede vai se expandindo desde um núcleo acadêmico localizado em Blumenau até as lideranças dos pequenos municípios. O resultado esperado, e que será induzido pela REDE, é o surgimento de programas municipais de conservação e de proteção de recursos hídricos”.

(Trecho do Projeto Rede de Mudanças)⁸⁹

Não encontramos registros explícitos que possam comprovar se este vínculo foi ou não efetuado. No entanto, alguns aspectos de sua concepção são muito semelhantes aos adotados pelo Comitê do Itajaí em ações futuras – como a Semana d’Água e o Programa de Recuperação da Mata Ciliar, mencionados adiante.

Na prática do Comitê também podemos constatar, pelas palavras dos próprios membros, o seu estreito laço com as instituições acadêmicas e a relação estabelecida entre o saber científico e o bom funcionamento deste órgão de gestão. Veja-se as palavras do Presidente do Comitê:

“O nosso comitê, e isso eu sei por conversa pessoal com o presidente da ANA [Agência Nacional de Águas], que é considerado um dos melhores comitês do Brasil, isto devido a nossa eficiente e eficaz atuação do nosso Instituto de Pesquisas Ambientais da FURB. Que realmente está fazendo um trabalho digno de elogios. Quero dar aqui à Professora Noemia Bohn os nossos agradecimentos e peço para transmitir estes meus agradecimentos à Doutora Beate Frank que por motivos de saúde não pode estar presente e é minha vice-presidente. Depois de nossos trabalhos nós iremos ver o que já foi feito e o que temos pela frente por fazer. Estamos agindo muitas vezes politicamente, muitas vezes cientificamente, outras vezes não compreendidos por alguns setores.”

(Hans Prayon, então presidente do Comitê do Itajaí, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em Ibirama em 26.06.2002)

Outro exemplo pode ser encontrado na ata⁹⁰ da reunião da Comissão Consultiva de 06 de agosto de 2003, em conjunto com a Secretaria Executiva, da qual consta que “mesmo

⁸⁸ Texto disponível em <http://bases.colnodo.apc.org/reloc/docs/brasil/cendoc-brasil03.htm>, acessado em 12.04.2004.

⁸⁹ Idem nota anterior.

⁹⁰ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2003), acessado em 12.08.2004.

havendo uma preocupação em acentuar demasiadamente a imagem da FURB ficou claro que a Professora Beate Frank é a pessoa mais indicada para falar sobre o Comitê”. Naquela reunião fazia-se a preparação para a Assembléia Geral de 13 de agosto do mesmo ano, em que seria apresentado o parecer de uma comissão formada, por intermédio do Comitê, especificamente para discutir o empreendimento Aproveitamento Hidrelétrico de Salto Pilão – tema que foge ao escopo deste trabalho.

Vale destacar que ainda no ano de 2003, em reunião da Comissão Consultiva em conjunto⁹¹ com a Secretaria Executiva, ocorrida em 16 de setembro, novamente registrou-se a preocupação dos presentes em como desvincular a imagem do Comitê de pessoas ou de instituições.

Em 2004, no âmbito da Diretoria do Comitê, discutiu-se o envolvimento de instituições de ensino superior na elaboração do Plano de Bacia. Em função disto, na reunião da Diretoria⁹², realizada em 07 de dezembro de 2004, em Itajaí, estavam presentes representantes de várias instituições de ensino da região (FURB, UNIVALI, UNIFEBE, FEHH e SENAI). Destaque-se, na ocasião, as palavras do Reitor da FURB que evidenciam a valorização do saber acadêmico no âmbito do Comitê: “a presença de outras instituições de ensino superior dará mais credibilidade e suporte ao que o Comitê se propõe e tem sido feito até hoje”.

Ainda nesta reunião um membro da Comissão Consultiva se manifestou dizendo que “a evolução do Comitê mostra três fases distintas: a mobilização ambientalista (fase inicial), a mobilização econômica motivada pela discussão sobre a cobrança pelo uso da água, e agora a consolidação, associada ao conhecimento. É aí que entram as IESs [Instituições de Ensino Superior]”.

Sobre o estreito vínculo entre o Comitê do Itajaí e os trabalhos acadêmicos, cabe resgatar aqui a dissertação de mestrado do assessor de imprensa do Comitê, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, em 2004 (LIBERATO JR, 2004). Uma vez que este autor é, em parte responsável pelo setor de comunicação do Comitê do Itajaí, além dos dados apresentados, interessa-nos ressaltar aspectos de sua argumentação, porque representam as expressões de um importante ator da gestão das águas no Comitê do Itajaí – encarregado pela comunicação; encarregado por aquilo que se diz a respeito deste organismo de gestão e pela imagem que cria na população a respeito do mesmo.

⁹¹ Veja-se relatório disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria, relatórios e atas (2003), acessado em 12.08.2004.

O autor explicita que sua pesquisa foi motivada pelo fato de que apenas o setor rural se mobilizou contrariamente ao modelo de cobrança pelo uso da água, elaborado por um técnico alemão, por solicitação do Comitê, através de um convênio entre a FATMA e a GTZ⁹³.

Veficamos que o autor apresenta diversas evidências a respeito da importância que os traços culturais inerentes às formas tradicionais de gestão da água têm para os agricultores⁹⁴. Dentre estes destacamos os laços familiares como critério para pertença à associação e o respeito às regras estabelecidas. No entanto, Liberato Jr (2004) trata de enfatizar a importância da racionalidade econômica na tomada de decisão por parte dos agricultores no que se refere ao uso da água e a desqualificação de seu saber diante de estudos científicos – referindo-se especialmente ao estudo realizado por Maçaneiro (2003).

Os rizicultores do Vale do Itajai, apesar de impregnados por esta racionalidade econômica, inseridos numa conjuntura de mercado e praticando uma agricultura intensiva e mecanizada, com base no uso de agrotóxicos, no que diz respeito ao uso da água, se orientam por princípios de eficiência e equidade na distribuição deste recurso entre os associados da vala, **baseados no conhecimento tradicional**, consolidado através de práticas que remontam ao início da colonização.

A eficiência deste sistema pode ser questionada e até mesmo colocada por terra, como demonstra o estudo de Maçaneiro (2003), ao comprovar que a quantidade de água derivada dos ribeirões para as valas é bem maior que a necessária para a produção.

(LIBERATO JR, 2004:114, grifos nossos)

Em seu trabalho, o autor explicitamente destaca a falta de informação dos técnicos que trabalhavam na elaboração do modelo de cobrança a respeito dos modos tradicionais de gestão da água pelos rizicultores e a deficiência da comunicação do Comitê com as localidades rurais para explicar a proposta de gestão; destaca que o modelo de cobrança foi feito sem considerar a realidade local e o alto preço pelo uso da água que seria pago pelos agricultores se o modelo entrasse em vigor. No entanto, a manifestação dos agricultores contrários ao modelo, ao que parece, foi entendida pelo autor como consequência da falta de compreensão dos agricultores a respeito do modelo, a despeito da não consideração dos seus modos tradicionais de gestão das águas, por ele mesmo enfatizados. O modelo “não foi elaborado de forma participativa envolvendo todos os membros do Comitê. Mas por técnicos

⁹² Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajai/diretoria, atas 2004, acessado em 03 de agosto de 2005.

⁹³ GTZ: *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*, que pode ser traduzido como Cooperação Técnica Alemã.

⁹⁴ Liberato Jr (2004) refere-se especialmente às associações ou sociedades de vala que são organizações (formais ou informais) por meio das quais os rizicultores administram, por meio de regras próprias, o acesso e o uso da água em suas lavouras. Conforme o autor, há registro da organização dos rizicultores em torno de associações de vala desde as primeiras décadas do século XX. Estas associações surgiram em função da necessidade de água permanente nas lavouras de arroz irrigado e do fato de que, nem sempre, a água está disponível no terreno do agricultor, fazendo-se necessária a construção de canais de irrigação que atravessam o terreno de outros proprietários.

especialistas no assunto. Talvez por isso não tenha sido **compreendido** por alguns setores que participavam do Comitê, em especial pelos agricultores” (LIBERATO JR, 2004:138, grifo nosso).

Em resumo, o autor afirma que a elaboração do modelo de forma não participativa foi um “surto de tecnocracia no comitê”, destoante de todo o resto de sua trajetória. O autor avalia que este surto já foi afastado e que o principal ganho desse processo foi a emergência do Comitê do Itajaí como um novo fórum de mediação e ‘negociação’ de conflitos e de problemas sócio-ambientais na Bacia. Em sua avaliação, o Comitê

“soube administrar bem o conflito, pois ao perceber que os instrumentos legais estavam parados na esfera do poder executivo estadual⁹⁵, e que políticos aproveitadores poderiam fazer uso do conflito em ano eleitoral, retirou estrategicamente o assunto de pauta. Para tentar amenizar os efeitos da mobilização contra a cobrança, a estratégia foi discutir a política da água para a bacia”

(LIBERATO JR, 2004:143).

Ou seja, o autor aponta a falta de comunicação com a população rural e a participação restrita aos técnicos – de fato, embora não de direito – como aspectos a serem melhorados na gestão das águas na Bacia do Itajaí, cujo reparo por meio do aperfeiçoamento nos mecanismos de participação, permitiria que a gestão se instalasse com todas as suas virtudes.

A despeito da importância dos modos tradicionais de gestão da água e do fato que o “Comitê do Itajaí tocou em área sagrada, onde já existiam regras e normas consolidadas, o que justifica a reação dos irrigantes às propostas do Comitê” (LIBERATO JR, 2004.:100), note-se que, para o autor, os agricultores também não questionariam a gestão das águas e o modelo de cobrança se os tivessem compreendido bem. Em outras palavras, o autor não assume que seja plausível questionar a gestão e seus princípios – algumas vezes apresentada como ‘gerenciamento científico’. Tampouco o espaço de participação parece ser pensado para discutir os princípios da gestão, mas sim para ajustar os detalhes de sua implementação.

Devemos ainda notar que o autor, embora evidenciasse aspectos culturais, tratou sempre de ressaltar a racionalidade econômica que movia os agricultores sem atentar ao fato de que estava investigando exatamente (e apenas) as atividades agrícolas (rizicultura, piscicultura e suinocultura), responsáveis pela inserção dos agricultores “usuários da água” no mercado – também conhecidas como atividades ou culturas “carro-chefe”. Como poderíamos esperar que não aparecessem os aspectos econômicos nas concepções dos agricultores a respeito do uso da água nessas atividades?

⁹⁵ O autor refere-se ao processo de reformulação da legislação estadual de recursos hídricos, atualmente em desacordo com a Lei 9.433/97, do que depende a implantação dos instrumentos de gestão no Estado de Santa Catarina.

O momento é oportuno para lembrar que Woortmann (1990), ao estudar a “campesinidade”, referindo-se especialmente a colonos teuto-brasileiros do sul Brasil, diz que a integração com o mercado não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade, pois sua ordem social é de caráter mais holista que individualista. Para eles a terra não é mercadoria e sim patrimônio da família. “Produzir, então, para o mercado não significa, necessariamente, modernidade no plano do valor” (WOORTMANN, 1990:15). Ou ainda: “Vender a própria produção e realizar o valor monetário do *trabalho* é expressão da autonomia camponesa” (op.cit.:39).

Outro aspecto pertinente e ao qual Wanderley (2001:42) nos chama atenção ao discutir as raízes históricas do campesinato brasileiro, é o fato de que, desde o período colonial, para os chamados agricultores pobres livres, sempre foi uma orientação comum e natural a busca de produto ou produtos comercializáveis que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado. Assim, a constatação de Liberato Jr (2004) a respeito da preocupação, por parte dos agricultores, com os aspectos econômicos da produção, não diminuem a importância dos aspectos culturais, mas os complementam.

Queremos observar a ênfase dada aos aspectos econômicos da agricultura porque nela subjaz uma maneira de tentar desqualificar o argumento dos agricultores perante os demais setores da sociedade.

Ora, pois, se ficar provado que sua conduta pauta-se apenas (ou principalmente) pela busca do resultado econômico; se, como menciona Liberato Jr (2004:114), o sistema agrícola adotado na sua área de estudo privilegia o lucro e a produção; se seus métodos de gestão tradicionais forem desqualificados por trabalhos científicos; e se ainda ficar registrado pelo autor que:

“procuravam mostrar uma boa imagem, numa atitude de conveniência com o público e com os sistemas peritos. Obviamente, esta boa imagem não corresponde ao que acontece de fato no dia-a-dia. O mesmo agricultor que faz todo aquele discurso defendendo suas práticas ambientais lança dejetos de animais no rio ou corta árvores em áreas de preservação. Esta atitude no entanto é cada vez mais rara, ao passo que se fortalecem as alianças e a política de boa vizinhança com os órgãos ambientais, entre eles o Comitê do Itajaí” (LIBERATO JR, 2004:121) ;

devemos nos perguntar que valor terá o argumento desses agricultores num espaço de participação – interpretado como um “órgão ambiental” – perante outros setores da sociedade.

Além disso, cumpre-nos destacar que mesmo analisando os agricultores que fazem grande uso da água no espaço rural, são evidenciadas questões culturais e outras que não se resumem ao uso ou cobrança pelo uso da água, mas sim ao uso do solo (terra) – que por sua

vez terão implicações culturais no âmbito das categorias nucleantes do discurso dos agricultores familiares: “terra”, “trabalho” e “família”⁹⁶.

Exemplo de questões associadas ao uso do solo foram citadas no próprio trabalho de Liberato Jr (2004) ao relatar a sugestão feita pelo assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) na reunião de apresentação do modelo de cobrança aos agricultores, em 26 de março de 2002, quando este disse que o setor rural está descapitalizado e não poderia aceitar a cobrança pelo uso da água sem uma discussão ampla sobre como seria feita e sobre maneiras de como os agricultores poderiam se beneficiar delas. Sugeriu que o modelo de cobrança considerasse agricultores que podem ser considerados produtores de água, pois possuem nascentes em suas propriedades e deveriam receber incentivo para preservá-las. As áreas de floresta intocadas para preservação d’água, significam áreas que não podem ser utilizadas para a agricultura.

Em síntese, a respeito do início do Comitê, podemos destacar os seguintes aspectos: a história da gestão das águas na Bacia do Itajaí é indissociável da problemática das enchentes, e sempre esteve entrelaçada com projetos acadêmicos. Além disso, foi principalmente pela mobilização da parte urbana da Bacia, sobretudo de entidades de Blumenau – sublinhe-se a participação da universidade local, de associações locais e dos habitantes do município – que se concretizou a idéia de uma instância regional para o controle de cheias: o Comitê do Itajaí. Note-se, assim, que apesar de as discussões na Bacia, desde 1994, quando se realizou o seminário de avaliação do PLADE, assinalarem a necessidade de intervenção nas áreas rurais, no grupo de trabalho formado em 1996, não estavam presentes, entre as entidades representativas da bacia, órgãos cujo trabalho se ocupasse do espaço rural e da agricultura. A ênfase na necessidade de intervenção nas áreas rurais, por sua vez, está explícita também em trabalhos mais recentes publicados sobre a bacia, cuja autoria, muitas vezes, é de membros do Comitê do Itajaí. Como exemplo, destacamos as palavras de Frank & Vibrans (2003:212):

“Verificou-se que a frequência de enchentes está estreitamente associada à taxa de uso e ocupação do solo na bacia, determinada basicamente pelas áreas onde predomina a atividade agropecuária. É, portanto, nessas áreas que o manejo mais adequado dos recursos naturais se faz necessário, no sentido de reverter a tendência crescente do número de enchentes e ‘recuperar’ ecologicamente a bacia.”

(FRANK & VIBRANS, 2003:212, aspas dos autores)

Dessa forma, no sítio da *internet* do Comitê⁹⁷, a causa das enchentes era atribuída principalmente às atividades agrícolas. No mesmo sítio sugere-se que a disparidade⁹⁸ regional

⁹⁶ Veja-se Woortmann (1990:23).

⁹⁷ www.comiteiatjai.org.br, acessado em 18.06.2004.

“contribuiu para a intensificação do uso do solo, o que impulsionou os agricultores a práticas agrícolas cada vez menos sustentáveis, ou seja, acompanhadas progressivamente de menos trabalho reprodutivo⁹⁹”.

2.2.4.2 – A necessidade de controlar as enchentes: primeiras implicações para a agricultura

A necessidade de controlar as enchentes esteve presente no âmbito da gestão das águas da Bacia do Itajaí desde as reuniões do que então se denominava “Grupo de Trabalho Pró-Comitê”. No ano de 1997, este grupo programou a realização de um Workshop que aconteceu nos dias 6 a 8 de agosto daquele ano, em Blumenau, nas dependências da FURB cujo objetivo foi “estabelecer, com base na situação atual do sistema de contenção de cheias e do sistema de alerta, um plano estratégico visando (a) manutenção, (b) viabilização financeira/econômica, (c) aspectos institucionais e (d) gerência, destes sistemas”¹⁰⁰.

Frank & Bohn (2003:231) relatam que para este evento foram “convidados diversos órgãos municipais e estaduais de defesa civil, de meteorologia e de abastecimento de água (...)”. Assinalamos ainda, de acordo com o relatório da reunião já citado, a participação de representantes das instituições de ensino superior: FURB, FEDAVI, UNIVALI, Fundação Educacional de Brusque (FEBE) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Desse seminário decorreu, de acordo com Frank & Bohn (2003:231), uma ação civil pública promovida, em 1997, pelo Procurador da República em Blumenau, juntamente com quatro Promotores de Justiça do Alto Vale do Itajaí, contra a União e contra o Estado de Santa Catarina, visando à manutenção das barragens de contenção de cheias.

Outra ação do Comitê relacionada ao controle das cheias foi, conforme relatam Frank & Bohn (2003:231-232), “uma atividade educativa – a Missão Europa. Ela foi idealizada para ampliar a noção das lideranças do Vale do Itajaí sobre as mais recentes concepções da prevenção de enchentes praticadas e discutidas na Suíça e na Alemanha, visando preparar o Comitê para decidir sobre as melhores alternativas de soluções de problemas”.

Nos dizeres de Frank & Bohn (2003:232) a Missão Europa era constituída por “um grupo representativo do Comitê, formado por técnicos, empresários e lideranças políticas”.

⁹⁸ Não há referência ao tipo de disparidade considerada. É provável, no entanto, que o texto do *site* tenha sido extraído de Frank (1995), quando a autora discute a disparidade de renda entre a população urbana e a população rural, estando esta muito aquém daquela.

⁹⁹ De acordo com Bätzing (1988, 1993 *apud* Frank, 1995:208) o conceito de trabalho reprodutivo “abrange todas as tarefas de recuperação e manejo necessárias para manter uma área ecologicamente frágil na forma de uma paisagem antroponatural ecologicamente estável”.

Estas autoras ressaltam que os membros do grupo que constituiu a Missão, ao retornarem, passaram a difundir as medidas extensivas de contenção de cheias. Estas seriam, segundo Frank & Bohn (2003:232), “medidas estruturais que alteram o padrão de escoamento da água, mas distribuídas em toda a bacia hidrográfica, ao contrário de medidas intensivas, como as obras conhecidas na bacia do Itajaí”.

Para nossa análise, importa salientar que, conforme consta em ata da Segunda Assembléia Geral do Comitê¹⁰¹, realizada em 24 de novembro de 1998, os dez membros do Comitê que participaram da Missão sugeriram que fosse feito um Plano de Ação para o Comitê do Itajaí. Entre as ações deste plano deveria estar o “Desenvolvimento de uma política agrícola e florestal”.

2.2.4.2.1 – O Pacto para prevenção e controle de cheias no Vale do Itajaí

Outra importante ação do Comitê ocorreu no ano de 1999: a realização de um Workshop para elaboração de um “Pacto para prevenção e controle de cheias no Vale do Itajaí”. Coerentemente com o que consta na Ata da Assembléia do Comitê realizada em 24 de novembro de 1998, antes mencionada, por meio da qual se sabe que os participantes da Missão Europa sugeriram a elaboração de um Plano de Ação para o Comitê, Frank & Bohn (2003:232) referem-se a este Workshop como o próximo plano estratégico do Comitê, resultado do impacto positivo da Missão Europa.

Segundo estas autoras, este evento surgiu de uma solicitação feita pelo governo do Estado de Santa Catarina ao Comitê, para que este “se pronunciasse para que pudessem ser renegociadas as bases do financiamento com o governo do Japão e utilizados os recursos disponibilizados pelo OECF” (*Overseas Economic Cooperation Fund*) para o Projeto JICA (op.cit.:233). Essas autoras explicam que o “Comitê entendeu que a melhor forma de chegar a um consenso seria através de uma ampla participação dos atores envolvidos: técnicos dos órgãos estaduais, técnicos municipais, políticos e representantes do Comitê. Eles deveriam identificar as diretrizes para um plano de prevenção que atendesse às necessidades locais e regionais” (op.cit.: 233).

Como se poderá ver adiante, este evento constituiu-se em importante marco da gestão das águas no Vale do Itajaí, representando as diretrizes que norteariam a gestão naquela

¹⁰⁰ Relatório da reunião do grupo de trabalho pró-comitê, em 18 de junho de 1997, disponível em www.comiteitajai.org.br, link comitê do Itajaí/diretoria (relatórios 1997), acessado em 12.08.2004.

¹⁰¹ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 1998), acessado em 07.07.2005.

Bacia. Dele resultou um documento que foi objeto da primeira deliberação do Comitê do Itajaí, por meio da qual a assembléia resolveu: “Aprovar o PACTO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE CHEIAS NO VALE DO ITAJAÍ, que doravante orientará todas as ações de controle de cheias nesta Bacia Hidrográfica” – conforme consta na Deliberação 01/99¹⁰², aprovada pela Assembléia Geral do Comitê em 13 de julho de 1999, reunida em Timbó/SC e, posteriormente pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em 13 de março de 2000.

Pelos documentos disponíveis e pela literatura consultada, verifica-se que o Workshop foi, então, uma oficina de planejamento para as ações do Comitê – em parte motivada pela solicitação do governo do Estado de que o Comitê se pronunciasse a respeito do projeto JICA, em parte oriunda das necessidades de planejamento ressaltadas pela Missão Europa. Do documento¹⁰³ que sintetiza os encaminhamentos definidos naquela oficina consta que o

“PACTO consiste na adoção das diretrizes estabelecidas na Oficina de Planejamento realizada pelo Comitê do Itajaí entre os dias 14 e 16 de junho de 1999 e que deverão ser observadas na elaboração de quaisquer planos de prevenção e contenção de enchentes na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí”.

Por isso, trataremos, neste momento, de ressaltar alguns aspectos da construção desse evento que serão retomados em capítulo posterior para análise conjunta das implicações que os acontecimentos em torno da gestão das águas trazem para a agricultura familiar.

Consta na ata da Assembléia Geral Ordinária¹⁰⁴ do Comitê, ocorrida em 18 de maio de 1999, que a representante da SDM¹⁰⁵ expôs “a intenção do Governo do Estado de adequação e reformulação do projeto de contenção de enchentes, partindo-se do projeto elaborado pela JICA”. Segundo consta na referida ata, nesta discussão, o Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Itajaí, organizações ambientais da região e o Governo do Estado, seriam o fórum que determinaria a melhor alternativa para atender os interesses sócio-econômicos da região face ao fenômeno das cheias.

De fato, na mesma assembléia, o Presidente do Comitê sugeriu a realização, no período de 14 a 16 de junho daquele ano, de um “Workshop para discutir o Projeto JICA e formular novas diretrizes para o encaminhamento da questão das cheias no Vale do Itajaí partindo-se deste Projeto”. Ainda no mesmo documento consta que a proposta foi aprovada pela assembléia e que a SDM e a Secretaria Executiva do Comitê definiriam “(...) os critérios

¹⁰² Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações, acessado em 12.08.2005.

¹⁰³ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 01Anexos Pacto.doc, acessado em 14.10.2005.

¹⁰⁴ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 1999), acessado em 07.07.2005.

¹⁰⁵ À época Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

de participação neste evento, pois para que sua realização seja eficiente, recomenda-se a participação de no máximo vinte e quatro pessoas”.

A informação divulgada na ata desta assembléia condiz com o relatório¹⁰⁶ da reunião da Secretaria Executiva do Comitê ocorrida anteriormente, em 4 de maio de 1999, em que consta que “o importante numa Oficina desse tipo é ter as pessoas certas, aquelas que podem tomar decisões. Nem sempre o número é fundamental, mas a representatividade e a capacidade de decidir, sim”. Esta era, segundo o relatório mencionado, a recomendação do profissional contratado para ser o moderador do encontro. Consta ainda que o encontro deveria ter, no máximo, 24 participantes.

Neste mesmo relatório consta – como discussão ainda em aberto sobre os participantes – que “já tinham sido sugeridos, além dos membros do Comitê: prefeituras, promotorias estaduais, defesa civil, FAEMA e FATMA (Fpolis)”.

Do relatório¹⁰⁷ da reunião da Secretaria Executiva de 28 de maio do mesmo ano consta a lista das pessoas que seriam convidadas a participar. Consta ainda que todos os participantes seriam contatados por telefone para expressar o convite da Secretaria do Comitê e que o convite formal seria enviado pelo correio, “declarando que qualquer outra indicação é prerrogativa do Comitê do Itajaí”. Para decidir pelo convite a tais pessoas a secretaria executiva considerou que “o limite é de 24 participantes, que devem ter capacidade de decisão e ser conhecedores do assunto, a participação de técnicos de órgãos estaduais será equivalente à participação deles no Comitê, ou seja, 20%, o que representa 5 participantes. Os órgãos federais não participam por se tratar (o JICA) de um projeto de âmbito estadual”. Verificamos, assim, que o número de 5 representantes dos órgãos públicos representou 20% do total de 25 participantes que foram selecionados para serem convidados.

Consta da lista disponível no mesmo relatório, sob o título “Representantes dos municípios”, 10 participantes e, sob o título “Organizações da sociedade regional”, outros 10 participantes.

Não constam da lista apresentada naquele relatório pessoas agrupadas sob a denominação “representantes dos usuários da água”. Apesar disso, comparando a lista de pessoas a serem convidadas com os membros do Comitê à época verificamos que, para o Workshop, entre os “Representantes do Estado” estava a CELESC. Na composição do Comitê, a CELESC figurava entre os membros representantes dos “usuários da água (recursos

¹⁰⁶ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link comitê do Itajaí/diretoria (atas e relatórios 1999), acessado em 12.08.2004.

naturais)” e não entre os “representantes dos governos federal e estadual”. As demais instituições representantes do Estado a serem convidadas – STO, FATMA, SDM, DEOH¹⁰⁸ –, constavam na relação dos membros do comitê “representantes dos governos federal e estadual”.

Vale registrar que apesar de ser membro do Comitê do Itajaí, figurando entre os representantes dos governos federal e estadual, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), consta apenas como suplente na lista de participantes a serem convidados para o evento, que aparece no relatório da reunião da secretaria executiva, realizada em 28 de maio de 1999. Na relação das pessoas que efetivamente participaram da oficina, tampouco encontramos alguma indicação de que uma delas fosse oriunda da referida instituição.

Devemos mencionar, no entanto, que na reunião da Secretaria Executiva do Comitê realizada em 09 de outubro de 1997, estavam presentes um representante da EPAGRI e um da CELESC. Nessa ocasião, os órgãos estaduais foram convidados a contribuir com um funcionário administrativo, com dedicação de 8 horas semanais. Constatamos que, depois disso, o nome de um funcionário técnico da EPAGRI aparece regularmente nos relatórios da Secretaria Executiva a partir de 12 de julho de 2000, integrando um dos subcomponentes do Programa de Recuperação de Mata Ciliar.

Os participantes do Workshop, em plenária, sugeriram idéias para a identificação de “eixos temáticos” que deveriam ser discutidos no evento. Depois disso, foram agrupados em “4 grupos de trabalho segundo as afinidades, conhecimento e vivência de cada participante para com o tema abordado”¹⁰⁹.

Do trabalho desses grupos resultou a apresentação de 5 eixos temáticos, cada qual com suas linhas de ação:

“Eixo temático 1. Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural

- 1.1 - Atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município
- 1.2 - Usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias
- 1.3 - Manejar adequadamente os cursos d’água

Eixo temático 2. Gestão urbana para controle de enchentes, implantada em toda a bacia

¹⁰⁷ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link comitê do Itajaí/diretoria (atas e relatórios 1999), acessado em 12.08.2004.

¹⁰⁸ STO: Secretaria de Estado dos Transportes e Obras; FATMA: Fundação do Meio Ambiente; SDM: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; DEOH: Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas.

¹⁰⁹ Conforme consta do documento que relata a oficina, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 01 Anexos Pacto.doc, acessado em 14.10.2005.

- 2.1- Implantação e adequação dos planos diretores municipais
- 2.2 - Estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias
- 2.3 - Gerenciamento de águas pluviais

Eixo temático 3. Gestão e controle na rede de drenagem

- 3.1 - Gerenciamento da rede de drenagem
- 3.2 - Controle da rede de drenagem

Eixo temático 4. Implementar a educação ambiental na bacia hidrográfica

- 4.1 - Avançar no cumprimento da legislação
- 4.2 - Melhorar a convivência com as cheias

Eixo temático 5. Sistema emergencial

- 5.1 - Implantar sistema emergencial na bacia hidrográfica.”

(Deliberação 01/99 - Pacto para prevenção e controle de cheias no vale do Itajaí, p.1-2)

Embora os participantes tivessem feito a priorização das linhas de ação, optaram por apresentá-las todas, “uma vez que o conjunto delas foi tido como importante, suficiente e necessário para o objetivo proposto. No momento da elaboração do plano, essas ações prioritizadas poderão ser revistas no sentido de se separar aquelas de curto, médio e longo prazo em sua execução” (op.cit.:6). Vale ressaltar, então, que as linhas de ação pensadas para o espaço rural (eixo temático 1) estão entre as mais votadas na priorização.

O conjunto das linhas de ação, na ordem em que foram priorizadas, são apresentadas por Frank & Bohn (2003:231) em trabalho já mencionado, ao tratarem das “ações do Comitê do Itajaí em prol da prevenção e controle de cheias”:

- a) gerenciar a rede de drenagem,
- b)atingir, em cinco anos, no mínimo 35% de cobertura vegetal por município,
- c)manejar adequadamente os cursos d’água,
- d)umentar o conhecimento e convivência com as cheias,
- e)usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias,
- f)implantar e adequar os planos diretores municipais,
- g)controlar a rede de drenagem,
- h)gerenciar as águas pluviais,
- i)estabelecer mecanismos de cooperação e parcerias”

(FRANK & BOHN, 2003:234, grifos nossos).

Observando o documento que relata a oficina, verificamos que, para as linhas de ação originárias do eixo temático “Conservação, recuperação e manejo sustentável no meio rural”, foram anotadas as seguintes:

- para a linha de ação 1.1 (aumento da cobertura vegetal): implantar reservas legais, recuperar e manter mata ciliar, recuperar e manter áreas de preservação permanente (encostas), criar unidades de conservação (parques e reservas), manter e enriquecer a cobertura florestal atual;

- para a linha de ação 1.2 (usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias): planejar as propriedades agrícolas de acordo com a aptidão do solo e limitações legais, usar práticas conservacionistas (mecânicas e vegetativas), integrar e realocar estradas vicinais e carreadores;
- para a linha de ação 1.3 (manejar adequadamente os cursos d'água): retirar entulhos e evitar novas deposições, manter os cursos d'água na sua configuração original, fazer uso múltiplo das estruturas hidráulicas existentes, estudar a viabilidade de pequenas retenções (na escala da microbacia), observar a legislação na construção de açudes, lagoas e tanques.

Vale ainda destacar que, a partir dos documentos analisados, o grupo de pessoas responsáveis, na oficina, pela apresentação destas ações era composto por: uma representante da FURB, uma representante da APREMAVI (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Vale do Itajaí), uma representante da FATMA. Estes integrantes do grupo, na ordem em que foram mencionadas as suas instituições de origem, identificaram-se como física, administrador/ecologista/agricultor e bióloga. Esteve presente ainda um quarto integrante sobre o qual não temos informação a respeito de sua instituição de origem, sabendo-se apenas que era engenheiro agrônomo.

2.2.4.2.2 – A legitimação do Pacto

Em termos de conteúdo veiculado na elaboração do “Pacto” é indispensável ressaltar o texto abaixo que encabeça o documento que relata a referida oficina de planejamento do Comitê e que sintetiza as decisões a respeito do que deveria constar em um plano para prevenção e controle de cheias na bacia.

“Subordinando-se aos princípios e objetivos estabelecidos na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, fixados respectivamente no artigo 2º da Lei Federal nº 9.433/97 e nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 9.748/94, o presente PACTO consiste na adoção das diretrizes estabelecidas na Oficina de Planejamento realizada pelo Comitê do Itajaí entre os dias 14 e 16 de junho de 1999 e que deverão ser observadas na elaboração de quaisquer planos de prevenção e contenção de enchentes na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí”.

(Deliberação 01/99 - Pacto para prevenção e controle de cheias no vale do Itajaí, p.1)

Este trecho reforça aquilo que afirmamos anteriormente no presente trabalho. Ou seja, conseguiu-se na Bacia do Itajaí, no âmbito da Política de Recursos Hídricos, o respaldo da legislação vigente para dar encaminhamento prioritariamente à questão das cheias. Constatamos

se, assim, com clareza a dificuldade de separação entre a questão das cheias e a gestão das águas no Vale do Itajaí. Embora tenhamos dificuldade de conceber uma situação diferente – haja vista à história das enchentes na região –, devemos ressaltar que a oficina que se concretizou, segundo os documentos analisados, para discutir um projeto de contenção e prevenção de cheias elaborado pela JICA, ampliando seu escopo, terminou por dar as diretrizes da gestão de recursos hídricos na Bacia e, mesmo, para o uso da terra no mesmo espaço.

Como havíamos mencionado anteriormente, Frank & Bohn (2003) referem-se a esta oficina como um plano estratégico que seria resultado do impacto positivo da Missão Europa, quando os participantes puderam conhecer maneiras diferentes de controlar as cheias, sobretudo as medidas extensivas.

Devemos ressaltar ainda que na ata da reunião do grupo de trabalho do Comitê, realizada em 24 de junho de 1998, em que se discutiu a possibilidade de se realizar a Missão Europa, consta também uma discussão sobre o andamento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA) do Projeto JICA. Em outras palavras, o Projeto JICA já estava na pauta do Comitê antes da solicitação do governo do Estado para que o Comitê se pronunciasse a respeito.

Consta do relatório¹¹⁰ da reunião da Secretaria Executiva do Comitê, realizada em 05 de julho de 1999, a preparação da Assembléia Geral na qual o documento elaborado no referido workshop seria apresentado e discutido. Conforme a programação, se houvessem propostas para serem incluídas estas deveriam “ser feitas por escrito para serem submetidas à análise técnica”.

Na Assembléia Geral Extraordinária¹¹¹, ocorrida em 13 de julho de 1999, como programado pela Secretaria Executiva em reuniões que antecederam a Assembléia, o Pacto foi apresentado. Houve algumas manifestações da Assembléia. Não consta da referida ata que tenham havido modificações no documento elaborado no *workshop* depois dessas manifestações. Encerradas as discussões, o Pacto foi aprovado por unanimidade.

Frank & Bohn (2003:233) afirmam que “mesmo que as tentativas do Governo do Estado não tivessem surtido o resultado esperado, para o Comitê do Itajaí, o ‘Pacto’, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em março de 2000, passou a ser referência”.

¹¹⁰ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria (atas e relatórios 1999), acessado em 12.08.2004.

¹¹¹ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 1999), acessado em 07.07.2005.

De fato, com base nas linhas de ação anotadas no Pacto, foram realizadas futuras ações do Comitê.

2.2.4.2.3 – Ações decorrentes do Pacto: a Semana d'Água e o Programa de Recuperação da Mata Ciliar

Dentre as ações propostas pelo Pacto em relação à contenção das cheias, duas delas merecem destaque: a Semana d'Água e o Programa de Recuperação da Mata Ciliar.

No Pacto, em seu eixo temático 4 “Implementar Educação Ambiental na bacia”, em sua linha de ação 4.2 “Melhorar a convivência com as cheias”, consta a ação “Produção de material didático sobre nova visão de gerenciamento de cheias”, para o que seria necessário “Realizar Semana da Água em todo o vale”¹¹². A Semana d'Água que viria a ser uma importante atividade educativa promovida pelo Comitê, praticada até os dias atuais, foi aprovada na mesma Assembléia em que foi aprovado o Pacto.

A **Semana da Água**, promovida pelo Comitê desde 1999 - com frequência referenciada como uma “campanha de cidadania pelas águas” - consiste numa “campanha de caráter educativo, de envolvimento comunitário e de preservação ambiental”¹¹³, que acontece uma vez por ano, no início da primavera, envolvendo diferentes instituições nos 47 municípios da Bacia e outros municípios vizinhos. Esse evento tem como objetivo principal conscientizar os diversos usuários a respeito da necessidade de conservação da água, pretendendo-se alertar toda a população, especialmente, as crianças.

Atualmente a “Semana da Água” já faz parte do calendário oficial de eventos dos 47 municípios da Bacia e integra o plano de ensino das escolas das redes municipais, estaduais e particulares - alcançando, dessa forma, um outro objetivo proposto que era o de “fixar a data no calendário de eventos sobre Meio Ambiente na região”¹¹⁴.

O Comitê elabora e distribui, quase todos os anos, uma cartilha educativa e de orientação, de leitura fácil e bastante didática, para instituições da Bacia com sugestão de temas para discussão em cada ano.

Podemos perceber, nas cartilhas editadas¹¹⁵ em 1999, 2000 e 2003, a intenção de transmitir a idéia da água como um bem comum, da escassez de água e da necessidade de

¹¹² Conforme verificamos no documento disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 01 Anexos Pacto.doc, acessado em 14.10.2005.

¹¹³ Conforme verificamos em www.comiteitajai.com.br, acessado em 22.06.2004.

¹¹⁴ Idem nota anterior.

sermos mais cuidadosos no uso da água. Verificamos que a cartilha se constitui em um instrumento extremamente prático, de leitura acessível sem, no entanto, deixar de transmitir as idéias de como é concebida a gestão das águas pelo Comitê do Itajaí, sobretudo ressaltando a idéia da “bacia hidrográfica” como unidade ideal para a gestão. Cumprindo, dessa forma, o que está previsto no sítio do Comitê como objetivos desse evento e conforme foi previsto no Pacto. Utilizou-se nas cartilhas a mesma abordagem da conservação das águas utilizada na Lei 9.433/97, na qual está prevista a concepção da água como um bem dotado de valor econômico e a necessidade de conservá-la para as gerações futuras. Importa ressaltar, ainda, que as cartilhas chamam todos os cidadãos à responsabilidade da gestão das águas. Argumentações semelhantes são encontradas nos textos relacionados à Bacia, alguns anteriores à criação do Comitê, que apontavam a necessidade de uma instância regional para tratar dos problemas ambientais da Bacia, em vez de se esperar que a solução viesse por meio do poder público (veja-se, entre outros, FRANK, 1995).

Na cartilha editada em 2005 (LINDNER & FRANK, 2005) que teve como tema central o esgoto, destaca-se a escassez da água e a necessidade de ações de proteção no âmbito da bacia hidrográfica. No entanto, não aparece a argumentação em torno do valor econômico da água.

A outra ação do Comitê, decorrente do Pacto, foi o **Programa de Recuperação da Mata Ciliar**. Este Programa vem em consequência da linha de ação 1.1 “atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município”, constituinte do eixo temático 01 “Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural”.

O **Programa de Recuperação da Mata Ciliar** foi apresentado à Assembléia do Comitê, em 26 de abril de 2000, como parte do plano de trabalho da nova Diretoria do Comitê, eleita e apossada na mesma data¹¹⁶.

Uma das ações previstas nesse plano de ações era “Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural e do meio urbano (programa do pacto): Programa de Recuperação da Mata Ciliar (...)”¹¹⁷.

¹¹⁵ Veja-se cartilha de 1999 (BUTZKE,s/d), cartilha de 2000 (BUTZKE, 2000), cartilha 2003 (COMITÊ, s/d). Não foram elaboradas cartilhas nos anos de 2002 e 2004. No ano de 2001, a cartilha teve o mesmo tema principal que no ano anterior (mata ciliar).

¹¹⁶ Conforme consta da Ata da Assembléia Geral Ordinária, de 26 de abril de 2000, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2000), acessado em 07.07.2005. Aqui cabe registrar que, entre os membros da nova Diretoria eleita, estava um funcionário da EPAGRI.

¹¹⁷ Idem nota anterior.

Em cumprimento ao plano de trabalho da nova Diretoria, em 30 de junho de 2000 foi realizado um Seminário de Recuperação de Matas Ciliares, em Ituporanga, “visando avançar no detalhamento deste programa de recuperação”¹¹⁸.

Conforme o relatório (disponibilizado, em 2001, pela Prof^a Ivani Cristina Butzke Dallacorte, IPA/FURB)¹¹⁹, o seminário contou com a participação de 250 pessoas¹²⁰. Pode-se deduzir desse relatório que os participantes foram organizados em grupos a partir de assuntos pré-determinados, subsidiados por perguntas-chaves, para poderem contribuir na formulação do programa. Os grupos eram liderados, à exceção de um deles, por membros da diretoria do Comitê, empossada em abril de 2000, sendo um deles coordenado por um funcionário da EPAGRI.

Na Assembléia Geral Ordinária¹²¹ ocorrida em 10 de maio de 2001 em Rio do Sul/SC o Programa de Recuperação da Mata Ciliar, até então em elaboração, foi apresentado aos membros do Comitê e aprovado por aclamação, na forma da Deliberação 6 do Comitê¹²², aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 05 de junho de 2001.

Na reunião da Secretaria Executiva¹²³, ocorrida em 16 de maio de 2001, entre os encaminhamentos para o programa de Recuperação da Mata Ciliar, deliberou-se que “com o intuito de estabelecer mais formalmente as parcerias para a execução do programa, deve ser elaborado um convênio entre o Comitê e os parceiros. Como ponto de partida seria [será] elaborado um protocolo de intenções” (grifo no original), idéia aprovada na Assembléia de 01 de agosto de 2001¹²⁴, em Pomerode/SC.

Na ocasião, o assessor jurídico do Comitê justificou a idéia, porque “apesar de ser redundante o Protocolo, faz-se necessário haja visto existirem organizações que não são membros do Comitê, mas estão colaborando com o Programa de Recuperação de Mata Ciliar”. Na assembléia de 21 de novembro de 2001, em Blumenau, aconteceu a assinatura do

¹¹⁸ COMITÊ DO ITAJAÍ. **Programa de Recuperação da Mata Ciliar: relatório do seminário de Ituporanga.** Blumenau, julho de 2000. (mimeografado)

¹¹⁹ Idem nota anterior.

¹²⁰ Não encontramos, nos documentos analisados a relação dos participantes, nem os critérios que definiram a participação no seminário.

¹²¹ Ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

¹²² Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 06, acessado em 12.08.2005.

¹²³ Relatório disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/Diretoria (atas e relatórios 2001), acessado em 12.08.2004.

¹²⁴ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

protocolo por vários prefeitos dos diversos municípios da bacia e por representantes de diversas instituições¹²⁵.

Das propostas do Comitê, o Programa de Recuperação da Mata Ciliar encerrava um conjunto de ações que objetivamente poderiam implicar em mudanças no âmbito dos estabelecimentos rurais. Ele adveio, como já ressaltamos, do eixo temático do Pacto pensado para as áreas rurais.

De acordo com Frank (2001), eram objetivos desse programa:

- 1) “Recuperar a mata ciliar em pelo menos um trecho de rio ou ribeirão em todos os 47 municípios da Bacia hidrográfica do Itajaí, perfazendo no mínimo 900 km da mata ciliar em recuperação em três anos.
- 2) Dar início à capacitação dos municípios para a recuperação e a preservação dos recursos hídricos, fazendo com que esta prática se incorpore às administrações municipais”.

(FRANK, 2001:15)

Conforme constava no sítio do Comitê na internet¹²⁶, a coordenação executiva do Programa era exercida pelo Instituto de Pesquisas Ambientais da Universidade Regional de Blumenau (FURB), enquanto a coordenação geral seria exercida por seis pessoas: quatro vinculadas à FURB, uma à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e uma à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Ainda conforme o mesmo sítio, o Programa era composto pelos componentes:

- 1) *Comunicação e Marketing*: componente pensado para, entre outras tarefas, conquistar a adesão dos proprietários na execução do projeto;
- 2) *Captação de Recursos*: dentre as tarefas pensadas a partir desse componente estão a obtenção de incentivos legais, a obtenção de meios compensatórios para os agricultores fazerem proteção e conservação e a identificação de linhas de crédito que possam ser utilizadas pelo programa;
- 3) *Capacitação*: como parte desse componente, elaborou-se um curso de capacitação de equipes municipais para promover a capacitação técnica de pessoas para a execução do processo de recuperação e para difundir informações sobre a gestão de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Itajaí;
- 4) *Caracterização das áreas em recuperação*: a partir desse componente pretende-se avaliar e orientar a caracterização das áreas a serem recuperadas; está previsto um acompanhamento para possibilitar a aplicação correta das técnicas recomendadas;

¹²⁵ Ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

¹²⁶ www.comiteitajai.org.br, acessado em 22.06.2004.

- 5) *Produção de mudas*: este componente foi pensado para promover a produção de mudas para o Programa por meio da articulação dos viveiros já existentes na Bacia e do estímulo à instalação de novos viveiros.
- 6) *Autorização e Fiscalização*: a partir do que, se espera conseguir a autorização e a fiscalização das ações de recuperação e de preservação das matas ciliares;
- 7) *Facilitação dos projetos municipais*: componente pensado para possibilitar o acompanhamento dos grupos de trabalho municipais, na forma de visitas semanais de janeiro a julho de 2002 e, posteriormente, a realização de oficinas para adequação dos projetos municipais e elaboração de um Projeto Técnico como modelo para todos os municípios interessados em recuperar a mata ciliar.

Como primeira ação referente à execução do referido programa e correspondente ao Componente nº 3, foi oferecido um Curso de Capacitação para a recuperação de Matas Ciliares a Grupos de Trabalho Municipais. Para atender 49 municípios, o curso teve sete edições, nas quais foram capacitadas 200 pessoas, entre agosto e outubro de 2001.

No material distribuído aos participantes do Curso de Capacitação, Frank *et al* (2001) recomendam que os Grupos de Trabalhos Municipais utilizem como critério para definir as áreas para iniciar o programa o interesse da comunidade local em participar. Sugere-se que as ações, as responsabilidades e os prazos a serem cumpridos sejam definidos em reuniões comunitárias, ou seja, possibilitando ao “público alvo” participar das decisões nesse nível das negociações. Também para o acompanhamento da execução das ações sugere-se o envolvimento da comunidade. Se os proprietários ou a comunidade não cumprirem o projeto (que deverá ter sido encaminhado à FATMA para conseguir aprovação), a sugestão é prever ações corretivas ou acionar o Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público¹²⁷.

Em relatório da reunião da Secretaria Executiva do Comitê, ocorrida em 11 de abril de 2001, em tópico referente ao Programa de Recuperação da Mata Ciliar, consta a necessidade de inclusão da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta¹²⁸.

Meses mais tarde, no curso mencionado, o Termo de Ajustamento de Conduta foi apresentado aos participantes pelo Promotor de Justiça, Coordenador de Defesa do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, como uma maneira legal de fazer com que o

¹²⁷ De acordo com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, os Termos de Ajustamento de Conduta “são uma espécie de contrato administrativo constituído de obrigações assumidas pela parte flagrada em desacordo com a lei, as quais, se não cumpridas, serão executadas judicialmente”. Disponível em www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_imprensa.asp?campo=4996&conteu..., acessado em 16.06.2006.

¹²⁸ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí /Diretoria (atas e relatórios 2001), acessado em 12.08.2004.

proprietário rural participe do programa. Em outros termos, era clara a intenção de utilização, ou mesmo a confiança na eficácia, das “ferramentas legais” como garantia de sucesso do Programa.

Vale destacar que no material distribuído aos participantes desse curso dá-se grande ênfase à atividade agropecuária quando são apresentadas as questões ambientais. Note-se:

“As primeiras áreas ocupadas foram na região da Foz do rio Itajaí, seguindo-se pela região do Médio Vale. A colonização da região do Alto Vale do Itajaí, ocorreu pela ocupação de pequenas propriedades (a maioria é de minifúndio com até 20ha). Devido às características deste processo de colonização, o solo foi (e vem) sendo intensamente usado – geralmente com práticas degradantes, inclusive com grande utilização de insumos agrícolas, o que resultou em extensas áreas desflorestadas e na diminuição da qualidade ambiental.

Na região do Alto Vale o decréscimo da população rural poderia significar pressão gradativamente menor sobre os recursos naturais renováveis (solo e florestas), porém entre 1970 e 1990 houve aumento da área explorada nas sub-bacias de Rio do Sul e Ibirama, justamente nas sub-bacias em que se localizam as regiões agrícolas da Bacia do Itajaí (regiões da Cebola, da Mandioca e do Fumo).

Verifica-se pois que a disparidade regional contribuiu para intensificação do uso do solo, o que impulsionou os agricultores a práticas agrícolas cada vez menos sustentáveis.

Aos problemas mais amplos relativos ao uso do solo, somam-se os problemas ambientais urbanos e industriais. O deslocamento de parte da população rural em direção às cidades e o assentamento não planejado destes novos migrantes, provocou uma ocupação de encostas e zonas ribeirinhas, aumentando o contingente da população em áreas de risco.”

(FRANK, 2001:6)

Embora não seja mencionada a fonte dessas informações, verificamos que são quase todas extraídas do sexto capítulo da tese de doutorado da Prof^a Beate Frank (FRANK, 1995:219-241) – trabalho em que propõe o Comitê do Itajaí como estrutura de gerenciamento da Bacia e estabelece a relação entre ocupação do solo e a frequência de enchentes.

Nessa mesma tese, ao discutir as razões da degradação ambiental no espaço rural, a autora nos diz que

“a recuperação ambiental através da multiplicação do trabalho reprodutivo se configura como parte integrante do processo de aprendizagem na relação homem-ambiente. Se a sociedade como um todo deseja a recuperação e a sustentação do sistema da bacia do Itajaí, cabe-lhe criar as condições para agilizar o processo de aprendizagem, fomentando o trabalho reprodutivo”.

(FRANK, 1995:217)

Em virtude da disparidade entre a renda *per capita* média dos centros urbanos e aquela dos espaços rurais, bem como em virtude da alta renda média *per capita* dos núcleos urbanos da Bacia em relação à média estadual, a autora sugere “a criação de um mecanismo financeiro de compensação das atividades de reprodução da paisagem por parte dos agricultores, pelos beneficiários dos efeitos da recuperação, os habitantes urbanos” (FRANK, 1995:239).

Ao Programa de Recuperação de Mata Ciliar foi incorporada esta idéia. Verifique-se o componente nº 2, ao qual compete, entre outros assuntos, a “obtenção de meios compensatórios para os agricultores fazerem proteção e conservação e a identificação de linhas de crédito que possam ser utilizadas pelo programa”.

Na reunião da Diretoria do Comitê¹²⁹, ocorrida em 16 de agosto de 2000, o representante da FATMA propôs que os projetos municipais para o Programa como um todo fossem feitos em pacote, e “em função disto conseguir a isenção das taxas de licenciamento, o que poderá ser ofertado como estímulo e incentivo fiscal”.

No entanto, sobre essa possibilidade, encontramos poucas referências nos documentos do Comitê que analisamos. Ela volta a ser mencionada por ocasião da discussão em torno da cobrança e do cadastro de usuários – como mostraremos adiante. Vale mencionar que em conversa com a vice-presidente do Comitê, prof^a Beate Frank, em março de 2005, em Itajaí, ela apresentou sua “opinião de que se pague para o agricultor que estiver conservando direito”. Ressaltou, no entanto, que essa é apenas a sua opinião, em virtude de o Comitê ser uma instância participativa.

Consta da ata da Assembléia Geral Extraordinária¹³⁰ de 26 de junho de 2002, que à época existiam sete projetos em andamento e análise na FATMA. Também naquele ano iniciou-se “no âmbito do Programa de Recuperação da Mata Ciliar, um acompanhamento aos municípios. Semanalmente, uma equipe da coordenação geral deste programa, que é composta por técnicos de entidades, se dirigem aos municípios onde é feito um trabalho de acompanhamento”.

Sobre este assunto vale mencionar o depoimento que presenciamos da prof^a Beate Frank em 06 de novembro de 2003, por ocasião da Oficina de Planejamento estratégico do Comitê, realizada em Blumenau, nas dependências da FURB. Ao relatar sua visita à área de implantação de um dos projetos de recuperação de mata ciliar, no município de Vidal Ramos, disse ter ficado “emocionada porque eles [agricultores] estão fazendo tudo direitinho”; que os agricultores não queriam assinar o termo de compromisso e, no entanto, demonstravam muito amor pela muda que haviam plantado. Disse ainda que ela pensava que deveria ser retirado do processo o termo de aprovação¹³¹ do projeto pela FATMA, porque a exigência deste

¹²⁹ Relatório disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/ relatórios e atas (2000), acessado em 12.08.2004.

¹³⁰ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2002), acessado em 05.07.2005.

¹³¹ Na reunião da Diretoria do Comitê, em 16.08.2000, que tinha como um dos pontos de pauta dar encaminhamento ao Programa de Recuperação da Mata Ciliar, houve manifestação de um membro da FATMA dizendo “que as áreas degradadas devem passar por uma análise da FATMA para posterior autorização, além de

documento estava prejudicando. Também disse que se o agricultor tinha pecuária naquela área, ele teria que continuar com a atividade. Como exemplo, mencionou a área em Vidal Ramos, em que fizeram pontes para que o gado pudesse atravessar e desviaram um pouco de água para um cocho para que o gado pudesse beber.

A opinião de outro membro do Comitê, representante de uma das prefeituras da Bacia, em entrevista que nos foi concedida em 23 de junho de 2003, também sugere que o documento referido seja um entrave ao programa de recuperação. Segundo ele:

“(...) em outro local da Bacia do Itajaí-Mirim (Vidal Ramos) que era o único lugar onde estava tudo certinho, quando já se tinha cerca, mudas e aceitação do proprietário rural veio um documento para que o agricultor assinasse dizendo que seria responsável por quaisquer danos causados àquelas árvores. O agricultor, sabiamente, não assinou e o projetou não se implantou. Se entra um maluco lá e corta, o agricultor não tem culpa... O cara já te deixou entrar no terreno dele, plantar, e ainda tem que assinar dizendo que fica responsável? Deveria ser orientado e não exigir-se isso...”

(Membro do Comitê do Itajaí, em 23.06.2003)

Este termo de compromisso era um Termo de Ajustamento de Conduta que estabelecia que o proprietário se responsabilizaria pela regeneração da mata ciliar. A exigência deste documento provocava medo por parte dos proprietários e contribuía para afastar as pessoas do programa.¹³²

Outra atividade ao longo de 2001, vinculada ao Programa de Recuperação da Mata Ciliar, foi a realização de uma pesquisa conjunta entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a FURB, para o estudo das características ecológicas das matas ciliares da Bacia do Itajaí e a indicação de espécies vegetais para sua recuperação. Tal pesquisa resultou na divulgação de uma lista de espécies recomendadas para utilização nos projetos de recuperação das matas ciliares em diferentes condições edafoclimáticas – conforme constava no sítio¹³³ do Comitê.

Tangenciando o Programa de Recuperação da Mata Ciliar cumpre-nos destacar as discussões que emergiram, no âmbito do Comitê de Bacia, em torno dos **fumicultores e da necessidade de lenha para abastecer as estufas de fumo**.

O Ministério Público Estadual promoveu um termo de ajustamento de conduta com a Associação dos Fumicultores do Brasil. De acordo com este documento, os fumicultores deveriam plantar florestas energéticas para obter lenha para combustível das estufas de secagem do fumo a partir de florestas plantadas, dispensando assim o uso de lenha nativa.

verificar se os proprietários desta área permitem recuperação.” Veja-se relatório disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria, relatórios e atas (ano 2000), acessado em 12.08.2004.

¹³² Informação dada, em 22 de novembro de 2005, por um dos instrutores do Curso de Capacitação para os Grupos de Trabalho Municipais vinculados ao Projeto Piava, apresentado adiante.

¹³³ www.comiteitajai.org.br, acessado em 22.06.2004.

Embora a iniciativa de se promover o Termo de Ajustamento de Conduta tenha partido da própria Promotoria Pública – conforme nos informou a coordenadora do Programa de Recuperação da Mata Ciliar¹³⁴ –, ou seja, não tenha partido de uma solicitação do Comitê, o assunto foi freqüentemente mencionado nas assembléias gerais, sobretudo no contexto do Programa de Recuperação da Mata Ciliar.

Em 26 de abril de 2000, houve a manifestação do representante da AFUBRA, dizendo que no mês de junho do mesmo ano, que esta instituição estaria promovendo “uma campanha de sensibilização pela preservação ambiental” – conforme consta da ata da Assembléia Geral Ordinária¹³⁵ de 26.04.2000.

Nesta mesma ocasião, um dos representantes dos “Sindicatos de Trabalhadores Rurais manifestou a dificuldade dos pequenos proprietários rurais em atender às exigências legais relativas ao manejo florestal e agrícola na sua propriedade, ressaltando-se a dificuldade em atender aos custos requeridos pelos dispositivos legais do programa de Agricultura Familiar como instrumento de motivação para permanência do homem no campo”. Em reposta, “o representante da FATMA sugeriu que o Sindicato procurasse apoio das Prefeituras e Universidades” – conforme consta da ata já mencionada.

Consta em ata, que na Assembléia Geral Ordinária¹³⁶, realizada em 28 de novembro de 2002, em Itajaí, o quarto item de pauta foi “Programa de recuperação da Mata Ciliar e termo de Ajuste de Conduta da indústria de fumo”. Na ocasião a Profª Daisy da Silva Santos informou que, por meio dos relatos dos coordenadores municipais do Programa de Recuperação da Mata Ciliar, o termo de ajuste de conduta formalizado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e as empresas fumageiras, não estaria sendo cumprido. Nessa ocasião, a Comissão Consultiva convidou a AFUBRA e o Sindicato das Indústrias do Fumo (SINDIFUMO), por meio dos ofícios 102/02 e 103/02, respectivamente, a apresentarem o “plano de trabalho e de monitoramento, decorrente do dito Termo de Ajuste de Condutas, à plenária do Comitê do Itajaí”. As entidades mencionadas justificaram sua ausência. Ainda conforme a mesma ata, “diante desses fatos, a plenária decidiu encaminhar ofício à Promotoria Pública Estadual, solicitando que por intermédio desta, venha requerer, junto às entidades acima mencionadas, para que as mesmas venham expor como as ações previstas no

¹³⁴ Informação pessoal, em 23 de novembro de 2005.

¹³⁵ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2000), acessado em 07 de julho de 2005.

¹³⁶ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2002), acessado em 07.07.2005.

referido termo têm sido colocadas em prática”. Vale destacar que esta decisão já constava do relatório¹³⁷ da reunião da Comissão Consultiva, ocorrida em 27 de agosto de 2002.

Pudemos presenciar que este assunto foi mencionado pela Vice-presidente do Comitê na oficina de planejamento do Comitê, realizada em 06 de novembro de 2003, em Blumenau. Na ocasião a mesma manifestou seu contentamento pelo fato de estar presente na reunião o representante da AFUBRA e disse que existem agricultores que não querem plantar árvores porque há outros agricultores que cortam para produzir fumo.

O assunto volta à pauta na assembléia geral ordinária¹³⁸ de 28 de abril de 2004. Nessa data, o Promotor Alexandre Herculano pediu ao Comitê para realizar uma discussão maior sobre o tema. O representante da AFUBRA informou que os trabalhos estavam sendo conduzidos pelo Sindifumo, mas os agricultores não estão executando. O representante do Sindifumo disse que seria promovido um evento e se propôs a apresentar ao Comitê o trabalho de extensão que é feito aos agricultores. Houve a preocupação, por parte do representante da APREMAVI, de que o evento fosse “bem democrático, que se abra espaço para ouvir os dois lados para que seja possível um consenso”.

De acordo com a coordenadora do Programa de Recuperação da Mata Ciliar¹³⁹, o evento prometido não aconteceu.

Cumpre-nos destacar a preocupação do representante da AFUBRA na assembléia seguinte¹⁴⁰ no sentido de corrigir a ata da assembléia mencionada no parágrafo anterior. Ele pediu que onde se lê “agricultores não estão executando”, leia-se “os agricultores estão encontrando dificuldades”.

Já em 2005, consta da ata da Assembléia¹⁴¹ de 14 de abril de 2005, que “a APREMAVI fez uma vistoria no Vale Norte nas áreas de coleta do fumo, para verificar se o Termo de Ajustamento do Fumo está sendo discutido” e que essa instituição “enviou um relatório sobre o não-cumprimento do TAC” (termo de ajustamento de conduta).

Devemos lembrar ainda que o Promotor de Justiça Estadual, Coordenador de Defesa do Meio Ambiente, Alexandre Herculano Abreu, foi instrutor no curso de capacitação sobre recuperação de matas ciliares, oferecido pelo Comitê em 2001; foi inclusive responsável pela

¹³⁷ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria, relatórios e atas (ano 2002), acessado em 12.08.2004.

¹³⁸ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2004), acessado em 05.07.2005.

¹³⁹ Informação pessoal, em 23 de novembro de 2005.

¹⁴⁰ Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 08.07.2004, em Itajaí; verifique-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2004), acessado em 05.07.2005.

¹⁴¹ Ata coletada pessoalmente na Assembléia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2005, realizada em Gaspar, nas dependências da empresa Bünge Alimentos.

elaboração de parte de um dos módulos da apostila entregue aos participantes durante o curso – “Aspectos legais e econômicos da proteção e da recuperação de matas ciliares”, veja-se Abreu (2001).

Outro aspecto a ressaltar é que, embora sem especificar as espécies florestais e a sua finalidade, uma das ações previstas no Pacto era implantar florestas comerciais.

Constatamos que a legitimação do Pacto e a concretização dessas ações decorrentes de sua aprovação encerram uma fase da gestão das águas na bacia do Itajaí, na qual a ênfase nos discursos e os argumentos que justificavam os organismos de gestão se apoiavam na necessidade de controlar as cheias. Constatamos que as primeiras ações do Comitê, decorrentes dessa primeira fase, apontavam claramente para a necessidade de intervenção nas áreas rurais e, conseqüentemente, nos estabelecimentos rurais familiares que ali existem. Em outras palavras, é dessa preocupação com as enchentes – transparentes em seu regimento e refletida nas primeiras ações do comitê –, que decorrem também as primeiras implicações sobre a agricultura familiar da Bacia, em todas as suas formas sociais – não se restringindo àquelas que fazem grande uso da água nas atividades produtivas.

2.2.4.3 – Mudança de foco e suas implicações para a agricultura

Em maio de 2001, foi aprovado pela Assembléia o Programa de Recuperação da Mata Ciliar – conforme evidenciamos, advindo da preocupação com as cheias. Porém, nesse mesmo ano em que o Programa de Mata Ciliar é iniciado, verificamos uma mudança de foco no olhar do Comitê: embora nunca esquecida, a questão das cheias – ou, poderíamos dizer, da quantidade de água – começa a dar lugar a uma discussão a respeito da qualidade da água.

Em 01 de agosto de 2001, em Pomerode/SC, foi apresentado à Assembléia¹⁴² o programa da Agência Nacional de Águas chamado “Despoluição de Bacias Hidrográficas”, também conhecido como “Programa de compra de esgoto”.

Na mesma Assembléia, houve a apresentação pelo engenheiro da CASAN, Nei Locatelli, membro da Comissão Consultiva do Comitê na época, dos resultados obtidos em sua dissertação de mestrado, defendida na FURB (LOCATELLI, 2003).

Entre outros assuntos, o autor dedicou-se ao estudo da qualidade de água de 42 mananciais da Bacia do Itajaí, por meio da aplicação do Índice de Bascarán às séries

¹⁴² Veja-se ata desta Assembléia disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

históricas de análises físico-químicas e bacteriológicas das águas brutas realizadas rotineiramente pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

Sugerindo a contribuição de seu trabalho na implementação da gestão das águas na Bacia do Itajaí, Locatelli (2003:4) ressalta que “a classificação das águas é muito importante, pois permite o enquadramento dos recursos hídricos de uma bacia. Depois de definida as classes são adotadas medidas preventivas e corretivas de controle de poluição, de modo a garantir que o mesmo atenda aos limites e condições para eles estabelecidos”.

Na mesma Assembléia, a Vice-presidente do Comitê sugeriu que, com base nas informações de qualidade de água dos mananciais apresentada pelo autor, “todos os municípios que estão com os índices em vermelho¹⁴³ seriam naturalmente prioritários para o Programa de Investimento em Despoluição”¹⁴⁴.

Não nos deteremos aqui na discussão dos dados obtidos por este autor, nem mesmo os métodos utilizados para coletá-los e avaliá-los. Importa-nos o fato de que seu trabalho foi utilizado pelo Comitê do Itajaí como uma fonte de informação para tomar decisões. Por esse motivo, importa-nos saber que o autor estabelece importantes relações entre a qualidade de água e áreas ocupadas pela agropecuária na bacia.

Ao analisar os resultados da evolução do índice calculado com as médias das concentrações anuais (IQA objetivo)¹⁴⁵ para toda a bacia do Itajaí (todas sub-bacias), o autor conclui que, “em média os mananciais da bacia estão melhorando as suas condições de qualidade de água” (LOCATELLI, 2003:68). Este resultado é associado, pelo autor, aos dados de cobertura do solo da bacia do Itajaí encontrados por Vibrans (2003) *apud* Locatelli (2003:68-69). Vibrans (op. cit.) *apud* Locatelli (2003:61) “concluiu que o processo de expansão das áreas agrícolas desacelerou-se e com isso, ocorrendo a regeneração das

¹⁴³ Cumpre-nos informar que a cor vermelha foi didaticamente utilizada pelo autor para apontar os municípios cujos mananciais apresentaram, de acordo com a metodologia utilizada, pior qualidade.

¹⁴⁴ Conforme pudemos presenciar e está registrado em ata da Assembléia Geral Ordinária de 01.08.2001, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2001), acessado em 04 de julho de 2005. Sobre este assunto, verifique-se também ata da assembleia geral extraordinária, realizada em Ibirama/SC, em 26.06.2002 – disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2002), acessado em 05 de julho de 2005 – e deliberações n^{os} 8 e 11 – disponíveis em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 08 e 11, acessado em 12.08.2005. Nestes documentos constam informações sobre detalhes burocráticos necessários à habilitação do Comitê para concorrer aos recursos do referido programa.

¹⁴⁵ O autor calculou o índice de Bascarán para as diferentes sub-bacias em diferentes condições: **a)** considerando as concentrações extremas, ou seja, considerando as concentrações mínimas (IQA de mínimos) ou as concentrações máximas (IQA de máximos); **b)** considerando a média das concentrações de cada ano (IQA objetivo); **c)** quando ao índice IQA objetivo foi incorporada uma variável (k), atribuída em função do aspecto da água – anotado pelo coletor da amostra –, sendo daí denominado IQA subjetivo. Segundo Pinheiro & Locatelli (2003:6), “o valor médio (IQA objetivo) é mais representativo do que ocorreu anualmente na sub-bacia, pois ele incorpora todas as informações coletadas ao longo do ano, em todos os mananciais pertencentes à área de drenagem avaliada”.

florestas, em maior escala nas sub-bacias de Itajaí-açú, Benedito, Luiz Alves e Mirim”. Em três dessas sub-bacias – Itajaí-açú, Luiz Alves e Mirim – Locatelli (2003:61) verificou que o índice calculado com as concentrações médias anuais tende a aumentar ao longo da série histórica, indicando melhoria da qualidade de água.

Uma vez que a cobertura florestal teria se ampliado em detrimento da expansão da atividade agrícola, quando o autor diz que seus dados demonstram que “na bacia do Itajaí, o aumento da cobertura florestal que foi determinada por Vibrans (2003) *apud* Locatelli, (2003:68) tem influência sobre o IQA objetivo” e que “o aumento da cobertura vegetal tem certamente maior influência sobre os pequenos mananciais, situados nos cursos de água de ordem menor”, o autor estabelece a relação entre qualidade de água e agricultura.

Novamente em 07 de maio de 2003, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária¹⁴⁶ realizada em Indaial, quando se discutiu a qualidade de água dos mananciais de abastecimento da Bacia do Itajaí “Locatelli apresentou este ponto, que foi objeto de sua dissertação de Mestrado”. Na Assembléia concluiu-se que a qualidade das águas de captação da CASAN e dos SAMAE’s tem melhorado e ressaltou-se que “muitas atividades que estão sendo desenvolvidas nas comunidades estão realmente melhorando a sua qualidade de água, mas não se pode afirmar que esta qualidade exprima ou nos livre de perigos, inclusive, em termos ecológicos e de saúde pública”.

Em outra ocasião (01.09.2004), presenciamos a Vice-presidente do Comitê utilizar os resultados de Locatelli (op.cit.) – em palestra proferida no curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina –, para argumentar que um dos problemas na Bacia do Itajaí reside na degradação física das pequenas bacias rurais.

Esta é uma constatação de que, também quando o foco é a qualidade de água, a gestão das águas na Bacia do Itajaí tende a ter implicações para a agricultura.

Sobre este aspecto, vale ainda mencionar que, por causa da parceria entre FURB e EMBRAPA, em virtude do Programa de Recuperação da Mata Ciliar, membros desta instituição freqüentavam as assembléias do Comitê. Na Assembléia Geral Ordinária¹⁴⁷ de 21 de novembro de 2001, momento em que se iniciava, no Comitê, a discussão a respeito da cobrança pelo uso de água, presenciamos e resgatamos a fala de um pesquisador da EMBRAPA que exemplifica as implicações que a gestão as águas pode ter para a agricultura

¹⁴⁶ Conforme consta em ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2003), acessado em 07.07.2005.

¹⁴⁷ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

– em virtude das interpretações locais a respeito da aplicação dos princípios do usuário-pagador e do poluidor-pagador.

“Tenho uma preocupação muito grande quanto à questão da água. Gostaria de saber se alguma ação em andamento com relação ao usuário de água, mas também ao que causa a degradação na qualidade da água por sedimentos provenientes por erosão. Vocês tem alguma modelagem ou estão pensando em desenvolver alguma nesse sentido? Um agricultor que tenha 10 ha e os usa de forma compatível ao potencial de uso e um outro que tenha os mesmo 10 ha e usa de forma incompatível gerando degradação. Quer dizer, a quantidade de sedimentos que serão verificados no leito do rio de forma bastante distintos. (...) É que no Paraná existe um comitê de fiscalização de uso do solo e a partir do momento que o agricultor é identificado como um agente de poluição em termos de erosão... Ele primeiro entra com informação técnica para aprimorar o uso da terra. A partir da segunda ele passa a receber uma punição e cada vez mais aumenta a punição. Uma das formas que eu acho importantíssimo é a gente detectar quais são os agricultores que estão se utilizando da terra de forma imprópria e de uma maneira inicial começar com uma conscientização, mas a partir do momento que ele não se atrela à parte de ação da conscientização, ele passa a ser punido e com isso dá aí sobretaxa, isso é uma forma efetiva de controlar os sedimentos que entram no rio. É o que acabamos de fazer lá. Não adianta a gente colocar mata ciliar se o cara não *controla*¹⁴⁸ o [dá] sedimento por erosão lá em cima”.

(Eng. Agrônomo, Pesquisador da EMBRAPA-Floresta de Colombo/PR em Assembléia Geral Ordinária do Comitê do Itajaí em 21.11.2001, em Blumenau)

Cumpre-nos deixar claro que este pesquisador e sua instituição de origem não eram membros do Comitê. No entanto, suas palavras são importantes porque foi instrutor no curso de capacitação sobre recuperação de matas ciliares oferecido pelo Comitê em 2001 – conforme presenciamos na etapa do curso realizada em Presidente Getúlio/SC, no período de 27 a 29 de agosto de 2001.

Essa discussão iniciou-se em virtude de ter sido aprovado pela Assembléia do Comitê, reunida em Pomerode/SC, em 01 de agosto de 2001, o cronograma de implantação da cobrança pelo uso da água na bacia do Itajaí¹⁴⁹.

No entanto, apesar da movimentação em torno da cobrança pela água, o mais recente Projeto do Comitê – Projeto Piava –, reforça nosso argumento de que as implicações (e as possibilidades) da gestão das águas para a agricultura não se encerram neste instrumento da nova política. Este projeto recebe o patrocínio da Petrobrás Ambiental para ser desenvolvido no período de maio de 2005 a abril de 2007¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Este verbo foi colocado por mim ao me parecer que na ata foi esquecida alguma palavra. Senti-me autorizada a fazer tal alteração porque estive presente na Assembléia e pude compreender o significado do discurso do pesquisador; participei, inclusive, da discussão naquela ocasião.

¹⁴⁹ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

¹⁵⁰ Informação prestada por um dos instrutores do curso de capacitação para os Grupos de Trabalho Municipais, em 22 de novembro de 2005.

2.2.4.3.1 – Projeto Piava

De acordo com Frank (2005a), o Projeto Piava é uma iniciativa do Comitê destinada a viabilizar três das suas deliberações: A Semana d'Água (iniciada em 1999), a recuperação da mata ciliar (em andamento desde 2001) e a premiação anual de pessoas e entidades que se destacam em ações de conservação da água (iniciada em 2003) – note-se que duas das deliberações acima são decorrentes do Pacto.

Este projeto conta com o patrocínio da Petrobrás Ambiental, tendo o contrato sido assinado em 02 de fevereiro de 2005.

Conforme presenciamos, na Assembléia Geral¹⁵¹ ocorrida em 29 de setembro de 2005, em Gaspar/SC, a Secretária Executiva do Comitê informou que o Projeto Piava começou a ser implantado em maio de 2005. Nesta mesma assembléia, houve a aprovação pela Assembléia da deliberação nº 21 do Comitê que cria a Câmara do Projeto PIAVA. Segundo o referido membro, a Câmara Técnica iniciou suas atividades antes de que sua criação fosse aprovada pela Assembléia porque os trabalhos do Projeto precisavam ser iniciados e a próxima assembléia ocorreria meses mais tarde (setembro de 2005).

O objetivo geral do Projeto Piava é:

“Desenvolver e implementar uma política de proteção da água nos municípios da Bacia do Itajaí, por meio de ações educativas, do fortalecimento do processo participativo de gestão e do fomento de ações de reversão da degradação das pequenas bacias hidrográficas”.

(FRANK, 2005d:15)

Para alcançar o objetivo proposto ficaram definidas as seguintes diretrizes:

“Envolvimento das organizações públicas e privadas atuantes na bacia;
Participação das comunidades e dos proprietários rurais;
Fortalecimento da ação municipal;
Recomposição progressiva das faixas marginais aos rios até atingir os limites fixados pelo Código Florestal.”

(FRANK, 2005d:15)

Segundo Frank (2005a:8), o projeto é dividido em sete sub-projetos específicos, enquadrados em três categorias:

- a) sub-projetos principais: (1) educação ambiental, (2) fortalecimento de políticas públicas municipais e (3) recuperação da mata ciliar.
- b) Sub-projetos de apoio técnico: (4) produção de mudas e (5) Sistema de informações da Bacia do Itajaí.

¹⁵¹ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link gestão / Comitê do Itajaí / Assembléias / 2005, acessado em 25.07.2006.

c) Sub-projetos gerenciais: (6) Administração e (7) Comunicação.

Dentre as principais ações previstas para o Projeto Piava, destacamos a realização de oficinas de capacitação dos Grupos de Trabalho Municipais e a revisão da coletânea sobre Recuperação de Matas Ciliares, integrando nela um módulo adicional sobre práticas sustentáveis de uso do solo e da água – verifique-se Frank (2005a:15).

Entre as estratégias do Projeto, destacamos o trabalho em rede. De acordo com Frank (2005a:12) “é no interior das redes que o movimento social se consolida e fortalece. Os objetivos de minorar ou solucionar problemas sociais só serão efetivos e sustentáveis se estiverem, desde sua origem, baseados em princípios como “construção” e “participação”. Consta ainda que a idéia de rede já está nos trabalhos do Comitê do Itajaí, desde sua criação, tendo recebido grande impulso a partir da criação da Semana d’água, em 1999. A rede adotada pelo Comitê é apresentada como “a rede da gestão ambiental da bacia, que envolve educadores, “recuperadores” da mata ciliar e gestores municipais” (op.cit).

No Projeto Piava, a estratégia de se trabalhar em rede é pensada para “promover a integração dos três âmbitos da gestão ambiental, ribeirinhos, município e comitê de bacia” (FRANK 2005a:12).

Dentro dessa rede terão lugar as equipes municipais – os Grupos de Trabalho Municipais (GTMs). No material distribuído aos GTMs em curso de capacitação, ressalta-se que este grupo deve ter apoio do poder público e que os diversos setores da sociedade civil do município devem se fazer representar. São mencionados explicitamente os setores da “educação, organizações civis, população rural e/ou órgãos extensionistas” (FRANK, 2005b:19).

A composição dos GTMs vem ocorrendo conforme o recomendado na apostila. Segundo um dos instrutores¹⁵² do curso de capacitação oferecido aos GTMs, geralmente, as equipes municipais têm em sua composição: o secretário municipal da agricultura, o secretário municipal do meio ambiente, professores, alunos, agricultores.

Por meio dos GTMs “são disseminadas as técnicas de elaboração, administração e avaliação dos projetos de recuperação. Os GTMs têm a função de estabelecer planos de ação e distribuir responsabilidades e tarefas para a execução dos projetos” (FRANK, 2005a:13). A eles cabe também sensibilizar os proprietários para as atividades de recuperação.

¹⁵² Informação pessoal, em 22 de novembro de 2005.

Percebemos, assim, que os GTMs estão fazendo a articulação entre os âmbitos municipal e ribeirinho da gestão ambiental, antes mencionados.

Conforme consta em Frank (2005b) e conforme nos foi explicado pela coordenadora do agora SubPrograma de Recuperação de Mata Ciliar¹⁵³, o Projeto Piava – leia-se, técnicos do Projeto Piava – não entra diretamente em contato com os agricultores. A idéia é preparar os municípios para terem autonomia – daí a intenção de fortalecer as políticas públicas municipais. São os Grupos de Trabalho Municipais que vão entrar em contato com os agricultores. Os GTMs podem ter, entre seus integrantes, agricultores.

Segundo a referida apostila: “o maior desafio do GTM é tornar o proprietário consciente de sua capacidade de participar ativamente das ações ambientais, sem perdas de lucro na produção” (FRANK, 2005b:20).

Segundo outro instrutor do curso de capacitação dos Grupos de Trabalho Municipal¹⁵⁴, o enfoque principal do projeto é a educação ambiental, embora a grande ação seja a recuperação das matas ciliares. Segundo este instrutor, o que se deseja é que as pessoas sejam motivadas por meio de ações educativas para que possam caminhar sozinhas após o período de vigência do Projeto. Outra iniciativa é, através do sub-projeto 2, incentivar a criação/ativação dos conselhos municipais de meio ambiente para que possam desenvolver políticas de proteção da água para o município.

A articulação em rede, preconizada pelo Projeto Piava, é apresentada como uma maneira de possibilitar às pessoas situadas no âmbito local a discussão a respeito de diretrizes a serem estabelecidas em torno da água, no âmbito da bacia:

Por meio do Projeto Piava serão apoiadas ações dos proprietários ribeirinhos, bem como fortalecidas as ações municipais, por meio dos GTMs e dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. A capacitação e o envolvimento destes grupos na discussão de diretrizes para o uso sustentável da água e para a proteção da água, por sua vez fortalecem a gestão participativa, à medida que as demandas dos municípios são trazidas para o organismo de bacia.

(FRANK, 2005c:29)

De acordo com o que esteve disponível no sítio do Comitê na *internet*¹⁵⁵, o Projeto Piava – “Construção de uma política sustentável de proteção de nascentes e matas ciliares na Bacia do Itajaí” – “atuará sobre dois problemas ambientais: a degradação física das pequenas bacias e a baixa qualidade da água nos pequenos cursos d’água nas áreas rurais e urbanas”. Reforça-se, assim, o que apresentamos anteriormente a respeito da relação, apresentada por

¹⁵³ Informação pessoal, em 23 de novembro de 2005.

¹⁵⁴ Informação pessoal, em 22 de novembro de 2005.

¹⁵⁵ www.comiteitajai.org.br, acessado em 23.07.2004.

alguns membros do Comitê, entre qualidade de água e espaço rural – leia-se atividade agropecuária, agricultura familiar.

No texto fornecido aos Grupos de Trabalho Municipais consta que o primeiro desses problemas “há muito é conhecido pelos técnicos, observado e denunciado por ambientalistas” (FRANK, 2005a:2). Vale destacar o argumento do texto a respeito dessa degradação física das pequenas bacias hidrográficas:

“Um diagnóstico elaborado em 1999 junto aos municípios teve a degradação das pequenas bacias (falta de manutenção dos cursos d’água, falta de proteção de nascentes e falta de matas ciliares) apontada como o principal problema relativo aos cursos d’água, tanto que a recuperação da mata ciliar foi ação mais indicada como solução para resolver os problemas percebidos. O mapa de uso do solo da bacia (veja VIBRANS, 2003), permite situar a degradação das pequenas bacias no espaço geográfico da bacia do Itajaí. Embora a bacia do Itajaí apresente extensas áreas de floresta, observam-se áreas de lavouras e pastagens delineando praticamente toda a rede de drenagem”.

(FRANK, 2005a:2)

Note-se, assim, que a atenção se volta às atividades agropecuárias.

Já “o segundo problema [a baixa qualidade da água nos pequenos cursos d’água nas áreas rurais e urbanas] é decorrente do primeiro. Sem matas ciliares os rios carecem da função protetora que por elas seria exercida, de modo que recebem todo tipo de descargas e poluentes” (FRANK, 2005a:2). A autora usou o trabalho de Locatelli (2003), já mencionado anteriormente, como um documento que “comprova este fato” (FRANK, op.cit.:2). A autora chama atenção para os dados de Locatelli (op.cit.) a respeito da queda de qualidade de água depois das chuvas. Segundo ela, isto “vem a confirmar a falta de ação protetora da mata ciliar, a qual, se existisse, impediria ou atenuaria o escoamento superficial diretamente para os rios” (FRANK, 2005a:2).

A autora discorre ainda sobre os problemas ambientais relacionados à perda das matas ciliares que se manifestam em perdas ou modificações dos ecossistemas aquáticos. Ao explicar a cadeia alimentar que ocorre nesses ecossistemas, a autora dá destaque à “piava que se destaca porque vive em lâminas de água pequenas, de no mínimo 5 cm, ou seja, seu *habitat* inclui os ribeirões de nascentes” (op.cit.:3). Diz que a piava-do-rabo-vermelho (*Astynax fasciatus*) é

“uma espécie de peixe muito sensível aos poluentes pois capta partículas pequenas, incluindo larvas, insetos e outros micro-organismos, mortos ou contaminados por agrotóxicos utilizados na agricultura e na pecuária. Os medicamentos utilizados na criação de animais contaminam a água através de suas fezes, e estas por sua vez contaminam ou matam o plâncton, interferindo diretamente no ciclo reprodutivo das piavas”.

(FRANK, 2005a:4)

Como vemos, embora com um argumento mais abrangente que enfatiza quantidade e qualidade da água, o discurso “escrito” do Comitê continua enfocando o espaço rural e, sobretudo, a atividade agropecuária.

Apesar de constar, conforme evidenciamos, que o projeto atue sobre o problema de qualidade de água nas pequenas bacias rurais e urbanas, o discurso “falado” dos instrutores durante o curso de capacitação aos Grupos de Trabalho Municipais também é voltado principalmente ao espaço rural. Sobre esta constatação, um dos instrutores explicou-nos que, de fato, o projeto “acaba mais voltado aos espaços rurais por ali ser mais fácil de se promover a recuperação da cobertura vegetal, porque ali ainda é possível; enquanto nos espaços urbanos, as margens dos cursos d’água, muitas vezes, já estão ocupadas por edificações”¹⁵⁶.

A recomendação de se iniciar pelo local “mais fácil” incluía também o aceite e o interesse do proprietário e se justifica, segundo a explicação dada pelo instrutor, porque estes são projetos pilotos, são o “cartão postal” do Grupo de Trabalho Municipal; a partir dos quais se pretende despertar o interesse de outros proprietários – motivados pelos bons resultados do projeto piloto.

Durante a oficina, foram citados inúmeros exemplos de atividades agropecuárias: as pastagens próximas aos cursos d’água, as arrozeiras próximas aos cursos d’água, as práticas de preparo do solo como causadoras de erosão, entre outros.

Quando interrogamos a respeito da orientação que se dá aos Grupos de Trabalho Municipais sobre como proceder numa situação em que se tem pasto às margens dos cursos d’água, a resposta do instrutor foi: “Cercar e não deixar a vaca chegar perto”. Disse que a água para o gado deve ser colocada num recipiente longe do curso d’água. Se o proprietário não aceitar essa idéia, pode-se deixar um caminho para o gado acessar o rio – restringindo o acesso dos animais a apenas em um ponto do curso d’água. O mesmo instrutor mencionou que essa situação ainda representa um problema: “Imagina a vaca pisando sempre lá... Recomendamos botar pedras ou madeiras”¹⁵⁷.

Por outro lado, disse: “Mas sempre temos que dar uma brecha. Não é só impor... impor... (...) Temos que sempre levar uma alternativa”.

¹⁵⁶ Presenciamos a explanação dos módulos IV (Aspectos Legais) e V (Caracterização dos ambientes fluviais) do curso de capacitação oferecido, por meio do Projeto Piava, aos Grupos de Trabalho Municipais de alguns municípios da Bacia do Itajaí (Ilhota, Itajaí, Navegantes, Piçarras, Penha, Botuverá, Luiz Alves), reunidos no Centro Universitário de Brusque no período de 21 a 25 de novembro de 2005.

¹⁵⁷ Informação pessoal, em 22 de novembro de 2005.

Aqui vale destacar que o discurso que propõe a recuperação das matas ciliares a partir do Projeto Piava tem algumas diferenças em relação àquele do Programa de Recuperação das Matas Ciliares, iniciado em 2001.

Embora, durante a oficina, o enfoque dado pelo instrutor ao arcabouço legal vigente para proteção das matas ciliares e outras áreas consideradas de preservação permanente tenha sido muito incisivo e a legislação tenha sido apresentada como tema indiscutível, o projeto prevê sua aplicação de forma paulatina. Ao expor a legislação que concerne à recuperação das matas ciliares, o mesmo instrutor dizia:

“Quando o grupo de trabalho municipal for conversar com as pessoas, elas vão perguntar: – Tem que colocar os 30 metros?
Vocês vão dizer: – Não. Nossa intenção é ir progressivamente. Que aí a propriedade vai estar cumprindo sua função social”.

(Instrutor em curso de capacitação dos
Grupos de Trabalho Municipal do Projeto Piava,
em 22 de novembro de 2005)

A explicação do instrutor está coerente com o escrito a respeito da concepção do Projeto Piava – apresentada no Módulo I da apostila distribuída aos grupos de trabalho municipais:

“O Código Florestal (Lei 4771/1965) conceitua como áreas de preservação permanente as faixas marginais de corpos d’água cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos e a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações. Contudo, a legislação em vigor não estabelece prazo para a recuperação total da faixa marginal, caso esteja degradada. Apoiada por esta constatação, a recuperação de matas ciliares fomentada pelo Projeto Piava tenciona ocorrer de forma progressiva até atingir os limites fixados pelo Código Florestal. Como a bacia do Itajaí apresenta alta densidade de drenagem, esta é uma estratégia fundamental para promover a adesão dos proprietários rurais a uma gradual adequação das suas atividades à legislação ambiental”.

(FRANK, 2005a:10-11)

Sob o título “Participação dos proprietários e das comunidades”, encontramos neste mesmo texto:

“Um argumento importante para a participação dos proprietários, além dos argumentos ambientais, é a função social da propriedade. Essa função social amplia a expectativa sobre o desempenho da relação de propriedade passando o proprietário a ter a responsabilidade de trazer resultados não só individuais como socialmente satisfatórios”.

(FRANK, 2005a:11)

O instrutor já mencionado lembrou das exigências legais antes feitas no âmbito do Programa de Recuperação de Mata Ciliar, iniciado em 2001, e justificou as alterações verificadas no Projeto Piava:

“Na apostila que veio no curso de capacitação em 2001, vinha um termo de ajuste de conduta, uma coisa bem pesada... Se exigia a legislação. Agora se faz aquilo que o proprietário quiser/deixar. Depois que ele vê a efetividade, o valor da propriedade... vai aumentando. Isso estava afastando as pessoas. Vemos que agora os municípios estão dando mais retorno”.

(Instrutor de curso de capacitação dos Grupos de Trabalho Municipal do Projeto Piava)¹⁵⁸

Não encontramos nos materiais referentes ao Projeto Piava um componente que pudesse corresponder ao componente “fiscalização” do antigo Programa de Recuperação das Matas Ciliares. Consta, no entanto, na apostila distribuída aos Grupos de Trabalho Municipal que é sua função “vistoriar mensalmente os projetos, para saber como estão se desenvolvendo e verificar se os proprietários efetivamente têm se dedicado à manutenção da área” (FRANK, 2005b:21).

Também “os técnicos do Projeto Piava farão vistorias ao longo do ano para acompanhar o crescimento das plantas e a recuperação das áreas. Essas vistorias acontecem de forma aleatória durante reuniões agendadas com os GTMs [Grupos de Trabalho Municipal] de cada micro-região. As propriedades visitadas são sorteadas durante a reunião” (FRANK, 2005b:21).

Um último ponto a destacar no projeto Piava a respeito das suas implicações para a agricultura é o fato de constar na apostila distribuída aos GTMs, um módulo intitulado “Práticas sustentáveis de uso do solo na agricultura” (POLMANN, 2005).

Segundo o que consta em Frank (2005d:31), para o Projeto Piava, foi feita uma revisão da coletânea de textos distribuída em 2001 aos grupos de trabalho municipais, por ocasião do curso de capacitação para recuperação de matas ciliares, mencionado anteriormente. A esta coletânea foi também acrescentado o módulo citado no parágrafo anterior porque, “na visão dos produtores, a recuperação das matas ciliares em áreas rurais representa perdas de áreas produtivas”. Desse modo, entendeu-se que seria necessário apresentar práticas que possibilitam o aumento da produtividade global da propriedade, “de modo a compensar as práticas ambientalmente corretas”. Justifica-se ainda pela necessidade de discutir a “importância da produção agroecológica, em toda sua concepção, para a recuperação e preservação dos recursos naturais da propriedades rural e, por conseguinte, da bacia” (FRANK, 2005d:31).

A inserção deste módulo na apostila foi uma das ações previstas no Projeto Piava – verifique-se Frank (2005a:15). Nele constam informações genéricas sobre práticas de

¹⁵⁸ Informação pessoal, em 22 de novembro de 2005.

conservação do solo, manejo animal, agroecologia, sistemas agroflorestais e das relações com o consumidor – quem, segundo o autor, tem ditado as regras da produção agrícola. Neste texto – o último módulo –, se usa pela primeira vez, em toda a apostila, o termo “agricultura familiar”, e se chama a atenção para o caráter familiar de produção na agricultura no Vale do Itajaí.

No trecho final deste módulo, o autor fala da oportunidade de se reavaliar conceitos, principalmente os sociais, e de que se retome “o papel fundamental do agricultor que, além de produzir alimentos, apresenta-se como um guardião dos recursos naturais e como tal deve ser valorizado”. Diz ainda da importância de se “levar o setor agrícola à condição de mocinho, não de vilão dos recursos naturais, como hoje se apresenta” (POLMANN, 2005:91).

Segundo Polmann esse seu texto tem a intenção de trazer à discussão o modelo agrícola em sua totalidade, e a responsabilização do consumidor em possibilitar a mudança dessa situação de degradação ambiental tão apontada no espaço rural.

Segundo ele,

“(…) não adianta a gente trabalhar a recuperação de mata ciliar e nascente se a gente não rever o modelo de agricultura... porque a degradação das APPs [áreas de preservação permanente] é em função do modelo de agricultura. (...) Não adianta a gente pensar que só recuperando mata ciliar a coisa vai se resolver, na realidade o problema é a agricultura. Porque daqui há pouco, o próprio êxodo vai dar conta de recuperar as matas ciliares, porque o êxodo é visível. Não só aqui... o êxodo da agricultura familiar mesmo, independente de onde ela esteja...”

(Polmann, entrevista realizada em 13.12.2005)

Esse autor identifica problemas ambientais na agricultura na Bacia do Itajaí, sobretudo relacionados à falta de práticas de proteção do solo, e sugere a agroecologia como um caminho para reverter esse quadro. No entanto, em sua argumentação está sempre presente a necessidade de que toda a sociedade se envolva nesse processo de modo a dar condições aos agricultores para proceder tal mudança: “não adianta o agricultor lá trabalhar na agroecologia se na outra ponta, ele não tem como vender”.

O engenheiro agrônomo Robson Polmann tem contato com o Comitê pelo menos desde 2001, quando participou como aluno no curso de recuperação de matas ciliares e foi coordenador municipal em Presidente Nereu do Programa de Recuperação da Mata Ciliar e da Semana d'Água, também foi membro titular do Comitê representando uma organização não governamental na gestão 2002-2004 e atualmente é membro suplente, representando a mesma instituição. Segundo ele, nas discussões em que esteve presente no Comitê, “fala-se do meio

rural como aquele local onde estão as nascentes, que deve ser protegido, os cursos d'água, essa coisa toda... mas nunca foi feita uma discussão mais profunda sobre o modelo agrícola”¹⁵⁹.

A informação de Polmann condiz com a da coordenadora do SubPrograma de Recuperação de Mata Ciliar¹⁶⁰, de que o Projeto Piava não incide diretamente sobre este aspecto e este módulo foi inserido devido à necessidade de se chamar a atenção para o fato de que é preciso pensar na propriedade como um todo, não apenas nas matas ciliares. Destacou que, a esse respeito, o Projeto Piava está tentando trabalhar em parceria com a EPAGRI.

No entanto, pudemos perceber uma diferença na argumentação presente no texto de Polmann e aquela apresentada nos demais módulos da apostila, bem como em relação à apresentação oral feita pelos outros instrutores do Projeto Piava no curso de capacitação, durante os momentos em que estivemos presentes. Uma das diferenças diz respeito às possibilidades de manejo da floresta: Polmann, tanto em seu texto escrito, quanto em sua argumentação verbal, defende a possibilidade do manejo da floresta nas áreas de preservação permanente, como uma alternativa para o agricultor; já outro instrutor foi claramente contrário a essa proposta de manejo, justificando-se pela falta de conhecimento técnico para tal procedimento.

Outra diferença é o fato de Polmann chamar à responsabilidade toda a sociedade, uma discussão mais ampla sobre o modelo de produção agrícola que incluiria também os consumidores. Enquanto a argumentação sugerida pelos outros instrutores para conseguir a adesão dos agricultores ao projeto de recuperação, era mencionar o cumprimento da função social da propriedade rural.

Devemos destacar que, segundo nos informou a coordenadora do SubPrograma de Recuperação de Mata Ciliar¹⁶¹, o módulo escrito por Polmann não foi apresentado em todas as oficinas de capacitação dos GTMs (num total de 6) em virtude de o autor ter passado a dedicar-se a outros afazeres, abandonando o grupo do Projeto.

Já o autor, que se referiu aos Grupos de Trabalho Municipais do Projeto Piava como uma possibilidade de trazer os agricultores à discussão, disse que apresentou seu módulo em apenas duas oficinas de capacitação. Embora sem explicitar o motivo, resolveu sair do grupo – ele disse: “eu não pude mais defender a minha tese, aí então...”.

¹⁵⁹ Entrevista realizada em 13.12.2005.

¹⁶⁰ Informação pessoal, em 23 de novembro de 2005.

¹⁶¹ Informação pessoal, em 23 de novembro de 2005.

Destaquemos ainda que durante a oficina de capacitação dos GTMs, em 22 de novembro de 2005, foi apresentada, como modelo, uma foto aérea de uma propriedade rural no município de Atalanta/SC, de 13 ha e relevo plano, na qual a legislação é respeitada. Segundo o instrutor, seu proprietário retira dela os alimentos para seu consumo e todas as suas necessidades – mencionou, como exemplo, o necessário para o estudo dos filhos. Quando questionado a respeito das implicações do relevo para as possibilidades de retorno econômico da propriedade quando a legislação é cumprida com exatidão, o instrutor não assumiu esse aspecto como sendo um fator complicador. Entretanto, havia destacado, na mesma tarde, as áreas de encostas como áreas de preservação permanentes e protegidas por lei.

Devemos mencionar que, conforme consta do relatório da reunião da Secretaria Executiva¹⁶², ocorrida em 16 de março de 2001, naquela data foi sugerido uma discussão sobre agroecologia, “inclusive para definir o apoio do Comitê a esta iniciativa, principalmente pela forte ligação que existe entre agroecologia e mata ciliar”. Esta sugestão veio de reunião do então grupo de comunicação da Secretaria Executiva na qual estavam presentes um representante da EPAGRI, um da FURB e um da UNIDAVI.

¹⁶² Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria / relatórios e atas (2001), acessado em 12 de agosto de 2004.

Capítulo 3 – A participação dos agricultores na gestão das águas

Embora sob diferentes prismas, verificamos, então, que a gestão das águas na Bacia do Itajaí, tende claramente a implicar em modificações no espaço rural e, por conseguinte, nos estabelecimentos rurais ali existentes, leia-se agricultura familiar. Assim, uma vez evidenciadas as implicações da gestão das águas para a agricultura familiar ao longo da história do Comitê do Itajaí, nos deteremos na análise das possibilidades de decisão dos agricultores familiares neste processo.

3.1 – A discussão sobre a cobrança pelo uso da água

As primeiras medidas visando a implantação de cobrança pelo uso da água tiveram importantes repercussões sobre a participação dos agricultores na gestão das águas da Bacia do Itajaí. A intenção do Comitê de promover a cobrança pelo uso da água na agricultura, gerou uma mobilização contrária por parte dos agricultores. Conforme já salientamos no início deste trabalho, nosso olhar está voltado à relação entre a gestão das águas e a agricultura que *não faz uso significativo* da água. Portanto, isenta da outorga e cobrança. No entanto, ao se expor o tema da cobrança, todas as atenções se voltam às questões produtiva, técnica e financeira da agricultura; passando despercebidas características da agricultura familiar que vão além dessas questões, de modo que esse processo de início da cobrança tem reflexos sobre as possibilidades de participação da agricultura familiar em suas diferentes formas sociais. Assim, para poder circunscrever nosso objeto de estudo, faz-se necessário adentrar ao tema da cobrança pelo uso da água.

Já na primeira reunião do Grupo de Trabalho Pró-comitê¹⁶³, em 03 de maio de 1996, constava, entre os objetivos deste grupo, “estabelecer alternativas para a viabilização financeira da organização [comitê de bacia]”.

Na reunião da Secretaria Executiva do Comitê¹⁶⁴, ocorrida em 09 de outubro de 1997, em função da falta de legislação estadual¹⁶⁵, decidiu-se que seria conveniente a formação de

¹⁶³ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria, relatórios e atas (1996), acessado em 12 de agosto de 2004.

¹⁶⁴ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/ relatórios e atas (1997), acessado em 12.08.2004.

¹⁶⁵ A legislação estadual de Santa Catarina que concerne à Política Estadual de Recursos Hídricos não está em conformidade com a Lei Federal 9.433/97. Um dos aspectos destoantes é que a primeira não prevê a criação das agências de água e não especifica qual o órgão estadual responsável pela outorga de uso dos recursos hídricos.

um grupo de trabalho jurídico para tratar da estruturação da agência de água e da cobrança pelo uso da água.

A cobrança pelo uso da água tem sido apresentada no Comitê como estratégica para se viabilizar o funcionamento da Agência de Água e a possibilidade de aplicar recursos no encaminhamento de problemas ambientais da bacia.

De acordo com a Secretaria Executiva do Comitê (gestão 2004-2006), já para o grupo que ajudou a formar o Comitê estava clara a necessidade de construir uma entidade com independência financeira, que seria a Agência de Bacia, pelo fato de não ser permitido ao Comitê lidar com a parte financeira. Por isso começou-se “a criar a Agência muito antes das outras coisas”¹⁶⁶.

A Agência de Bacia foi instituída em 31 de outubro de 2001¹⁶⁷. Porém, até hoje a cobrança não está implantada. Uma das grandes dificuldades para funcionamento da Agência e para a implantação da cobrança decorre do fato de que a legislação estadual está em desacordo com a federal. Por esse motivo, membros do Comitê do Itajaí têm trabalhado junto com o governo do Estado para que ocorra a harmonização entre as legislações. Este trabalho executado pelo Comitê foi relatado com detalhes por Bohn (2003) em seu trabalho de doutorado. Esta autora é, atualmente, prestadora de assessoria jurídica ao Comitê e atua no Comitê desde a criação do Grupo de Trabalho Pró-comitê. Aqui nos interessa ressaltar como as discussões iniciais em torno da cobrança, mesmo que esta ainda não esteja sendo operada, refletem sobre agricultura.

Sobre as discussões em torno da cobrança, destacamos aquelas que ocorreram a partir da assembléia do Comitê reunida em Pomerode/SC, em 01 de agosto de 2001, quando se aprovou o cronograma de implantação da cobrança pelo uso da água na Bacia do Itajaí¹⁶⁸. Na mesma ocasião houve a constituição de um Grupo de Trabalho dos Usuários da Água a ser composto por um representante de cada um dos seguintes segmentos: indústria, hidreletricidade, rizicultura, porto, saneamento/abastecimento, esporte e lazer e planejamento municipal – “para serem os informadores e articuladores entre os grupos de usuários e o grupo técnico que conduzirá o projeto”.

A aprovação do cronograma de implantação da cobrança – em 01 agosto de 2001 – ocorreu na Assembléia subsequente àquela em que se deu a aprovação do estatuto da Agência

¹⁶⁶ Entrevista realizada em 09.12.2005.

¹⁶⁷ Veja-se relatório das atividades do Comitê apresentado à assembléia geral reunida em 26.06.2002, em Ibirama – conforme consta em ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2002), acessado em 05.07.2005.

de Bacia – 10 de maio de 2001. Na mesma Assembléia em que houve a aprovação do cronograma de implantação da cobrança, houve a aprovação de que o projeto do SAMAE de Blumenau fosse encaminhado ao Programa de Investimentos em Despoluição de Bacias do Governo Federal.

Por meio de um convênio entre FATMA/GTZ, um técnico alemão conduziu o processo de discussão em torno dos valores que poderiam ser cobrados pelo uso da água. Na Assembléia Geral¹⁶⁹ de 21 de novembro de 2001, este técnico, ressaltou que a cobrança seria necessária para que o Comitê não se tornasse dependente dos recursos da União e do Estado e tivesse possibilidade de ação própria e que sem a cobrança não seria “possível o Comitê participar do programa de despoluição de bacias da ANA [Agência Nacional de Águas]”.

Assim, a aprovação do cronograma de implantação da cobrança deu-se por indução da Agência Nacional de Águas, que numa tentativa de fortalecer institucionalmente os comitês, condicionava a aplicação do programa a regiões em que já existisse comitê e, pelo menos, um cronograma de viabilização da cobrança – segundo nos informou a Secretária Executiva do Comitê do Itajaí (gestão 2004-2006)¹⁷⁰.

Nesta mesma Assembléia, este técnico mencionou, entre outros aspectos, que o estudo em torno do modelo de cobrança serviria para modelar os impactos da cobrança para os grupos de usuários e prevenir que algum usuário fosse comprometido através dessa cobrança. Ressaltou ainda que o modelo levaria em conta a situação econômica dos grupos de usuários e que não cobrar de algum usuário seria uma decisão a ser tomada dentro do Comitê. Informou ainda a respeito das dificuldades de se estabelecer a cobrança para os usos agrícolas, em virtude de que não existem informações concentradas (em um órgão/instituição) sobre o uso de água nessas atividades. Além disso, ressaltou a dificuldade de se definir com base em quais parâmetros deveria ser feita a cobrança: “(...) na rizicultura e na piscicultura poderiam ser os hectares, na suinocultura poderiam ser as cabeças de animais que ele possui”.

Tivemos a oportunidade de presenciar nesta assembléia a manifestação de um agricultor:

“É uma preocupação grande quando se fala na cobrança da água porque o agricultor não agüenta mais tanta taxa. Eu vou esclarecer uma coisa para vocês, será que é os agricultores que são culpados? Das indústrias pouco se fala, mais se fala do meio rural. Eu concordo que temos que nos conscientizar, que temos que tratar das águas, que temos que cuidar da água. Mas eu acho que o agricultor é o burro de carga.

¹⁶⁸ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04.07.2005.

¹⁶⁹ Ata disponível em www.comiteiataja.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04 de julho de 2005.

¹⁷⁰ Entrevista realizada em 09.12.2005.

Perdoem-me por tais colocações porque ele não tem mais de onde tirar. Na verdade quem produz o veneno? As indústrias que buscam o suíno na nossa propriedade, as indústrias que compram nosso arroz e assim por diante. Se nós começarmos a citar tem vários, no perímetro urbano os esgotos em muitos lugares se vê correr a céu aberto e isso não se fala muito. Eu aqui escutei muito pouco. Pode ser que a conversa ainda chega nesse ponto. É uma preocupação sim, porque o agricultor é um burro de carga de todo mundo”.

(Agricultor em Assembléia Geral Ordinária do Comitê do Itajaí,¹⁷¹
realizada em Blumenau, em 21.11.2001)

Este agricultor se manifestou depois que um técnico da EMBRAPA expôs sua preocupação – já referenciada em parte anterior deste texto – a respeito da erosão causada por atividades agrícolas que não fazem necessariamente usos significativos de água e de sua opinião favorável à aplicação de medidas punitivas àqueles agricultores que não se ajustassem às recomendações técnicas que, por ventura, fossem feitas. Devemos ressaltar, no entanto, que o agricultor manifestou-se somente depois que foi por nós apresentado, como uma possível resposta à preocupação daquele pesquisador, um projeto de pesquisa-ação que seria realizado junto a comunidades rurais para estimular o trabalho dos agricultores no controle da erosão e para valorizar o trabalho destas comunidades dentro do Comitê de Bacia. Esta seqüência de falas pode ser confirmada através da leitura da ata da assembléia.

O técnico alemão explicou que a recorrência à agricultura devia-se à preocupação “em se desenvolver um modelo que não fosse prejudicial aos agricultores (...)” porque sabiam “que para os agricultores a situação está muito complicada”.

Depois desta manifestação, constatamos que, em conversa paralela, um membro do Comitê sugeriu aos agricultores que procurassem ajuda junto à Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Consta em ata¹⁷² da reunião da Comissão Consultiva e da Secretaria Executiva de 29 de janeiro de 2002, que “a primeira reunião do grupo de trabalho será convocada em fevereiro para discutir os resultados preliminares obtidos [pelo técnico alemão].”

Na mesma época, percebe-se pelas atas da Diretoria do Comitê que existia uma discussão a respeito da possibilidade de que os rizicultores gozassem de algum tipo de subsídio, quando da implementação da cobrança. É o que constatamos na ata¹⁷³ da Comissão Consultiva e da Secretaria Executiva de 27 de fevereiro de 2002, em que um dos presentes sugeriu que “a definição dos usos insignificantes e os setores (usuários) que devam

¹⁷¹ Ata disponível em www.comiteitaja.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2001), acessado em 04 de julho de 2005

¹⁷² Disponível em www.comiteitaja.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2002), acessado em 12.08.2004.

privilegiar-se de subsídios (por exemplo a agricultura – arrozeiros) sejam delineados através de uma política de implantação da cobrança”. Por outro lado, essa discussão significa que estava em evidência a necessidade de elaboração do plano de bacia – ainda não elaborado, a despeito da discussão em torno da cobrança.

Na Assembléia Geral seguinte, em 25 de abril de 2002, em Brusque/SC, foram apresentados pelo técnico alemão os modelos propostos aos segmentos do grupo dos usuários nas reuniões realizadas durante o mês de março daquele ano – embora tal tema não fosse, conforme consta na ata¹⁷⁴ da referida assembléia, objeto de discussão nem deliberação naquela assembléia. Nesta assembléia se fizeram presentes muitos agricultores, além daqueles com assento no Comitê. Nessa ocasião, observamos gestos e conversas de muitos desses agricultores que manifestavam seu descontentamento em relação ao modelo proposto. Na mesma assembléia, a então a vice-presidente do Comitê pediu que quem dispusesse de informações mais precisas as encaminhasse para o Comitê para que o grupo de trabalho fizesse um “processamento mais aprimorado antes das discussões”.

3.2 – A necessidade de capacitar e esclarecer

Na primeira reunião da Comissão Consultiva e da Secretaria do Comitê (com ata registrada e disponível no sítio do Comitê¹⁷⁵), depois da assembléia acima mencionada, constatamos que foi realizada uma espécie de avaliação dos projetos em andamento no Comitê. Entre os “projetos em andamento” constava o da cobrança pelo uso da água. Abaixo resgatamos informações contidas nesse documento porque delas podemos colher indicações de como a manifestação contrária dos agricultores ao modelo de cobrança repercutiu no Comitê e de quais as ações pensadas pela Diretoria para melhorar o processo participativo no Comitê.

Como avanços referentes a este projeto constam na referida avaliação: versão preliminar do modelo de cobrança; versão preliminar da política, novos parceiros de discussão, reflexão sobre a questão ambiental. As dificuldades registradas foram: falha na

¹⁷³ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2002), acessado em 12.08.2004.

¹⁷⁴ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2002), acessado em 05.07.2005.

¹⁷⁵ Veja-se ata de 18.06.2002, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2002), acessado em 12.08.2004.

divulgação do modelo; falta de informações sobre diversos usos; falta de plano de bacia; falta de credibilidade para onde vai o dinheiro; desgaste para o Comitê.

As ações necessárias apontadas foram: Consideração de aspectos legais; estudar a questão portuária; traçar estratégias para a divulgação de trabalhos; definir setor elétrico à parte; estrategicamente acertar o discurso; esclarecimento/divulgação; valorizar a outorga.

Em outra parte do documento, em que se apresenta o que se pretende alcançar dentro de dois anos, foi registrado:

- “Garantia do processo de gestão participativa e descentralizada”. As ações consideradas necessárias para se alcançar este objetivo foram: “influir na legislação estadual; consolidação da agência de água”.
- “Fortalecimento institucional”. As ações consideradas necessárias foram: “capacitação para fortalecimento do processo participativo; PRMC [Programa de Recuperação da Mata Ciliar]”.
- Agricultor como parceiro do Comitê. As ações registradas como necessárias foram: “promover integração com o Projeto Microbacias II; Semana d’Água”.

A principal conclusão dessa primeira reunião da diretoria depois da assembléia de 25 de abril de 2002, foi que deveria ser feito um “processo de capacitação para o Comitê como um todo”, na forma de uma oficina de planejamento para permitir melhor articulação entre as pessoas e instituições e que resultaria num plano de trabalho envolvendo os membros do Comitê.

Devemos fazer um parêntese para lembrar que para a oficina de avaliação de 1999 do projeto JICA, que, ao mesmo tempo, serviu como oficina de planejamento do Comitê e resultou no Pacto – documento referenciado até hoje para legitimar os projetos do Comitê – os participantes foram escolhidos com base em critérios bem definidos: a capacidade de decisão e o conhecimento sobre o assunto. Em 2002, a intenção foi diferente: envolver todos os membros do Comitê.

No entanto, para o workshop de 3 dias realizado em 1999 os recursos financeiros foram solicitados a um deputado¹⁷⁶. Já para a oficina de planejamento de 2002, cada membro deveria arcar com suas despesas e poderia trazer até dois acompanhantes, independentemente

¹⁷⁶ Veja-se relatório da reunião da Secretaria Executiva realizado em 04.05.1999, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajai/diretoria/relatórios e atas (1999), acessado em 12.08.2004.

de serem membros do Comitê – conforme foi apresentado à Assembléia Geral¹⁷⁷ reunida em 26 de junho de 2002, em Ibirama.

Nesta Assembléia em Ibirama decidiu-se que o curso de capacitação em forma de oficina de planejamento seria feito nos dias 12 e 13 de setembro daquele ano, no município de Rio do Sul.

Ainda desta mesma assembléia – a primeira depois daquela em 25 de abril em que constatamos o descontentamento dos agricultores e também a primeira depois da avaliação do andamento dos projetos pela Diretoria, antes mencionada – interessa-nos resgatar que o presidente do Comitê fez um discurso em que disse que o Comitê “ocupou-se com as conversas com os diversos segmentos da sociedade para ver a possibilidade de fazer um projeto de cobrança pela água”. Segundo consta da ata desta Assembléia, o Presidente teria mencionado que este projeto foi entendido como uma ameaça por diversos segmentos da sociedade e para dirimir eventuais dúvidas foi lida e pediu-se a opinião dos membros a respeito de uma carta de esclarecimentos para toda a comunidade que, após aprovada, seria publicada na imprensa escrita.

Segundo a mesma ata, um outro membro da Comissão Consultiva, representante das Câmaras de Vereadores do Alto Vale, disse que é “necessário se fazer este tipo de divulgação e essa nota no jornal para que se esclareça o agricultor principalmente, porque o empresário já está esclarecido, mas o pequeno produtor não e a partir daí, começaremos a reverter o malentendido”.

Ainda na mesma Assembléia o Presidente do Comitê reitera que os membros do Comitê são representantes legais de sua área da Bacia (Alto, Médio e Baixo Vales); mencionou os agricultores, os industriais e a população organizada e disse ainda:

“(…) não será tomada nenhuma decisão antidemocrática e antes que cada um não esteja convencido de que estamos fazendo a coisa certa. Nesta fase teórica de ver como será cobrada e qual a possibilidade de pagar faz-se a base de um estudo. E para isto temos a ajuda da GTZ da Alemanha que tem uma vasta experiência na área para chegarmos depois a uma clara definição do que é possível. Em cima disto, depois vocês decidem quanto e quem vai pagar. Isto é democracia e o comitê não está aqui para fazer número numa reunião. Temos que chamar todo mundo, e ouvir e não sair enquanto não tivermos unanimidade nas decisões”.

(Hans Prayon, Presidente do Comitê em Assembléia Geral Extraordinária em 26.06.2002, em Ibirama/SC)

¹⁷⁷ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2002), acessado em 05.07.2005.

Lembremos que foi nesta mesma Assembléia, em 26 de junho de 2002, que a eficiência do Comitê foi publicamente associada, pelo Presidente do Comitê, ao Instituto de Pesquisas Ambientais da FURB.

Na reunião da Comissão Consultiva com o apoio da Secretaria Executiva¹⁷⁸, realizada em 27 de agosto de 2002, o representante da EPAGRI na Comissão Consultiva informou a respeito de um ofício recebido pela SAA (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado) dos 12 sindicatos rurais do Alto Vale, solicitando sua participação no Comitê e no processo de discussão a respeito da cobrança. “O encaminhamento dado foi convidá-los (todos) para o evento de capacitação em 12 e 13 de setembro”.

Aqui devemos recordar a recomendação de procurar a Secretaria de Estado da Agricultura, feita por um dos membros do Comitê, aos agricultores na Assembléia de 21 de novembro do ano anterior.

Verificando as atas, constatamos que em 26 de junho de 2002 foi a última vez em que o tema da cobrança foi formalmente abordado em Assembléia. Na assembléia de 28 de novembro de 2002¹⁷⁹, foram apresentados os resultados da “oficina de capacitação dos membros do Comitê” ocorrida em setembro do mesmo ano. Conforme consta da ata da referida Assembléia, este evento gerou os primeiros subsídios para a construção da política da água na bacia, a partir de sete princípios:

- “Proteção de nascentes e outras APP [Áreas de Preservação Permanente];
- Controle da erosão nas margens fluviais;
- Controle da poluição;
- Informação e conscientização;
- Disponibilidade de água;
- Estudos e informações;
- Prevenção de cheias”.

(Trecho da ata da Assembléia Geral Ordinária do Comitê do Itajaí, em 28.11.2002, Itajaí/SC)

Embora não conste da ata se as sugestões registradas na oficina de capacitação a respeito de cada um dos tópicos acima foram apresentadas à Assembléia, a partir de um documento disponível no sítio do Comitê¹⁸⁰, constatamos que foram feitas diversas anotações, por ocasião da oficina de capacitação, que sugerem implicações e possibilidades para a agricultura. Destacamos:

¹⁷⁸ Veja-se relatório disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2002), acessado em 12.08.2004.

¹⁷⁹ Ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (2002), acessado em 07.07.2005.

¹⁸⁰ www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações, arquivo: PropostaInicialPolítica 13set02.doc, acessado em 12.08.2005.

- a) A respeito da “proteção de nascentes e outras áreas de preservação permanente”:
criar incentivos para quem preservar nascentes – mata ciliar; transposição dos recursos gerados na cobrança pelo usuário poluidor para o usuário que recupera, protege e conserva o remanescente hídrico; remuneração da proteção da água; pagamento aos habitantes do meio rural que preservam as nascentes e desta forma se tornam produtores d’água; ajudar aquele que preserva a água; se o agricultor receber ele vai preservar e garantir água pura para a cidade para as nascentes; o proprietário que faz proteção de mata ciliar fica isento de cobrança pelo uso da água; fiscalização das áreas preservadas, para que em hipótese nenhuma venha a ser desmatada; etc..
- b) A respeito do “controle da poluição”: melhorar o tratamento de dejetos de granjas (suínos); incentivar os municípios para que estruturam os órgãos (Vigilância Sanitária, etc.); financiar mudas nativas para o rizicultor e outros agricultores que tiverem terrenos em encostas e nas margens dos rios; etc..
- c) A respeito do tópico “estudos e informações”: estudos para minimizar a utilização de agrotóxicos; estudo sobre práticas agropecuárias alternativas; fazer-se representar nas assembleias dos STRs [Sindicato dos Trabalhadores Rurais] do Alto Vale do Itajaí; etc..

No documento resultante da oficina de capacitação dos membros do Comitê, em setembro de 2002, à parte dos tópicos apresentados, consta especificamente sobre a cobrança a sugestão de “isentar rizicultores de cobrança pelo uso da água no plantio de arroz”.

Destaque-se que, ainda nesse documento, estão registrados entre os colaboradores: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Oeste, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirim Doce e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio dos Cedros.

Ao analisarmos esse documento verificamos que muitas sugestões voltadas para a agricultura, provavelmente feitas pelos agricultores presentes, aparecem em sua maioria no tópico que trata das áreas de preservação permanente e não a respeito da cobrança pelo uso da água em atividades agrícolas. Houve ainda a junção das duas questões – áreas de preservação permanente e cobrança – ao ser sugerido que os rizicultores que fizessem proteção da mata ciliar ficassem isentos da cobrança pelo uso da água. Em outras palavras, esta constatação nos indica que, também na concepção dos agricultores, a gestão das águas tem implicações para a agricultura devido ao uso que se pretende dar ao solo (como, por exemplo, a partir do Programa de Recuperação da Mata Ciliar), e não devido exclusivamente ao uso (ou cobrança

pelo uso) da água. Da mesma forma, quando os agricultores requerem a participação no Comitê e na discussão em torno da cobrança – conforme o fizeram através de um ofício enviado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento –, não o fazem apenas por causa da possibilidade de cobrança pelos *usos da água* na agricultura, mas sim para poder participar das decisões que afetam o uso da terra. Ou seja, fica claro que os agricultores se preocupam com as implicações da gestão das águas sobre o uso da terra e assim reforçamos a constatação de que a gestão das águas tem implicações para a agricultura em todas as suas formas sociais.

As informações que conseguimos analisando as atas de assembléias e de reuniões da diretoria do Comitê são corroboradas e complementadas pelo trabalho de Liberato Jr (2004), assessor de imprensa do Comitê do Itajaí desde 2001, em sua dissertação de mestrado em Sociologia Política (CFH/UFSC)¹⁸¹ na qual estudou os modos de apropriação da água no meio rural do Vale do Itajaí.

Esse autor afirma que o que motivou sua pesquisa foi o fato de que apenas os agricultores se mobilizaram contra o processo de cobrança pelo uso da água. Segundo ele, embora outro segmento previsto no regimento do Comitê – o setor da mineração, cuja atividade principal é a extração de areia do rio Itajaí – tenha se manifestado contrariamente à proposta, os agricultores foram os únicos a se organizarem e se mobilizarem contra a proposta.

Como complemento às informações já expostas, esse autor menciona que a possibilidade de participar do Grupo de Trabalho organizado pelo Comitê para discutir o modelo de cobrança, era aberta a todos os membros do Comitê do Itajaí. No entanto, “a participação efetiva se restringia a um grupo de técnicos, formado por engenheiros, hidrólogos, economistas, advogados e especialistas no assunto” (LIBERATO JR, 2004:136).

Outro aspecto para o qual o autor nos chama a atenção é a falta de conhecimento, por parte do grupo de técnicos, a respeito dos modos tradicionais de apropriação da água pelos agricultores. Em alguns casos, afirma o autor, há mais 80 anos eles constituem organizações comunitárias de uso da água para irrigação – as Sociedades de Vala. Segundo o autor, no dia 26 de março de 2002, um agricultor explicou pela primeira vez ao grupo de técnicos como funcionavam as associações de vala. Esta era a reunião em que o Grupo de Trabalho formado para elaborar o modelo de cobrança apresentou ao segmento de usuários do meio rural o modelo que havia sido desenvolvido até então (LIBERATO JR, 2004:141).

¹⁸¹ Seu nome aparece entre os presentes na ata da reunião da Secretaria Executiva do Comitê realizada em 16.08.2001, data em que apresentou sua proposta de trabalho para realizar a campanha para a Semana d'Água e

Pelo fato de ter constatado que a “participação engajada foi muito pequena na elaboração desta proposta de cobrança pelo uso da água”, o autor aponta para “a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de participação da sociedade neste processo” (op.cit.:148). O autor também constata, por parte dos agricultores, uma “confusão sobre a definição do que representa o Comitê do Itajaí, [que] pode ser tomada como resultado de poucas informações transmitidas à população sobre esta instituição, e da inexistência de uma estratégia de comunicação para o meio ambiente rural” (op.cit.:123).

As informações de Liberato Jr (op.cit.) também confirmam o fato de que o tema da cobrança não foi mais abordado nas Assembléias; passou-se a discutir a política da bacia e iniciou-se um processo de capacitação como meio, entendido pelo Comitê, para se consolidar o processo participativo: a necessidade de capacitar para entender a gestão e compreender seus benefícios. Assim, o tema da cobrança saiu de pauta em 2002, dando lugar à discussão sobre a política.

Entre as primeiras ações de discussão sobre a política inclui-se a “capacitação do Comitê na forma de uma oficina de planejamento”¹⁸² que ocorreu em setembro de 2002 e da qual surgiram, como vimos, as primeiras idéias para a política de águas da bacia, com muitas sugestões voltadas às atividades agrícolas e ao espaço rural.

Outra ação, pertinente ao tema da capacitação, foi a “criação de uma comissão de informação de recursos hídricos, para coordenar a gradativa capacitação dos membros do comitê”, conforme consta da ata¹⁸³ da reunião da Comissão Consultiva em conjunto com a Secretaria Executiva realizada em 22 de abril de 2003. Na mesma data decidiu-se que a atuação desta comissão começaria com palestra do engenheiro da CASAN, à época membro da Comissão Consultiva, na próxima Assembléia do Comitê. De fato, está registrado na ata da Assembléia Geral de 07 de maio daquele ano a apresentação, pelo membro citado, dos resultados de sua dissertação de mestrado, a respeito da qualidade da água dos mananciais da Bacia do Itajaí.

Na Assembléia de 13 de agosto de 2003, a pauta foi quase totalmente voltada à discussão do empreendimento Aproveitamento Hidrelétrico de Salto Pilão.

para o Programa de Recuperação da Mata Ciliar. Verifique-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2001), acessado em 12.08.2004.

¹⁸² Retirado da ata de reunião da Comissão Consultiva com o apoio da Secretaria Executiva do Comitê, realizada em 27.08.2002, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2002), acessado em 12.08.2004.

¹⁸³ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/diretoria/relatórios e atas (2003), acessado em 12.08.2004.

Na Assembléia de 25 de setembro de 2003, houve novamente a apresentação de mais um trabalho acadêmico, diretamente relacionado aos usos da água pelas atividades agrícolas. Era a dissertação de mestrado de Maçaneiro (2003), realizado no curso de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da FURB.

Em seu trabalho, esse autor procurou contribuir com dados a respeito dos processos de manejo e gerenciamento das águas na rizicultura da bacia do Itajaí como subsídios ao plano de recursos hídricos. A carência desses dados foi apontada por ele como “o maior problema para a implementação dos instrumentos de gerenciamento de recursos hídricos, principalmente outorga e cobrança” (MAÇANEIRO, 2003:7-8).

Esse autor estudou o funcionamento das Associações de Vala que, conforme já comentamos, foram posteriormente também discutidas por Liberato (2004). Dentre os dados encontrados por Maçaneiro (2003), interessa-nos resgatar a sua afirmação de que o uso da água nas associações é considerado um direito sagrado de todos os sócios – indicando a importância cultural dessas instituições. O autor destaca que para os agricultores “a água é da terra” o que, segundo ele, fez com que o direito pelo uso da água nunca fosse cobrado ou vendido, pois é adquirido com a compra da terra. Entre suas conclusões, o autor destaca a existência de um processo histórico, de regras e de características do manejo que as diferenciam entre si; fato que, segundo o autor, confere a essas associações de rizicultores, embora informais, uma identidade.

Já na Assembléia do Comitê antes mencionada, deu-se destaque e consta em ata¹⁸⁴ que “há grande potencial de melhoria na eficiência do uso da água pela rizicultura e a busca por maior eficiência é desejável tanto por razões ambientais, pois reduz o impacto do cultivo de arroz sobre os cursos da água, como por razões econômicas futuras para os produtores, pois quanto maior a vazão outorgada tanto maior será o preço a ser pago pelo uso da água”.

Assim, no ano de 2003, devemos dar destaque à nova apresentação de trabalhos acadêmicos em assembleias do Comitê, como forma de capacitar os membros. Lembre-se que em 2002, na avaliação feita pelos membros da Diretoria, a capacitação para fortalecimento do processo participativo figurava entre as ações necessárias ao “fortalecimento institucional”.

Segundo a Secretária Executiva do Comitê (gestão 2004-2006)¹⁸⁵ o processo de capacitação gradativa dos membros referido anteriormente, do qual fizeram parte as apresentações desses dois trabalhos de mestrado, continuou de maneira a sempre se tentar

¹⁸⁴ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2003), acessado em 07.07.2005.

¹⁸⁵ Entrevista realizada em 09.12.2005.

levar, nas Assembléias, algum tema que trouxesse alguma nova informação. Segundo ela: “Só assim que a gente avança!”.

É dentro do enfoque da capacitação que está inserido também o projeto Piava. Segundo a Secretária Executiva do Comitê e Coordenadora Geral do Projeto:

“(…) através do projeto Piava a gente está com a proposta muito séria de ir construindo uma relação maior de confiança com eles [agricultores]. Mas é muito no processo educativo, eu diria... A forma como eles estão participando... Estão sendo atores, né, a serem preparados. No próximo semestre a gente vai ter um curso de gestão de recursos hídricos para os membros do Comitê e vamos ver se esse pessoal comparece.”¹⁸⁶

Além do enfoque na necessidade de capacitação, queremos destacar que no ano de 2003, na mesma Assembléia em que se fez a apresentação do trabalho de mestrado de Maçaneiro, houve o anúncio de que na próxima Assembléia seria votada uma importante alteração regimental. Essa alteração regimental – note-se – vem depois das discussões em torno da cobrança e da movimentação de muitos agricultores contrários à proposta. Essa alteração traz importantes conseqüências para as possibilidades de participação dos agricultores familiares em torno do processo de gestão das águas. A partir dela abre-se um leque de possibilidades e implicações para a agricultura familiar na Bacia do Itajaí, em torno da gestão das águas. Por esse motivo, ao resgate de informações referentes a essas implicações, dedicamos o subcapítulo seguinte do presente trabalho.

3.3 – A participação formal: possibilidades e restrições

Inicialmente devemos dizer que nos primeiros anos do Comitê, na distribuição dos assentos, estavam previstos 40% das vagas “aos usuários da água e dos recursos naturais”.

Até então, estavam enumeradas, entre os membros dos “usuários da água e dos recursos naturais”, as seguintes entidades vinculadas ao espaço rural e à agricultura, com respectivas quantidades de assentos:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com 2 assentos, porém com 3 vagas;

Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, com 1 assento;

Cooperativas Agropecuárias, com 2 vagas;

Produtores de Arroz, com 1 vaga.

¹⁸⁶ Entrevista realizada em 09.12.2005.

Essas informações foram retiradas de uma lista de presença da assembléia de 13 de julho de 1999 – portanto, anterior à primeira alteração regimental que ocorreu em maio de 2001. Nela constam, entre os “usuários da água (recursos naturais)”, dois assentos destinados aos Sindicatos Rurais, correspondentes aos números 40 e 41.

No entanto, sob o número 41 aparecem dois membros titulares e seus respectivos suplentes. Dessa forma, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais contavam, efetivamente, com 3 vagas.

Na relação dos membros do Comitê indicados para a gestão 2000-2002, novamente, o título “Sindicato dos Trabalhadores Rurais” corresponde aos assentos 40 e 41, mas aos mesmos correspondem 3 vagas.

Em 10 de maio de 2001, mesma data em que se aprovou o estatuto da Agência de Bacia, foi aprovada uma alteração regimental, objeto da Deliberação 04¹⁸⁷ do Comitê, a partir da qual esses 40% das vagas passaram a ser destinados apenas aos “usuários da água” – em substituição ao termo “usuários da água e dos recursos naturais”. No documento¹⁸⁸ apresentado à assembléia na ocasião, consta, como justificativa para a alteração, o fato de que a Lei Federal 9.433/97 refere-se aos “usuários da água”.

Na mesma data houve também algumas modificações a respeito dos assentos com relação ao espaço rural e à agricultura, os quais ficaram distribuídos da seguinte forma:

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, com 2 vagas;

Associações de Piscicultores, com 1 vaga;

Associações de Agricultura Ecológica, com 1 vaga;

Associação de Irrigantes, com 2 vagas;

Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, com 1 vaga;

Na assembléia apresentou-se um documento indicando as alterações que estavam sendo propostas pela mesa diretora. Nele apareciam as entidades-membros antes da alteração e como ficariam após a alteração. Pela leitura desse documento, tem-se a impressão de que os sindicatos já contavam com apenas duas vagas – quando, efetivamente, contavam com três.

Está registrado em ata¹⁸⁹ da Assembléia de 10 de maio de 2001 que o representante de um dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais questionou sua exclusão do “assento 40”, devido às ausências anteriores. Representante de outro Sindicato de Trabalhadores Rurais pediu para

¹⁸⁷ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/Deliberações 04, acessado em 12.08.2005.

¹⁸⁸ Documento coletado pessoalmente durante a Assembléia referida.

permanecer com as duas vagas existentes. Temos assim, a indicação de que, realmente, a um único assento correspondiam duas vagas. O nome dos titulares das vagas que se manifestaram na ocasião reforça essa indicação.

Assim, embora no documento apresentado não fique claro que as vagas dos Sindicatos seriam reduzidas, foi possível às pessoas presentes na Assembléia terem essa compreensão, de modo que se manifestaram contrários à proposta.

O representante das cooperativas também questionou a exclusão das cooperativas como usuários e propôs a redução para um representante, ao invés de sua exclusão total. No entanto, a proposta da mesa referente a essas alterações pertinentes à agricultura foi aprovada com 18 (dezoito votos) favoráveis, 14 (catorze) contrários e duas abstenções. Percebe-se assim, que a opinião dos membros esteve bastante dividida.

Ou seja, foram retiradas as cooperativas às quais correspondiam duas vagas e foram incluídas as associações de piscicultores e as associações de agricultura ecológica, com uma vaga cada. Os Sindicatos deixaram de ter, efetivamente, três vagas para ter duas vagas. Os “produtores de arroz” que tinham uma vaga passaram a denominar-se “irrigantes” e passaram a contar com duas vagas.

Entre as justificativas apresentadas para a alteração regimental, consta do documento distribuído à Assembléia, que através de um levantamento de informações de uso da água na Bacia do Itajaí chegou-se a sete categorias de usuários. Da categoria “agropecuária” constava: Piscicultura, irrigação e dessedentação de animais e lavação.

Conforme se pode observar no Quadro 3 (a seguir), em 2001 iniciou-se um processo de “enquadramento” dos membros vinculados à agricultura, nas condições que representariam “usos significativos de água”, associado a uma “especialização da representação” dentro do Comitê. O número de vagas efetivamente permaneceu o mesmo (sete), mas ocorreu uma certa setorização dentro da agricultura.

¹⁸⁹ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2001), acessado em 04 de julho de 2005.

Quadro 3 – Instituições vinculadas à agricultura com representação no Comitê do Itajaí, antes e depois da alteração regimental de 10 de maio de 2001.

Representantes da agricultura no Comitê do Itajaí, de acordo com o Regimento Interno.	Nº de vagas antes da alteração regimental de 10 de maio de 2001: usuários da água e dos recursos naturais	Nº de vagas depois da alteração regimental de 10 de maio de 2001: usuários da água
Cooperativas Agropecuárias	2 (duas)	nenhuma
Sindicatos Rurais	3 (três)	2 (duas)
Associações de Piscicultores	nenhuma	1 (uma)
Associações de Agricultura Ecológica	nenhuma	1 (uma)
Produtores de arroz	1 (uma)	nenhuma
Associação de Irrigantes	nenhuma	2 (dois)
Associação dos Fumicultores do Brasil	1 (um)	1 (um)
Total	7 (sete)	7 (sete)

Fontes: Ata da Assembléia Geral de 10 de maio de 2001 e Deliberação 04 do Comitê do Itajaí.

Antes da alteração, das sete vagas existentes, apenas duas destinavam-se a categorias específicas: os produtores de arroz (1) e os fumicultores (1) – esta não representava, porém, uso significativo de água. As outras cinco representavam a agricultura de forma genérica: os sindicatos (3) e as cooperativas (2).

Depois da alteração, apenas duas das sete vagas continuam representando a agricultura de forma genérica: os sindicatos. As outras cinco vagas foram divididas entre os setores que corresponderiam a atividades agrícolas específicas: piscicultura (1), irrigantes (2), fumicultores (1), agricultura ecológica (1).

Segundo a atual vice-presidente do Comitê – à época, membro do grupo técnico de apoio ao Comitê que constituía a Secretaria Executiva –, no início, estavam incluídos, entre os usuários da água, também os usuários dos recursos naturais porque sempre entendeu-se que “o problema da Bacia é um problema de gestão de recursos naturais e não exclusivamente da água”¹⁹⁰. Disse ainda que quando foi feito o regimento do Comitê do Itajaí, havia pouco tempo da criação da Política Nacional de Recursos Hídricos e ainda não estava claro para o grupo que elaborou o regimento – no qual se inclui – o significado das diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos:

“Também para nós não estava tão claro o que significam as diretrizes da política. Porque uma coisa são os recursos hídricos, outras são as diretrizes. E nas diretrizes está claro que a gestão de recursos hídricos tem que ser articulada com a gestão ambiental e com a gestão de uso do solo. Portanto essa questão dos recursos naturais está toda ali embutida”.

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí, em 09.12.2005)

¹⁹⁰ Entrevista realizada em 09.12.2005.

Em seu trabalho de doutorado, Frank (1995) já havia proposto, como membros do Comitê de Bacia, aqueles que fossem representantes dos “usuários da água (ou dos recursos naturais)”. Argumentou em favor dessa constituição em virtude de a análise sistêmica, feita no mesmo trabalho, ter identificado a relação intrínseca da extensão do uso do solo com o problema das enchentes, “apontando para a necessidade de estender o conceito de usuários da água para usuários dos recursos naturais na composição do Comitê de Bacia” (FRANK, 1995:282). Nesse mesmo trabalho, a autora explicitamente sugere a participação dos sindicatos rurais, os quais, por serem tão numerosos quanto às prefeituras, deveriam enviar seus delegados ao Comitê.

Vemos, assim, que a argumentação apresentada para a composição inicial do Comitê do Itajaí é muito semelhante àquela defendida em seu trabalho de doutorado.

Outra alteração regimental importante a respeito da composição do Comitê ocorreu em 2003, conforme mencionamos anteriormente, depois da discussão em torno do modelo de cobrança.

Na Assembléia Geral de 25 de setembro de 2003 foram anunciadas pela então Vice-presidente do Comitê as alterações regimentais que seriam votadas na próxima Assembléia, em 10 de dezembro do mesmo ano.

A principal modificação apresentada dizia respeito a mudanças profundas sobre a composição do Comitê. Como indicamos acima, até então, as entidades-membros do Comitê já estavam pré-determinadas no regimento. Entre os usuários constava, por exemplo: Sindicatos, Associações de Irrigantes, AFUBRA, CASAN, SAMAE, CELESC, etc.. Entre os representantes da população, constava, por exemplo: Associações Comerciais e Industriais, FURB, UNIVALI, FEBE, Associações de Municípios, Câmaras de Vereadores, etc.. Entre os representantes do poder público, constava, por exemplo: FUNAI, IBAMA, FATMA, EPAGRI, Polícia Ambiental.

A alteração proposta dizia que, a partir da próxima gestão (2004-2006) os membros não mais deveriam ser indicados pelas entidades que já constavam do regimento. As instituições interessadas deveriam se inscrever para um processo eleitoral, de acordo com categorias que passariam a constar do regimento após a alteração.

A Secretária Executiva do Comitê (gestão 2004-2006)¹⁹¹, refere-se ao fato de, antes dessa alteração, as instituições que deveriam fazer parte do Comitê já estarem pré-estabelecidas no regimento, da seguinte maneira:

¹⁹¹ Este mesmo membro assumiu diferentes funções ao longo da história do Comitê: nos primeiros anos era membro do Comitê representando a FURB; de agosto de 2001 a julho de 2004 ocupou o cargo de Vice-

“(…) tinha sido eleito lá no início... lá no início, quem seriam as entidades que teriam assento no Comitê. Isso é errado, dentro da proposta da gestão participativa. Só que foi o Estado que mandou fazer assim. Isso é errado. Quer dizer, para fazer rotatividade e para também poder abraçar as novas coisas que são criadas na região, a gente tem que ter uma composição flexível. Quer dizer, eu tenho que ter as normas gerais de como é que tem que ser essa composição. Mas a composição em si, é atualizada. (...) a própria democracia exige isso, uma mudança nos assentos. A gente criou isso no Comitê do Itajaí. E nessa oportunidade a gente também reduziu o número de vagas. Porque muitos setores não compareciam, então a gente viu que era uma coisa excessiva.”

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí, em 09.12.2005)

Para a agricultura esta modificação regimental trouxe importantes conseqüências a respeito do significado e das possibilidades de acesso ao fórum “Comitê de Bacia”. Como perceberemos, o significado desta alteração regimental está intimamente relacionado à discussão do modelo de cobrança, antes apresentada, e à preparação do Comitê para implementação de instrumentos de gestão, como a outorga e a cobrança.

Aqui devemos lembrar que, segundo Liberato Jr (2004:6), na reunião de 26 de março de 2002, a respeito do modelo de cobrança, estiveram presentes 104 agricultores e que “para esta reunião não vieram apenas os representantes dos três setores agrícolas convidados, os rizicultores, piscicultores e suinocultores, mas caravanas de agricultores de todos os cantos da bacia”.

Consta em ata¹⁹² que a então Vice-presidente do Comitê, em 25 de setembro de 2003, ao anunciar as alterações, justificou-as com base no apelo da sociedade em participar do Comitê; por isso foram “sugeridos mecanismos mais transparentes de participação”.

Como parte do trabalho de observação, estivemos presente nesta assembléia. Assim, além do que consta em ata, pudemos acompanhar os principais argumentos apresentados na ocasião. Na ocasião as mudanças profundas, segundo a então Vice-presidente do Comitê, eram necessárias para que fosse possível ter mais transparência quanto ao processo de ocupação dos assentos. A esse respeito deu-se como exemplo uma situação em que entidades que não têm direito a assento o reivindicam. Para solucionar problemas deste tipo a idéia seria fazer um edital público por categoria e, internamente a cada categoria, se fazer a eleição de seu representante.

Sobre este processo eleitoral, foi dito ainda que, por meio dele, aqueles que são da mesma atividade, que têm os mesmos interesses vão se conhecer. Alegou-se que, à época,

presidente; atualmente (gestão 2004-2006), ocupa o cargo de Secretária Executiva. No que se refere a ações concretas, fez parte da coordenação colegiada do Programa de Recuperação da Mata Ciliar, a partir de 2001; é a atual coordenadora geral do Projeto Piava, participa da Câmara Técnica de Planejamento e é Diretora Executiva da Fundação Agência de Bacia.

¹⁹² Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 2003), acessado em 07.07.2005.

muitos estavam no Comitê e nem se conheciam. A partir desse procedimento poderiam combinar os votos, em que votar, etc. Como exemplo dessa necessidade de organização dos membros, a então Vice-presidente mencionou atividades da agricultura, dizendo que “o cara do porquinho, da vaquinha, do arroz...” vêm para as reuniões, têm interesses diferentes e aí “dá confusão”.

A seguir apresentamos como ficaram as categorias de membros do Comitê, depois da aprovação das alterações mencionadas.

De acordo com a alteração realizada (Cap. III, Art. 6º), objeto da Deliberação 17, de 10 de dezembro de 2003, correspondendo a 40% dos assentos, a categoria dos usuários da água tem vinte (20) representantes e respectivos suplentes, dos seguintes segmentos:

- “I - Abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos;
- II - Drenagem e resíduos sólidos urbanos;
- III - Hidroeletricidade;
- IV - Captação industrial e diluição de efluentes industriais;
- V - Agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura;
- VI - Navegação e atividades portuárias pertinentes;
- VII - Lazer, recreação e outros usos não consuntivos, como mineração e transporte rodoviário.”

O número de representantes dos setores usuários, classificados de acordo com as categorias acima, é estabelecido em processo de negociação entre esses agentes, levando em consideração: a) a vazão outorgada; b) o critério de cobrança pelo direito de uso das águas que vier a ser estabelecido e os encargos decorrentes aos setores e a cada usuário; a participação de no mínimo, três dos setores usuários mencionados e; outros critérios que vierem a ser consensados entre os próprios usuários, devidamente documentados e justificados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Correspondendo, também, a 40% dos assentos, os representantes “da população da bacia” têm vinte representantes, distribuídos entre os seguintes segmentos (Cap. III, Art. 7º):

- I – poder executivo municipal (6);
- II – poder legislativo municipal e estadual (4);
- III – associações comunitárias, entidades de classe e outras instituições não-governamentais (5);
- IV – universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e associações especializadas em recursos hídricos (4);
- V – comunidades indígenas (1).

Com 20% dos assentos, a categoria “órgãos públicos” (Cap. III, Art. 8º) tem 10 (dez) representantes e respectivos suplentes, eleitos entre os órgãos da administração pública

estadual e federal atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos, estando garantido, assento à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Antes da alteração do regimento, como vimos anteriormente, estavam destinadas para o setor agrícola um total de sete (7) vagas. Após as Assembléias Deliberativas¹⁹³ para indicação dos representantes, previstas na alteração do regimento, ocorridas em 25 de maio nas dependências da FURB, em Blumenau, ficaram destinados ao setor agrícola quatro (4) assentos e seus respectivos suplentes:

Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio (titular) e Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rio dos Cedros (suplente);

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agrônômica (titular) e Sindicato Rural de Indaial (suplente);

AQUIBI – Associação de Aquicultores de Ibirama (titular) e SITRUBA – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Botuverá (suplente) e;

Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí – CRAVIL (titular) e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Braço do Trombudo (suplente).

Consta ainda na relação dos membros representante dos usuários de água do Comitê dois representantes vinculados a atividades agrícolas como suplentes de atividades industriais. Vejamos:

Sindicato Rural de Ilhota como suplente do Sindicato das Indústrias de Madeira do Médio e Alto vale do Itajaí e;

FUNPIVI – Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí – como suplente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau.

O número de assentos e, conseqüentemente, de votos através dos quais a agricultura, em geral, e a agricultura familiar, em particular, poderá acessar às discussões, como titular, diminuiu. O número de assentos antes destinados ao setor agrícola (7) representava aproximadamente 27% dos assentos destinados aos usuários da água (26 antes da alteração). Após a alteração, com 4 assentos, passou a representar 20% dos assentos destinados aos usuários (20). No entanto, a mesma alteração do regimento prevê que “o somatório do número de votos dos usuários pertencentes a um determinado setor considerado relevante na bacia, não poderá ser inferior a 4% (quatro por cento) e superior a 20% (vinte por cento)”, conforme reza o Cap.III, Art.6º, §3º. Ou seja, os representantes do setor agrícola possuem o máximo da representatividade prevista no regimento.

¹⁹³Conforme consta em divulgação feita pelo Comitê do Itajaí, www.comiteitajai.org.br, acessado em 18/junho/2004.

Em novembro de 2003, também como parte do trabalho de observação, estivemos presentes numa oficina de planejamento do Comitê. Entre as anotações que fizemos sobre esta atividade, consta que, nos momentos de intervalo, membros da Comissão Consultiva discutiam sobre a preocupação dos agricultores a respeito da cobrança pelo uso da água, dizendo que os agricultores não se organizam por atividades produtivas e que só será cobrado o uso da água de quem usa muita água – “Quem tem meia dúzia de vaquinhas de leite não vai ser cobrado...”.

Como vimos, as primeiras eleições para ocupar os assentos do Comitê, a partir do novo procedimento, ocorreram em 25 de maio de 2004, por meio de Assembléias Deliberativas. O edital data de 14 de abril do mesmo ano. O prazo para cadastro das instituições interessadas foi de um mês após o lançamento do edital – até 14 de maio de 2004.

Na relação de membros representantes dos usuários, como vimos acima, no inciso em que se define a participação de atividades relacionadas à agricultura consta “Agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura”. No formulário de inscrição que foi disponibilizado para habilitação ao processo de eleição, as atividades relacionadas à agricultura são “irrigantes, pecuaristas e piscicultores”.

Em setembro de 2004, presenciamos uma palestra da Secretária Executiva do Comitê do Itajaí. Nesta oportunidade, também teceu comentários sobre os agricultores dizendo que geralmente se organizam em sindicatos, que são entidades muito políticas e que os agricultores não se distinguem entre si.

Todas essas são indicações de que a representação dos agricultores no Comitê deveria fazer-se segundo os setores de usuários significativos de água. Assim, a Deliberação nº 17, reforçada pelo formulário de inscrição para as eleições, veio completar o processo de “especialização ou setorização” da representação agricultura dentro do Comitê, iniciado com a Deliberação nº 4, de 10 de maio de 2001.

3.3.1 – Argumentos que justificam (ou não) a participação dos agricultores familiares

Do atual regimento do Comitê não constam, então, as entidades “sindicatos rurais” nem mesmo as “cooperativas”. Inclusive, estas últimas foram explicitamente excluídas a partir da Deliberação nº 04.

Verifica-se, no entanto, que apesar desta alteração no regimento, a maioria dos representantes do setor agropecuário no Comitê, na categoria “usuários da água”, são representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e também aparece uma cooperativa.

Sobre este fato, explicou-nos a Secretária Executiva do Comitê que, enquanto não existe outorga implantada no Estado, todas as entidades que se concebem como usuários de água podem se inscrever. Não há, pois, uma norma para dizer quem pode e não pode se inscrever e ressalta que o que se quer é fomentar o processo participativo. “O dia que nós tivermos outorga implementada no Estado, aquele que é usuário que não tiver sua outorga regulamentada, ele não poderá se inscrever” (Secretária Executiva do Comitê, gestão 2004-2006). Especificamente sobre a participação dos sindicatos a despeito da alteração regimental antes mencionada, ela nos explica que eles podem e poderão participar desde que representem um conjunto de usuários outorgados:

“(…) se digamos, num sindicato rural, ou sindicato de trabalhadores rurais, em que todos eles são rizicultores, portanto são importantes usuários de água – e são os mais importantes (em termos quantitativos) e eles disserem ‘Nós temos outorga: oh, aqui tudo outorgado... tal volume, está tudo OK’ e eles se fazem representar por aquele sindicato, o sindicato continua representando aquele conjunto de usuários, é lógico.”
(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí, gestão 2004-2006)¹⁹⁴

Sobre o processo eleitoral de 2004, relatou-nos a Secretária Executiva do Comitê que, na ocasião, ela mesmo operou uma mobilização para tentar chamar os agricultores para participação, fazendo telefonemas para os sindicatos e avisando-os sobre a possibilidade e a importância de ocuparem os espaços no Comitê.

Outro membro da Diretoria do Comitê também enfatiza a necessidade de que os rizicultores estejam representados no Comitê. Como parte de seu trabalho diário e por decisão própria – ou seja, não cumprindo uma decisão da Diretoria do Comitê – tem procurado motivar os rizicultores a participarem do Comitê.

“Então, eles têm que se organizar e ter um representante lá dentro que possa representar esse setor de agricultores, especialmente no caso do arroz, que são usuários de água. Isso tem acontecido de forma muito tímida. Então, esse é um trabalho que a gente tem feito no sentido de estimular para que eles participem, para que se organizem e possam aí, representar esse segmento dentro das vagas destinadas aos usuários no Comitê”
(Membro da Comissão Consultiva do Comitê, gestão 2004-2006)¹⁹⁵

O mesmo membro destaca:

Apesar de que hoje, lá dentro do Comitê tem alguns sindicatos, que têm representação, que têm vaga, como titular e como suplente, mas não necessariamente o Presidente do Sindicato, ele pode estar representando um segmento... Pode não estar representando, no caso, o produtor de arroz. Então esse é um trabalho importante que a gente tem feito, no sentido de estimular. E nós consideramos que é um fórum extremamente democrático, onde tem os diversos setores da sociedade participando.
(...) Eu acho que tem, por exemplo, associações de rizicultores, especialmente, e piscicultores, eu acho que estão... precisam melhorar a sua representatividade dentro do Comitê. Eu acho que a representação deles é fraca.”
(Membro da Comissão Consultiva do Comitê, gestão 2004-2006)¹⁹⁶

¹⁹⁴ Entrevista realizada em 09.12.2005.

¹⁹⁵ Entrevista realizada em 12.12.2005.

De maneira geral, na concepção dos membros da Diretoria e de grupos de apoio entrevistados, são as atividades que usam grande quantidade de água por derivação (irrigação e piscicultura) ou para lançamento de efluentes (pecuária, mais especificamente a suinocultura) que são consideradas mais importantes na gestão das águas.

Entre os aspectos da agricultura considerados importantes para a gestão das águas, foi mencionada também a poluição difusa ou não pontual por agrotóxicos utilizados nas diferentes lavouras. Este aspecto foi mencionado pela Secretária Executiva como uso não direto da água, através da drenagem. Esta por sua vez representaria um problema sério – tanto urbano quanto rural – mas que não tem sido concebido como um uso da água.

Além do fato de não ser concebido como uso da água, convém lembrarmos da discussão feita no primeiro capítulo deste trabalho, em que enfocamos a dificuldade técnica de mensuração dessa poluição e, por conseguinte, de caracterização dessas atividades como usuários da água e a conseqüente possibilidade de outorga – condição futura para participar do Comitê.

Assim, sobressai-se na concepção de membros da Diretoria e de grupos técnicos os quais entrevistamos – além das evidências documentais e dos resultados de observação, já apresentados –, que a participação dos agricultores no Comitê deveria estar vinculada ao grande uso da água nas atividades agrícolas. Ou seja, existe a preocupação de que os assentos sejam ocupados pelos agricultores usuários da água, reforçando as medidas de “setorização” na participação da agricultura dentro do Comitê.

A Secretária Executiva do Comitê sintetiza esse entendimento quando diz que “uma coisa são os recursos hídricos, outras são as diretrizes”. Assim, no Comitê, os Sindicatos Rurais ou de Trabalhadores Rurais que não estejam representando grandes usuários da água tendem a desaparecer:

“Esses grupos vão caindo fora... mas isso vai ser um processo gradativo de depuração. Quer dizer, o que nós estamos fazendo hoje? Nós estamos trabalhando muito mais ainda com a proposta de educar, de sensibilizar, de atrair...”

(Secretária Executiva do Comitê gestão 2004-2006)¹⁹⁷

De fato, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que estão atualmente ocupando assento no Comitê são, em sua maioria, de municípios com grande área destinada à produção de arroz irrigado.

¹⁹⁶ Idem nota anterior.

¹⁹⁷ Entrevista realizada em 09.12.2005.

Na Tabela 4, abaixo, apresentamos as áreas destinadas às três principais culturas agrícolas, registradas pelo IBGE, nos municípios cujos Sindicatos Rurais ou de Trabalhadores Rurais têm assento no Comitê. As áreas são apresentadas em números absolutos (hectares) e em percentagem da área total destinada às lavouras temporárias, por município.

Tabela 4 – Produção das principais lavouras temporárias, registrada nos anos de 2003 e 2004, nos municípios cujos Sindicatos Rurais ou de Trabalhadores Rurais tinham assento no Comitê do Itajaí na gestão 2004-2006.

Municípios	Lavoura temporária (Área total)		Arroz (área plantada total)		Fumo ¹⁹⁸ (área plantada total)		Milho (área plantada total)	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rodeio	1.036	865	700 (67,57%)	700 (80,92%)	Não consta	Não consta	160 (15,44%)	160 (18,50%)
Rio dos Cedros	1.807	1.640	1.100 (60,87%)	1.100 (67,07%)	5 (0,28%)	não consta	500 (27,67%)	500 (30,49%)
Agronômica	5.786	3.155	376 (6,50%)	155 (4,91%)	1.440 (24,89%)	não consta	2.950 (50,99%)	2.000 (63,39%)
Indaial	674	344	240 (35,61%)	240 (69,77%)	10 (1,48%)	não consta	100 (14,84%)	100 (29,07%)
Braço do Trombudo	1.249	739	69 (5,52%)	84 (11,37%)	59 (4,72%)	não consta	520 (41,63%)	540 (73,07%)
Ihota	2.511	2.380	2.375 (94,58%)	2.375 (99,79%)	1 (0,04%)	não consta	2 (0,08%)	2 (0,08%)
Botuverá	809	440	não consta	não consta	310 (38,82%)	não consta	400 (49,44%)	400 (90,91%)

Fonte: www.sidra.ibge.gov.br, tabela 1.612, acessado em 30 de junho de 2005.

Como podemos verificar, apenas no município de Botuverá a rizicultura irrigada não figura no quadro das principais lavouras. Em quatro municípios, esta cultura representa mais de 65% do total da área destinada a lavouras temporárias. Este fato poderia ser um indicador de que os presidentes dos sindicatos destes municípios procuraram o Comitê porque se percebiam como usuários da água, sobretudo em função da cultura do arroz irrigado.

Este argumento foi, de fato, apresentado pelos presidentes destes sindicatos os quais entrevistamos¹⁹⁹. Eles justificam sua presença no Comitê em função do uso da água nas atividades agropecuárias, sobretudo, em função da cultura do arroz, praticada pelos associados.

“É aqui nós temos agricultores que plantam já há muitos anos, né, desde que existe a cidade, é plantado arroz. Daí eles plantam, como é que se diz... até em cima da beira da água, então a gente também quer a proteção mas também não quer que prejudique o serviço deles”.

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005).

¹⁹⁸ É provável que os dados municipais da produção de fumo ainda não estivessem disponíveis para o IBGE à época em que acessamos o sítio. Porque em nossa pesquisa de campo, sobretudo no município de Botuverá, foi possível verificar que, no ano de 2004, esta cultura foi o carro-chefe para muitas famílias de agricultores.

¹⁹⁹ Para preservar o anonimato dessas pessoas, os nomes de presidentes de sindicatos são fictícios e são colocados apenas para permitir ao leitor identificar quando se repetem falas de um mesmo informante.

Associada à produção do arroz, aparece a preocupação a respeito da cobrança pelo uso da água. Porém, junta-se ao tema da cobrança – de maneira ainda mais intensa que o próprio temor em relação ao pagamento pelo uso da água –, uma tentativa de legitimar a atividade agrícola frente às acusações de poluição.

Importante para ver se a gente defende alguma coisa na... pro agricultor né... porque é só em cima do agricultor... agricultor. Defender a não cobrança da água, como até entramos com muitos pedidos né...

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Mesmo aqueles membros que representam entidades cujos associados fazem pouco uso de água em suas atividades agrícolas, recorrem a esse uso, ainda que pequeno, para justificar sua presença no Comitê.

“Toda pecuária envolve, por exemplo, o hortigranjeiro que usa água, estaria junto com ele também. E o hortigranjeiro que planta um hectare de horta, ele precisa de irrigação, ele é um consumidor de água. (...) Na verdade nós... houve uma negociação que eu tinha que representar a entidades dos usuários de água, aí foi aceito, na verdade dessa maneira. Estou no Comitê em função disso. Acho que ali vai também como agricultura em geral. Pelo meu entender. Que tem rizicultores, piscicultores e produtores de hortigranjeiros também, né... Daqui há pouco, talvez, acho que nós encampamos todos os setores.”

José, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005.

Devemos esclarecer que este agricultor provém de um município em que a agricultura não faz grande uso de água. No Comitê, ele ocupa o assento como suplente. O titular do seu assento representa uma atividade que efetivamente faz grande uso de água.

Os agricultores também falam com clareza a respeito das condições econômicas de sua atividade, de não ser possível repassar no preço de seu produto o pagamento pelo uso da água:

“Agora claro que quem usa água da... os proprietários dessas firma ali... que usam bastante água... depois é despejada toda no rio, isso aí deveria cobrar. Porque eles tiram o pagamento em cima da produção deles, se é malha ou se é... e o agricultor não... o agricultor cobra de quem? Se dissesse que amanhã nós vamos pagar o uso da água, nós vamos aumentar dois reais por saca de arroz, tudo bem, né...”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

“Em tempos mais passados quando eles queriam fazer de imediato essa cobrança pelo uso da água, eles achavam assim... Vamos supor eu vou pagar uma quantidade ‘x’ por hectare, aí em proporção em sacas isso sair tantos centavos por saca. Eles achavam assim então que se estou pagando, eu posso acrescentar esse valor em cima daquela saca. Eles achavam: nós podemos fazer isso, repassar o preço. Porque a indústria, ela repassa. Se ela vai pagar, alguém vai pagar. Mas a agricultura não. Hoje, nós na agricultura, nós não fazemos preço.”

(Francisco, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Assim, não é raro se ouvir que “a única coisa deles é medo da cobrança”²⁰⁰. A esse respeito, a Secretária Executiva do Comitê explica que “existe um dispositivo da lei que diz claramente que a cobrança não pode inviabilizar nenhuma atividade econômica” e, a partir disso, “aquele setor que tem um valor agregado maior pode pagar mais pela água do que aquele que tem um valor agregado menor”. Também estabelece a separação entre outorga e cobrança: “nem todos que são outorgados são cobrados”²⁰¹.

A Secretária Executiva do Comitê nos disse que o problema em torno da cobrança foi a divulgação do modelo de cobrança de maneira equivocada pela imprensa, o que fez com que os agricultores o entendessem como definitivo:

“Porque aquilo não era para ter sido divulgado. Porque na hora que a imprensa divulga... a imprensa não diz ‘Olha, isso é uma minuta, é ainda um estudo, etc’. Aí o cara põe a matéria ‘A partir de agora a água vai ser cobrada. Vai ser tanto isso, tanto por isso...’. Quer dizer, aí melou tudo. (...) mas eu sempre achei bom. Porque, na verdade, foi a partir daquele momento que os setores usuários passaram a levar o Comitê a sério”.

(Secretária Executiva do Comitê, gestão 2004-2006)²⁰²

Por outro lado, alguns dos agricultores que atualmente são membros do Comitê, manifestaram o sentimento de serem excluídos do processo e de que foi a partir de suas manifestações que os dirigentes do Comitê começaram a acompanhar um pouco como era feito o uso da água na rizicultura. Embora sem precisar a data, alguns deles se referiram a uma reunião encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gaspar para a qual teria sido chamada a atual Secretária Executiva do Comitê (e mais outra pessoa que não sabiam nominar):

“Por causa que eles estavam fazendo aquilo acho que meio às escondidas, né, e foi descoberto, né... Por causa da cobrança da água, né... então aí eles alertaram um pouco os agricultores. (...) Porque eles [os agricultores] acharam que ia ser logo de imediato essa cobrança. Mas aí ela explicou que tudo isso vai levar um tempo, é um estudo, porque nem eles não sabiam como é que eles vão fazer a cobrança da água, como é que ia ser, tal... tudo isso aí... Então, eles [técnicos que elaboravam o modelo de cobrança] não sabiam também como é que era feita essa distribuição de água na lavoura. Então tudo isso aí... aí eles começaram a acompanhar um pouco, né?”

(Francisco, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

Foi durante as discussões a respeito do modelo de cobrança que surgiu uma sugestão por parte dos agricultores que não diz respeito apenas à cobrança mas sim ao uso do solo: “aí eles trouxeram a idéia da bonificação, (...) a idéia da produção de água”²⁰³. Através dessa

²⁰⁰ Secretária Executiva do Comitê, gestão 2004-2006, entrevista realizada em 09.12.2005.

²⁰¹ Idem nota anterior.

²⁰² Idem nota anterior.

²⁰³ Secretária Executiva do Comitê, gestão 2004-2006, entrevista realizada em 09.12.2005.

idéia, aqueles agricultores que preservassem a mata nativa para proteger a água – implicando em um não uso do solo para outras atividades – poderiam receber um pagamento por isso.

A preocupação de serem ressarcidos pela área com floresta destinada à proteção das águas é uma primeira evidência de que os agricultores não se preocupam apenas com a cobrança e de que as implicações da gestão das águas não se limitam ao aspecto da econômico da atividade agrícola de produção familiar. Ela tem implicações sobre o uso da terra.

“Daí eles plantam como é que se diz, até em cima da beira da água, então a gente também quer a proteção mas também não quer que prejudique o serviço deles né... Eu acho que a gente também tem que defender um pouco o lado dos agricultores. Porque se for cumprir o projeto, como se diz, do meio ambiente, nós vamos tocar nossos agricultores embora”.

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

Os próprios agricultores membros do Comitê, embora justifiquem sua presença pelo uso da água, sempre mencionam a preocupação com as limitações ao uso da terra, decorrentes de possíveis medidas de proteção ambiental.

Assim, aliada ao discurso de defesa contra a cobrança aparece, sobretudo, a preocupação com as medidas de proteção das águas, principalmente por meio da recomposição das matas ciliares que independem do instrumento de cobrança e até podem prescindir de decisões do Comitê – mas que surgiram na mesma época, como a necessidade de licenciamento ambiental, e interferem no uso da terra e na (im)possibilidade de reprodução do patrimônio familiar. Estas implicações sobre o estabelecimento rural extrapolam a produção do arroz e ecoam no discurso dos agricultores familiares que têm outras fontes de renda, diferentes da rizicultura.

Quando se referem a estas medidas de proteção os agricultores recorrem a categorias do discurso desses grupos familiares, como à noção de patrimônio familiar:

“ (...) porque eles falam ‘ah, não mas lá [na cidade] não podem tirar 30 metros porque aqui já está construído, têm direito’. Então o agricultor não tem o direito. Eu sei que lá no meu terreno, lá é quase 90 anos... Esse terreno aí que era do meu avô, meu pai e agora é meu e já tem arrozeira é mais que 60 anos... E a gente colhe sempre mais arroz.”.

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

A temida impossibilidade de uso do solo diz respeito à impossibilidade de reprodução da unidade familiar e traz à tona aspectos importantes do discurso dos agricultores familiares, como o desejo de permanecer como agricultor.

Os agricultores temem que instrumentos de gestão das águas, como o plano de bacia, possam reforçar as medidas de proteção ambiental e se preocupam com as diferenças e as possibilidades de cada estabelecimento rural:

“Eles vão querer fazer um trabalho para reflorestar o mais que se pode em volta dos rios, e há lugares que não pode. São casos totalmente diferentes. Dependendo da propriedade da pessoa, pode até reflorestar 30 metros, porque ele tem mais trezentos metros daqui para lá para plantar, para produção. Agora tem lugares que mais setenta metros do rio para lá. Se refloresta trinta... O cara que fizer o reflorestamento com trinta metros, fica com quarenta metros”.

(José, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

A diminuição das terras disponíveis em função das medidas de proteção das águas, como a recomposição das matas ciliares, não se limita ao tamanho da área reservada para a vegetação ciliar. O agricultor, fundamentado em conhecimento tradicional, preocupa-se com os aspectos técnicos da produção:

“Porque se tu plantares árvores que vêm altas, prejudica o arroz. Porque faz sombra, nos dois lados... por isso deveriam ter um capim elefante de dois, três metros... Agora, se tem árvore que vai oito, dez, quinze metros, aí não bate sol, prejudica. Eu tenho uma parte lá na roça, que é por causa de algumas árvores aí, eu não colho arroz nessa região. Aonde que tem arrozeira... (...) dá isso aí... Dá sombra, daí tu não colhes... Muito na sombra né...”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

“Porque até hoje, é... um pouco complica... (...) 30 metros de ambos os lados, tem terras que o rio passa no meio. Aí você planta 30 metros aqui, trinta aqui... aí tem mais aquela parte da sombra, aí sobra muito pouco.”

(Francisco, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

A sombra sobre os cultivos, em função de árvores altas, concebida como um problema, certamente não se limita à produção do arroz. Ou seja, as implicações da gestão das águas – ainda que seja por meio da articulação com a gestão ambiental – estendem-se às unidades de produção familiar que não se dedicam à rizicultura.

Além das categorias evidenciadas, encontramos que a maioria dos entrevistados também produzia para autoconsumo, indicando outra característica importante comum aos demais agricultores familiares – a produção de seu próprio alimento.

“A maioria, eu não digo 100%, mas 80% tem gado, um gado, porco, galinha. Todos eles têm”.

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Na Tabela 5, a seguir, apresentamos a caracterização das unidades familiares de produção dos membros do Comitê que representam sindicatos e cooperativas relacionados à agricultura.

Tabela 5 – Caracterização das unidades técnicas dos membros do Comitê do Itajaí que na gestão 2004-2006 representavam entidades relacionadas à agricultura.

Município	Área total estab.	Mata Nativa (ha)	Área e Tipo de Lavoura comercial(ha)	Produção para autoconsumo	Membros que trabalham na agricultura	Atividades extra com remuneração	Membros com atividades extra
Rio do Cedros	15,8	2	Arroz (7,5 ha) Pupunha (2ha)	Batata, aipim, gado, porco, galinha, horta.	Pai Mãe, Filho (30 anos)	Presidência do Sindicato	Pai
OBS.:	Produz a maior parte dos alimentos que a família consome.						
Indaial	24,5	12	Piscicultura, gado corte, mandioca	Batata-doce, verduras.	Pai Mãe..	Presidência e secretaria do sindicato	Pai Mãe Filho (atividade não anotada)
OBS.:	Produz a maior parte dos alimentos e também troca com a sogra. O casal dedica-se à agricultura nos fins de semana.						
Rodeio	Arrend a sua terra	Não anotei	Atualmente não produz para mercado	Verduras		Sindicato; Hering Indústria	Pai Mãe Filho
OBS.:	Há 8 anos deixou de produzir na propriedade; a produção ficou sob responsabilidade do irmão.						
Agrônô-mica	9,5	Não anotei	Milho e fumo (6,5 ha no total)	Aipim, batata-doce, verduras, gado de corte e leite, porcos, galinha, milho	Pai Mãe Filho Sobrinho.	Sindicato	Pai
OBS.:	Produz a maior parte dos alimentos que a família consome.						
Ilhota	24	Não anotei	Arroz (20 ha) Palmeira eucalipto	Aipim, taiá, verduras, banana, galinhas, porco, gado de leite e de corte	Pai Mãe Filha	Sindicato; Secretaria do Sindicato	Pai Filho
OBS.:	Dos 20 ha destinados ao cultivo do arroz, 6 são próprios e 14 arrendados. Produz a maior parte dos alimentos que a família consome.						
Botuverá	10,7	7 (ha)	Fumo (2ha)	Milho, feijão, batata-doce, cebola, aipim, uva, cana, legumes, café, margarito, verduras, gado, porcos, galinhas, patos.	Pai Mãe Filhos	Sindicato	Pai
OBS.:	Produz a maior parte dos alimentos que a família consome.						
Rio do Sul	28	Não anotei	Caprinocultura leiteira, gado de corte	Verduras e frutas	Mãe Pai	Cooperativa	Pai
OBS.:	O pai dedica-se à agricultura nos fins de semana.						

Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2005.

Os agricultores estabelecem uma divisão entre os produtores de arroz, em que o tamanho da terra e o caráter familiar de produção surgem como critérios de diferenciação.

“O agricultor... familiar... né. Aqueles pequenos agricultores... (...) Agora aquele que colhe quinhentas, seiscentas ou mil sacas de arroz vai pagar também o uso da água? Tem... aqui na nossa região... tem uns dois, três que produzem 5 mil sacas. O resto é na faixa de 500-800... (...) Não deveria ser igual. Então, a família pequena, que é o pequeno produtor né... não pagar... Ou até “x” de hectares, vamos supor, né...aquele que tem até trinta hectare de terra né, que fosse isento depois.”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Muitos membros citaram mobilizações feitas através, por exemplo, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), com o encaminhamento de um ofício solicitando que não fosse cobrado o uso da água pela agricultura familiar. Ou seja, se identificam como agricultores familiares e não exclusivamente como produtores de arroz, ou de peixes, etc.

Assim como o uso do solo, o uso da água está inserido no contexto da pequena produção agrícola familiar. A preocupação com a cobrança não significa apenas deixar de exercer uma atividade econômica. A exemplo da impossibilidade de usar a terra, a alegada impossibilidade de pagar pelo uso da água reflete também a preocupação com a impossibilidade de reprodução do patrimônio familiar. Ou seja, não seria apenas a atividade econômica que seria inviabilizada. Significaria também abandonar a condição de agricultor familiar para viver na cidade.

“Porque [os agricultores] estão produzindo para nação, né. Porque nós estamos falando tudo isso ali é o agricultor... se ninguém colhe, nós temos que pagar o uso da água, e pagamos todos aqueles impostos aí... Inviabiliza o agricultor de continuar ali, então é melhor sair da agricultura e ir na cidade.”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Junta-se, ainda, em sua defesa contra as acusações de poluição e contra a cobrança, a importância da produção de alimentos.

“Sempre destruidora. Sempre. Nunca vi alguém do Comitê pensar que a agricultura é fonte de energia para eles ou fonte produtora de alimentos para eles. Nunca vi isso.”

(José, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em fevereiro/2005)

“[Todos dizem que] o maior poluidor é o agricultor, só que eles não falam que o agricultor produz a comida para... o campo não planta, a cidade não janta, né”
“(...) então deveria mudar um pouco... o usuário... e quem produz, fosse isento de pagar. Quem produz alimentos...”

Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005

Verificamos, assim, em meio ao discurso dos que verberam contra a cobrança, sobressaem-se questões do universo mais amplo dos agricultores familiares e não apenas de quem se caracteriza exclusivamente como um usuário de água em um sistema produtivo qualquer. Permeadas ao discurso dos agricultores temerosos à cobrança, evidenciam-se características específicas desses grupos que merecem ser consideradas na política de gestão das águas da Bacia, que vão além da importância econômica da atividade. Ou melhor, a atividade econômica (ou a preocupação econômica) está inserida em um contexto mais amplo de significados que giram em torno das especificidades da agricultura familiar como *modo* de produção agrícola e modo de vida.

Apesar de tudo isso, como verificamos, a maioria dos agricultores justifica sua presença no Comitê pelo uso da água. A condição de usuário-pagador e poluidor-pagador foi incorporada por esses agricultores – ainda que em alguns casos não se enquadrem nos usos da água que futuramente dependerão da outorga e, portanto, efetivamente não poderão ocupar assento com base nesta justificativa. Ou seja, este foi um importante reflexo da discussão em torno da cobrança pelo uso da água. A setorização pretendida com as alterações regimentais foi incorporada pelos agricultores. Para efeitos de participação no Comitê, acontece a separação entre usuário e não usuários:

“ele [o não usuário] vai defender o que? É outra coisa... ele vai defender... o plantio do fumo não tá dentro né... (...) porque eu acho que deveria estar dentro a maioria que usa mais água... de todos os usos é o agricultor, né. Quem usa mais água de tudo é o agricultor, o arroz. Faz a conta de quantos hectare de arrozeira em cada município...”

Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005

Lembremos que anteriormente apresentamos um presidente de sindicato de trabalhadores rurais que não representa grandes usuários que ocupa assento no Comitê, mas como suplente.

Assim, por um lado, temos a Secretária Executiva do Comitê que ressalta que o que está ocorrendo na Bacia do Itajaí não pode ser caracterizado ainda como gestão das águas, pois não está se “gerenciando o uso da água, porque isso só com instrumentos de gerenciamento se consegue fazer”; que “não tem gestão ainda de água” e que o movimento do Comitê de Bacia – e em torno dele – é caracterizado como “ainda uma atividade preparatória” pela impossibilidade de aplicação dos instrumentos previstos na lei 9.433/97²⁰⁴. Por outro lado, temos o fato de que se sobressai no discurso dos agricultores familiares entrevistados a importância da aplicação das diretrizes da política de recursos hídricos sobre

²⁰⁴Entrevista realizada em 09.12.2005.

seu modo de vida – que já está ocorrendo através da articulação com a gestão ambiental e com a de uso do solo e que não se refere aos instrumentos de outorga e cobrança.

Essa articulação entre a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e com a de uso do solo, tende a fortalecer-se ainda mais com a implantação dos instrumentos de gestão. Um exemplo pode ser dado com o enquadramento dos corpos de água em classes de uso – por meio dos quais medidas de proteção serão determinadas com implicações no uso do solo nas bacias de drenagem dos cursos d’água em questão – e por meio do plano de bacia – do qual constarão as medidas de proteção a serem executadas.

Essa tendência é confirmada tanto por agricultores membros quanto pelos técnicos de apoio ou membros da Diretoria que reconhecem a importância dos agricultores não usuários da água na proteção do solo e das nascentes.

Além das medidas de proteção por meio da regeneração das florestas, profissionais da agricultura (membros do Comitê ou integrantes de grupos técnicos de apoio, como as Câmaras Técnicas), apontam para aspectos do uso do solo nos estabelecimentos rurais. Sobressai-se a importância de se promover melhorias no uso do solo para evitar a erosão, através das chamadas práticas conservacionistas de uso do solo – que dizem respeito a todos os agricultores.

“O que deve ser considerado é um forte trabalho de extensão, de orientação, de educação para que o agricultor possa melhorar o uso do solo e também no sentido de identificar alternativas que sejam menos impactantes do ponto de vista ambiental.”
(Membro da Comissão Consultiva do Comitê, gestão 2004-2006)²⁰⁵

“É que não fazem uso direto [de água], mas eles afetam indiretamente pelo desmatamento, pelo próprio mal uso do solo... Não adotam práticas adequadas para a conservação do solo... Raros são os que adotam práticas conservacionistas.”
(Membro do Comitê, gestão 2004-2006)²⁰⁶

Os agricultores enxergam nos agricultores não usuários da água a possibilidade de proteção das nascentes.

“Porque aquele, muitas vezes, é que tem as nascentes de água”.
(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Por esses motivos, além de compreender a organização dos agricultores usuários da água em torno, especificamente, da gestão das águas em seus estabelecimentos rurais e/ou associações comunitárias, faz-se necessário também compreender como a implementação de medidas de proteção das águas, orientadas pelas diretrizes da Política Nacional de Recursos

²⁰⁵ Entrevista realizada em 12.12.2005.

Hídricos, se refletem nas especificidades do modo de vida dos agricultores familiares da Bacia, de forma genérica (capítulo 4).

Para ilustrar como a relação entre agricultura e gestão das águas não se encerra no uso da água, a seguir resgatamos um fato registrado em ata de uma reunião da Diretoria do Comitê. Na Assembléia de 07 de maio de 2003, foi comunicado o recebimento pela Secretaria do Comitê de um ofício dos Trabalhadores Rurais de Gaspar, encaminhando várias matérias divulgadas a respeito de um projeto da Prefeitura e do SAMAE de Gaspar, de trazer água de Gaspar Alto para abastecimento do município de Gaspar. Por meio desse ofício solicitavam uma reunião com as partes para esclarecimentos – o que aconteceu em uma reunião da Comissão Consultiva em conjunto com a Secretaria Executiva, em 27 de maio de 2003. Estiveram presentes cinco agricultores e o representante do SAMAE de Gaspar.

O representante do SAMAE “esclareceu aos presentes que a licitação veiculada na mídia” referia-se à contratação de uma empresa para realizar o estudo de viabilidade econômica e levantamento de dados técnico-científicos que indicassem se há possibilidade de utilização do manancial para atender a coletividade. Falou ainda da preocupação do Poder Público em manter atividades econômicas como a agricultura, bem como encontrar alternativas para o bem estar da comunidade.

Nessa reunião uma agricultora “questionou a propaganda diária que garante a água para Gaspar com a qualidade da água de Gaspar Alto e que fatalmente coloca a opinião pública contra o sindicato dos agricultores caso viessem a fazer qualquer questionamento. Ficou acordada uma reunião para discutir em conjunto o resultado do estudo de viabilidade, antes da Audiência Pública”.

Aqui queremos destacar, a despeito do desfecho deste caso, que os agricultores procuraram o Comitê como um caminho para discussão a respeito de implicações que o abastecimento para todo um município poderia ter para a comunidade rural onde se localiza o manancial. Não questionavam, pelo que consta em ata, as implicações sobre as possibilidades de uso da água na agricultura, mas sim a possibilidade de poder participar das decisões a respeito do empreendimento projetado para sua localidade.

²⁰⁶ Entrevista realizada em 13.12.2005.

3.3.2 – A ênfase maior no rural

Uma das mais recentes iniciativas do Comitê do Itajaí – o Projeto Piava –, como já tivemos a oportunidade de mostrar anteriormente, está focada principalmente nas áreas rurais.

Como nos explica a Coordenadora Geral desse projeto:

“(…) no Projeto Piava, tudo é voltado para a agricultura. Tudo. Porque todo o esforço de educação e tudo... é para conseguir chegar a fazer a recuperação da mata ciliar. E isso é basicamente nas áreas rurais. Que é onde a coisa está mais detonada, é as áreas mais extensas. Então tem agricultor que tem vindo para esses cursos. A gente fomentou que os grupos municipais tivessem um agricultor, ou presidente de sindicato...”.

(Coordenadora Geral do Projeto Piava)²⁰⁷

No texto em que descreve a concepção do Projeto Piava e das suas atividades, Frank (2005d) menciona características da população da Bacia, dando a entender que a dificuldade institucional para gestão ambiental, presente nos municípios de economia rural, faria parte de um círculo vicioso que teria se iniciado com o uso inadequado do solo, culminando na acentuação das disparidades econômicas verificadas entre os municípios da bacia: os mais industrializados sobrepujando aqueles que têm na agropecuária a principal atividade produtiva. O êxodo rural também seria resultado desse círculo vicioso – consequência do mau uso da terra.

No referido texto, a autora menciona que quase 20% da população da Bacia é rural e que esta percentagem vem diminuindo. Mostra ainda que a distribuição populacional não é uniforme. Em 19 municípios localizados integralmente na bacia, a população rural representa mais de 60% da população total, enquanto em oito municípios a população rural representa menos de 1%. Destes oito municípios, cinco se localizam no Médio Vale.

“(…) é no Alto vale – o compartimento mais extenso da bacia – que se localiza o maior contingente da população rural.

A disparidade demográfica se reflete na disparidade econômica, com consequências óbvias na capacidade institucional para a gestão ambiental.”

(FRANK, 2005d:11).

A autora apresenta os Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM) de todos os municípios da bacia e constata que para o município mais favorecido (Blumenau), este indicador é 269 vezes maior do que para o município menos favorecido (Presidente Nereu).

Ela argumenta:

“Esta situação decorre do modelo econômico adotado durante décadas no Alto Vale do Itajaí, baseado numa estrutura fundiária de pequenas propriedades, sustentada em grande parte por uma cultura extrativista da madeira originária da mata atlântica e por

²⁰⁷ Entrevista realizada em 09.12.2005.

uma cultura intensiva de mandioca, ambas incentivadas pela indústria madeireira e a indústria de transformação do amido. À medida que estas atividades entraram em declínio, a partir da década de 80, com a inviabilidade de exploração da mata atlântica e a perda de produtividade do solo em comparação com as terras do oeste do Paraná e do Mato Grosso, o processo de polarização urbana foi se agravando. Na área rural o resultado de anos de uma prática insustentável de utilização dos recursos naturais agravou ainda mais os problemas ambientais e por consequência as condições sócio-econômicas.”

(FRANK, 2005d:12-13)

O Projeto Piava através de ações educativas e de recuperação das matas ciliares está, assim, voltado para a agricultura de uma forma geral.

Alguns membros do Comitê, cujo trabalho cotidiano está relacionado com a agricultura, alegam que nas discussões presentes no Comitê existe uma ênfase exagerada nos problemas ambientais da agricultura, sobretudo das lavouras do arroz.

“Tem sido natural que por um longo tempo se tem ouvido alguns comitês que se formaram... Não só do Itajaí, por pessoas que participam e até que não participam... em geral, existe sempre uma certa acusação, uma tendência a achar que o problema de degradação ambiental que ocorre nas nossas bacias, sempre a agricultura é a principal culpada. Então, há essa tendência. Tenho ouvido muito isso. Segundo, de que, dos setores agrícolas, o arroz é o grande vilão. Então tem muita gente inclusive que, acho nunca viu um pé de arroz, não sabe nem como é feito, nunca viram... mas tem gente falando que o grande problema de degradação de qualidade ambiental, de recursos hídricos, está relacionado ao arroz irrigado. Essa não deixa de ser uma certa razão, talvez, porque eu esteja no Comitê.”

(Membro da Comissão Consultiva, gestão 2004-2006)²⁰⁸

“(...) falando de recursos hídricos, o que mais é lembrado é a poluição das águas pelo arroz. E a gente, todas essas oportunidades tem que rebater isso. Rebater. ‘Ah... o grande culpado pela poluição no Vale do Itajaí, e em muito outros lugares é a lavoura de arroz’. Quando a gente sabe que 90% da poluição é esgoto. (sic) É esgoto doméstico. É um foco desviado isso. (...) Alguém começou isso. E isso dá IBOPE (...) Eu acho que quiseram achar um bode espiação para a coisa, então sempre se considerou a lavoura de arroz o grande problema, um grande problema. Isso foi crescendo e veio fácil... porque do outro lado ninguém rebate.”

(Membro da Câmara Técnica de Planejamento)²⁰⁹

Os representantes da agricultura também se manifestaram de forma semelhante:

“O Comitê acha que quem polui mais a água... tu podes ir em todos os lugares, o agricultor que polui mais a água. E não é o agricultor. O agricultor polui também, só que mais é a cidade.”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Desta forma, agricultores e alguns técnicos manifestam que as discussões nas Assembléias do Comitê a respeito da agricultura sempre a enfocam como a grande culpada dos problemas ambientais da Bacia. Verificamos que os agricultores e técnicos da agricultura vinculados ao Comitê e à rizicultura, preocupam-se em se defender das acusações de

²⁰⁸ Entrevista realizada em 12.12.2005.

²⁰⁹ Entrevista realizada em 08.12.2005.

poluição. Assim, tratando de legitimar suas atividades, procuram também apoio em dados técnico-científicos que os auxiliem a contestar as acusações de poluição:

“O assunto é agricultura porque nós é que somos os maiores poluidores ou destruidores. Na visão da sociedade a agricultura é que é a...O pessoal acha que o produtor de arroz é o bandido, é o que mais polui. Mas na verdade não é isso aí. Existe hoje um trabalho feito pela Epagri que a água que nós, que o produtor de arroz usa e que é soltada de volta pro rio, ela é melhor do que entrou. (sic)”

(Paulo, Representante de Cooperativa, em julho/2005)

“Hoje, o principal é arroz. O usuário... quem usa também água é na cidade, a CASAN, as indústrias, posto de gasolina, todos esses aí usam bastante água. Mas, mais é o agricultor. Que usa mais água é o agricultor. Uma quadra de água: você tem 10.000 metros quadrados, e tu põe 5 centímetros de altura de água nesses 10.000 metros quadrados, quanto é que não dá? Dá bastante. Então quem usa mais a água é o agricultor, mas que menos polui é o agricultor. Que já foi feito análise em todo o vale aqui. Aquele da Epagri tem. Foi mostrado no mês passado, lá em Timbó (...)”

Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005.

Ao questionar a imagem da lavoura de arroz como uma grande fonte de poluentes, um membro da Comissão Consultiva do Comitê, reflete sobre o problema do esgoto doméstico:

“A gente vê a mídia, achando que o grande problema de impacto, que causa impacto ambiental é a agricultura, mas eu vejo pouca gente falar, por exemplo do destino do esgoto.”

A partir disso, este membro lembra que uma das importantes atividades promovidas pelo Comitê do Itajaí – a Semana d’água – nos últimos anos teve como tema central o esgoto doméstico. E completa:

“Vamos nos preocupar com a conscientização de todos os usuários da água, e também daqueles que usam a água, o rio, para fazer lançamento de efluentes. Aí vale a questão: meio rural, meio urbano e também essa área industrial que é um segmento importante”.

(Membro da Comissão Consultiva, gestão 2004-2006)²¹⁰

Devemos considerar aqui que Liberato Jr (2004:140), em sua dissertação de mestrado chamou a atenção ao fato de que apenas os rizicultores teriam se mobilizado contra a cobrança. Este autor menciona que o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem enviou ofício ao comitê solicitando que a cobrança fosse implantada em quatro fases: com a cobrança no primeiro ano, apenas pela captação de água bruta; no segundo ano, pelo consumo no processo; no terceiro, pela carga de resíduos e no quarto, pelo lançamento de efluentes.

²¹⁰ Entrevista realizada em 12.12.2005.

Segundo o autor, a postura adotada pelo setor indica que o mesmo ainda não está preparado para internalizar os custos ambientais. Assim, o autor conjectura que a proposta feita para que o lançamento de efluentes fosse cobrado somente a partir do quarto ano, pode significar que a carga de poluição gerada pelas empresas ainda é muito grande.

Verificamos que a ênfase nos problemas gerados pela agricultura e as acusações sentidas pelos agricultores (e técnicos) trouxeram conseqüências para a participação dos agricultores nesse processo de gestão. Alguns agricultores relatam que se afastaram das discussões devido a essa acusação constante.

“Eu ouvi comentários dele [ex-presidente do Comitê] de que o agricultor era o fantasma. Que ele poluía muito, que ele usava o veneno e jogava a latinha, o saquinho, ia tudo pro... não é isso. Tem... tem agricultor que por mais que seja orientado ainda ele é relaxado, mas não é 100%. Então não tem que dizer assim, ‘todos os agricultores são relaxados’”.

Que ela [ex-Vice-presidente] era muito assim, como é que eu vou dizer... Parecia assim, nos comentários que ela fazia que o agricultor era o bicho... eram os dois principais [ex-Presidente e ex-Vice-presidente], quando faziam comentários... um dia até nós deixamos a reunião. Naquele tempo eu não era membro, foi a primeira reunião que eu participei do Comitê da Água, foi em Ibirama... daí eu sei que nós não nos agradamos com o comentário dos dois e nós nos retiramos da reunião”.

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

Devemos lembrar que, na Assembléia à qual o agricultor se referia, foi anunciada, pela primeira vez, a oficina de capacitação para os membros do Comitê, que ocorreria em setembro do mesmo ano, na qual surgiram as primeiras idéias para a política de águas da Bacia. Ou seja, os convites para participação eram feitos num ambiente concebido pelos agricultores como repleto de acusações. Essa concepção de que existem muitas acusações contra a agricultura, também leva os agricultores a questionar suas reais possibilidades de decisão no Comitê de Bacia.

“E aí as pessoas respondem: ‘É lei. Vocês são usuários da água, a água não é de vocês, a água é do governo...’ né...mas não... eu acho que... é por isso que eu não fui mais nessas coisa ali...”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

“A gente pensava que era coisa mais diferente, mas eles chamam mais... A gente não tem aquele poder de dizer ‘nós também’. Ali quem manda é a maioria. E o agricultor, deveria nós ter uns trinta lá dentro...agricultores... membros da agricultura... Eu pensava que nós podia decidir também algumas coisas, né... Isso aí é quem tem mais poder que tem direito.(...) Poder é vamos supor... a CASAN, é os... aqueles da cidade, as firmas né...(...) acho que são mais... aquele pouco de voto que nós temos, nunca chegamos a decidir alguma coisa”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

No entanto, dos mesmos agricultores também ouvimos manifestações a respeito de algumas mudanças, avaliadas positivamente, sobretudo a respeito da Diretoria que tomou posse em 2004 e das Assembléias Deliberativas de 25 de maio de 2004:

“Até que eles trabalharam bem a questão. Eles estavam sendo mais agressivos antes. Agora são mais para discussão mesmo; para trabalhar a idéia e aceitam idéia também dos outros.”

José, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005.

Devemos notar que essas mudanças foram percebidas na mesma época em que a Semana d'Água deixou de enfatizar a recuperação das matas ciliares que se voltava, inevitavelmente, para o espaço rural. A partir de 2004, a Semana d'Água, campanha educativa de grande abrangência promovida pela Comitê, passou a focar o tema do esgoto doméstico, dando maior evidência também ao espaço urbano.

Lembremo-nos ainda que, em 2002, a Diretoria do Comitê decidiu não mais discutir o tema da cobrança o Comitê. No entanto, aspectos da agricultura ainda foram discutidos nas assembléias até o ano de 2003, com a apresentação da dissertação de mestrado de Maçaneiro (2003). A mudança percebida pelo agricultor com a mudança de Diretoria coincide com o abandono das discussões em torno da cobrança e com a aprovação do Projeto Piava que, diferente de seu antecessor – PRMC, em 2001 – não traz a exigência de que a área de mata ciliar obedeça aos 30 metros previstos no Código Florestal.

“Eu conhecia pouco a Maria Izabel, mas o tipo de ela pensar, os comentários que ela havia feito, então que eu achei que ela era mais... ela olhava os dois lados. Não trabalhava só em cima da agricultura.”

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Vale destacar aqui que o agricultor que inicialmente manifesta seu interesse pelo Projeto como uma maneira de conscientizar os agricultores, depois revela que, por meio desse Projeto, se torna viável contornar outra situação em que se sentiam pressionados – o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta para recuperação da mata ciliar.

Esse vai ser um projeto a longo prazo... (...) Mas se a gente conseguir fazer, como se diz, não de imediato esse projeto, mas uma parte desse projeto, já nós vamos ganhar elogio do Herculano [Promotor de Justiça]. Porque esses caras da Justiça, se eles querem, eles podem... e eu não gostaria de ver agricultor na cadeia e se eles não preservar o meio ambiente, não cuidar da água, vai... amanhã depois, vai acontecer...

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

Outro agricultor, apesar de criticar a ênfase exagerada na agricultura durante as Assembléias do Comitê, enxerga nesse Projeto um instrumento para tornar possível, aos agricultores, executar as ações ambientais tão requeridas.

“Se fosse uma coisa diferente né... mas eles falam só em cobrança de água, afastamento de 30 metros nos rios. E daí assim “Nós vamos lá só para escutar isso ali?” que a gente sabe que desde o começo deveria ser afastado 30 metros e não usar agrotóxico, todas essas coisas aí a gente sabe também... acho que não adianta só fazer reunião se for para ficar aí sem saber o que ... sem eles fazer alguma coisa por nós... assim: aqui tu tens o dinheiro, aqui tu tens que fazer... afastar os 5 metros, os 30 metros para fazer plantio de árvores, essas coisas aí... isso aí não está acontecendo. Agora parece que começaram, né. Agora de último que começaram a ter dinheiro para... Projeto Piava.

(Pedro, presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

Em síntese, como mostramos anteriormente, no Comitê do Itajaí, as discussões a respeito da agricultura estão focadas na discussão em torno da cobrança pelo uso da água, especialmente na rizicultura. Por isso, sobressae-se nas assembléias, enquanto outras questões da agricultura não aparecem. No entanto, a eventual degradação ambiental pelas outras atividades agrícolas encontra-se registrada no Projeto Piava e é apontada por técnicos da agricultura que são membros do Comitê.

Por outro lado, as diferenças do Projeto Piava em relação ao seu antecessor – o PRMC – foram percebidas pelos agricultores como possibilidades não apenas de proteção das águas, mas como uma maneira de tornar possível o cumprimento da proteção das águas com alguma contrapartida. Dessa forma, concebem esse Projeto (e por extensão, o Comitê de Bacia) como uma possibilidade de negociação. Além disso, associam o Projeto Piava e a diminuição do foco das atenções do Comitê sobre o espaço rural, em virtude da discussão sobre o esgoto doméstico (também urbano), à nova Diretoria a qual passa, assim, a ser por eles também melhor avaliada.

3.4 – Ação concreta, participação e competência profissional

3.4.1 – Os incentivos e as dificuldades para a participação

Na ata²¹¹ da Assembléia Geral de 26 de junho de 2002 consta que seria realizado naquele ano um curso de capacitação dos membros do Comitê. Na ocasião foi enfatizado que as despesas seriam por conta de cada membro e que este poderia trazer dois acompanhantes, independentemente de ser membro do Comitê.

Ficou registrado em ata²¹² que na Assembléia Geral de 25 de setembro de 2002, a então Vice-presidente estimulou os membros a trazerem, na próxima Assembléia, idéias para a política de águas e destaca que na oficina de capacitação ocorrida em Rio do Sul nasceu um embrião de uma política da água da bacia.

“ [A vice presidente] solicitou que os membros e demais participantes levem cópias deste texto para discutirem em suas instituições, com seus colegas e levantar outras idéias para a política das águas na bacia do rio Itajaí. O que cada instituição ou município quer como ação prioritária dentro de um plano de bacias. A idéia é que esta discussão da política seja o início do plano de recursos hídricos da Bacia”.

(Trecho da ata da Assembléia Geral Extraordinária do Comitê do Itajaí realizada em 25.09.2002, em Timbó)

Especificamente a respeito dessas oportunidades de participação/capacitação, um agricultor expressou sua dificuldade em ausentar-se tanto tempo de seus afazeres.

“Era setembro e ficar uma semana fora ninguém quer. Se ficar fora uma semana da roça, uma semana fora do sindicato... Três dias? Já dá uma semana! Um meio dia vai para ir, um meio dia vai para voltar...”

(José, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

Outra dificuldade consiste nas limitações econômicas:

“Aí eu não me prontifiquei porque eu achei que era muita reunião e daí eu ia ter muito gasto, porque a reunião ia ser sempre lá embaixo.”

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

²¹¹ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2002), acessado em 05.07.2005.

²¹² Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 2002), acessado em 05.07.2005.

Um agricultor que assumiu um cargo na Comissão Consultiva a partir de meados da gestão 2000-2001 e foi reeleito para a gestão 2002-2004, também expressou suas dificuldades em participar das reuniões:

“Até hoje eu nunca ganhei uma passagem, sai tudo do meu bolso.”

(Membro da Comissão Consultiva, 2001-2004, em 06.11.2003)

Quando questionados sobre sua participação nas Assembléias, agricultores manifestaram um descontentamento sobre a maneira como os assuntos são discutidos. Relatam que as pessoas que conduzem os trabalhos usam a legislação como sustentação para suas propostas.

Eles falam tudo aquilo que está no livro, todas as leis certas... tá... né? Você vai mudar o que? Difícil mudar porque eles acham que é lei... tem direito... ta ta ta... então é assim... Dizem “Bom a lei é federal, a lei isso, a lei aquilo”, que se tu quer rebater uma coisa.: “Ah, não! É lei”. Então, se é lei federal, tu vais fazer o que? Quem é que vai tirar a lei?”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Outro agricultor considera que as discussões não são aprofundadas nas Assembléias e aponta para um número pequeno de pessoas que seria responsável pela idéias colocadas em discussão.

[As assembléias] são um pouco assim, mais... direcionadas. Deveriam ser mais discutidas. Por exemplo, que todos os membros discutissem, falassem “oh, minha idéia é essa”. Teria que ser assim... mais conversado. Vamos dizer assim... mais assimilado pelos próprios membros. Porque, eu digo o seguinte, se comenta, se conversa, se discute muito pouco em cima daquilo que se joga para a assembléia. (...) Existe um grupo que é chamado um conselho de... de fazer o carrossel andar... Esse conselho mais geral, que são um grupo de pessoas que coloca as idéias, que coloca as propostas. Dali, então... é bem ali que penso que teria que ser... ser mais discutido, mais conversado... todos os assuntos que acontecem na Assembléia.”

(José, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

Foi recorrente entre os agricultores o fato de considerarem a “falta de estudo” uma das condições limitantes para poder participar efetivamente das reuniões.

“Eles discutem sobre isso. Mas praticamente, discute aquele que tem mais estudo, né, que sabe mais das coisas... que eu entrei praticamente com os olhos vendados não sabia o que que era nada. A gente vai discutir o que?”

(Pedro, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho de 2005)

A participação nas reuniões pode, ainda, ser dificultada pela inibição dos próprios agricultores, que se sentem envergonhados para se manifestar publicamente. A participação pode, assim, ser também concebida como uma maneira de aprender.

“(...) a gente também não tem tanto estudo né... Não é assim formado, eu tenho só o quarto primário. Então, a gente muitas vezes apanha também nas reuniões. Às vezes, a gente pode comentar alguma coisa e não é o que a gente pretendia nas idéias. A gente comenta com outras palavras. Então, a gente participando muito dessas reuniões... Eu pelo menos acho que cada reunião te ensina mais alguma coisa. (...)

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

A preocupação em relação a dificuldades financeiras e de tempo – como as manifestadas pelos agricultores – foi claramente exposta por um membro da Câmara Técnica como uma das limitações do sistema representativo em que se baseia o funcionamento dos comitês de bacia em geral, e do Comitê do Itajaí, em particular.

Tá certo, a representação tem as suas... os seus valores lá... os seus valores. Só que normalmente quem participa com assuidade são pessoas ligadas a empresas e normalmente empresas públicas, órgãos governamentais. Certo? Eu incluo aí as prefeituras, tudo mais... Gente que tem salário e tem carro pago e as despesas pagas. Esse para mim é um problema seríssimo. Quem mais aparece nas assembléias e quem discute a coisa... sempre pessoas ligadas a empresas públicas e normalmente empresas públicas com essa facilidade. Por exemplo, para eu me deslocar é fácil. Porque eu tenho carro da empresa, tenho despesas pagas e tenho meu dia pago. Agora o agricultor, ele tem que tirar o dinheiro dele, né? E quem paga as despesas dele, senão ele?

(Membro da Câmara Técnica de Planejamento)²¹³

Por outro lado, um dos membros da Comissão Consultiva ressalta a dificuldade financeira do próprio Comitê em desenvolver ações que abordem as questões da agricultura pertinentes à gestão das águas, como, por exemplo, o Projeto Piava. Dentro dessas limitações financeiras, aponta que o Comitê tem funcionado graças a parcerias institucionais, destacando “a FURB, que de longa data tem apoiado o trabalho do Comitê, servindo como base física, inclusive, local de trabalho”.

Este mesmo membro cuja atividade profissional está vinculada à rizicultura, por um lado, questiona as acusações feitas à agricultura dentro do Comitê, por outro, entende que essas acusações são “naturais” em função do fato – para ele, também “natural” – de que a maioria de pessoas no Comitê representem interesses urbanos.

“No Comitê, nós também temos que mostrar que não podemos achar que tudo que está errado é do meio rural. Então, nós precisamos ter as coisas um pouco balanceadas dentro do Comitê, nesse aspecto. Porque é uma tendência natural, dentro do Comitê, é de que são pessoas... há uma certa predominância de pessoas ou que são, tem origem no meio urbano ou que vivem no meio urbano. Naturalmente. É natural. Porque essas pessoas são as pessoas que são mais conscientes, que têm mais acesso à informação, que representam entidades ou instituições, então são pessoas que naturalmente, elas vêem as coisas mais como parte da sociedade que tem muito mais acesso à informação do que o meio rural que não tem, que é mais limitado nesse aspecto.”

(Membro da Comissão Consultiva, gestão 2004-2006)²¹⁴

²¹³ Entrevista realizada em 08.12.2005.

²¹⁴ Entrevista realizada em 12.12.2005.

Como conseqüência, este membro da Diretoria, embora preocupado com o fato de que os agricultores possam estar bem representados no Comitê – sobretudo aqueles que fazem uso da água – “naturaliza” a não participação dos agricultores.

“Você tem a agricultura, que é usuário de água, só que é uma tendência normal do agricultor, ele sempre acha que... até porque tem alguma razão, que o agricultor tem que trabalhar muitas horas durante o dia para dar conta e ele acaba não se envolvendo com essas questões. Então, naturalmente, nós temos percebido que eles têm ficado muito à margem do processo”.

Membro da Comissão Consultiva do Comitê, gestão 2004-2006)²¹⁵

Entre os próprios representantes da agricultura, também acontece a naturalização da participação limitada de pessoas com menor grau de instrução. No entanto, o discurso deste membro, no conjunto, deve ser tomado à parte dos demais agricultores. Ele não recorre às categorias comuns ao universo dos agricultores familiares, como o faz a maioria dos outros representantes da agricultura entrevistados e sempre teve no salário a principal fonte de renda da família.

“É claro que as pessoas que têm mais formação usam mais o espaço, é natural isso. Elas tem mais facilidade pra isso. Mas as pessoas mais humildes quando querem a palavra são ouvidas, é dado espaço da mesma forma.”

(Paulo, Representante de Cooperativa, em julho/2005)

Referente às possibilidades efetivas de participação, há quem ressalte a relação tão próxima do Comitê com a FURB – mencionada pelo membro da Diretoria – questionando as possibilidades de que, na prática, possam ser tomadas orientações diferentes daquelas que são apresentadas à Assembléia.

“(...) a condução do Comitê chama-se FURB. É a FURB que comanda o Comitê do Itajaí. O que ela decidir, os rumos que ela decidir tomar... o Comitê vai atrás. Tu que estudas um assunto, leva um assunto e inclui em itens de interesse nas assembléias do Comitê, né... então fica com aquela cara FURB. É a cara da FURB”.

(Membro da Câmara Técnica de Planejamento)²¹⁶.

Também a Secretária Executiva do Comitê (representante titular da FURB no Comitê) ao salientar que ainda não está acontecendo efetivamente “gestão das águas” e que a “gestão, por enquanto, é uma articulação institucional”, quando refere-se às maneiras como os agricultores têm participado desse processo, destaca uma forte relação entre instrução formal (escolaridade) e capacidade de participação. Em sua concepção, os agricultores são grupos marginalizados da sociedade e manifestam esse sentimento, por exemplo, quando se referem aos seus parentes que deixaram a agricultura para estudar. Esse nível de escolaridade menor e a falta de políticas para essas pessoas estaria se refletindo na sua capacidade de organização:

²¹⁵ Idem nota anterior.

²¹⁶ Entrevista realizada em 08.12.2005.

“E eles sobraram... quer dizer, os com nível intelectual, cultural menor. E eles ficaram marginalizados. Então eles não aprenderam as coisas novas. E como nunca teve uma política para eles, então né... isso ficou, assim, bem à margem. Então tu vê uma dificuldade de organização que é triste. Que é triste.”

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí)²¹⁷

No entanto, o que mais se sobressaiu na fala da Secretária Executiva é o fato de que os agricultores só se mobilizam quando sentem que existe alguma ameaça contra eles, aí comparecendo em grupos – na concepção dela, forma de manifestação conseqüente da fragilidade que sentem e, efetivamente possuem.

“Então eles se mobilizam, daí eles vêm em 5, vêm em 10, vêm em 20. Mas eles sempre acham que alguém está querendo atacar eles. Eles acham... a educação política que eles receberam é assim: nós os pobrezinhos, né... é mais ou menos como os índios, né? Nós somos os marginalizados, os usados. E todo... o resto é igual. Eles põem professor universitário, prefeito, empresário, pessoal de ONG, pessoal do governo, tá? Para eles é tudo igual. São tudo ‘os outros’. Então ‘somos nós’ e os ‘outros’. E são tudo contra eles. Então, é muito... é complicado. Tem uns e outros que, gradativamente, captam alguma coisa...”

“Porque aí eles vêm em grupo, porque em grupo eles se sentem mais fortes. Por ali tu vê o quanto... como eles se sentem frágeis, né? E, realmente, eles são.”

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí)²¹⁸

De certa forma, em sua fala, a Secretária Executiva (atuante no Comitê desde o Grupo de Trabalho Pró-Comitê), usa os mesmos argumentos que os agricultores para justificar as dificuldades de participação: a falta de instrução formal.

A Secretária Executiva destaca, implicitamente, como um aspecto favorável ao processo de gestão das águas, o fato de que nos Comitês se encontram “mais de 50% de pessoas pós-graduadas, etc.”. Por outro lado, uma das grandes dificuldades seriam os desníveis e a partir daí “o grande objetivo é, exatamente, de conseguir construir essas pontes” entre níveis diferentes de escolaridade. Dessa forma, ela apresenta o grau de instrução das pessoas como uma das dificuldades de se avançar no processo de gestão. O grau de instrução seria o principal motivo da não compreensão dos agricultores a respeito das intenções do Comitê e, portanto, das suas revoltas:

“Mas eles sempre ainda vêm ‘É vocês contra nós’. E isso é só com muito tempo e muita paciência que se vai conseguir superar. Então, como é que eles participam? Eles acompanham.”

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí)²¹⁹

Na tentativa de superar essas diferenças e propiciar uma maior participação nas Assembléias, a Secretaria Executiva explica que, a partir da última Assembléia de 2005,

²¹⁷ Entrevista realizada em 09.12.2005.

²¹⁸ Idem nota anterior.

²¹⁹ Entrevista realizada em 09.12.2005.

abriu-se mão do cerimonial, do Hino Nacional e as cadeiras foram dispostas em semi-círculo “para facilitar com que venham... então, a gente está fazendo muito esforço para criar as condições de as pessoas se sentirem bem e à vontade para colocar seus anseios”²²⁰.

Como evidenciamos em momento anterior deste texto, “os agricultores são vistos como atores a serem preparados” e uma das maneiras atualmente pensadas para viabilizar essa preparação é o Projeto Piava. A Secretária Executiva explicou-nos que através desse Projeto, tem-se a intenção de fortalecer as relações de confiança com os agricultores.

Destacou que é necessário diferenciar entre os agricultores porque existem aqueles que têm bons exemplos a mostrar, no entanto, não são comunicativos. Assim, outra idéia seria colocar entrevistas desses agricultores no Jornal do Comitê: “É a política para divulgar os resultados positivos, né... E tentar mudar a opinião pública sobre isso, né”²²¹.

Nessa mesma linha entraria também a possibilidade de bonificação pelas áreas de mata preservadas – sugerida pelos próprios agricultores durante a discussão do modelo de cobrança. Seria a compensação por medidas positivas, em que a cobrança estaria sendo usada, efetivamente, como mecanismo de gerenciamento e não apenas de arrecadação – como destaca a Secretária Executiva.

“E a lógica é a seguinte: tudo o que se falou o tempo todo é o seguinte: discurso de controle de erosão, de manejo adequado do solo... sempre se usou como argumento que isso é bom para o produtor. Na verdade isso é bom para o produtor sim, também é muito bom para a coletividade. Só que nunca se disse o quanto a coletividade precisa... como é que a coletividade pode ressarcir quem faz isso... é bem o que eu defendi na minha tese de doutorado.”

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí, gestão 2004-2006)²²²

Assim, como alguns agricultores se referiram a uma melhoria em sua relação com outros membros do Comitê, ela também destaca que está “gradativamente, assim, melhorando”. E quando faz essa observação, está se referindo ao contato com os agricultores a partir de ações concretas como o Projeto Piava.

Devemos destacar ainda que a Secretária Executiva percebe que são representantes dos municípios maiores que têm participado nas reuniões do Comitê. Isso teria implicações sobre as condições ambientais desses municípios. A participação desses municípios estaria sendo pensada para encampar ações de proteção das águas, como o Projeto Piava.

²²⁰ Idem nota anterior.

²²¹ Idem nota anterior.

²²² Entrevista realizada em 09.12.2005.

“Porque se tu olhas quais são os municípios que têm participado de reuniões de Comitê, tu vais ver que são os grandes. E as grandes áreas são dos municípios pequenos, tudo isso como é que fica? Então, agora nós estamos indo fortalecer o município, a gestão ambiental nos municípios para poder fortalecer a gestão da Bacia. E isso passa pela educação dos agricultores com a recuperação da mata ciliar, com a educação nas escolas rurais...”

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí, gestão 2004-2006)²²³

Para efeitos de análise a respeito da participação dos agricultores, importa perceber que existe, na prática do Comitê, uma diferença entre ação concreta (ou ação local) e processo participativo.

“No projeto Piava já é para ação concreta... Uma coisa é o processo participativo... né. Outra é... na verdade, com o Projeto Piava a gente tá tentando fortalecer a ação local, nas comunidades, nos municípios, porque sem fortalecer ação municipal, nós não temos como fortalecer a gestão da bacia”.

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí, em 09.12.2005)

O Comitê seria o lugar para os agricultores participarem – dentro das condições descritas anteriormente – com algum poder de decisão. As ações concretas seriam executadas por entidades, entre elas sindicatos rurais, escolas rurais, etc. Como os agricultores não têm participado efetivamente das Assembléias – ou seja, do fórum deliberativo – a eles é reservada a ação concreta, como caminho para educação, instrução e execução das medidas de proteção ambiental consideradas necessárias por aqueles que efetivamente participam da construção das idéias.

“Porque o Comitê é um parlamento, quando o Comitê decide por uma ação, na verdade não é ele que executa. São as entidades”.

(Secretária Executiva do Comitê do Itajaí, gestão 200-2006)²²⁴

Nas ações concretas, a participação diz respeito à implementação das idéias já definidas. Não está registrada e não foi explicitada pelos entrevistados, a preocupação com o resgate e a valorização do conhecimento dos agricultores.

“Na verdade, eu acho, até onde que eu acompanhei, não tem assim pra nós buscarmos idéia do agricultor. Mas vamos entrar com as nossas... com as idéias do Projeto Piava e devagarzinho fazer o agricultor participar disso. A gente vai distribuir, como é que se diz, mudas, então para ele colocar... a gente só vai orientar como é que ele tem que fazer.”

(João, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

A busca de bons exemplos a serem divulgados no Jornal do Comitê também caminha nessa direção: a necessidade de educação. Embora, desta vez, seja um agricultor instruindo o outro.

²²³ Idem nota anterior.

²²⁴ Entrevista realizada em 09.12.2005.

“(...)[no Comitê] se fala da agricultura assim, mas nunca se foi muito aprofundada a questão. Se fala da agricultura... Aliás, se fala do meio rural como aquele local onde estão as nascentes, que deve ser protegido, os cursos d’água, essa coisa toda... Mas nunca foi feito uma discussão mais profunda sobre o modelo agrícola, esse tipo de coisa...”

(Membro do Comitê, gestão 2004-2006)²²⁵

Outro ponto a destacar é que as propostas de ações concretas apresentadas à Assembléia são preparadas por grupos técnicos específicos – dos quais os agricultores não participam. Cabe-lhes, assim, uma participação limitada nas Assembléias e a execução de ações concretas pensadas por aqueles que cumprem os requisitos de competência exigidos.

Referente a isso, um membro representante da agricultura entende que os agricultores, mesmo sem ter formação técnica/universitária podem contribuir com o seu conhecimento para as ações de recuperação ambiental. Conforme nos relatou, este membro sugeriu em assembléia que, sempre que as decisões tomadas interfiram na vida dos habitantes da Bacia, sejam com eles discutidas,

“para que eles sejam sensibilizados da importância da preservação e para que eles possam dar idéias, porque elas sabem melhor do que nós. O produtor sabe melhor que nós, que estamos aqui no escritório como é que preserva. Pergunta para ele, ele sabe: podemos fazer assim, podemos fazer assim... ele ajuda a gente a fazer.”

(Paulo, Representante de Cooperativa, em julho/2005)

Não obstante a sugestão feita, um engenheiro agrônomo, membro da Câmara Técnica de Planejamento que já foi membro titular e suplente do Comitê reforça a opinião da maioria dos agricultores sobre as dificuldades de participação efetiva nas assembléias. Com a fala desse membro, nos alertamos para o fato de que as dificuldades de discussão não são sentidas apenas pelos agricultores – que em geral têm pouca escolaridade e apresentam, eles mesmos, esse argumento justificando suas dificuldades – haja vista o fato de que o referido membro possui formação universitária.

“O assuntos são discutidos por poucos: Câmara Técnica, normalmente por Câmara Técnica ou por grupos de interesses e as informações chegam no Comitê. Como é que é discutido? Em assembléia. Tá certo, na Assembléia quando vêm... Imagina: eu estudei muito uma coisa. Você está lá representando o agricultor. Eu estudei o assunto com profundidade. Faço a apresentação, o que eu disser vira lei. Porque você olhando aquele assunto pela primeira vez, você fica... né... até ordenar tuas idéias e poder discutir e fazer... entender isso, aquilo. Pra mim é difícil! Imagina uma pessoa estudando um, dois anos... ou 6 meses um assunto, chega lá e faz uma apresentação e você chega, vai querer discutir o assunto com pouco conhecimento? Ou só a tua carga que você tem de conhecimento? Contra alguém que estudou aquilo a fundo? A opinião do outro vai prevalecer? O que acontece? Tudo é decidido no voto. Adivinha quem vai levar? É aspecto político né... político que está aí por trás. Eu acho a forma de discutir em assembléia, essas coisas no Comitê... eu acho problemático. Problemático.”

(Membro da Câmara Técnica de Planejamento)²²⁶

²²⁵ Entrevista realizada em 13.12.2005.

De fato, pelos registros das atas de Assembléias realizadas até 14 de abril de 2005, verificamos que agricultores se manifestaram 10 vezes (contando com a manifestação do representante da AFUBRA). Na Tabela 6 (abaixo) é possível visualizar como essas manifestações se distribuem ao longo dos anos.

Tabela 6 – Registros das manifestações de agricultores nas atas das Assembléias do Comitê do Itajaí até 14 de abril de 2005.

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de assembléias com atas verificadas	02	03	02	03	05	04	3	uma
Manifestações de agricultores	zero	uma	uma	4 *	1 **	uma	2 ***.	zero

* Sendo destas, 3 na mesma Assembléia, pedindo para não perderem os assentos.

** Nesta assembléia se deu ênfase ao Parque Nacional da Serra do Itajaí.

*** Nas duas vezes, em assembléias seguidas, manifestou-se o representante da AFUBRA sobre as dificuldades do agricultor em executar o Termo de Ajustamento de Conduta do Fumo.

Note-se que no ano de 2002, ano em que se discutiu o modelo de cobrança, há registro de manifestações de agricultores apenas na Assembléia em que se deu destaque ao Parque Nacional da Serra do Itajaí.

Vale destacar ainda que nenhuma das quatro pessoas da Câmara Técnica de Planejamento as quais entrevistamos – nem mesmo o Membro da Comissão Consultiva vinculado à rizicultura – foram procuradas por agricultores para obter informações ou dar sugestões a respeito do plano de bacia.

“Agricultor, que eu saiba, deve ter muito poucos que sabem da existência da CTPlan.”
(Membro da Câmara Técnica de Planejamento)²²⁷

Os grupos de trabalho do Comitê são: as Câmaras Técnicas, o grupo de apoio técnico da Secretaria Executiva e, de certa forma, tem se considerado também a Comissão Consultiva. A Câmara Técnica do Projeto Piava tem duração determinada: enquanto durar o Projeto. Já a Câmara Técnica de Planejamento tem duração indeterminada e uma vez que trabalha na elaboração do Plano de Bacia, seu trabalho terá efeito durante um longo tempo na Bacia do Itajaí. A seguir, nos debruçamos, brevemente, sobre o trabalho deste grupo, tratando de ressaltar os requisitos para se ter acesso a ele e as conseqüências para a participação dos agricultores da bacia.

²²⁶ Entrevista realizada em 08.12.2005.

²²⁷ Entrevista realizada em 08.12.2005.

3.4.1.2 – A CT Plan e o início do plano de bacia

A criação, os objetivos e a qualificação profissional dos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT Plan) já foram abordadas em parte anterior deste texto. Aqui queremos dar atenção ao significado do trabalho deste grupo dentro do Comitê para as possibilidades de participação dos agricultores familiares na gestão das águas.

A intenção inicial era que o trabalho deste grupo resultasse na elaboração do termo de referência para o plano de bacia. No entanto, depois de algum tempo de trabalho a idéia de se fazer o termo de referência não prosperou. Segundo a Secretária Executiva²²⁸ – que também é membro da CT Plan – o grupo decidiu aprofundar seus conhecimentos sobre a Bacia do Itajaí para poder elaborar apropriadamente o Termo de Referência para o plano.

Assim, foram distribuídas funções entre os membros, conforme as afinidades profissionais de cada um, seguindo-se o documento²²⁹ elaborado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, publicado no ano 2000, que seria o documento básico a partir do qual deveriam ser elaborados os termos de referência para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

Vale mencionar que todos os membros são voluntários. Apenas uma pessoa foi contratada para organizar as informações que os diversos membros trazem, o que dinamizou o trabalho do grupo – segundo os entrevistados.

Então, numa tentativa de fazer um documento que efetivamente pudesse ser utilizado para se pensar ações futuras na Bacia, passou-se a elaborar a *primeira* etapa do plano propriamente dito, a FASE A – diagnóstico e prognóstico – e não mais o Termo de Referência. Nesta fase, são consideradas informações sobre quantidade e qualidade das águas disponíveis e o consumo dos diversos usos na Bacia no momento atual (diagnóstico), e são feitas projeções desses dados para o futuro, para os períodos de cinco, dez e vinte anos (prognósticos), para que, com base nestes dados, se possa pensar quais medidas se quer inserir no plano.

“A gente está fazendo tudo na forma de mapas para poder ser tipo um álbum seriado, para ser uma coisa simples. Para poder, isso, uma hora levar para discussão pública. Como? A gente ainda não definiu esta metodologia”.

(Secretária Executiva e Membro da CT Plan)²³⁰

²²⁸ Entrevista realizada em 09.12.2005.

²²⁹ (MINISTÉRIO..., 2000). Este documento nos foi repassado por um dos membros da CT Plan, em 12.12.2005.

²³⁰ Entrevista realizada em 09.12.2005.

Aqui cabe ressaltar que esta primeira fase do plano está sendo dedicada exclusivamente aos aspectos técnicos das águas. Todos os entrevistados ressaltaram que por enquanto é “só recursos hídricos”. Assim, a agricultura insere-se no plano, até este momento (diagnóstico e prognóstico), apenas em função dos usos da água na agricultura na Bacia.

No documento básico do Ministério do Meio Ambiente que estava norteando o trabalho da CT Plan consta que na Fase A do plano (diagnóstico e prognóstico) devem ser contemplados os seguintes grandes itens:

- A1 – Diagnóstico das disponibilidades hídricas da bacia;
- A2 – Diagnóstico e prognóstico das demandas hídricas;
- A3 – Cenário tendencial das demandas hídricas;
- A4 – Diagnóstico da dinâmica social da bacia;
- A5 – Organização e condução da mobilização social para o diagnóstico.

(MINISTÉRIO..., 2000)

O objetivo do item A4 é:

“Avaliar a dinâmica social da bacia hidrográfica, identificando e integrando os elementos básicos que permitirão a compreensão da estrutura de organização da sociedade na bacia e a identificação de atores e segmentos setoriais estratégicos a serem envolvidos no processo de mobilização social para elaboração do Plano Diretor e na gestão dos recursos hídricos”.

(MINISTÉRIO... , 2000:32)

Note-se que o documento se refere à elaboração de termos de referência e não do plano propriamente dito. Segundo o produto esperado para este item A4, as informações a respeito da dinâmica social seriam importantes para “garantir a participação da sociedade organizada na elaboração do Plano Diretor, desde a fase do Diagnóstico” (MINISTÉRIO..., 2000:33).

Sob o título A4 tem-se:

- A4.1 – Análise institucional e legal;
- A4.2 – Caracterização dos padrões culturais e antropológicos;
- A4.3 – Caracterização dos sistemas de educação e de comunicação;
- A4.4 – Identificação e caracterização dos atores sociais estratégicos.

Especificamente o item A4.2 tem como objetivo:

“Identificar e caracterizar os padrões culturais e antropológicos da bacia, resultantes da sua ocupação e da sua formação histórica, analisando suas relações com o uso e a preservação dos recursos hídricos.”

(MINISTÉRIO..., 2000:33)

E o produto sugerido para este ítem diz respeito à:

“Caracterização dos grupos representantes dos padrões culturais e antropológicos presentes na bacia, avaliando sua situação atual e formas de organização. Caracterização dos padrões culturais relacionados a processos produtivos (pesca, garimpo, pequena produção) e às minorias étnicas (grupos indígenas, quilombos) presentes na bacia, dentre outros”

(MINISTÉRIO..., 2000:33).

Quando questionamos a respeito do desenvolvimento desses itens pela CT Plan, a Secretária Executiva ressaltou que o documento acima mencionado estava sendo usado apenas em parte na orientação dos trabalhos da CT Plan e em virtude de não haver encontrado até o momento algum profissional disponível para trabalhar os aspectos referidos nesses itens, eles ainda não foram discutidos. No entanto, disse que antes de se proceder a discussão pública do diagnóstico e prognóstico, este trabalho será realizado.

“Porque essas variáveis aí antropológicas e todas... para que que é? Exatamente para conduzir o processo de modo a inserir aquelas manifestações dessas comunidades todas. E quais são os anseios, o que elas querem, o que que elas sugerem... e assim por diante. Por que quando tu fazes o trabalho na escala de 1:250.000, 1:50.000... tu vais ter os rios principais, etc.. Ou seja, tu tens os grandes rios. Agora uma comunidadezinha que está lá, o que que tem ali? Como tu capta isso? Só com uma discussão ali. Mas tem que ter técnica e tudo...”

(Secretária Executiva e Membro da CT Plan)²³¹

Mencionou ainda sobre este aspecto sua preocupação em compreender melhor os aspectos culturais das associações de vala de rizicultores. Sua fala se concentrou, sobretudo, nos aspectos culturais da produção relacionados diretamente aos recursos hídricos, a exemplo dessas associações de vala.

Segundo o Coordenador da CTPlan²³², esperava-se até fevereiro ou março de 2006 apresentar o resultado do trabalho (diagnóstico e prognóstico) em assembleia do Comitê. Essa seria apenas a primeira apresentação, seria como um relatório, um produto do trabalho desse grupo. A discussão pública seria a etapa seguinte, cujos métodos, números e locais das reuniões ainda não foram definidos.

Segundo a Secretária Executiva, a participação dos agricultores estaria reservada a este momento da discussão pública para a qual existe a idéia de criar grupos de trabalho nas diferentes regiões – segundo método ainda não definido – para se inserir propostas de ação no plano de bacia, com base nos dados apresentados no diagnóstico e no prognóstico.

Segundo a Resolução nº 19²³³ do Comitê, as organizações interessadas em participar da CTPlan deveriam enviar sua indicação para a Secretaria do Comitê. Os membros seriam

²³¹ Entrevista realizada em 09.12.2005.

²³² Entrevista realizada em 05.12.2005.

²³³ Disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações, acessado em 30.06.2005.

eleitos pela Secretaria Executiva com base na maximização da representação das áreas de conhecimento e/ou atividades e na compatibilização de horários para participação das reuniões.

Embora a Secretária Executiva tenha dito que os agricultores não participam da CT Plan porque apenas não se inscreveram, ela ressaltou:

“Eles vão participar de um outro momento. Nem é o momento de... Como é que eles vão estar... Aí é que tá... Ai, esse negócio de participação. Quem não vive isso tem uma dificuldade muito grande de lidar. Quer dizer, o que é tu recolheres informações sobre disponibilidade de água, por exemplo... Sobre qualidade de água... Tu gerares cartografia... Tu fazeres pesquisa bibliográfica e reunires informações... Ontem nós fizemos... foi o prognóstico: como é que vão estar os usos da água daqui a 25 anos. Como é que vai crescer a rizicultura, como é que vai crescer a piscicultura... Como é que vai crescer a população...né? É uma garimpagem de informações maluca. Tu já viu algum agricultor conseguir fazer um negócio desse?”

(Secretária Executiva e Membro da CT Plan)²³⁴

Um agricultor também assim compreendeu quando foi feito o convite, em assembléia, às instituições que gostariam de participar da CT Plan:

“Ficou discutido lá que tinha que ser um técnico. (...) O parecer técnico tem um poder sobre o parecer acionado (...) Eu não tenho faculdade, não tenho curso técnico nenhum. A nível de conhecimento mesmo, eles dizem isso. Na verdade, eu não sou técnico. Eu não tenho competência para técnico”.

(José, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em julho/2005)

No entanto, a despeito da evidência do caráter técnico da CT Plan, o seu Coordenador ressalta que a mesma é também um espaço político porque sua composição (membros) vai, de alguma maneira refletir a posição política da Diretoria do Comitê. Ressaltou que sua indicação para coordenação provém dessa posição política, pois representa uma entidade sem interesses definidos na gestão de recursos hídricos – a Caixa Econômica Federal.

É um espaço político, pois trabalhará em concordância com a Direção do Comitê, sendo plausível que os critérios políticos adotados pela direção se estendam à composição (dos membros) da CT Plan. Os critérios usados para compor a Câmara são o da neutralidade política. Que não deixa de ser uma opção política.”

(Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento)²³⁵

Desse modo, se os aspectos sociais e antropológicos da Bacia tendem a ser considerados como *meio* para propiciar uma maior participação na discussão de dados técnicos já definidos, eles não terão contribuído para formação da pauta em discussão. Seja

²³⁴ Entrevista realizada em 09.12.2005.

²³⁵ Entrevista realizada em 05.12.2005.

porque o diagnóstico considerou apenas dados técnicos, seja porque a ausência da população durante o diagnóstico não possibilitou a visualização dos aspectos antropológicos. Assim, estes últimos não serão usados para compreender o significado do uso da terra (e por consequência da água, e não o contrário) e outras categorias da cultura das populações locais. Desta forma, a tendência é de que continue vigente a visão segmentada da agricultura segundo a qual, para efeitos de participação dos agricultores familiares, uso da terra e uso da água são coisas dissociáveis. Da mesma forma, tende a se reafirmar a separação entre ação concreta e formulação de idéias, uma vez que apenas a competência e os critérios técnicos determinariam a pauta.

3.5 – Em síntese: a necessidade de visão mais ampla sobre a agricultura.

Os agricultores membros do Comitê, em sua maioria usuários significativos da água, usam categorias do universo dos agricultores familiares de forma genérica para justificar sua atividade, indicando que outros aspectos da agricultura deveriam ser considerados e discutidos no Comitê de Bacia. Da mesma forma, a necessidade (ou a possibilidade) de que o Comitê seja um fórum para a discussão mais ampla sobre a agricultura (e não apenas sobre o uso da água) é apresentada por alguns membros do Comitê.

Na fala de pessoas entrevistadas que têm relação com o espaço rural e com a agricultura através de sua profissão (engenheiros agrônomos), a agricultura é enfocada de forma mais ampla:

“(…) o que deve ser considerado nesse caso, é um forte trabalho de extensão (…) de orientação, de educação, para que o agricultor possa melhorar o uso do solo e também no sentido de identificar alternativas que sejam menos impactantes do ponto de vista ambiental. (…) Hoje o agricultor tem carência de alternativas”.

(Membro da Comissão Consultiva, gestão 2004-2006)²³⁶

Tem a questão do arroz, que ela é bem problemática. Agora está havendo muita discussão que os rizicultores não querem ceder espaço. Então eu acho que na realidade, como eu falei antes, tem que rever todo o modelo de agricultura, porque enquanto o modelo for esse, só vai haver degradação. Vai haver uma recuperação aqui, outrá lá, mas no conjunto, não vai se equilibrar. Não vai ter sustentabilidade. Então esse é o caminho... só que, claro, é um caminho difícil e vai envolver toda a sociedade, porque não adianta o agricultor trabalhar lá na agroecologia se na outra ponta, ele não tem onde vender.

(Membro do Comitê, gestão 2004-2006)²³⁷

²³⁶ Entrevista realizada em 12.12.2005.

²³⁷ Entrevista realizada em 13.12.2005.

Sobressaiu-se no depoimento dessas pessoas, a necessidade de que o Comitê fosse uma instância “articuladora” de discussões acerca de aspectos sociais da agricultura e de ações que proovessem a reprodução social desses grupos.

(...) devemos dar condições que essas famílias continuem vivendo no meio rural, que possam ter o seu sustento e se manter nessa condição. Acho que isso é importante que seja considerado no plano de bacia. (...) devemos sempre valorizar, respeitar essas atividades e dar condições para que esses agricultores, sejam maiores ou menores usuários de água, eles possam continuar vivendo no meio rural. Mas para isso temos que dar condições, senão através do trabalho desenvolvido pelo Comitê, mas nós devemos também servir no sentido de... como um meio representativo para que as entidades mais diretamente responsabilizadas pelo desenvolvimento de ações que beneficiem esses agricultores possam efetivamente desenvolver isso. Acho que o Comitê possa ser um meio nesse sentido. Eu entendo que o Comitê é um grande fórum para essa discussão importante”.

(Membro da Comissão Consultiva, gestão 2004-2006)²³⁸

(...) Eu acho que deveria haver realmente uma discussão conjunta, já que o comitê representa vários setores. Então se poderia, todos eles com a visão sua, poder fazer uma... ter uma visão mais integrada e poder avaliar o que se quer da agricultura.

(Membro do Comitê, gestão 2004-2006)²³⁹

“Da agricultura, não consideram nada. Até agora não foi discutido nada sobre a agricultura. Na realidade, é aquilo que eu falei antes, estão discutindo é o meio ambiente. E de vez em quando, certas coisas pro agricultor. Mas os impactos que está causando não está sendo discutido... Na agricultura... não está sendo discutido”

(Afonso, Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, em Julho de 2005)

No entanto, conforme verificamos, a tendência é que os assentos sejam, cada vez mais, reservados aos usuários significativos da água. Assim, apesar de todas as ações encampadas pelo Comitê até hoje, como demonstramos, terem sido ações com implicações sobre o uso do solo, elas são enquadradas num outro plano – o das ações concretas.

Incorpora-se, assim, ao processo de gestão (ou preparação à gestão) das águas, a efetiva articulação entre gestão das águas com a gestão de uso do solo no plano das ações; sem que essa articulação se dê, da mesma maneira, no âmbito da participação. Aos não usuários da água, caberia a ação concreta e aos usuários, parte da decisão no fórum deliberativo – dentro das condições anteriormente descritas.

No entanto, devido à falta de competência técnica e às condições de participação nas Assembléias, a participação dos agricultores-membros tenderia a limitar-se às ações concretas ou a desempenharem o papel de difusores de idéias já concebidas. Essa tendência é aliviada, na prática, pela atuação dos próprios agricultores que recorrem a formas de participação não previstas no processo participativo, como o comparecimento em grupos nas Assembléias, a

²³⁸ Entrevista realizada em 12.12.2005.

²³⁹ Entrevista realizada em 13.12.2005.

presença em grande número e sem distinção de atividades produtivas em reuniões específicas para os usuários da água, o envio de ofícios através de entidades que representam a agricultura familiar e não um grupo específico de produtores, como os rizicultores.

Desse processo de participação resultou que a proposta de bonificação sugerida pelos agricultores foi incluída na minuta de lei da Política Estadual de Recursos Hídricos e foi aprovada numa resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – conforme nos informou a Secretária Executiva do Comitê²⁴⁰. Apesar da setorização pretendida com as alterações regimentais, foi através da identificação como “agricultores familiares” que se manifestaram contra a cobrança pelo uso da água. Assim, reforçam perante a sociedade, senão sua identidade cultural de agricultores familiares, pelo menos, algumas condições da produção nessa forma social de agricultura, como o tamanho geralmente reduzido dos estabelecimentos rurais.

Assim, para que a visão mais ampla da agricultura possa se estabelecer é necessário enxergar e discutir a diferença existente entre ação concreta e participação, bem como o fato de que, na prática da participação e em função da priorização dos aspectos técnicos da gestão das águas, para os agricultores, a participação na formação de idéias é limitada. A necessidade de competência técnica surge como um divisor de funções ainda mais importante que a setorização da agricultura: os agricultores não satisfazem as condições técnicas impostas como necessárias para se ter acesso aos fóruns de onde partem as idéias.

“ Só um fórum para apreciar grandes matérias eu acho muito pouco. Muito pouco. Essas coisas precisam ser muito discutidas, precisa ter um envolvimento da sociedade. Abrir essas coisas. Abrir. Abrir. Claro que isso é tarefa do representante que está lá. Ele representa um grupo, teria que trazer as idéias para discutir com o grupo dele e voltar lá. Se isso acontecesse: ok! Estaria ótimo. Só que hoje não acontece. Porque muita coisa já vem pronta. Eu vejo assim. Já vem pronta. E não se dá muito tempo para discutir. As coisas vão indo assim meio... falta discussão.”

(Membro da Câmara Técnica de Planejamento)²⁴¹

Junto às demais evidências apresentadas ao longo deste capítulo, a fala transcrita acima nos leva a questionar o sistema representativo/deliberativo, concretizado nos Comitês de Bacia, como sistemas por meio dos quais seja possível propiciar a participação plena dos agricultores familiares, bem como a analisar em que se pautam as relações de poder que contribuem para definir a situação apresentada. Assim, faz-se necessário avaliar as implicações da gestão das águas sobre o modo de vida dos agricultores familiares, de forma genérica (Capítulo 4), para que possamos adequadamente avaliar as suas possibilidades de

²⁴⁰ Entrevista realizada em 09.12.2005.

²⁴¹ Entrevista realizada em 08.12.2005.

decisão a respeito das mesmas, bem como os reflexos desse processo sobre a reprodução sócio-cultural desses grupos (Capítulo 5).

Capítulo 4 – A agricultura familiar: estudo de caso em Botuverá

Os números comentados no segundo capítulo deste trabalho parecem indicar que em muitas famílias da Bacia do Itajaí a atividade agrícola está conjugada a atividades não-agrícolas, sendo que estas últimas, na maioria dos casos, representam a atividade considerada “principal”. Este fato sugeriu que, para que pudéssemos adequadamente avaliar as concepções dos agricultores familiares da Bacia do Itajaí em relação à questão dos recursos hídricos que hoje se delineia, deveríamos considerar em nossa amostra de agricultores a serem entrevistados, também aqueles em cujas famílias a atividade agrícola é praticada concomitantemente a atividades não-agrícolas. Para tanto, procuramos um *locus* para realizar nosso trabalho de campo cuja agricultura apresentasse as características mais ou menos comuns à agricultura praticada em toda a Bacia do Itajaí: mão-de-obra preponderantemente familiar, pequenos estabelecimentos rurais e atividades agrícolas conjugadas a atividades não-agrícolas, além da ascendência européia da maioria dos agricultores.

Os agricultores familiares do município de Botuverá/SC, localizado no Médio Vale da sub-bacia Itajaí-Mirim, como veremos a seguir, apresentam as características acima mencionadas, de maneira que foram escolhidos para compor nossa amostra.

O município de Botuverá faz divisa com os municípios de Guabiruba, Blumenau e Indaial ao norte, Nova Trento ao sul, Vidal Ramos e Presidente Nereu a oeste e Brusque a leste e, segundo o IBGE (2004i), possui uma área de 317,24 km². À área urbana correspondem apenas 2 km², e os demais 315,24 km² são considerados área rural.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ-SC



4.1 – A Colonização

Assim como em outras partes do Vale do Itajaí, a partir do final do século XIX, Botuverá passou por um processo de colonização com imigrantes europeus (não ibéricos), sobretudo, italianos²⁴². Os próprios sobrenomes dos agricultores verificados em formulários existentes na Unidade de Saúde confirmam que a grande maioria dos agricultores de Botuverá descende destes imigrantes.

Botuverá é conhecida popularmente como “lugar de italianos” e apontada por Santos (1981) como um reduto da herança italiana, tanto no idioma, como nos costumes e tradições. Por esse fato, limitaremos nosso breve olhar sobre a colonização da área que hoje pertence àquele município aos estudos da imigração italiana. Sabemos, entretanto, que está registrada a entrada, naquela área, de imigrantes de outras etnias – por exemplo, a polonesa, cuja imigração nas Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro foi estudada por Goulart (1984).

As terras hoje pertencentes ao município de Botuverá faziam parte da antiga Colônia Príncipe Dom Pedro que, segundo Santos (1981), foi fundada em 1867, às margens do Rio Itajaí Mirim, a quatro quilômetros do Ribeirão Águas Claras²⁴³. A ela foram enviados elementos colonizadores, em sua maioria irlandeses e americanos, mas também alguns franceses, alemães, suecos e dinamarqueses. Essa Colônia teve curta duração, fato creditado pela autora à falta de organização de seus colonizadores. Assim, conforme relata Cabral (1958:137), em 06 de dezembro de 1869, os 18.496 hectares pertencentes à Colônia Príncipe Dom Pedro foram anexados à Colônia Itajaí-Brusque – sua vizinha e antecessora, fundada em 1860 também às margens do Rio Itajaí-mirim, porém uns 10 km a jusante daquela, e distante ainda 38 km do centro mais próximo, que na época era a Vila de Itajaí.

De acordo com Cabral (1958:9), a colonização do Vale do Itajaí-mirim teve início em 1860, por iniciativa do Governo Provincial de Santa Catarina, que determinou a fundação da Colônia Itajaí (Brusque), onde inicialmente instalaram-se 59 imigrantes alemães. Seyferth (1974) especifica que os alemães que emigraram para o Vale do Itajaí-mirim vieram das regiões de Baden, Holstein, Oldenburg e Prússia. A mesma autora ressalta a vinda posterior de imigrantes poloneses e italianos.

²⁴² Antes da colonização com imigrantes europeus, a região era habitada por indígenas. Sobre esta população, veja-se Santos (1973).

²⁴³ Eckert (1985) ao mencionar a obra de Bonomini (1976), em que aparece a denominação “Águas Claras”, esclarece que esta não corresponde ao hoje existente bairro “Águas Claras” do município de Brusque, mas sim a uma localidade próxima à localidade “Dom Joaquim”, de Brusque, a qual faz fronteira com o município de Botuverá.

No entanto, a Prússia, em 1859 – e, posteriormente, em 1871, os demais estados alemães – por ocasião da unificação dos estados alemães sob sua hegemonia, freou a vinda de imigrantes alemães ao Brasil, alegando os maus tratos sofridos por estes imigrantes nas fazendas paulistas de café (HERING, 1987:33). Foi então que ocorreu a grande imigração italiana de 1875 a 1878.

As terras mais planas e mais próximas à sede da Colônia já estavam ocupadas pelos alemães – os primeiros colonizadores. No entanto, havia grandes extensões de terra de particulares que não faziam uso dela. Não obstante, os italianos foram encaminhados às terras mais montanhosas onde, segundo Santos (1981), dificilmente teriam sucesso na agricultura – dificultando o cumprimento do primeiro item do Contrato de Imigração Caetano Pinto, vigente à época, que dizia que 80% dos imigrantes deveriam ser agricultores, podendo os 20% restantes exercerem outras profissões. Nestas condições, em 1876, relata a mesma autora, foi criado, sobretudo com colonos italianos e a trinta quilômetros da sede da Colônia Itajaí-Brusque, o núcleo colonial de Porto Franco – aproximadamente 20 km mais a montante, em relação ao curso do Rio Itajaí-mirim, de onde era a sede da ex-Colônia Príncipe Dom Pedro.

De acordo com a mesma autora, os imigrantes que ali se estabeleceram, receberam, em média, um lote de 25 ha, na maior parte com relevo muito acidentado. Quanto à adaptação dos colonos a essas áreas, Santos (1981:48) relata que a “estreiteza dos vales dificultou sensivelmente a implantação de uma agricultura compensadora”. A mesma autora menciona que nesta área se adaptaram aqueles imigrantes que já eram lavradores em seu país de origem. A falta de experiência e vários outros fatores, como os lotes quase sempre com terreno acidentado, provocaram o abandono das terras e a saída da Colônia. Estes fatos, aliados às revoltas e motins em vários pontos da Colônia, provocados pelo descontentamento dos imigrantes italianos em relação à situação que esperavam encontrar, contribuíram para que se consolidasse a descrença nesses imigrantes. Assim, a difícil situação criada pela colonização italiana fez com que as autoridades não apoiassem a iniciativa de imigrantes italianos de estabelecer a sericultura em níveis industriais (SANTOS, 1981:56).

Resulta desta história de colonização que a maior concentração de italianos dentro da antiga Colônia Brusque, segundo Santos (1981), está nas localidades de Cedro, Águas Negras, Ribeirão do Ouro e Porto Franco. Esta última, mais tarde, constituiu-se na sede do Município de Botuverá, ao emancipar-se do município de Brusque, em 9 de junho de 1962. As outras localidades citadas são hoje integrantes do município de Botuverá.

Soma-se às dificuldades enfrentadas pelos colonos, o isolamento em relação à sede da Colônia, razão pela qual em 1907 já eram descritos os aspectos de decadência econômica do lugar. Como já dissemos, muitos abandonaram a Colônia, “voltando para a Itália ou foram em direção aos países do Prata” (SANTOS, 1981:60). Aos que ficaram, restou a agricultura de subsistência e a extração de madeiras da floresta que eram comercializadas em Brusque – matéria-prima que encontrava mercado mais fácil do que os produtos da agropecuária.

Por volta de 1925, quando se descobriu a existência de ouro no leito do rio Itajaí-mirim, aconteceu em Botuverá a “febre do ouro” – comentada por Eckert (1985). Porém, após um período de euforia, muitos que haviam deixado a lavoura para dedicar-se à extração do ouro, encontraram dificuldades: a mineração não teve sucesso e as roças estavam abandonadas. Assim, a agricultura destinada principalmente ao autoconsumo permaneceu até o advento da cultura do fumo, como veremos adiante.

4.2 – A Agricultura familiar em Botuverá

De acordo com dados do IBGE (2004b), Botuverá possuía, no ano 2000, 3.756 habitantes, dos quais 21,38% (803) são considerados urbanos e 78,62% (2.953), rurais. Apenas 10% (406) das pessoas do município têm mais de 60 anos.

Ao enfocarmos a agricultura de Botuverá interessa-nos saber que, de acordo com dados publicados por Borchardt (2003), a renda média *per capita* mensal da população rural de Botuverá era de R\$ 183,00. No espaço rural existiam, à época, 724 pessoas consideradas pobres²⁴⁴ e um total de 40 famílias com renda insuficiente²⁴⁵ para garantir sua alimentação. Segundo o mesmo autor, em todos os domicílios rurais existia água encanada em pelo menos um cômodo, porém apenas 6% destes eram atendidos pela rede pública. Apenas 37% dos domicílios eram atendidos pelo serviço de coleta de lixo. Situação preocupante refere-se ao destino dos dejetos: por meio de dados coletados na Unidade de Saúde de Botuverá²⁴⁶, verificamos que, em 2005, 53,6% dos domicílios do município apresentavam esgoto a céu aberto, enquanto outros 44,25% apresentavam sistema de fossa séptica.

Como veremos, a agricultura de Botuverá, caracteriza-se pela pequena propriedade com mão-de-obra preponderantemente familiar. Os estabelecimentos agropecuários (IBGE,

²⁴⁴ Em sua pesquisa, Borchardt (2003) considera “pobres” as pessoas com renda *per capita* mensal igual ou menor a R\$180,00.

²⁴⁵ Borchardt (2003:21) explica que foram consideradas com renda insuficiente para garantir sua alimentação aquelas famílias cujos membros, a partir da individualização da renda, tinham renda igual ou menor do que R\$90,00 mensais.

2004d) são em sua maioria localizados em terras próprias do agricultor e 290 (93,85%) deles têm menos de 50 ha (Tabela 7).

Tabela 7 – Número de estabelecimentos agropecuários (unidade) por condição legal das terras e grupos de área total no município de Botuverá/SC.

Condição legal das terras	Números de estabelecimentos agropecuários (unidade)									
	Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha
Terras próprias	204	-	1	15	41	65	66	9	6	1
Terras arrendadas	71	-	2	26	13	13	15	2	-	-
Terras em parceria	5	-	-	1	2	-	2	-	-	-
Terras ocupadas	29	-	-	10	7	6	5	-	1	-
Total	309	-	3	52	63	84	88	11	7	1

Fonte: IBGE (2004d) – Censo Agropecuário 1995-1996.

No que se refere à utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários de Botuverá, por meio dos dados sintetizados na Tabela 8, verificamos a grande área dos estabelecimentos no município em que existem matas e florestas nativas, bem como a presença dessas áreas em um grande número dos estabelecimentos. As mesmas observações enfocando as áreas destinadas às lavouras temporárias revelam que a atividade agrícola em Botuverá se dá, sobretudo, por meio do cultivo de lavouras deste tipo. As áreas ocupadas por essas lavouras são superadas apenas pelas áreas ainda cobertas com matas e florestas nativas, que ocupam a maior área dos estabelecimentos agropecuários de Botuverá. (Tabela 8).

Tabela 8 – Número e área de estabelecimentos por utilização das terras no município de Botuverá/SC.

Utilização das terras	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (ha)	Área dos estabelecimentos (%)
Lavouras permanentes	51	43,900	0,79
Lavouras temporárias	268	820,600	14,82
Lavouras temporárias em descanso	41	80,500	1,45
Pastagens naturais	165	358,800	6,48
Pastagens plantadas	72	255,300	4,61
Matas e florestas naturais	240	3.019,420	54,52
Matas e florestas artificiais	214	381,600	6,89
Terras produtivas não utilizadas	38	196,900	3,56
Terras inaproveitáveis	266	381,000	6,88
Total	-	5.538,020	100,00

Fonte: IBGE (2004h) – Ano 1996, Censo Agropecuário.

²⁴⁶ Informações coletadas e sistematizadas pela autora em janeiro e fevereiro de 2004.

As áreas com florestas nativas protegidas por lei ocupam mais da metade das áreas dos estabelecimentos. Este fato, aliado ao relevo extremamente acidentado, às pequenas áreas de várzeas e à grande quantidade de cursos d'água que drenam a região, faz com que a atividade agrícola seja realizada em pequenas áreas – muitas vezes à margem dos ribeirões, onde, por lei, deveria estar preservada a mata ciliar. Importante considerarmos estes fatos porque os mesmos estão, como vimos no capítulo anterior – sobretudo a utilização das margens dos cursos d'água –, sob a atenção especial do Comitê do Itajaí no âmbito do Programa de Recuperação das Matas Ciliares e do Projeto Piava.

A agricultura de Botuverá já esteve sob a observação de Eckert (1985), segundo quem, até 1946, ela era destinada principalmente ao autoconsumo. A partir dessa data, por meio da integração com as indústrias fabricantes de cigarros, deu-se início ao plantio de fumo em folha nas pequenas propriedades rurais. O mesmo autor conseguiu em sua pesquisa identificar que “O primeiro Contrato de financiamento e fornecimento de fumo em folhas foi assinado em 15 de setembro de 1946. O referido contrato foi feito entre a Companhia Brasileira de Fumo em Folha e o agricultor Vicente Bissoni” (ECKERT, 1985:147, aspas do autor). Foi, porém, a partir de 1954 que a cultura do fumo começou como “fenômeno generalizado”, havendo outra “onda forte” em 1964. O mesmo autor relata que por ocasião de sua pesquisa, em 1983, o fumo era plantado por aproximadamente 650 famílias do município (op.cit.:247).

Tamanha é a diferença verificada na vida dos agricultores a partir do plantio do fumo em suas propriedades que Eckert (1985) divide a história do município de Botuverá em *antes* e *depois* do fenômeno da fumicultura. Entretanto, esse autor ressaltou apenas aspectos positivos advindos da introdução da cultura no município; não se deteve, por exemplo, ao estudo das conseqüências do cultivo do fumo à saúde dos agricultores devido à utilização de agrotóxicos ou mesmo à contaminação do solo e da água. Seu estudo pretendeu – reconhecendo estar limitado a uma “*fatia* da realidade” (op. cit.: 286) – “verificar se a fumicultura, de fato, se constitui um agente de desenvolvimento rural de pequenas unidades agrícolas, tipo familiar, em Botuverá” (ECKERT, 1985:286).

O pioneirismo da pesquisa deste autor sobre as propriedades rurais de Botuverá, ajudamos a pensar a cultura do fumo como etapa importante da história das famílias desse município. Como afirma Eckert (1985) – e como nós mesmos pudemos ouvir da parte de agricultores durante o trabalho exploratório –, foi por meio do cultivo do fumo que muitas famílias puderam ter acesso a condições mínimas de conforto em suas residências.

Até os dias atuais, a produção agrícola do município continua centrada na cultura do fumo. Conforme indicam os dados do IBGE (2004e), essa cultura ocupou, em 2002, aproximadamente 332 ha, representando 70% da área de lavouras temporárias do município (Tabela 9). As lavouras permanentes são inexpressivas – para o ano de 2002, o IBGE (2004f) apresenta apenas 7 ha destinados à cultura do pêssego²⁴⁷.

Tabela 9 – Quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida de lavouras temporárias no município de Botuverá/SC.

Lavoura temporária	Quant. Prod.	Valor da produção (mil reais)	Valor da produção (percentual)	Área planta da (ha)	Área plantada (percentual)	Área colhida (ha)	Área colhida (percentual)
Total	-	2.183	100,00	471	100,00	471	100,00
Feijão em grão (ton)	32	35	1,60	35	7,43	35	7,43
Fumo em folha (ton)	686	2.044	93,63	332	70,49	332	70,49
Mandioca (ton)	72	4	0,18	4	0,85	4	0,85
Milho em grão (ton)	480	100	4,58	100	21,23	100	21,23

Fonte: IBGE (2004e) – Produção Municipal 2002.

A dificuldade de colocação dos produtos da agricultura de Botuverá no mercado foi ressaltada por Eckert (1985). Segundo o mesmo autor, a fumicultura, dentro das condições de pequenas áreas de terra, possibilitou o surgimento de um produto para o mercado, com garantia de compra pela empresa integradora. Assim, ressalta o autor que, à época de sua pesquisa, essa cultura se apresentava como a única solução aos agricultores, assegurando-lhes um volume de capital e possibilitando-lhes melhorias nos cultivos de subsistência. De acordo com ele, a coexistência de fumicultura e agricultura de subsistência seriam responsáveis por um desenvolvimento integral.

Desde já, vale mencionar que, de acordo com depoimentos de agricultores obtidos durante nosso trabalho exploratório, esta idéia que apregoa a “fumicultura como única solução” para a agricultura de Botuverá parece estar ainda presente entre os agricultores.

No total, os **estabelecimentos agropecuários** de Botuverá são em número de 268, de acordo com o *Censo Agropecuário 1995-1996* (IBGE, 2004a)²⁴⁸, nos quais estão ocupadas **1.054 pessoas** (de 14 anos ou mais). Em **86,19%** (231) dos estabelecimentos do município, a mão-de-obra é constituída apenas pelos responsáveis pelo estabelecimento e seus **familiares**. Nesses estabelecimentos estão ocupadas 871 pessoas (de 14 anos ou mais de idade). Em

²⁴⁷ Para os anos de 1997 a 2001, o IBGE registrou 4 ha destinados ao plantio de laranja e 6 ha destinados ao cultivo da uva que não aparecem nos dados mais recentes registrados para o ano de 2002. Da mesma forma, a cultura do pêssego não aparece para os anos anteriores a 2002.

²⁴⁸ Tabela 11 do Censo Agropecuário 1995-1996: Pessoal ocupado, segundo a condição do pessoal ocupado e o grupo e classe da atividade econômica.

apenas 13,80% (37) destes estabelecimentos existe também mão-de-obra contratada, nos quais se ocupam 183 pessoas (de 14 anos ou mais).

Dados do mesmo Censo (IBGE, 2004a) reforçam as informações apresentadas anteriormente sobre o cultivo do fumo e confirmam nossa constatação quando da realização do trabalho exploratório de que este cultivo era praticado em muitos estabelecimentos do município. Ajudam-nos ainda a pensar a sua distribuição nos diversos estabelecimentos e a mão-de-obra a ele associada. Segundo esses dados, o cultivo do fumo está presente em 231 estabelecimentos²⁴⁹. O **fumo** é a única cultura temporária em destaque no município e na sua lida estão ocupadas **906 pessoas**.

Procurando saber especificamente a respeito da ocupação dos habitantes de Botuverá encontramos que, das 1.876 pessoas que tinham 10 anos ou mais e estavam ocupadas na semana de referência para a pesquisa do *Censo Demográfico 2000*²⁵⁰, apenas **323** declararam ter na “**agricultura**, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca” sua atividade de trabalho principal; **954** declararam ter sua ocupação principal na **indústria** – sendo que destes, 879 têm seu trabalho principal na indústria de transformação.

Dados encontrados no *Cadastro Central de Empresas 2001* (IBGE, 2004g) mostram que em Botuverá, no ano de 2001, existiam 3 unidades locais de indústrias extrativas e 44 unidades locais de indústrias de transformação, as quais ocupam, em conjunto, **458** pessoas. Por esses dados, se apenas 458 trabalham nas indústrias locais de Botuverá, é possível que as demais pessoas que declararam trabalhar na indústria trabalhem em unidades industriais de municípios vizinhos.

Semelhante aos dados referentes à totalidade da Bacia do Itajaí, esses dados também parecem nos indicar a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelas famílias do município de Botuverá. Ao mesmo tempo em que 323 pessoas respondem para o *Censo Demográfico* que têm sua ocupação principal nas atividades agropecuárias e 954 repondem que a têm na indústria, o *Censo Agropecuário* registra 1.054 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Essa aparente incoerência parece indicar uma dupla

²⁴⁹ Diferente dos dados apresentados em IBGE (2004d) em que a soma dos estabelecimentos agropecuários no município é de 309, IBGE(2004a) apresenta um total de 268 estabelecimentos; ambos mencionam o Censo Agropecuário 1995-1996 como sua fonte de dados. De acordo com técnico do IBGE (comunicação pessoal em 30.06.2006), é provável que esta diferença deva-se ao fato de que em um mesmo estabelecimento rural (área sob a direção de um mesmo administrador) podem haver terras sob difrentes condições legais. Quando isso acontece, um mesmo estabelecimento pode ser contado na Censo duas ou mais vezes, de acordo com a condição legal das terras abrangidas por ele.

²⁵⁰ Tabela 2.7.6 do Censo Demográfico 2000: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Regiões Metropolitanas e os Municípios – Santa Catarina.

ocupação para muitas pessoas: o trabalho na indústria é considerado o principal pelos informantes, mas a prática agrícola não foi abandonada.

Além dos dados do IBGE acima referidos, a prática de atividades não-agrícolas conjugadas à agricultura foi um fato que nos chamou atenção já no início do trabalho exploratório em Botuverá, no período de julho/2003 a fevereiro/2004. Observações e conversas com pessoas do município apontavam a prática de atividades não-agrícolas por muitas pessoas que habitavam o espaço rural do município²⁵¹. Tais fatos nos levaram a investigar, preliminarmente, através da verificação de cadastros do Programa de Saúde da Família existentes na Unidade de Saúde de Botuverá²⁵², de que maneira(s) a agricultura se fazia presente na vida das famílias do município. Nos cadastros da Unidade Municipal de Saúde encontramos que apenas em 303, das 1207 famílias cadastradas, a atividade agrícola é *declarada* como ocupação por algum(ns) de seus membros. São 532 pessoas que definem sua ocupação usando os termos “agricultor”, “colono” “lavrador” ou “rural” – neste caso, consideradas por nós como sinônimos e indicadoras da ocupação em atividades agrícolas. Acreditamos, porém, que existam ainda outras pessoas que se definem, entre outras ocupações, como “estudantes”, mas que também trabalham na agricultura. Como veremos a seguir, os dados constantes nesses cadastros, somados aos depoimentos de um Agente de Saúde do município, vão confirmar a existência da conjugação das atividades agrícolas às não-agrícolas e de diferentes maneiras de inserção da agricultura na vida familiar.

²⁵¹Também Eckert (1985) já havia registrado que em 37,40% das famílias algum membro saiu para “trabalhar fora”. Dessas pessoas que se dedicavam a outras atividades, aproximadamente 66% estavam empregados em outros municípios. No entanto, não podemos identificar, pelos dados apresentados pelo autor, se estas pessoas continuavam morando na propriedade rural em Botuverá.

²⁵² Para fins de atendimento ao público, em função do Programa de Saúde da Família, na Unidade de Saúde de Botuverá os dados sobre as famílias do município estão divididos em 6 microáreas. A cada uma corresponde o trabalho de um Agente de Saúde, o qual visita pessoalmente todos os domicílios daquela microárea, abastecendo o cadastro da Unidade de Saúde com dados a respeito das condições de saúde, moradia, ocupação e idade de todos os munícipes. Este cadastro representou, em nossa pesquisa, uma maneira de poder selecionar para entrevista famílias representativas das diversas maneiras de inserção da atividade agrícola na vida familiar.

4.3 – Inserção da agricultura na vida familiar

Como dissemos, em apenas 303 famílias cadastradas na Unidade de Saúde Municipal a atividade agrícola é *declarada* como ocupação por algum(ns) de seus membros.

Em **170** famílias, a agricultura aparece como **único tipo de ocupação** (Tabela 7). Em outras palavras, **56%** (170 de 303) das famílias que “declaram” a prática da agricultura **são monoativas**.

Do total de famílias monoativas, 127 são famílias “compostas” por mais de uma geração sob o mesmo teto: pai, mãe, filhos e, às vezes, avós (algum(ns) membro(s) pode(m) ter se declarado aposentado e/ou estudante). Temos 39 famílias compostas apenas pelo casal com mais de 40 anos (a maioria com mais de 50 anos) em que um deles pode ter se declarado aposentado ou “do lar”. Existem ainda 4 pessoas que vivem sozinhas.

Vale, assim, destacar que diferente das famílias entrevistadas por Schneider (2003b), existe em Botuverá um grande número de famílias monoativas que *não* são formadas apenas pelo casal já idoso ou que têm sua fonte de renda principal na aposentadoria.

Das famílias “compostas”, a maioria (104) se enquadra no que poderíamos chamar de “nucleares jovens”: duas gerações sob o mesmo teto e a faixa etária do casal é de 20 a 50 anos, economicamente ativos. Algumas são constituídas por casais jovens ainda sem filhos, em outras famílias os filhos são pequenos (em idade pré-escolar), ou se identificam como estudantes (até 14-15 anos) e alguns já se definem como agricultores.

Encontramos 19 famílias que denominamos “nucleares maduras” em que há também duas gerações sob o mesmo teto, porém os pais são aposentados e os filhos, já adultos, mas solteiros, permanecem morando com os pais e se indentificam como agricultores.

Encontramos ainda 4 famílias-tronco, no sentido dado por Seyferth (1985), ou seja, três gerações sob o mesmo teto. Nestas famílias, os membros mais idosos são aposentados. É possível que as famílias “nucleares jovens e maduras” venham a se transformar, com a velhice dos pais, em famílias-tronco. Como ressalta Seyferth (op.cit.:11):

“Se num determinado momento só forem encontradas nas estatísticas 20 ou 30% de famílias desse tipo, não significa que as famílias nucleares predominem *como regra*, pois a família-tronco só pode existir em termos demográficos num determinado momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico”.

(SEYFERTH, 1985:11)

Por outro lado, os casais que vivem sozinhos, uma vez que já tem na maioria mais de 50 anos, e em alguns casos os cônjuges são aposentados, parece que não se constituirão em famílias-tronco. Estes podem ser casais que têm residência própria, mas que dividem um mesmo estabelecimento rural com um dos filhos, que já constituiu família, como constatamos em observações em campo. Talvez estejamos diante de uma estratégia sucessional diferente em que os pais permanecem perto de seus filhos, mas não sob o mesmo teto²⁵³.

Na Tabela 10 sintetizamos os resultados coletados no cadastro das famílias do município, feito pela Unidade de Saúde de Botuverá, pelos quais podemos observar que a agricultura é declarada, como já frizamos, por um número reduzido de famílias. As famílias estão divididas por “microáreas” do município. A cada microárea corresponde uma ou várias localidades do município e o trabalho de um “Agente de Saúde”, funcionário responsável pela coleta de dados a domicílio para o Programa de Saúde da Família. Conforme descrevemos a seguir, no município de Botuverá, existem microáreas que abrangem várias localidades mas um número relativamente reduzido de famílias; enquanto outras microáreas abrangem apenas uma ou duas localidades mais populosas.

Assim, as microáreas correspondem às seguintes localidades:

Microárea 1: Pedras Grandes;

Microárea 2: Águas Negras;

Microárea 3: sede do município e a localidades próximas a ela;

Microárea 4: Ribeirão do Ouro e Gabiroba;

Microárea 5: Ourinhos, Chapadão Figueira, Vargem Grande, Vargem Pequena, Perau, Areia Alta, Barra da Areia, Areia Baixa;

Microárea 6: Lageado Botuverá, Lageado Alto, Lageado Baixo, parte de Ribeirão do Ouro e parte de Gabiroba.

²⁵³ Este arranjo familiar e sucessional seria merecedor de maior discussão e pesquisa empírica, porém não fazia parte central de nosso objeto de estudo. Contudo, cabe ressaltar que Carneiro (1999:102) ao estudar as famílias rurais do município de Nova Pádua (região colonial do Rio Grande do Sul) destaca que, “a partir dos anos 60 e 70, conforme os vínculos com a cidade foram se estreitando, as transformações começaram a ser notadas no interior da família. As famílias mais extensas que chegavam a abrigar até quatro gerações deram lugar a famílias nucleares com tendência à neo-localidade do jovem casal, em consequência da resistência das noras se subordinarem às sogras e dos conflitos gerados do choque entre gerações”.

Tabela 10 – Famílias do município de Botuverá divididas em microáreas e agrupadas de acordo com a presença ou não da agricultura como atividade econômica, exclusiva ou conjugada com atividades não-agrícolas.

Microárea	Nº total de famílias na microárea	Famílias monoativas + famílias pluriativas*		Famílias monoativas**			Famílias pluriativas ***		
		nº	% da microárea	nº	% do total da microárea	% das Mono + Pluriativas	nº	% do total da microárea	% das Mono + Pluriativas
1	213	26	12,20	9	4,22	34,61	17	7,98	65,38
2	190	42	22,10	20	10,52	47,61	22	11,57	52,38
3	301	34	11,29	15	4,98	44,11	19	6,31	55,88
4	179	36	20,11	12	6,70	33,33	24	13,40	66,66
5	141	98	69,50	77	54,60	78,57	21	14,89	21,42
6	183	67	36,61	37	20,21	55,22	30	16,39	44,77
Total Botuverá	1207	303		170			133		

Fonte: Dados coletados na Unidade de Saúde de Botuverá em jan-fev/2004.

(*) Famílias monoativas + pluriativas: total das famílias que declaram alguma atividade agrícola, seja esta a única atividade praticada, ou esteja combinada com atividades não-agrícolas exercidas por algum(ns) membro(s) da família.

(**) Famílias monoativas: declaram apenas a agricultura como ocupação.

(***) Famílias pluriativas: declaram a agricultura e outras atividades como ocupação.

Os dados coletados, além do grande número de famílias pluriativas, permitem identificar diferentes maneiras de inserção da agricultura na organização familiar. Estes diferentes “tipos” de organização familiar são relacionados abaixo e sua presença nas microáreas está sintetizada na Tabela 11.

Tipo 1) Famílias em que os pais se identificam como agricultores (podendo um dos cônjuges ser aposentado ou identificar-se como “do lar”) enquanto os filhos exercem outras profissões.

Tipo 2) Famílias em que um dos cônjuges se dedica à agricultura, o outro exerce outra profissão, enquanto os filhos são identificados como estudantes ou ainda não freqüentam a escola. Interessante notar que em 23 desses casos, encontramos a mulher exercendo a atividade agrícola e em apenas 10 deles, o homem.

Tipo 3) Famílias em que a atividade agrícola aparece declarada apenas para um dos cônjuges enquanto todos os outros membros se dedicam a outras atividades. Nestas famílias, em 14 casos a agricultura está vinculada à mulher e em apenas 4 casos, ao homem.

Tipo 4) Famílias formadas apenas pelo casal em que um dos cônjuges se dedica à agricultura enquanto o outro exerce outra atividade, sendo que 5 dos que se dedicam à agricultura são mulheres.

Tipo 5) Famílias em que a atividade agrícola é exercida por ambos os cônjuges e também por algum(ns) dos demais membros da família, como filhos(as) e cunhados(as), mas a atividade

não-agrícola (inclusive, mas não exclusivamente a de “estudante”) também é exercida por algum(ns) de seus membros.

Tipo 6) Famílias em que a atividade agrícola é declarada para todos os membros da família exceto para um dos cônjuges. Nestas famílias algum(ns) dos filhos se declara(m) como agricultores e podem existir, além deste(s), algum(ns) que se declare(m) como estudante.

Tipo 7) Famílias em que os membros mais idosos são aposentados e tanto a atividade agrícola quanto a não agrícola é atribuída aos demais membros (filhos(as), genros, noras).

Tipo 8) Família em que a atividade agrícola não aparece entre os pais mas aparece entre 2 dos 6 filhos do casal. Dos 4 restantes, 3 desenvolvem outras atividades e um é estudante.

Tabela 11 - Modos de inserção da agricultura na vida das famílias pluriativas de Botuverá.

Micro Área	Número total famílias	Famílias com agricultura declarada	Famílias. pluriativas	Tipo 1 n°	Tipo 2 n°	Tipo3 n°	Tipo 4 n°	Tipo 5 n°	Tipo 6 n°	Tipo 7 n°	Tipo 8 n°
1	213	26	17	7	3	2	1	-	2	2	-
2	190	42	22	10	2	3	3	2	-	2	-
3	301	34	19	8	3	4	-	1	-	3	-
4	179	36	24	12	8	2	1	-	-	-	1
5	141	98	21	7	6	3	-	2	2	1	-
6	183	67	30	9	11	4	1	1	1	3	-
Total		303	133	53	33	18	6	6	5	11	1

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir de informações coletadas em formulários do Programa de Saúde da Família, na Unidade de Saúde de Botuverá em jan-fev/2004.

As famílias de tipo 1, 2 e 3 somam um total de 104 e representam 78,19% das famílias pluriativas do município. Poderíamos dizer que a pluriatividade predomina nas seguintes situações:

- Famílias já formadas em que a atividade agrícola não é mais a principal atividade dos filhos adultos, permanecendo apenas o casal na agricultura (tipo 1; 39,84%).
- Famílias jovens com filhos que estudam ou ainda não frequentam a escola, em que geralmente o pai é o membro pluriativo (tipo 2; 32,03%).
- Famílias já formadas em que todos os membros são pluriativos à exceção de um deles, na maioria dos casos, a esposa (tipo 3; 13,53%).

Em resumo, poderíamos dizer que, seja como única atividade econômica, ou por uma das maneiras explicitadas acima, a agricultura se faz presente em apenas 25% aproximadamente (303 de 1207) das famílias do município. A agricultura parece ter menos importância ainda quando verificamos que 43,89% (133 de 303) dessas famílias que praticam agricultura são pluriativas, ou seja, exercem também atividades não-agrícolas.

4.3.1 – Atividades agrícolas e não-agrícolas em Botuverá

Pelos dados a que tivemos acesso podemos ainda fazer algumas considerações com respeito à dedicação a atividades não-agrícolas na vida das famílias, em função da localização das propriedades rurais nas diferentes microáreas e, portanto, no município.

Cabe-nos também esclarecer as localidades correspondentes a cada microárea:

Microárea 1: corresponde à localidade de Pedras Grandes, às margens da Rod. Pedro Merízio, principal acesso a Brusque. Em apenas 12,20% (26 de 213) das famílias a atividade agrícola está presente. Destas famílias, 17 são pluriativas. Na maioria dos casos (5 de 8) em que a atividade não-agrícola é praticada por um dos cônjuges, é a mulher que se identifica como agricultora. Entre as ocupações não-agrícolas dos homens estão: trabalhar no posto de gasolina, operário, diarista. Entre as das mulheres: costureira, operária.

Microárea 2: corresponde à localidade de Águas Negras onde estão localizadas algumas indústrias, principalmente de fiação e tecelagem. Esta localidade também é de fácil acesso a Brusque. A atividade agrícola está presente em apenas 22,10% (42 de 190) das famílias. Destas famílias, 22 são pluriativas. É a mulher quem se identifica como agricultora na maioria dos casos (7 de 8) em que a atividade não-agrícola cabe a um dos cônjuges. Nesta microárea, entre as ocupações não-agrícolas dos homens, aparece: operário, mecânico, motorista, ajudante de caminhão, servente. Para as mulheres: operária, costureira, “manual”.

Microárea 3: corresponde à sede do município e a localidades próximas dela. A atividade agrícola é declarada apenas por 11,29% (34 de 301) das famílias. Destas famílias, 19 são pluriativas. Quando um dos cônjuges é o responsável pela atividade não-agrícola (7 famílias), geralmente este é a esposa. Em apenas 28,57% dos casos (2 de 7) é a esposa que permanece como agricultora. Ou seja, nesta microárea – ao contrário das demais, como poderemos verificar – é a mulher quem sai de casa para trabalhar, na maioria das vezes. Dentre as ocupações declaradas pelas mulheres das famílias pluriativas estão as de merendeira, costureira, funcionária pública, professora, auxiliar de serviços gerais, operária. Já para os homens, as ocupações não-agrícolas declaradas são: mecânico, comerciante, auxiliar administrativo, marceneiro, padeiro, operário, encarregado de expedição, eletricitista, faccionista, professor.

Microárea 4: corresponde às localidades de Ribeirão do Ouro e Gabiroba onde estão localizadas indústrias de fiação e mineração. A atividade agrícola aparece apenas em 20,11% (36 de 179) das famílias e destas, 24 são pluriativas. É a mulher quem se identifica como agricultora em 63,63% dos casos (7 de 11) em que a atividade não-agrícola cabe a um dos

cônjuges. As atividades não-agrícolas declaradas para os homens são: operário, motorista, operador de carga, “braçal²⁵⁴”, operador de máquina, estampador, comerciante, marceneiro, serrador, costureiro. Para as mulheres: costureira, diarista, operária.

Microárea 5: corresponde às localidades de Ourinhos, Chapadão Figueira, Vargem Grande, Vargem Pequena, Perau, Areia Alta, Barra da Areia, Areia Baixa – algumas 38 quilômetros distantes da sede municipal. A atividade agrícola é declarada em 69,50% (98 de 141) das famílias. Nesta microárea encontramos o maior número de famílias monoativas (77). As demais famílias (21) desenvolvem também atividades não-agrícolas, sendo que em todos os casos (11) em que a atividade não-agrícola é exercida por um dos cônjuges, é a mulher que permanece como agricultora. As atividades não-agrícolas desempenhadas pelos homens são: operário, motorista, talhador, guia turístico, empresário (serraria).

Microárea 6: corresponde às localidades de Lageado Botuverá, Lageado Alto, Lageado Baixo, parte de Ribeirão do Ouro, parte de Gabiroba. A atividade agrícola é declarada em apenas 36,61% (67 de 183) das famílias. Destas, 30 são pluriativas. Em 82,35% dos casos (14 de 17) em que a atividade não-agrícola é exercida por um dos cônjuges, é a mulher que permanece como agricultora. As atividades não-agrícolas declaradas pelos homens são: operário, construtor, pedreiro, motorista, revisor manual, operador de máquina, marceneiro, auxiliar de escritório, vendedor, pintor, serviços gerais, “braçal”, montador, tratorista, mecânico. Pelas mulheres: costureira, professora, faxineira.

Por estes dados podemos verificar que, embora a atividade agrícola esteja presente em todas as microáreas, ela parece ter mais importância nas localidades mais distantes da sede e cujo acesso é mais difícil. Mas mesmo nessas localidades pudemos constatar a presença de atividades não-agrícolas em muitas famílias. Quando a atividade não-agrícola é exercida por um dos cônjuges, na grande maioria das vezes é a mulher quem permanece como agricultora, com exceção da *microárea 3*, correspondente à sede municipal.

Em números absolutos, a quantidade das famílias pluriativas distribui-se de forma mais ou menos homogênea por todo o município (variando de 17 famílias pluriativas na *microárea 1* até 30 famílias pluriativas na *microárea 6*).

Já em termos relativos, considerando as famílias pluriativas em relação ao número total de famílias com agricultura declarada (monoativas ou pluriativas), sua proporção diminui para as microáreas mais distantes (ver última coluna da Tabela 10, microáreas 5 e 6). Porém, se considerarmos o número de famílias pluriativas em relação ao número total de

²⁵⁴ Segundo uma moradora do município “braçal” é designação dada ao trabalhador pago pela municipalidade e encarregado, muitas vezes, de fazer a manutenção das estradas.

famílias de cada microárea, a importância da pluriatividade volta a crescer para as microáreas mais distantes (ver penúltima coluna da Tabela 10).

Isso acontece porque nas localidades mais próximas da sede municipal, é menor o número de famílias que declaram agricultura e, das que declaram, a maioria já exerce também atividades não-agrícolas. Em outras palavras, perto da sede é maior o número de famílias que exercem apenas atividades “urbanas” e quando exercem atividades agrícolas, esta está quase sempre conjugada a atividades não-agrícolas. Daí a pequena proporção de famílias agrícolas monoativas. Nestas localidades, assim, parece que a agricultura apenas acompanha as atividades “urbanas”.

Nas localidades mais distantes da sede ocorre o inverso: é maior o número das famílias que declaram a agricultura e, destas, uma proporção menor (em relação às famílias que declaram agricultura das outras microáreas) conjuga-a com atividades não agrícolas. Isso demonstra que, quanto mais distante se localiza a estabelecimento rural, mais importante é a atividade agrícola na organização familiar. Por outro lado, verificamos que do total de famílias nas localidades mais distantes, a pluriatividade atinge proporcionalmente mais famílias que nas outras microáreas. Isso acontece justamente porque nos lugares mais distantes quase todas as famílias exercem atividades agrícolas e, grande parte, só agrícolas. Então, nessas localidades são as atividades “urbanas” que acompanham a agricultura – e não o inverso como evidenciamos para as localidades mais próximas.

Nossas observações em campo, porém, não condiziam com esses dados que parecem indicar tão pouca importância à agricultura. Este fato nos levou a uma entrevista com o Agente de Saúde responsável pela coleta de dados na microárea 5. Nesta microárea, a presença de famílias com *agricultura declarada* é a maior do município em números absolutos e em proporção ao número total de famílias (98 de 141 famílias). Ou seja, em 43 famílias a agricultura não era declarada. Os resultados desta entrevista estão sistematizados a seguir.

A partir do depoimento de tal agente, pudemos constatar que das 43 famílias em que não aparecia a atividade agrícola:

15 são aposentados, sendo que 9 produzem para autoconsumo e 6 produzem para autoconsumo e para o mercado;

13 exercem outras profissões, mas destes 9 ainda produzem para autoconsumo e 4 para autoconsumo e para o mercado;

8 famílias recebem ou trocam alimentos com parentes;

2 famílias têm pessoas aposentadas e membros que exercem outras profissões e, ainda assim, produzem para mercado e para autoconsumo;

apenas 5 famílias não têm produção agrícola.

Podemos dizer que a **atividade agrícola não é declarada por 30% (43 de 141) das famílias da microárea nº 5, porque não é considerada como trabalho principal**. No entanto, isto não significa que estas famílias possam prescindir da atividade agrícola, haja vista as diferentes maneiras de inserção da agricultura na vida familiar.

Estes dados indicam ainda que, muito provavelmente, o número de famílias pluriativas seja maior em todas as outras microáreas do município. Porém, não nas mesmas proporções devido às razões antes comentadas. Além disso, esses dados indicam que a atividade não-agrícola não determinou o fim do uso das terras e que a produção para auto-consumo continua sendo uma preocupação para quem vive na microárea 5.

Acreditamos, assim, que sem esquecer da atenção devida ao cultivo comercial, a tarefa de compreender adequadamente a relação entre agricultura familiar e gestão das águas está sujeita à consideração apropriada da existência de diferentes tipos de unidades familiares de produção; sobretudo aquelas em que se sobressai, por um lado, a importância da conjugação de atividades agrícolas às não-agrícolas e, por outro, a importância da agricultura para auto-consumo.

4.4 – Perfil sócio-econômico e estratégias de reprodução social das famílias entrevistadas

Dada a diversidade de formas de inserção da agricultura na vida das famílias do município de Botuverá, tornou-se necessário selecionar uma amostra das famílias do município que contemplasse essa diversidade para podermos analisar as implicações da gestão das águas sobre as diversas formas sociais de agricultura, aproximando-nos assim da provável diversidade existente entre os agricultores familiares do Vale do Itajaí.

Como se poderá perceber, classificamos as famílias de maneira diferente. Não mais em função das atividades não-agrícolas, dividindo-as em mono ou pluriativas, mas em função da importância da agricultura na vida das famílias entrevistadas, constatada depois das entrevistas. Isso decorre do fato de que, como nos indicava a entrevista com o Agente de Saúde, a prática agrícola ainda é mais importante do que demonstram as estatísticas e sua inserção na vida das famílias muito mais complexa, do que tipologias elaboradas a partir de

dados quantitativos são capazes de demonstrar. Dessa forma, nossas entrevistas contemplaram os modos de inserção da agricultura na vida familiar descritos a seguir²⁵⁵.

1) Unidades técnicas em que a agricultura é destinada ao mercado e ao autoconsumo, sendo, portanto, responsável por uma parte da renda familiar

1.A) Na unidade técnica se exerce apenas atividades agrícolas. Famílias n^o: 2, 5, 9, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31. São famílias monoativas.

- Dois grupos domésticos (pais com filhos casados/independentes): 2, 5, 24, 30.
- Casal jovem com filhos pequenos/adolescentes: 9, 23.
- Família com jovens adultos agricultores: 25, 26, 27, 31.

1.B) Unidades técnicas em que a agricultura é praticada apenas pelos pais (podendo ser um deles aposentado ou do lar); filhos com outras atividades (entre estas também a de estudante, mas não exclusivamente). Todas estas famílias coincidiram em ter pais entre 40-60 anos com filhos adolescentes/adultos. Correspondem às famílias pluriativas do tipo 1, apresentadas na seção anterior deste capítulo.

- Famílias com os dois cônjuges agricultores: 1, 3, 4, 11, 12, 20, 21, 29.
- Famílias em que apenas um dos cônjuges é agricultor: 6, 15, 16.

1.C) Unidades técnicas em que a agricultura é importante para a família, mas a pluriatividade também o é. Tanto a atividade agrícola quanto a não-agrícola estão distribuídas entre os diversos membros de uma mesma família num complexo arranjo familiar. Famílias: 13, 17, 18²⁵⁶, 19, 22, 28, 32.

- Casais sem filhos ou com filhos pequenos/adolescentes: 13, 17, 18, 19, 32.
- Casal com filhos adultos: 22, 28.

²⁵⁵ Uma vez que os detalhes do trabalho de campo assim nos permitem, adotamos para esta classificação, as definições de Almeida (1986:68,69): “**grupo doméstico**” como uma unidade residencial e de consumo, pessoas “que compartilham uma casa e uma cozinha”. Quando esta unidade residencial e de consumo é também unidade de trabalho, o autor sugere o termo “**unidade técnica**”. Já com o termo “**família**” o autor (op.cit.: 68,69) se refere a um “determinado conjunto de parentes, que é previamente determinado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) e há outros tipos (a idéia subjacente é que a família é uma unidade de produção de novas pessoas)”. Diante disso Almeida (op.cit.:69) ressalta: “a correlação entre grupos domésticos (unidades técnicas no meio rural) e famílias nucleares torna-se uma questão empírica, e passa a requerer uma explicação”.

²⁵⁶ Na família 18, é a esposa quem tem renda extra, não fixa, mas muito valorizada pelo marido.

2) Unidades técnicas em que a agricultura tem pouca expressão, destinada apenas ao autoconsumo

2.A) Apenas agricultura para autoconsumo. Famílias: 7 (casal pluriativo com filhos pequenos), 8 (casal de idosos aposentados).

2.B) Reflorestamento²⁵⁷, pluriatividade. Famílias: 14 (casal meia idade pluriativo com filho jovem, casado, pluriativo), 10 (casal aposentado).

Como havíamos informado anteriormente, dividimos as famílias de agricultores em grupos segundo a importância da agricultura para a vida da família com o intuito de podermos verificar se o significado de ser agricultor, varia nas diferentes formas de agricultura familiar, especialmente quando as atividades agrícolas são a única fonte de renda e quando são combinadas com atividades não-agrícolas.

De acordo com a opinião dos agricultores que entrevistamos, verificamos que, independente da divisão que procedemos, o uso da terra é decidido segundo as condições micro-climáticas do terreno conhecidas pelo agricultor, as condições de mercado, as possibilidades da comunidade local em suprir principalmente alguma demanda de mão-de-obra temporária, bem como a mão-de-obra disponível na família e os desejos dela. As decisões no estabelecimento rural familiar são feitas, então, com base nos três fatores apontados por Bennett (1982): macrosociais, microsociais e físicos.

Freqüentemente os agricultores se referiram às dificuldades de colocação de seus produtos no mercado com preço que possibilitasse algum retorno econômico da atividade. Para tanto, articulavam seu discurso em torno de fatores econômicos que escapam ao seu controle, como a decisão do preço das *commodities* agrícolas, sobretudo, milho e feijão. Essa dificuldade econômica contribuía na decisão de destinar mais ou menos a área a esses tipos de cultivo. Por outro lado, esses tipos de cultivos, mesmo sem retorno econômico, estavam sempre presentes nos estabelecimentos rurais. Eles são essenciais “para o gasto da casa”. Esta expressão é usada com freqüência pelos agricultores como referência aos produtos destinados ao consumo interno ao estabelecimento rural, seja diretamente na alimentação humana, seja para alimentação das “criações” – dos animais domésticos destinados ao consumo ou ao

²⁵⁷ O reflorestamento é uma atividade comum também às outras categorias elaboradas. Aqui aparece separado porque é a única atividade de uso da terra da família (atual ou futura) e, em geral, na representação dos agricultores entrevistados, a atividade de reflorestamento é claramente apresentada separadamente dos demais usos da terra.

mercado, em pequenas quantidades²⁵⁸. Invariavelmente, eram cultivados “para o gasto”: milho, feijão, batata-doce, mandioca, verduras de vários tipos e frutas. Com menor frequência foram mencionados pelos agricultores, abóbora, mangarito, amendoim, café, cará, cebola e alho. Quanto aos animais domésticos, estavam sempre presentes porcos, galinhas, gado bovino para corte e pelo menos uma vaca de leite. Com menor frequência ovinos, patos e peixes.

Também no momento de decisão sobre o plantio, os agricultores levavam em conta a possibilidade de contar ou não com mão-de-obra existente na comunidade para complementar à da família. Em alguns estabelecimentos, se faz a contratação temporária nos momentos de maior demanda. Em outros, o agricultor prefere não plantar mais do que “pode dar conta” com a mão-de-obra da família, porque afirma que na sua localidade não dispõe de mão-de-obra, mesmo oferecendo boa remuneração. A possibilidade de contar com as máquinas da prefeitura para preparar o solo e fazer a colheita do milho, influencia também a decisão do agricultor, sendo estes fatores microssociais. Entre estes, sobressai a centralidade da família, seja em termos de mão-de-obra disponível, seja em termos de seu projeto de vida, contando-se os desejos individuais de seus membros. As tomadas de decisão que levam em conta a “família” são feitas com base numa relação complexa entre pragmatismo e simbolismo, mais ou menos orientada por valores camponeses em geral, e do “colono” em particular.

Por outro lado, é indispensável destacar que quando questionados sobre o uso da terra, os agricultores invariavelmente recorriam ao seu saber tradicional sobre o processo produtivo ou sobre as condições edafoclimáticas e hidrológicas locais – os fatores físicos, mencionados por Bennett (1982) –, para explicar as decisões que haviam tomado. Assim, as decisões levam em conta os fatores físicos vinculando-os ao saber tradicional do agricultor, por sua vez, relacionado à família, seja em termos pragmáticos – sobretudo com respeito à disponibilidade de mão-de-obra – seja em termos de tradição, uma vez que em geral é o pai de família quem detém o saber sobre o processo produtivo. Pudemos perceber que as mulheres agricultoras que entrevistamos não discursavam com tanta propriedade e com tantos detalhes sobre o processo produtivo e raramente sabiam fornecer informações quantitativas sobre o estabelecimento rural. As decisões também são, em geral, deste modo, tomadas pelos homens e vinculadas a seus saberes, embora, eventualmente possam dizer respeito às mulheres, como é possível constatar nos depoimentos a seguir:

²⁵⁸ Apenas em um estabelecimento rural, cujo grupo doméstico era constituído apenas pelo casal de meia idade, não se plantava mais para autoconsumo devido a problemas de saúde.

“O meu irmão tá trabalhando lá em Brusque. Ela (cunhada da informante) tá plantando (fumo). Ela e os dois filhos. No caso, é ela que tá apitando agora, mas quando ele estava...(...) Aqui a mulher não manda muito não. (...) Funciona mais como eles (homens) querem”.

Agricultora pluriativa, 28 anos, Ourinhos.

“Sendo eu e os três filhos... e as noras são muito bem avisadas... Quando elas casam, eu pego elas: Oh, aqui é assim, assim, assim. O que nós quatro resolvermos, tá resolvido. Mas tem que ser assim...”

Agricultor pluriativo, 55 anos, Vargem Grande.

As mulheres, às vezes, participam também. Quando elas participam, elas decidem também. Em algum ponto que elas têm conhecimento, né? Então elas também podem decidir.

Agricultor pluriativo, 55 anos, Ourinhos.

Deste modo, é possível afirmar que a escolha das glebas de solo para este ou aquele cultivo, a época de plantio, o uso de práticas de conservação do solo, decorrem de um complexo arranjo entre os três fatores mencionados por Bennett (1982) – macrossociais, microsociais e físicos – sempre mais ou menos orientados pela tradição, na qual se inclui o saber do agricultor. As técnicas envolvidas no uso do solo (plantio direto, cultivo mínimo, adubação química, adubação verde, etc.) variam em virtude do tipo de terreno e das condições de trabalho, levando-se em conta o esforço físico necessário, eventuais despesas, a terra disponível, bem como os benefícios advindos com a adoção de determinadas técnicas – sempre fundamentadas pelo saber-fazer do agricultor, como pode ser depreendido dos diálogos transcritos abaixo:

Filho: Tem terra que dá melhor qualidade de fumo. Tem um pedaço que o fumo dá aurchadeira. Dá doença no fumo. Então a gente planta num pedaço melhor.

Entrevistador (E): Fazem safrinha em tudo?

Filho: Não. Porque a gente não tem lucro, então a gente só planta pro gasto. Então não vai precisar plantar em toda a terra.

E: Plantam mucuna nessas áreas livres?

Filho: Não.

Mãe: Um trabalha fora (marido), outro tá doente (ela mesma), então não dá para plantar.

Filho: Anos atrás ele (pai) plantava, mas agora não foi mais plantado.”

Agricultor, 24 anos, Areia Alta.

“Eu passo o arado só duas vezes: abre a fila, depois bota o adubo dentro, depois só passa mais uma vez. Não ara a terra toda, só duas filas. É melhor para trabalhar. Mais rápido para trabalhar, não soca tanto a terra.

E: Por que não fazer cultivo mínimo na vargem também?

Porque na vargem é muito ruim, faz um valo muito fundo daí. Daí é ruim para trabalhar.”

Agricultor, Ourinhos.

E: Por que não fazer plantio direto?

“Uma vez eu experimentei com vinte camaleões, ou seja, dava 3 mil pés de fumo. Mas nós temos um problema, dependendo do inverno, temos muitas lesmas, aí acaba com a muda. E se você vai investir em matar as lesmas com lesmicida, daí você não vai ter como fazer produção. Encarece bastante.

Agricultor pluriativo, 49 anos, Lageado Alto.

Só que nós aqui, nem mucuna não podemos plantar. Porque a nossa terra é pouca. Temos que aproveitar tudo o que ela produz com esterco e ainda colocar um adubozinho mais uma uréia, porque senão não temos comida suficiente para as nossas vacas. (...) Se nós, em vez de 3 ha, nós tivéssemos 10, nós poderíamos fazer isso.”
Agricultor, 60 anos, Salto.

Nós trocamos de terra todo ano. Nós temos bastante terra, né. Onde planta milho este ano, planta fumo ano que vem. Dá melhor.
Agricultor, 29 anos, vargem Grande.

E: No fumo também é plantio direto?
Direto. (...) Evitou muito mão-de-obra. (...) Não tem mais erosão dia de chuva. Isso aqui não dá mais erosão, não dá mais nada. A lavoura vem sã. Forte.
Agricultor, 56 anos, Porto Franco.

Em síntese, as razões que levam o agricultor a usar ou não determinadas técnicas de uso do solo variam, recebendo maior ênfase os aspectos relacionados à mão-de-obra e à disponibilidade de terras. O que há de comum em todas elas é o fato de o agricultor sempre se referir ao seu conhecimento tradicional para justificá-las, mencionando aspectos particulares de cada estabelecimento, que dificilmente podem ser generalizados.

Dentro da combinação já mencionada entre as necessidades pragmáticas e o valor simbólico atribuído às diferentes práticas executadas pelos agricultores familiares entrevistados, sobressai a importância do cultivo do fumo que tem sido a única cultura comercial com destaque no município, desde a metade do século XX. Como discutiremos a seguir, em torno das necessidades pragmáticas desse cultivo, especialmente a de mão-de-obra, os agricultores elaboram diferentes arranjos familiares, sempre balizados pela importância dada aos valores camponeses. A centralidade da família no que diz respeito à possibilidade de atender a essas necessidades pragmáticas ou aos desejos de seus membros, orienta as decisões para que se permaneça ou não plantando fumo. Dentre arranjos familiares está o recurso à pluriatividade, o que não diminui a importância da produção para autoconsumo – sempre ressaltada pelos agricultores.

Registramos, porém, famílias em que embora os valores camponeses estivessem bem presentes nesta geração adulta, talvez não sejam repassados para a geração seguinte. A maneira especial de pensar a articulação entre a terra, o trabalho e a família – destacada por Woortmann (1990) – já não é valorizada pelos filhos. Isso não implica, contudo, que a terra deixe de ser explorada. Num arranjo mais frouxo entre o simbolismo camponês e a necessidade pragmática de mão-de-obra do que aquele exigido pelo cultivo do fumo, a terra tende a ser utilizada para o plantio de espécies florestais exóticas, sobretudo o eucalipto.

Veremos também que as áreas de preservação permanente no interior do estabelecimento rural são pensadas com base nos mesmos critérios que as demais glebas, com base no saber do agricultor; saber que informa sobre as técnicas produtivas e sobre os valores que regem a vida social.

4.4.1 – O cultivo do fumo

À exceção de uma das famílias entrevistadas, a qual não é originária do município, todas têm a cultura do fumo em sua história. Assim, as decisões em torno dos três fatores mencionados acima, em algum momento da história do grupo familiar, tiveram como um dos critérios as condições necessárias à prática desse cultivo. Nas entrevistas realizadas ficou claro que o fumo é uma cultura agrícola que permite verificar, por excelência, como as necessidades pragmáticas, sobretudo de mão-de-obra, se articulam com as categorias simbólicas do discurso do “colono” – terra, trabalho, família, comida, liberdade e trabalho árduo – apontadas por Seyferth (1993).

A maioria dos agricultores entrevistados visualizam o fumo como a única cultura que encontra mercado garantido. Diante do baixo preço de outros produtos como o milho e o feijão, e diante das dificuldades de deslocamento e das condições precárias das estradas que inviabilizariam o comércio de produtos que têm “vida de prateleira” mais curta, como verduras e frutas frescas, para a maioria dos colonos de Botuverá, permanecer na roça é sinônimo de cultivar fumo.

“Se sair do fumo, tem que sair daqui mesmo. Porque não tem outra coisa para fazer”.
Agricultor, 30 anos casado, Areia Alta
(família monoativa)

“Quem vive na roça tem que plantar fumo, porque outra coisa... O quê?”
Agricultor, 31 anos solteiro, Vargem Grande
(família monoativa)

“Oh Dio! Acho que só dá o fumo!”
Agricultora, 46 anos, Lageado Baixo
(família monoativa)

“Se é para plantar fora disso aqui (fumo), pode ficar aí deitado que é a mesma coisa.”
Agricultor 52 anos, Salto
(pais agricultores, filhos não)

As afirmações acima são de agricultores que vivem a atividade agrícola em diferentes fases do ciclo doméstico e em diferentes localidades do município. A primeira foi expressa por um agricultor jovem com filho em idade pré-escolar e morador da localidade mais distante da sede municipal. A última, por um agricultor com filhos adolescentes e adultos que

se negam a trabalhar na terra, morando a 2km da sede do município. Dessa forma, a primeira representa a reprodução da agricultura familiar e a última, a crise da tradição. A despeito dessas diferenças, para a maioria, o fumo é visto como a única maneira de permanecer cultivando a terra para a obtenção de renda. Os agricultores se referem à garantia de compra do produto pela empresa fumageira. Ou seja, para outros produtos não existe a certeza de que aquilo que foi produzido será vendido – “não se acha de vender”. Enquanto que “o fumo é garantido”. É uma cultura rentável em condições de pouca terra – “O fumo é assim, pouca terra, só que tem que ser terra boa. Pouca terra, produz muito”.

“O fumo é garantido. É todo ano. Pelos menos aquele ali tu vendes. Apesar de preço baixo às vezes, é vendido.”
Agricultor, 50 anos, Ourinhos.

“O fumo vai. Bonito ou feio, vai”.
Agricultor, 29 anos, Vargem Grande.

Feio e bonito, nunca ficou no galpão.
Agricultora, 54 anos, Porto Franco

“[O fumo] não pode ser usado para nada, mas também não sobra.”
Agricultor pluriativo solteiro, Porto Franco.

Diante das exigências do cultivo do fumo, evidenciam-se as **categorias identificadoras do colono**. Em todos os estabelecimentos produtivos que visitamos nos quais se produzia fumo, o cultivo era feito com, no mínimo, duas pessoas da família. Na época da colheita em que é maior a demanda de mão-de-obra, quando não há mais mão-de-obra disponível na família, contrata-se uma pessoa temporariamente. Em muitos casos, aquele que é “pago por dia” é também um parente próximo. Ao mesmo tempo em que existe a demanda pragmática de mão-de-obra, o “valor família” conta nas decisões tomadas em torno do cultivo do fumo, seja para abandoná-lo, seja para continuá-lo.

Registramos um caso em que um agricultor que havia ido trabalhar na cidade retornou porque “em casa tinha pouca gente e quis ficar com o irmão”. Sozinho, o irmão não poderia mais produzir na roça. O valor família e o princípio da reciprocidade pesaram na hora da decisão.

Em outro caso, numa família em que se dedicavam ao cultivo do fumo o pai de 73 anos, o filho de 37 e a nora de 27, quando a nora engravidou e não pôde, naquele ano, dedicar-se ao cultivo do fumo, o marido procurou um emprego temporário numa pedreira, voltando para o cultivo do fumo assim que a esposa pôde contribuir novamente com a mão-de-obra. A criança fica aos cuidados da avó que, por motivos de saúde, não pode trabalhar na roça.

Os casos acima são exemplos de que o ponto crítico do cultivo do fumo se dá quando não se pode contar com a mão-de-obra de, no mínimo, duas pessoas da família.

Marido: “Não adianta querer plantar muito e não colher, né? Ah, não é fácil. Se ela (esposa) se entrega, quem vai apanhar [o fumo]? Quem vai na roça?”

Esposa: “É só nós dois...”

Marido: “Se se entrega um, acabou-se. Não tem mais um sozinho. Sozinho, fazer o quê? Sozinho na roça nem dá...”

Agricultor, (52) e esposa (49), Salto

Por outro lado, existem situações de escassez de terra, em que a terra disponível para o cultivo do fumo já não é capaz de absorver a mão-de-obra da família. Alguma estratégia familiar deve ser encaminhada para garantir a continuação da unidade produtiva, seja por meio do cultivo do fumo ou não. Citamos como exemplo um caso em que os pais (de 56 e 54 anos) poderiam abandonar o cultivo do fumo para dedicar-se a outras atividades, como panificação, produção de verduras e apicultura, e deixar o cultivo do fumo para o filho. No entanto, esta atitude impossibilitaria a reprodução da unidade produtiva: o herdeiro – o filho casado que pretende permanecer colono – não dispõe de mão-de-obra suficiente para continuar com o cultivo do fumo enquanto a sua esposa não pode contribuir porque têm um filho pequeno. Por isso, os pais continuam plantando fumo porque segundo eles, “de repente não dá para sair porque o rapaz fica sozinho”. Neste caso, o argumento apresentado pelos pais evidencia a importância do tripé terra-trabalho-família. Ao mesmo tempo, o filho deseja continuar na roça porque pauta-se por outro valor de condição de colono – a liberdade – conforme o depoimento de sua mãe:

“Mãe: Porque o rapaz também não gosta de emprego, já saiu duas vezes, não gosta. Ele não gosta das firmas. Trabalhar de empregado... Depois começaram os cunhados. Os irmãos colocaram uma fiação. Era que nem [se ele] fosse um patrão. De noite, ele mandava. Também não quis ficar. Mas antes ele ficar em casa plantar fumo, mas não na fiação.

E: Porque ele tinha ido para a fábrica?

Pai: Para ver se acostuma, para desistir do fumo. (...) Mas ele não se acostumou.”

Agricultor (56) e esposa (54), Porto Franco.

A mãe fez questão de esclarecer que no seu segundo emprego (em parceria com o cunhado), teria uma relativa autonomia, “que nem fosse um patrão” em oposição ao “empregado” – categoria usada por muitos agricultores de maneira pejorativa, que indica a perda de liberdade no que diz respeito ao horário e ao controle do processo produtivo. Na fábrica, ou nas “firmas” – como são chamadas os diferentes tipos de empresas que contratam assalariados – , quem manda é o patrão²⁵⁹.

²⁵⁹ Devemos destacar ainda que o outro filho do casal trabalha como pedreiro e reside fora do estabelecimento rural, mas planta eucalipto numa parte da terra cedida pelo pai.

Assim, é difícil apresentarmos de maneira isolada a influência de uma ou outra categoria simbólica identificadora do colono, na tomada de decisão, porque os agricultores entrevistados implicitamente estabeleciam relações entre as categorias que lhes conferem sua identidade social, corroborando com o que afirmava Woortmann (1990). Ou seja, que ao falar do trabalho, o agricultor fala da família e da terra – estas, categorias nucleantes e relacionadas. Embora os motivos que levam o estabelecimento produtivo a ficar com a mão-de-obra reduzida variem, as categorias da campesinidade e do colono estão presentes entre as justificativas e sempre de maneira relacional.

Das famílias monoativas que entrevistamos encontramos que em quatro delas a terra era usada em conjunto por dois grupos domésticos. Em três dessas famílias, os grupos domésticos eram formados apenas pelo casal (ou seja, os filhos já eram casados e não residiam com os pais). No entanto, o uso da terra não era feito apenas por esse casal, mas sim em conjunto com um ou mais filhos. Em duas delas os filhos residiam em casas próximas, porém independente da casa dos pais. Assim, não constituem uma família-tronco (Seyferth, 1985), mas famílias nucleares, e mesmo constituindo grupos domésticos distintos, trabalham juntos na mesma terra, ou seja, não formam unidades técnicas específicas.

Na outra família, quando os filhos que hoje moram em outro município abandonaram a propriedade, os pais não puderam mais plantar fumo e as terras antes dedicadas a este cultivo tiveram de ser utilizadas com uma cultura que pudesse contar com a mão-de-obra esporádica dos filhos que já não residem no município e se dedicam a atividades urbanas – o reflorestamento com pinus e eucalipto. Na quarta família, os filhos solteiros que moram com os pais continuam usando a terra com o irmão casado que tem residência própria. Estas famílias já nos dão indícios de que os arranjos intrafamiliares para permitir o uso da terra são diversos e que mesmo a residência dos filhos fora do estabelecimento produtivo (ou mesmo do município) não necessariamente estabelece a sua ruptura definitiva com a terra.

No entanto, em várias famílias cujos membros entrevistamos, a reprodução da unidade produtiva não é visualizada com certeza pelo pai de família. Existem famílias em que os filhos já abandonaram a atividade agrícola e só os pais permaneceram na agricultura. Com exceção de uma família em que a possibilidade de reprodução da agricultura é duvidosa, devido à escassez de terras (possui apenas 4 ha) e na qual se fez apenas uma safra de fumo em toda história familiar, em várias famílias, assim como nos exemplos anteriores, os filhos começaram a exercer atividades não-agrícolas quando, na casa paterna, se cultivava fumo. Em alguns casos, os pais puderam abandonar o cultivo do fumo e investir em outras atividades agrícolas. Em outros casos, os pais não têm condições de investir e “são obrigados” a

permanecer no cultivo do fumo, no mínimo, até cumprirem a idade mínima para aposentadoria. De oito famílias em que só os pais permaneceram na agricultura, em cinco delas os pais afirmaram que precisariam de mão-de-obra além daquela que dispõem na família. Efetivamente, em três delas, contrata-se mão-de-obra para a safra do fumo.

Em outras famílias em que os filhos ainda não estavam em idade de escolher sua profissão, as atividades não-agrícolas foram procuradas porque o fumo já não dava o retorno econômico necessário ou ainda porque a família não dispunha da mão-de-obra necessária para o seu cultivo. Como o fumo é a única cultura agrícola capaz de gerar renda considerada “garantida”, diante da impossibilidade de obtê-la, os próprios cônjuges procuram atividades não-agrícolas para garantir a renda familiar.

4.4.2 – A importância da produção para autoconsumo

Contudo, é indispensável afirmar que em todas as famílias em que um ou ambos os cônjuges praticavam atividades não-agrícolas, a **produção para autoconsumo** não foi abandonada e é muito valorizada. A produção do próprio alimento como categoria identificadora do colono permanece nessas famílias, mesmo que na maioria delas a continuidade da atividade agrícola pelos filhos não seja, no momento, visualizada com certeza pelos pais. Em geral, mesmo quando os dois cônjuges têm alguma atividade não-agrícola, em algum momento ambos se dedicam ao uso da terra, mesmo que seja nos fins de semana ou esporadicamente, quando não precisam se dedicar à atividade não-agrícola. Por outro lado, em apenas um caso verificamos que a produção agrícola destinava-se exclusivamente ao autoconsumo. Na grande maioria das vezes algum excedente era vendido. Em geral são produtos perecíveis que não podem ser armazenados por longo tempo, como queijo, leite e ovos. Também são comercializados: as galinhas que já não servem para postura, milho e batata-doce excedentes e até mesmo suco de frutas que são preparados e congelados para venda em casa. Outra prática bastante corrente entre os agricultores, mesmo entre os pluriativos, é a manutenção de uma pequena quantidade de matrizes de suínos com o objetivo de vender os leitões para outros agricultores, os quais farão a engorda dos animais para consumo próprio.

“Eu classifico assim, o colono em dois tipos. Eu classifico: O colono, aquele que planta fumo e é colono e digo que existe o plantador de fumo. Que o cara que só planta fumo e ele não produz tudo o que puder pro alimento, consumo da casa, ele é simplesmente um plantador de fumo.(...) **O colono que não produz o suficiente para o consumo, ele não é colono.** Pra mim, ele não é colono. Eu digo sempre pros meus filhos, hoje em dia, nós temos a fábrica de conservas, no lugar da nossa gente, a nossa família, ir trabalhar de empregado. E hoje ela aumentou que entrou as três noras. Nós temos mais 4 empregados. Então, eu sempre digo para eles, se dá lucro ou prejuízo, não interessa. Agora o **necessário para o gasto**, esse fizemos, o mais que nós pudermos. Tem ano que não planta feijão, não planta batatinha, essas coisas pequeninhas (...) Mas o grosso, como o milho, isso, aquilo, a carne que é cara... Nós temos galinha, temos porcos, temos vaca de leite, temos tudo.”

Agricultor pluriativo, 55 anos, Vargem Grande²⁶⁰

“Vender, não. Porque não adianta vender. **É coisa que o pai deixou.** A gente sempre planta isso aí para comer né... Agora plantar para vender não dá, porque é muito serviço. (...) Para plantar para comer, sempre a gente tem que plantar. Porque tudo na venda não dá.”

Agricultora pluriativa, Sítio Sessenta
(dois cônjuges pluriativos)

“Vou vender a terra, vamos morar na cidade... Nós vamos morrer de fome. Assim, não. Eu tenho a terra. Eu vou plantar alguma coisa para comer. Para comer eu tenho, lá na cidade eu vou plantar o quê? Lá é aquele chão ali e mais nada.”

Agricultor 52 anos, pedras Grandes
(esposa pluriativa)

“Eu não posso dizer que não sou da roça. Porque eu tenho vaca, tenho bezerro. Planto milho com meus sogros. Só não vou mais no fumo... No fumo eu não vou mais. Mas na roça, assim, eu trabalho ainda... (...) A maioria [dos alimentos] a gente tira, né? Tu já pensaste comprar tudo? Morar aqui e ter que comprar as coisas fora?! É só o que faltava, né?”

Agricultora casada, 28 anos, Ourinhos
(dois cônjuges pluriativos)

4.4.3 – Pluriatividade e reprodução social

Em alguns casos, diante da impossibilidade de manter a propriedade produtiva se os dois cônjuges forem pluriativos, um deles permanece na propriedade, de acordo com situações particulares de cada família. Quando os dois cônjuges exercem atividades não agrícolas, geralmente um deles (ou mesmo os dois) trabalham na própria residência ou um deles dispõe de horário de trabalho flexível. A última fala transcrita acima é de uma agricultora pluriativa cujo marido também exerce atividades não-agrícolas, mas ela mesma (esposa) dispõe de um horário de trabalho bastante flexível. Por ter filhos pequenos e ser incapaz de sozinha “cuidar do terreno”, a terra de sua família é mantida “limpa” pelo seu

²⁶⁰ A entrevista com este agricultor fez parte de nosso trabalho exploratório, em julho de 2003. Ele é um caso raro no município de Botuverá: pôde investir em uma atividade não-agrícola – uma fábrica de conservas –, no próprio estabelecimento rural e conseguiu que todos os 5 filhos permanecessem no meio rural, revezando-se

cunhado que permanece na agricultura plantando fumo. “Manter a terra limpa” significa manter a terra em condições de uso, sem que a mata nativa se regenere, de modo que, quando for necessário, ela esteja disponível para ser usada. Assim, essa é uma preocupação dos agricultores de famílias pluriativas: não querem descuidar o terreno. Esta “necessidade”, além do aspecto pragmático – a terra estará em condições de uso quando for necessitada – está ancorada na concepção de “capricho”, de “cuidado” com a terra – registrada por Seyferth (1993) quando estudou os colonos do Vale do Itajaí-mirim (nos municípios de Brusque e Guabiruba), em que a presença de “capoeira nas roças” desqualificava o colono.

“Se eu trabalhar o dia inteiro na fábrica, eu não vou dar conta de trabalhar aqui no terreno sozinho. Aí fica ruim. Ah, eu gosto de trabalhar aqui porque a gente se vira assim. Vai colhendo um pouco, vai tirando um pouco para comer. Ela (esposa) ganha o dela. Isso (roça) ajuda muito. Que no mercado, a gente vai fazer a compra e faz, quer dizer, pouca coisa... a nossa compra, num valor de dinheiro. A gente vê o operário que trabalha na fábrica, quando vai fazer a compra deles, eles falam para 300-400 contos (reais) e eu aqui, 150-200, nós fizemos a compra (...) Eu não queria trabalhar na fábrica. Que o meu terreno aqui é meio grande e eu, para agüentar tudo limpo, tem que trabalhar bastante”.

Agricultor, 45 anos, Pedras Grandes
(esposa pluriativa)

Assim, a procura de atividades não-agrícolas, não necessariamente representa a negação da tradição, da campesinidade. Os agricultores (já casados) pluriativos evocam categorias do camponês tradicional para justificar sua permanência na terra, especialmente a categoria “comida”, informando, além do seu significado simbólico, a necessidade pragmática da segurança alimentar. Também evocam categorias específicas do colono como o “cuidado” com a terra e a necessidade de torná-la produtiva (SEYFERTH, 1993) – “Agüentar o terreno em ordem, não deixar vir mato (...) deixar o pasto limpo, senão fica feio”.

Como no trabalho de Seyferth (1984), sobretudo quando são os cônjuges que recorrem a atividades não-agrícolas, esta vem para substituir a renda antes obtida com um produto agrícola destinado ao mercado – nas famílias por nós entrevistadas, o fumo.

Os agricultores pluriativos também enfatizaram a qualidade de vida do espaço rural em oposição ao espaço urbano, expressada pela liberdade de estar ao ar livre:

“Quando eu vou para a roça eu me divirto mais, melhor... Na cidade eu acho que... não sei, fica presa ali dentro de casa. Tu sais não tem árvore para tu olhares, não tem mato, não tem nada. Aqui é tudo. É mais divertido. Sei lá... tem gente que não acha, né?”

Agricultora pluriativa, Sítio Sessenta
(dois cônjuges pluriativos)

entre as atividades diretamente agrícolas na produção de matéria-prima (frutas e verduras para conserva), o processamento e a venda dos produtos.

“Nós aqui temos a liberdade, um lugar bom para andar, tudo espaço, um lugar bonito.”
Agricultor 45 anos, Pedras Grandes
(esposa pluriativa)

“Aqui as crianças podem correr... Se for para sair daqui, a gente volta a plantar fumo.”
Agricultora pluriativa, 28 anos, Ourinhos
(dois cônjuges pluriativos)

Por outro lado, não podemos afirmar que a unidade agrícola produtiva e que os valores camponeses serão repassados para a geração seguinte, porque em alguns casos em que os filhos já poderiam contribuir em alguma tarefa agrícola, não o faziam. A falta de terra também foi o motivo que levou alguns filhos adultos de casais pluriativos a procurarem também uma atividade não-agrícola – “Foram obrigados a trabalhar tudo fora porque não tem terra. Pouca terra”. Mas estes filhos tampouco participavam das tarefas agrícolas na terra dos pais. O saber-fazer não estaria sendo transmitido e, parafraseando Woortmann (1990:43), “a transmissão da terra sem o saber não transformaria esta terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar”.

Registramos também situações em que o pai desaconselhava seu filho, ainda criança, a permanecer na agricultura porque questionava justamente uma das condições do ser colono – o trabalho árduo – diante das dificuldades concretas de lidar com a terra em um relevo muito acidentado e no qual a mecanização é impossível. No entanto, para esta geração adulta, a atividade não-agrícola realizada por membros da família rural não significava a proletarianização, e os valores da identidade de colono são freqüentemente evocados para justificar o uso da terra.

Da mesma forma, em todas as entrevistas que realizamos, quando questionamos sobre a possibilidade de vender a terra, apenas dois agricultores responderam que a venderiam. Um deles para poder investir no próprio estabelecimento e o outro porque estava muito descontente por problemas com familiares que eram vizinhos. Algumas vezes nossa interrogação foi respondida apenas com risos – como resposta a uma possibilidade absurda. Outras vezes, se evocava a noção de patrimônio, relacionada a outras categorias como a comida e a liberdade, mesmo para aquelas famílias em que os filhos já não desejam trabalhar na roça.

“Porque aqui é herança do pai (...) Não vou vender isso aí, né? Depois vou passar a herança para os filhos. Vou passar para frente, né?”
Agricultor, 56 anos, Porto Franco.
(família monoativa)

“Oh, mas nunca vamos vender a terra. A terra é uma coisa que não se vende, né? Mas antes compra. Mas não vende. (...) Mesmo não trabalhando na roça, a terra não se vende. Eh... só se for uma doença ou uma coisa assim, né? Mas senão, não podemos vender.”

Agricultor 55 anos, Águas Negras.
(pais agricultores, filhos não)

Não, a gente não vende. Enquanto eu tô vivo, ninguém vende. (...) Depois tem sempre um pé de coisa, coisa de comer que planta, né? Se vender não tem mais nada. (...) Quem tem o chão²⁶¹, não tem nada, tem só um chãozinho.

Agricultor (52) e esposa (49), Salto.
(pais agricultores, filhos não)

4.4.4 – Os jovens, o cultivo do fumo e a reprodução social

Como afirmamos anteriormente, em todas as famílias entrevistadas a procura de atividades não-agrícolas pelos jovens se deu quando os pais plantavam fumo. Em algumas dessas famílias os pais afirmaram que seus filhos “não gostam de trabalhar na terra”, independentemente do tipo de cultivo. De fato, em duas delas, os pais ofereceram outro tipo de trabalho agrícola (diferente do fumo) aos filhos e necessitariam de sua mão-de-obra. Mas, mesmo assim, os filhos se negam a herdar o trabalho da terra. Nessas famílias poderíamos dizer que os valores camponeses estão em crise. Ao contrariar a tradição, os filhos não são bem avaliados pelos pais. Por outro lado, alguns dos pais questionam as dificuldades concretas de que os filhos continuem na agricultura, sobretudo os direitos trabalhistas. Diante das suas próprias condições de aposentadoria e das dificuldades por eles referidas de conseguirem “se encostar”, ou seja, obter auxílio financeiro da Previdência Social em caso de doença – garantia para que a unidade produtiva e mesmo o sustento imediato da família continuasse viável –, hesitam em recomendar que os filhos permaneçam na agricultura, mesmo que necessitem de sua mão-de-obra.

“Eles sempre acham: Ah, mas o pai se aposentou com R\$ 260,00. E se nós ficarmos na roça, quando nós vamos nos aposentar, com o salário mínimo, nós vamos conseguir sobreviver? (...) a gente não sabe nem o que vai dizer...”

Agricultor, 60 anos, Salto.
(pais agricultores, filhos não)

“Os filhos não pensam em plantar mais. Só se virar a idéia deles. Não compensa. Não gostaria que os filhos trabalhassem na terra. É mais tranquilo na cidade. Agora começaram as fábricas por aqui, falta só o transporte de ir e vir. É melhor para eles porque com 17 anos podem trabalhar com carteira. Podem se aposentar mais cedo. O governo não dá valor pros colonos”.

Agricultor, 47 anos, Lageado Alto
(pais agricultores, filhos não)

²⁶¹ Com a expressão “chão”, o agricultor refere-se a um lote de terra nos padrões urbanos, o qual não seria suficiente para, por meio do cultivo da terra, obter o alimento necessário para a família.

Outros entrevistados, entretanto, criticam a atitude dos filhos de não trabalharem mais na terra, de aceitarem a condição de assalariados e não se preocuparem com a produção de seu próprio alimento e de, renegando a herança do trabalho na terra, desvalorizarem o trabalho da família. Para estes pais, a terra não é apenas terra, é o resultado do trabalho do pai. É patrimônio da família.

“O serviço que nós temos aqui, temos para mais pessoas, né?, que é demais para nós. Que nós não estamos dando conta, mas ele (filho) não quer ficar em casa porque diz que não gosta do serviço. No começo foi difícil. (...) O que era feito, era para ele, né?, o que ficava, depois, era para ele. Porque nós trabalhamos a braço até 2000. Isso aqui fica para ele, né? Fica para ele e para a filha, né. **Se nem eles vão cuidar daquilo que o pai tem**, né. Mas infelizmente... Pode ser que eles vão cuidar, mas agora eles não querem cuidar. Agora eles preferem trabalhar fora, mas não cuidar.”

Agricultor, 60 anos, Salto.
(pais agricultores, filhos não)

Eu tenho um que não quer nem saber de terra. (...) Um filho de 20 anos, na fábrica. Fiação. Ele é da opinião de trabalhar na fábrica... que eu tenho capoeira que dá para plantar... Ajudava, né? Tirava a capoeira, plantava eucalipto. Mas não quer nem saber. Vai lá, trabalha oito horas e... (...) Aqui em Botuverá, lá numa poeira. Isso ali acaba com a saúde. (...) Ele é empregado. (...) ele quer ver o dinheiro uma vez por mês. Eu plantei pouco, mas eu ganhei mais do que ele.

E: Então, não é por causa do dinheiro que ele vai para a fábrica?

Não. É por causa do serviço. Ele não gosta da terra... não gosta da terra.”

Agricultor, 50 anos, Gabiroba
(pais agricultores, filhos não)

Temos dois netos e nós demos um pouco de leite para eles. (...) Para tratar não, mas para buscar, ele (filho) vem. Mas ele poderia ajudar um pouco, né. Ele não ajuda nada. Eles estão lá que parece Domingo. Nós estamos trabalhando.

Agricultor, 52 anos, Salto.
(pais agricultores, filhos não)

Às vezes, a crítica não é feita diretamente aos filhos, mas à juventude de modo geral. Os pais questionam a perda da autonomia da colônia no que diz respeito, sobretudo, à produção de seu próprio alimento. Nessas famílias, pudemos perceber que a colônia, nos dizeres de Woortmann (1990:22) “teve a tradição abalada”.

Eles poderiam trabalhar na fábrica. Não digo que não poderiam. Trabalhar na fábrica, mas aquele meio dia que sobra devia ter uma horta ou alguma coisa para comer em casa, mas é que não querem mais. A maioria não tem nem a vaca de leite. (...) Eu, às vezes, me sinto mal. Nossa! Eu vou comprar um queijo, eu vou comprar um salame, eu vou comprar uma outra coisa... mas colono que tem terra em Botuverá, comprar batata-doce e aipim? Vai o verdureiro vender em casa, vende batata-doce e aipim! (...) Trabalha fora aquele pouco de tempo, acha que pode comprar, não planta mais.”

Agricultor, 60 anos, Salto.
(pais agricultores, filhos não)

“Acabam os velhinhos... Meu caro, os novatos de agora, ninguém quer mais enxada. Não querem mais saber de nada. Só esses empregozinhos ali de fábrica, essas coisas. (...) Trabalham 8 horas por dia. Mas também, eles trabalham na fábrica hoje, comem amanhã. Nunca têm nada. Recebe hoje, amanhã ele vão deixar tudo no mercado. Não têm nada. Não tem nada de plantado. Para eles botarem na boca? Tudo compradinho. Tudo compradinho. Mas nem um pinto não criam mais. Precisou galinha para comer, eles compram. Senão, não come. Ovo... tudo, tudo...”

Agricultor aposentado, 77 anos, Sítio Sessenta.
(pais agricultores, filhos não)

“Tem gente que poderia ter vaca, galinha, porco, mas não cria mais nada.”

Agricultora, 55 anos, Porto Franco.
(pais agricultores, filhos não)

Coincidência ou não, a maioria dos casos de filhos que se negam a herdar o trabalho da terra são de famílias que residem em localidades próximas à sede do município (Águas Negras, Salto, Gabiroba). O contato com valores modernos pode ser a causa do questionamento dos valores camponeses. “É como se, no movimento constante de reintegração a uma sociedade global em transformação, o filho realizasse uma ‘descoberta do outro’, de uma alteridade não-tradicional de novos valores, estabelecendo, com isso, o estranhamento de seu próprio universo e sua desnaturalização (WOORTMANN, 1990:56).

Esse entendimento é reforçado por Carneiro (1999:103) ao estudar as famílias rurais do município de São Pedro da Serra (RJ). Em seu estudo a autora constatou o crescimento da oferta de uma gama variada de alternativas de emprego urbanos à população rural, criando espaço para o exercício da pluriatividade. Carneiro (op.cit.:103) destaca:

“Nesse contexto, a quebra do relativo isolamento econômico e a maior integração aos valores da sociedade urbano-industrial estimulam a formação de projetos individuais voltados para o objetivo de melhorar de vida. Em consequência disso, a criação de *novas necessidades* rompe com o padrão de reprodução anterior, ampliando o campo de possibilidades de realização de projetos individuais”.

Embora, em nosso estudo, nas localidades localizadas mais próximas da sede municipal tenha sido mais comum os pais afirmarem que os filhos não gostam “do serviço da roça”, estes mesmos pais afirmaram que seus filhos gostam de residir no espaço rural e, de fato, permanecem morando junto com os pais. Por outro lado, residir na propriedade dos pais é também uma necessidade concreta. Quase todos os pais cujos filhos negam o trabalho da roça disseram com orgulho que o filho, de certa maneira, ainda depende dos pais. Na maioria dos casos os pais fornecem alimentação, moradia, e a roupa lavada. Então, se por um lado a continuidade da unidade produtiva é duvidosa porque a tradição é negada pelos filhos, por outro, é a agricultura mantida com todos os valores do colono evocados pelos pais que possibilita aos jovens iniciar outra profissão. Este fato também foi registrado por Schneider (2003b:220), quando verificou que na maioria dos casos de colonos pluriativos nas

localidades de Braço do Sul (Blumenau/SC) e de Padre Eterno Ilges (Santa Maria do Herval/RS), pequena parte do salário era destinada às despesas com alimentos. Em nosso estudo de caso, os jovens das localidades mais próximas da sede tem mais facilidade de conseguir emprego porque estão mais próximas das fábricas e, muitas vezes, a própria fábrica disponibiliza o transporte dos operários²⁶².

Nestes termos, contudo, quando a atividade não-agrícola é exercida pelos filhos, ela não necessariamente significa um rompimento com a tradição. Afinal, como afirmou Seyferth (1985, 1992), a reprodução integral da unidade familiar de produção original na condição de colono é idealizada porque o lote padrão de 25 ha, recebido na época da colonização, nunca seria suficiente para permitir que todos os filhos continuassem na agricultura e, em algum momento do ciclo doméstico, a família não poderia prescindir da proletarização.

Se para alguns jovens negar o cultivo do fumo foi também negar a terra, outros afirmam que gostariam de permanecer na terra, mas se negam a cultivar fumo.

“Na fiação eu trabalho bastante, só que o fumo é assim: tá calor, tá na roça... sol direto também. Não é tão puxado que nem lá na fiação que tem que trabalhar, não pode folgar que nem na roça. Na roça pode parar a hora que quer. **Só que eu não gosto do fumo.**”

Agricultor pluriativo solteiro, 19 anos, Ourinhos.

O jovem cuja fala transcrevemos acima ressaltou sobretudo o seu desgosto pelo cultivo do fumo, mas também destacou que valoriza a possibilidade de receber mensalmente seu salário, o que não era possível, na sua família, com o referido cultivo. Haygert & Dickie (2004) registraram esse desejo de autonomia financeira manifestados por jovens de diversas localidades do estado de Santa Catarina. As autoras afirmam que “a autonomia monetária é vista por eles como um sinal de maioridade, mesmo estando na casa do pai, não tendo casado, não tendo filhos. Tradicionalmente, a saída da casa do pai ou o casamento era a única forma de adquirir esta autonomia” (op.cit.:127).

Esse pode ser mais um questionamento da tradição realizado pelos jovens. De fato, um agricultor nos relatou todo seu esforço para que os filhos tivessem, na roça, o conforto desejado: motocicleta, casa nova e a partir dos 21 anos, “trabalharam para eles”, embora todos em conjunto na terra do pai.

²⁶² Cabe destacar que Abramovay *et al* (2001:46), ao estudarem jovens rurais do oeste catarinense num contexto onde não existia a pluriatividade, constataram que “a cidade aparece como horizonte tanto mais promissor, quanto menor é a renda familiar”.

“Eu sou privilegiado. Graças a Deus, eu tive a sorte que os meus ficaram. Que os meus, uma época que nós plantávamos fumo, me ameaçaram de ir embora. (...) Primeiro comprei uma moto zero para todos os filhos. Também para eles terem o conforto para ficar aqui. Que talvez, se seu não tivesse ofertado uma proposta, ter cuidado deles, de agüentar eles, vamos dizer, para eles terem o conforto deles, talvez eles oh... (...) No nosso tempo, nós podíamos sair para fora para uma missa, para uma reza, sem um tostão no bolso. Mas hoje não dá mais. Se não quer que ele vire ladrão, faz isso.”

Agricultor pluriativo, 55 anos, Vargem Grande

Devemos ressaltar que esse agricultor tinha uma quantidade maior de terra do que os demais entrevistados (116 ha, embora aproximadamente 90 ha sejam de mata nativa primária e secundária) e pôde investir em uma fábrica de conservas no próprio estabelecimento rural. No entanto, foi também quando plantavam fumo que seus filhos “ameaçaram de ir embora”. Woortmann (1990) afirma que a realização monetária, resultado do trabalho, faz parte da autonomia do camponês. Os jovens podem estar questionando os modos tradicionais para obtenção dessa autonomia. No entanto, registramos alguns casos de famílias monoativas em que os jovens, cultivando fumo junto com sua família, tinham autonomia financeira – pois a renda era dividida em partes iguais entre os membros da família que se dedicavam ao cultivo – mas não desejavam continuar plantando fumo e estavam quase decididos a abandonar a atividade agrícola.

“Viver aqui é bom, só que o fumo já não... **eu não gosto do fumo**. Se tivesse outro meio para viver aqui era muito melhor.”

Agricultor solteiro 23 anos, Chapadão da Vargem Grande.

Invariavelmente os jovens afirmaram, assim como muitos dos pais, que o trabalho do fumo é um trabalho muito penoso. Paulilo (1990:154) ao estudar a fumicultura em algumas localidades de Santa Catarina afirmou que “a auto-exploração da família é uma das características principais da fumicultura. Aceitação de um trabalho tão penoso só é justificada, pelos entrevistados, em função do rendimento do produto. Também é a atividade que melhor permite o trabalho feminino, infantil e mesmo o de pessoas idosas, quando chega a fase da classificação”.

As famílias pluriativas cujos jovens abandonaram a atividade agrícola quando os pais plantavam fumo são famílias que estavam quase na mesma fase do ciclo doméstico de várias famílias monoativas que entrevistamos: alguns dos filhos já chegaram ou estão se aproximando da idade em que podem trabalhar legalmente, já podem ter “carteira assinada”. Como afirmamos anteriormente, a procura pelo emprego, se deu quando se cultivava fumo na casa paterna. Em dois casos, em que os pais puderam investir em outras atividades, parte importante da unidade produtiva foi assumida pelo menos por um dos filhos. Os relatos dos

pais cujos filhos não exercem mais atividades agrícolas podem nos indicar um dos motivos do abandono da atividade agrícola: o único cultivo considerado viável (fumo) não é mais desejado.

“Se acabava *essa coisa* (fumo) era melhor. Só que nós o dinheiro não vimos mais.”

Agricultor, 52 anos, Salto.
(pais agricultores, filhos não)

“O fumo... nós só trabalhamos e o bom só para a firma e o governo. Nós sobramos as unhas pretas aqui na terra com o fumo. (...) Porque eu não posso largar, sou obrigado, para comer. Sou *obrigatíssimo*, para comer. Na minha idade não posso mais trabalhar de empregado. Vou fazer o quê? (...) Quem planta fumo são obrigados, estão enforcados. Porque do resto não planta mais ninguém... Uh! Dá um cheiro lá no fundo... As costas... e o calorão! (...) Depois a meleca que tem o fumo. Fica tudo melado. (...) quando vai colher na roça, as mãos são todas pretas, um cascão. Fica ali de melão que... Com sabão... só com diesel para lavar um pouco ligeiro. E os braços... tá doído! Eu de manga curta nem vou no fumo. Ah, eu tenho uma raiva disso aí. Eu planto fumo porque sou o-bri-ga-do!

Agricultor, 50 anos, Gabiroba.
(pais agricultores, filhos não)

Os mesmos tipos de comentários foram feitos por agricultores de famílias monoativas. O fumo *não* é uma cultura trabalhada com satisfação. As famílias entrevistadas não falavam com orgulho do produto de seu trabalho. Ao contrário, o fumo é tratado com desprezo pelos agricultores.

Meus Deus do céu! Eu nunca tentei mas eu gostava de viver outra vida, né? Ficar aqui, né?, com os filhos junto e plantar outra coisa... se o cara pudesse... (...) Se o governo ajudasse a gente. (...) Se nós pudéssemos ter outro serviço, é que não tem mesmo... Para nós plantarmos pouquinho. Menos *disso* aqui (fumo) oh... Começar com outra coisa.

Pai (43) e filho solteiro (23) agricultores, Chapadão da Vargem Grande.
(família monoativa)

Se acabar o fumo vamos embora. Mas todo agricultor produz alimento de sobra. Tem o fumo para ajudar na família. Para ter o conforto que, apesar de pouco, tem. (...) Plantar fumo, não se gosta. É obrigado. Fumo não se come. (...) Sustento nós já tiremos, mas para ter para comprar chocolate, carro... precisa uma fonte de renda.

Agricultor 48 anos, Chapadão da Vargem Grande.
(família monoativa)

“Se um dia meu marido for trabalhar por mês, eu não planto mais fumo. Não quero mais nem saber do fumo.”

Agricultora 46 anos, Lageado Baixo.
(família monoativa)

A gente tem que gostar do fumo aqui, né? Porque outra coisa não teria. Então a gente tem que gostar e se acostumar com isso mesmo, né?

Agricultor 30 anos casado, Areia Alta
(família monoativa)

A maioria dos jovens entrevistados que eram fumicultores desejavam abandonar a atividade. Cada um deles apresentava uma razão particular, uma necessidade concreta que o

levava a pensar em abandonar o cultivo do fumo, mas não econômica. Um deles sofria de graves problemas na coluna e o esforço físico necessário no trabalho com o fumo, especialmente na época da colheita em que os agricultores permanecem várias horas abaixados ou a necessidade de carregar de lenha para a estufa a fim de secar o fumo, lhe causava muito desconforto físico. Outros jovens relataram que na época de “apanhar o fumo” se sentem fisicamente muito mal:

“Eu tenho problema de coluna. (...) Tá ruim para trabalhar na roça, no fumo tem que trabalhar abaixado. (...) Eu só posso pegar sete quilos, mas eu pego bem mais porque tem que pegar né...”

Agricultor, 29 anos, Vargem Grande.
(família monoativa)

“Fica assim uma semana... fica ruim, depois melhora, dá febre. Geralmente é quando colhe, principalmente quando é molhado. O cara vai na roça, aí de noite o cara nem dorme mais. Fica assim com pesadelo, fica ruim.”

Agricultor 23 anos, Chapadão da Vargem Grande
(família monoativa)

“Porque eu dou opinião para meus filhos: se é para ficar na roça, vão trabalhar de empregado. Porque no fumo não tem futuro nenhum. (...) Empregado, então, não se judeia mais. Acho que não se judeia tanto que nem ficar aqui.”

Agricultor, 43 anos, Chapadão da Vargem Grande.
(família monoativa)

Todos os agricultores reclamam do trabalho árduo exigido pela cultura do fumo e às vezes questionam o pequeno retorno econômico. Mas essa não é a maioria dos casos. A alternativa para o cultivo do fumo visualizada pela maioria dos agricultores é trabalhar como operários em fábricas (sobretudo de fiação e tecelagem) no próprio município ou no município vizinho (Brusque). Existem situações em que os agricultores, inclusive os jovens que pretendiam deixar o fumo, afirmaram que o cultivo do fumo dava mais retorno econômico do que um emprego na fábrica.

Apesar de não ser a única profissão realmente exercida pelos pluriativos, “trabalhar na fábrica” é a que mais aparece nas falas daqueles que pensam em abandonar a atividade agrícola. Vários jovens e seus pais explicitaram o desejo de que fábricas se instalassem mais perto das localidades onde residem para que o deslocamento fosse mais fácil e não implicasse no abandono total das atividades agrícolas. Em algumas localidades distantes até 25 km da sede do município, os jovens conseguem emprego e permanecem residindo no espaço rural. Deslocam-se diariamente para trabalhar, quase sempre, nas fábricas do próprio município. Quando o emprego conseguido é no município vizinho, os jovens passam a residir fora do estabelecimento rural. Registramos também vários casos de pais de famílias que têm emprego em Brusque e voltam para suas residências apenas uma ou duas vezes por semana.

Quando os filhos não se negam a herdar o trabalho da terra, quando a família dispõe de possibilidades concretas, executam-se diferentes arranjos intrafamiliares para que a unidade produtiva e a vida no espaço rural possam se perpetuar. Sobre este aspecto, já mencionamos o caso da família em que os pais não abandonam o cultivo do fumo para ajudar o filho, e do irmão que voltou da cidade para ajudar na roça. Por outras vezes, parecem estar em jogo normas que contrariam a moral camponesa – o filho assalariar o pai ou a família transformar-se numa empresa – mas são estratégias para, numa lógica familiar, permitir que o filho continue colono.

“Meu sogro é tipo empregado dele, agora. Mas só até que nós pagamos a terra... Ele ajudou a pagar a terra dos filhos. Ele trabalhava que nem nós. (...) Acabamos de pagar a terra, ele ficou que nem nosso empregado. Ele sempre trabalhou conosco também. Só que ele não tem mais parte. (...) Ele põe um preço assim... (...) A última safra que nós trabalhamos, em 2001, ele ganhou R\$ 800-900,00 reais e ela (a sogra) R\$ 200,00 reais. (...) que eles acham... eles são aposentados, então eles não precisam.”

Agricultora pluriativa, 28 anos, Ourinhos

“As filhas são registradas como funcionárias (...) recebem o salário delas e todos os direitos delas. Como em outra firma, mesma coisa. (...) Os três filhos são sócios. Nós somos sócios. (...) A mão-de-obra ninguém paga para ninguém. A minha família, graças a Deus, papai que dizia: eu tenho orgulho de ver a tua família. Então, a mão-de-obra, aqui, ninguém paga para ninguém. (...) A mão-de-obra, a sociedade paga.”

Agricultor pluriativo, 55 anos, Vargem Grande

Sobretudo nas localidades mais distantes existe ainda um outro fator que estimula os jovens a procurarem empregos na cidade – o vazio social. O vazio social parece também estar relacionado ao cultivo do fumo. A falta de motivação relacionada ao plantio do fumo teria feito com que muitos jovens das localidades mais distantes fossem morar na cidade porque não poderiam permanecer, como já dissemos, com empregos urbanos e residir no estabelecimento rural. Isso gerou um vazio social nas localidades mais distantes. Sobretudo para os jovens que não constituíram família, esse isolamento constitui-se numa dificuldade concreta: está em jogo a possibilidade de reprodução social.

“Reclamam muito do fumo. Eles reclamam que é muito trabalho, que judeia muito a família. Tem que trabalhar muito. Pelo que eu noto, **os homens não são tanto, mas as mulheres, a maioria se pudesse, ia embora ou arrumava outra coisa para fazer.** As mulheres que estão meio desanimadas, assim, pro fumo. Porque também não é fácil. Olha, eu plantei fumo. Eu sei o que que é. Tem que dar conta da roça. Tem que acompanhar o marido. Como ele, a mesma coisa... Tem aqueles que chegam em casa ainda ajudam, mas tem aqueles que simplesmente não fazem nada. E a mulher tem que dar conta ainda da casa, filho, vaca, trato...”

Agricultora pluriativa casada, 28 anos, Ourinhos
(dois cônjuges pluriativos)

“**Tô aborrecido de trabalhar no fumo.** Da juventude não tem mais ninguém quase. Todo mundo só pensa em ir embora, ir para a cidade. (...) Se todo mundo vai a gente fica sozinho, né? Amigo a gente tem, só que o lugar vira um deserto. Quase não tem mais ninguém. O lugar fica um deserto, né? Já do Ouro até aqui tem um pouco de morador. Então, um pouco por ano, o pessoal tá indo embora. **Quem fica aqui, então, fica sozinho aqui. Então a gente tem que pensar em ir embora também. Se a gente quiser olhar, o fumo dá quase mais [dinheiro] que na cidade.** Sei lá... A gente aborrece também... Trabalhar, aqui e na cidade, tem que trabalhar a mesma coisa. Então tem que procurar atividade de lazer, né? (...) Aqui elas (moças) pegam e vão tudo embora. Aí os rapazes solteiros, pegam e vão embora também. A maioria é isso mesmo... (...) Trabalhar, tem que trabalhar aqui, tem que trabalhar na cidade. Não é por causa do fumo não...”

Agricultor solteiro, 24 anos, Areia Alta

O jovem cuja fala transcrevemos acima foi o único que explicitou que a falta de moças também motivava os rapazes a procurarem a cidade. Porém, outros jovens agricultores de localidades distantes também afirmaram que lhes falta divertimento, atividades de lazer. Acreditamos que muitos deles possam ter se constrangido pelo fato de a pesquisadora ser mulher, ou porque, na maioria das vezes, estavam junto com seus pais no momento da entrevista. No entanto, o cultivo do fumo sempre está presente entre os argumentos.

Vale destacar que Carneiro (1999:104-106) ao entrevistar jovens rurais dos municípios de São Pedro da Serra (RJ) e Nova Pádua (RS) registrou entre eles o gosto pela vida no espaço rural, devido ao apego à família, à comunidade, e à tranquilidade. Por outro lado, também registrou um descontentamento dos jovens em relação à falta de recursos (educação e comércio), à falta de lazer, à distância da cidade, falta de opções de trabalho qualificado, à penosidade do trabalho na roça, etc.

Em nosso estudo, nas localidades mais próximas da sede municipal como nos Lageados Alto e Baixo pudemos perceber, pelo relato dos agricultores, uma vida social mais intensa, mais reuniões entre parentes e vizinhos e um lugar para encontro dos jovens. Conforme informante local, os jovens procuram emprego urbano para poder deixar de plantar fumo, mas permanecem morando na comunidade.

“É costume daqui, né? Quando eles terminam de estudar, a maioria daqui, eles saem para procurar um futuro melhor... porque aqui dentro a única fábrica que tem é a nossa. Senão é só plantar fumo.

E: Eles não gostam de plantar fumo?

Não. Eles gostam... só que eles estavam querendo um futuro melhor (...) Ah, é muito sol. É que **quando se planta fumo, não tem que ficar olhando se chove, se tem sol...** depois muito veneno é usado... (...) Porque a maioria dos jovens é assim aqui... Agora que em Botuverá tá tendo um pouco mais de recurso... Mais fábricas... Aí eles ficam aqui. Ficam morando aqui.”

Agricultora pluriativa, 17 anos, Lageado Alto

Nestas comunidades, em nenhuma das cinco famílias entrevistadas, registramos a contratação de mão-de-obra. Apenas uma não plantava fumo mas naquelas que plantavam, todos os serviços eram feitos em mutirão, em geral, com parentes próximos. Cabe aqui

resgatar o trabalho de Schneider (2003b:226) no qual o autor constatou que, para os indivíduos pluriativos, “o trabalho em um atividade não-agrícola contribui fortemente para ampliar as suas relações de sociabilidade, especialmente entre aqueles que trabalham em uma mesma indústria.” Poderíamos dizer que, nos locais onde o fumo é a “única alternativa” e onde não é possível deslocar-se diariamente para as fábricas, um importante fator a impulsionar os jovens a saírem da agricultura é a carência de vida sócio-cultural.

A despeito das diferenças entre as dificuldades concretas apresentadas, todos os colonos nos relataram, como na última fala transcrita, que quando começam a colher o fumo não podem parar até que a estufa esteja cheia. Independentemente das condições climáticas, com chuva ou sol, o fumo deve ser colhido. São destas condições que todos os colonos reclamaram.

“O fumo tem chuva ou não, tem que ir. Tem que ir para colher, tem que ir.”

Agricultor 23 anos, Chapadão da Vargem Grande
(família monoativa)

“É porque dizem, assim como o médico fala – na roça vai quando quer e quando pode. Mas isso não é verdade.”

Agricultora 58 anos, Vargem Grande
(família monoativa)

“O fumo, quando tem que apanhar no sol, tem que ir. O resto das culturas também precisa ir no sol, mas na época do fumo a gente não planta outra coisa. (...) O ruim do fumo é que, se começa hoje, tem que ir direto até encher a estufa.”

Agricultora, 15 anos, Lageado Baixo
(família monoativa)

“Eles desanimaram. Esse novos não querem mais trabalhar no fumo. Pessoal novo não quer mais. Uma que não tem retorno praticamente e é trabalho bem sofrido que não tem hora, não tem dia, tem que trabalhar.”

Agricultor, 51 anos, Ourinhos
(pais agricultores, filhos não)

Assim, acreditamos que além da questão econômica ou, no âmbito cultural, além do questionamento sobre a autonomia financeira, especialmente os jovens colocam em questão o trabalho árduo, tanto como os problemas de saúde e o vazio social – dificuldades concretas, mas não necessariamente econômicas. Além disso, ao mesmo tempo em que os agricultores prezavam sua liberdade de não cumprir horário, reclamavam que no cultivo do fumo não se pode olhar o tempo, nem a chuva, nem o sol. Mesmo sem o patrão, o “fumo obriga a trabalhar”. É a perda da liberdade de poder estabelecer o próprio ritmo de trabalho, que contribui ainda mais para que o trabalho se torne penoso e doentio.

Pai: “O fumo, além de ser uma lavoura que obriga a gente a trabalhar, todo setembro, outubro, novembro e dezembro. Isso ali você é obrigado. Ou você colhe, ou você perde o ano todo. E depois ele obriga a gente: essa semana eu tenho que colher fumo, tem que colher, chovendo ou sol, tem que colher. (...) Depois o fumo, hoje não é tanto, mas ele traz muita doença. (...) Ele faz mal. Tem muita gente que fica ruim.”

Filha: “É sol, é chuva tem que estar aí. Começa, às vezes, com o fumo molhado, aí pega sol...”

Pai: “Isso ali é perigoso.”

Agricultor ex-fumicultor (55) e filha pluriativa (24), Porto Franco.

4.4.5 – Outros limites à liberdade: o controle ambiental

Os agricultores que entrevistamos possuíam, em geral, grandes áreas com vegetação nativa. A quantidade de mata nativa é maior nos estabelecimentos onde as famílias são monoativas (grupo 1A – Tabela 12, a seguir). Mesmo que sejam propriedades grandes (para os parâmetros locais), tornam-se “pequenas” devido à grande área coberta com mata nativa que não pode ser retirada. Como mostra a Tabela 12, nas famílias monoativas quase sempre há o cultivo de fumo. Afinal, ele é a única cultura com renda “garantida”. A área destinada ao reflorestamento com exóticas é em geral pequena. A única área maior com exóticas nesse grupo de famílias é da família nº 2, justamente uma família em que o cultivo do fumo foi abandonado quando os filhos foram para a cidade, mas a terra continua sendo usada com o plantio de eucalipto por eles, junto com os pais.

Assim, quando pais e filhos questionam sobre o futuro dos jovens na roça, soma-se ao questionamento da liberdade diante do trabalho árduo do fumo, a liberdade de fazer uso da terra (própria) para torná-la patrimônio da família. Numa relação complexa entre as necessidades pragmáticas e os valores camponeses, os agricultores reforçam seu descontentamento com a atividade agrícola diante da condição de “não ser mais dono do que é nosso”, imposta pelas restrições advindas com a legislação ambiental. Seyferth (1992) explicava que a propriedade da terra é condição marcante da identidade do colono. Ser dono da terra e poder usá-la para torná-la útil para a família, foi uma das condições manifestadas pelos agricultores para permanecer na agricultura.

“(...) ninguém é dono de nada. Você não pode mais cortar palmito. (...) **Nós não somos mais donos do que é nosso.** Para viver na agricultura tá bom até demais. É bom viver aqui. Só que **acabou a nossa liberdade.** (...) Como é que nós podemos continuar aqui na agricultura sem abrir mais um pouco nossa propriedade. Só deixar

criar mato? Temos que desmatar um pedaço. Para fazer um pasto, ou para fazer uma lavoura. (...) A gente sabe que muito perto das águas não pode, muito no pic não pode. Mas eles tinham que deixar um pouco da liberdade pro agricultor, para ele continuar vivendo aqui. (...) Não podemos entregar tudo o que é nosso para salvar a natureza.”
Agricultor pluriativo, 55 anos²⁶³

Tabela 12 – Área com mata nativa e usos da terra em unidades técnicas de famílias monoativas em diferentes estágios do ciclo doméstico no município de Botuverá/SC (Grupo 1A).

Na unidade técnica se exerce apenas atividades agrícolas											
	Dois grupos domésticos: Pais com filhos adultos independentes				Famílias com filhos pequenos		Famílias com filhos jovens/adultos agricultores				
Entrevista nº	2	5	24	30	9	23	25	26	27	31	
Localidade	Porto Franco	Porto Franco	Areia Baixa	Lageado Alto	Sítio Sessenta	Areia Alta	Vargem Grande	Chapadão Vargem Gde.	Chapadão Vargem Gde.	Lageado Baixo	
Área total (ha)	90	29	80	20	1	20	100	14	96	?	
Mata nativa (MN) (ha)	70	22	70	10	beira rio	10	74	7	66	?	
% área com MN	77,77%	75,86%	87,5%	50,0%	?	50,0%	74,0%	50,0%	68,75%	?	
Área sem mata nativa (ha)	20	7	10	10	< 1	10	26	7	30	?	
Uso das margens dos cursos d'água	trato palmeira banana	trato fumo milho	pasto	pasto	mata nativa	pasto	pasto mato	mato	pasto lavoura	Pasto Trato	
Refloresta- mento com exóticas*	15000 e 10000 pi 5000 pa (mudas)	2 e (ha)	-	? e	12 arrend. (ha)	-	5 e (ha)	-	6 e (ha)	?	
Fumo (ha)	-	3	2,5	4,5	-	3	2	4 próprios 2 arrend.	4	5	

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005. Em alguns casos os informantes não sabiam precisar os dados quantitativos sobre o estabelecimento (na maioria dos casos, mulheres), por isso algumas informações aparecem incompletas.

(*) Em vários casos, os agricultores não souberam informar a área de terra usada para reflorestamento com árvores exóticas, forneceram-nos dados em quantidades de mudas. Em geral o espaçamento usado era 2x2m, o que significa, 2500 plantas/ha. Usamos as siglas: “e” para eucalipto, “pi” para pinus e “pa” para palmeira real.

²⁶³ Entrevista realizada durante o trabalho exploratório em julho/2003. Este agricultor possui uma área total de 116 ha, sendo 90ha mata nativa; mantém-se nesse estabelecimento o patriarca e mais três famílias dos filhos casados.

O cultivo do fumo exige a queima de lenha na estufa. Hoje existe a recomendação dos órgãos ambientais de que os agricultores usem lenha de árvores exóticas, como eucalipto, para secar o fumo. No entanto, a maioria dos agricultores entrevistados não pode fazer o corte raso para, no lugar da mata nativa, realizar o plantio de eucalipto, porque a mata nativa de suas propriedades está em estágio avançado de recuperação e é, dessa forma, protegida por lei. Assim sendo, os agricultores expressaram seu descontentamento em não poder usar áreas de mata nativa para aumentar a lavoura ou para fazer o plantio de eucalipto para ser usado como combustível na estufa de secar o fumo.

Outras vezes, os agricultores mesmo dispendo de terra própria, precisam arrendar terras porque não podem derrubar a mata para fazer lavouras. Essa situação impõe restrições concretas. O agricultor diminui, assim, sua renda porque precisa arrendar terra quando teria própria e, no plano das representações, atua contra a sua liberdade de “colono” de poder tornar a terra patrimônio da família.

“Pai: (...) Eu adoro ver a minha família junto, aqui na roça. Quem sabe se eu tava lá fora com os meus filhos como é que esles estavam !? Hoje, aqui comigo, é uma beleza. Estás sabendo como os filhos estão, como é que tudo deve estar... Adoro a minha família. Na verdade, **eu hoje me orgulho da minha família estar aqui junto comigo.** (...)”

Filho: Só que desse jeito não dá para continuar.

Pai: (...) Hoje nós não podemos derrubar, nós não podemos plantar. Se eles (órgãos ambientais) deixassem derrubar um pouco, um pouco para replantar... Eu não tenho lugar nem para plantar. Aí tudo capoeirão, o que eu vou fazer? Tenho que comprar até a lenha. Tenho que deixar o capoeirão ali, não posso derrubar e se tá lá não posso plantar também... Plantar eucalipto. (...) Eu dou apoio para os meus filhos saírem. Pouca terra a gente tem, já não pode cortar lenha, ficar para quê? Não dá para plantar eucalipto... (...) Tem que plantar arrendado, pagar renda lá... não dá para destocar a terra, fazer nada... meus filhos tem que pegar e sair, eu digo para eles mesmo: tem que ir. Ficar aqui para fazer o quê?

Filho: No caso, seria obrigado mesmo. Não é porque o cara quer ir não. Quando não dá, não dá.”

Agricultor (43) e filho (23), Chapadão da Vagem Grande.
(Entrevista nº 26)

“Uma época dava para derrubar, deixamos para os filhos. Nós não derrubamos porque nós não precisávamos. Sempre foi dito assim: vamos deixar para os filhos, se um dia eles puderem derrubar, eles derrubam. Terra plana não tem, então derrubar para quê? (...) Se eu vou vender a madeira, vai me sujar a água. As águas que vão tudo nessas casas aqui ao redor, vem tudo do meu terreno. Então, se eu vou derrubar esse mato aí, vão começar a fazer estradas aí, isso aí vai acabar tudo. (...) Então, eu cisme: oh, não precisa, deixa aí. Agora, que talvez precisaria derrubar um pedacinho, não dá mais.”

Agricultor, 60 anos, Salto.
(Entrevista nº 12)

“Por causa disso oh... O pessoal dá muito em cima. Não é para usar veneno, não pode derrubar mato, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Por isso que tá ruim aqui oh... Maioria já tá pensando em sair já... (...) alguns plantaram [eucalipto], mas alguns que tem o terreno pequeno né, eles não podiam plantar eucalipto. tem alguns que tem terreno pequenininho, daí se plantava eucalipto, não tem lugar para plantar fumo.”

Agricultor, 29 anos, Vargem Grande.
(Entrevista nº 25)

“Daqui há pouco só vão ficar os maiores aqui. Tem muita gente indo embora por aqui. Vendendo terra para os de fora e eles tão plantando eucalipto. Gente rica, sabe como é... dá um outro jeito...”

Agricultor, 31 anos, Vargem Grande.
(Entrevista nº 25)

A Secretária da Agricultura do município de Botuverá, na época de nossa pesquisa, tinha um convênio com a FATMA²⁶⁴, mediante o qual era permitido aos agricultores retirar uma quantidade de lenha nativa para queimar na estufa. Entretanto, segundo os entrevistados, esta quantidade era insuficiente para secar o fumo colhido na propriedade. Diante disso, muitas vezes os agricultores tiravam o complemento de lenha nativa sem a devida autorização, o que fazia com que se sentissem “roubando do próprio mato”. Ao pensar o uso da mata, o agricultor articula a categoria liberdade com as categorias terra, trabalho e família. O agricultor questiona a falta de liberdade para poder realizar, na terra, o trabalho para a família. Amparado por essas categorias, o agricultor menciona o trabalho árduo como condição de ter conseguido o que tem. Por outro lado, assim como no uso da terra para qualquer cultivo, o agricultor recorre a um saber tradicional que o informa para justificar a interferência que desejaria fazer na floresta e, de certo modo, reivindicar a possibilidade de fazer valer este saber na gestão ambiental.

“Como o mato nativo, como o governo, hoje, às vezes, preservar, preservar, preservar... Se os técnicos, os governos, os ambientais fizessem uma reunião, em lugar de vocês tocarem uma reunião, nós tocamos a reunião... Vocês só escutar! E depois falar! (...) Fazer corte seletivo, tirar as madeiras maduras do meio e fazer um replante de árvores da região. Como aqui se dá o jacatirão e o pixiricão... Bom, aqui na Vargem Grande, nós podemos ensinar para vocês isso aí. Porque vocês não sabem até onde produz jacatirão. Mas eu sei. (...) O eucalipto, para mim, ele suga tudo o que tem de bom na terra... É uma planta rápida, que produz muito. Para ele produzir bastante, atingir a altura dele, ele tem que comer bastante. Ele vai buscar água lá nos quintos... uma raiz dum eucalipto... Então, eu digo, conforme as áreas, podia reflorestar com outro reflorestamento. Florestamento com eucalipto ou florestar, sim, com nativa também...”

Amparado nesse saber, a mata nativa também seria vista como uma fonte de renda se o manejo de espécies florestais fosse possível. Sobretudo o manejo do palmito (*Euterpe edulis*) foi referido pela maioria dos agricultores como uma maneira de incrementar a renda familiar,

que seria baseada num saber que manifestava a preocupação em deixar as plantas matrizes para possibilitar a reprodução e garantir a perpetuação, não só da espécie florestal, mas da própria atividade extrativa. Colocando-se numa posição oposta ao ladrão de palmito, os agricultores afirmam que o colono deixa as plantas matrizes (produtoras de sementes) enquanto o “ladrão não deixa as sementeiras, porque ele rouba.” A retirada do palmito para consumo próprio dependente da permissão das autoridades ambientais, traz aos agricultores um descontentamento que também implica na condição de liberdade e de sentir-se dono da terra.

“Queimo um pouco de eucalipto junto, né? que o projetinho nem libera muito, é uma miserinha. O que eles liberam não dá para secar uma estufa. Eles não querem nem saber, é só aquela quantia ali. Então, nós temos as coisas aí trabalhando assim... Muitas vezes tu vais tirar uma cabecinha de palmito, **tem que ser escondido, como se tivesse roubando**. Então, eu acho tudo errado isso aí. Tudo errado. Se tivesse ganhado alguma coisa... **é tudo coisa que foi suada**, comprada e hoje, vai tirar uma árvore, se alguém dedar, vem a Ambiental, já processa, já deixa o cara lá no fundo. Então é assim. Com o pequeno, a lei ambiental é meio injusta.”

Diante das restrições ambientais e da impossibilidade de voltar a usar a terra quando a mata nativa se regenera porque as terras permaneceram em pousio, os agricultores lançam mão de alguma estratégia que impeça a regeneração da floresta, porque isso representaria a perda definitiva da possibilidade de seu uso. Em alguns casos deixam a terra aos cuidados de algum parente que pode usá-la sem pagar renda. O “cuidar da terra”, mantê-la “limpa”, é o próprio pagamento.

Por outro lado, as restrições ambientais restringem, de certa forma, o uso do saber do agricultor:

“(...) você fazer um cultivo sempre no mesmo lugar, também não funciona. Tem que, amanhã, depois, dá um fôlego nessa área e partir para outra. (...) Deixar criar capoeira lá.”

Agricultor pluriativo, 55 anos, Vargem Grande

Informado pelo seu saber tradicional, deixaria a terra em descanso e, portanto, deixaria crescer a vegetação nativa. Mas diante da lei que impede o corte futuramente, ele se utiliza de práticas mecânicas para impossibilitar este crescimento. O mesmo acontece com o palmito. A possibilidade de enriquecimento da mata nativa com esta espécie é reduzida porque os agricultores, quando recebem autorização, realizam o corte raso da mata nativa para poder plantar espécies exóticas que lhe servirão de lenha para a estufa porque, no futuro, a

²⁶⁴ Fundação do Meio Ambiente.

possibilidade de cortar lenha nativa deixará de existir. Aqui nos deparamos com algo semelhante ao relatado por Woortmann & Woortmann (1997):

“É o trabalho sobre o mato que transforma a “natureza” em “cultura”. Essas são expressões dos próprios sistiantes, pois para eles o espaço não trabalhado é natureza e um campo cultivado é uma cultura. Mas, se o trabalho faz a passagem, o próprio trabalho já é uma cultura, visto que a natureza só um potencial depois de “trabalhada” cognitivamente pelo saber”.

(WOORTMANN & WOORTMANN, 1997:159)

Todos os agricultores reconhecem problemas ambientais no plantio do eucalipto, seja em relação ao meio físico em geral – porque “seca a água” e diminui a alimentação para a fauna – seja em relação ao próprio estabelecimento – porque compromete o terreno para cultivos posteriores. No entanto, o agricultor prefere ir transformando, aos poucos, a diversidade de sua mata nativa em monocultura de eucalipto para não ficar sem lenha e sem a possibilidade de usar a terra no futuro.

“Onde tem eucalipto tem um monte de palmito pequeno. Se deixasse dava para ganhar um monte mas depois não dava mais para cortar [lenha] nativa. (...) Se tirar alguma lenha, o palmito vem que... Só que a gente não faz porque não pode”.

Em muitos casos os agricultores investiram anos de safra de fumo comprando terra (alguns deles ainda estão pagando a terra) para deixá-la para os filhos, para tê-la como reserva de madeira ou de lenha, mas hoje não podem fazer uso dessas áreas porque estão cobertas por mata nativa em estágio avançado de regeneração. Em outros casos, em propriedades cujos membros tem problemas de saúde e têm dificuldades de permanecer no cultivo do fumo e, sem condições de investir em outros cultivos, o corte raso de uma parte da mata nativa é visto como a possibilidade de plantar eucalipto para obtenção de renda, como uma maneira de não abandonar a roça. Esta possibilidade é apontada por um agricultor ao afirmar que “Por isso que eu penso em plantar eucalipto. Planta eucalipto e garante mais o futuro, assim... vai cortando, vai plantando, daí não trabalha tanto”. Assim, norteia-se por seu saber para manejar a terra e organizar a produção, mas note-se que seu saber sempre informa e conduz ao atendimento das necessidades da família.

4.5 – *Eucalipto e campesinidade*

Na maioria dos casos, as áreas destinadas ao plantio de árvores exóticas (quase sempre eucalipto) são áreas no qual o produtor não visualiza a possibilidade de implantar outro tipo de lavoura, em geral devido à grande declividade do terreno. Os agricultores consideram que o plantio de eucalipto inviabiliza a área para futuras culturas. Até mesmo áreas próximas tornam-se inviáveis, segundo alguns agricultores, porque o solo fica extremamente seco. Às vezes, o agricultor não planta porque tem pouca área. Às vezes, mesmo com muita área, prefere não inviabilizar o terreno.

“Na realidade, nós temos bastante área destocada, mas ainda não plantei eucalipto. Mas já pensei. [Terra destocada] é terra assim para lavrar com animal, com tração animal, que a gente planta, né. Planta um ano uma parte, outro ano outra parte. Se deixar crescer o mato muito... **Eu até pensei de plantar eucalipto. Mas a gente tem dó**, porque se plantar com outra cultura, talvez... (...) É. A terra é boa, é terra que produz bem, só que tem quem trabalhar manual, é difícil sobreviver aqui assim. Não é fácil, não. Depender só daquilo ali, não é fácil.”

Agricultor, 51 anos, Ourinhos

“Não podemos tacar eucalipto aí. Por exemplo, nós vamos embora ano que vem, vamos plantar eucalipto e se o cara quiser voltar? Não pode mais daí... Porque nós não podemos mais plantar fumo daí, mais milho. Oh! Dá uma raizeira. Trinta metros longe não pode mais plantar também. Seca. Não pega mais umidade, nada né.. tem nas beiradas das roças assim, já nas beiradas assim, não dá mais. (...) Aí eu não plantava eucalipto. Se tivesse outro negócio, não.”

Agricultora (58) e filhos (29 e 31 anos), Vargem Grande.

Paulilo (1990:150) já havia registrado, entre os inconvenientes apontados pelos fumicultores quanto ao plantio de eucalipto, o fato de que “o eucalipto é uma planta difícil de erradicar, quando se quer aproveitar o terreno”. Por isso, seu plantio só deve ser feito em locais que não serão mais usados para outras culturas. Devemos ressaltar que as áreas com eucalipto não eram consideradas, pelos entrevistados, como terra cultivada. Eram sempre mencionadas separadamente quando questionávamos sobre as áreas usadas da propriedade. Essas áreas não têm o mesmo significado que outras cultivadas. Um agricultor explicitamente mencionou a dedicação ao plantio do eucalipto como uma atividade extra, colocando-o no bojo das atividades não-agrícolas. Explicando como organizava o trabalho em função da mão-de-obra disponível, afirmou que:

“Planto para ter o tempo todo ocupado. Tem gente que planta menos para ficar livre depois e fazer outra coisa: **roças de eucalipto**, trabalhar na construção civil, capinar para outros por dia...”

No entanto, a maioria dos agricultores começa a visualizar o eucalipto como uma importante fonte de renda, com uma garantia de venda parecida com a do fumo – só que num prazo mais longo –, sobretudo as famílias que ficam com pouca mão-de-obra, ou mão-de-obra esporádica, no caso de famílias pluriativas. Segundo os agricultores, todo o eucalipto plantado pode ser comercializado para indústrias próximas (em Botuverá ou Brusque) onde é usado nas caldeiras.

Acreditamos que, diferentemente do fumo, pragmaticamente o plantio do eucalipto pode escapar à lógica de organização do trabalho pautada no tripé terra-trabalho-família. A quantidade de terra destinada ao plantio do fumo é, em primeiro lugar, pensada em função da mão-de-obra disponível na família, principalmente para o momento da colheita. A área que, num período do ano, é destinada ao plantio de fumo, depois pode ser usada pela família para a produção para consumo próprio. Diante da possibilidade de obter renda com um cultivo que absorva toda a mão-de-obra, como o fumo, a área de mata nativa desmatada corresponde àquela necessária para suprir a estufa de lenha. As áreas com florestas exóticas nos estabelecimentos rurais de famílias monoativas que entrevistamos são, em geral, pequenas e têm a função de suprir a estufa de lenha futuramente (veja-se Tabela 12). Na Tabela 13, podemos verificar que os agricultores que não produzem mais fumo, também plantam eucalipto. Quando parte dos membros do grupo doméstico dedica-se regularmente a atividades não-agrícolas e dela obtém sua renda, por um lado, maior área do estabelecimento fica disponível e por outro, a mão-de-obra dos membros pluriativos não pode mais ser usada numa atividade que demande um trabalho tão intensivo quanto o do fumo. Obtendo uma renda não-agrícola em substituição à cultura carro-chefe, a terra que antes era usada para esta cultura pode ser usada apenas pela mão-de-obra esporádica dos membros pluriativos ou dos membros que permaneceram monoativos. Da mesma forma, ao ter outra fonte de renda, é possível esperar para obter da terra uma renda mais a longo prazo, como acontece com o plantio do eucalipto – no mínimo, segundo os agricultores, 5 anos após o plantio. Veja-se na Tabela 13, como é maior a quantidade de áreas reflorestadas com espécies exóticas por famílias pluriativas em relação às famílias monoativas. Com exceção da família nº 1, na qual o pai pôde investir em fruticultura, em nenhuma delas o pai visualiza a continuidade da unidade produtiva pelos filhos. O eucalipto passa a ser visto como uma cultura rentável, a longo prazo, para aquelas famílias que dispõe de áreas com vegetação nativa em estágio inicial de regeneração – “os morros de samambaia”. Ao não depender de uma concentração de mão-de-obra num período determinado – como para a colheita do fumo, por exemplo – os tratamentos culturais da cultura do eucalipto podem ser executados pela mão-de-obra ainda

disponível na família ou ainda pela mão-de-obra esporádica dos membros pluritativos. Assim, o eucalipto pode ser usado seguindo-se uma lógica de uso da terra diferente do cultivo do fumo. Encontramos, também, vários casos de famílias pluriativas em que o eucalipto foi plantado apenas para o mercado, ou seja, não para secar fumo. São os casos das famílias nos: 1, 3, 4, 6, 15 e 16, da Tabela 13.

Tabela 13 – Utilização das terras em unidades técnicas de famílias pluriativas nas quais a atividade agrícola é a ocupação principal apenas para os pais (Grupo 1B).

Entrevista nº	Atividade agrícola é a ocupação principal apenas para os pais										
	Dois cônjuges agricultores								Um cônjuge agricultor		
	1	3	4	11	12	20	21	29	6	15	16
Localidade	Porto Franco	Águas Negras	Águas Negras	Salto	Salto	Gabiroba	Ourinhos	Lageado Alto	Águas Negras	Pedras Grandes	Pedras Grandes
Área total	18,8	37,3	4	13	77	20	117	21	5,4	?	7
Mata nativa (MN)	6	20	0,3	4,5	66	9	50	10	1	?	Beira rio
% área com MN	31,91	53,61	7,5	34,61	85,71	45,0	42,73	47,61	18,51	50%	?
Área sem mata nativa	12,8	17,3	3,7	8,5	11	11	67	11	4,4	50%	< 7
Uso das margens dos cursos d'água	trato mato	pasto	pasto	pasto	pasto	trato	pasto	pasto trato	pasto	pasto	pasto lavoura mato
Reflorestamento com exóticas (ha ou mudas)	9 e (ha)	10 e (ha)	8.000 e (mudas)	8.000 e (mudas)	-	8.000 e (mudas)	-	30.000 e (mudas)	10.000 e (mudas)	40.000 e (mudas)	2 (ha)
Fumo	-	-	-	1	-	< 1	7	3 próprios 1 arrendado	-	-	-

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005. Em alguns casos os informantes não sabiam precisar os dados quantitativos sobre o estabelecimento, por isso algumas informações aparecem incompletas.

(*) Em vários casos, os agricultores não souberam informar a área de terra usada para reflorestamento com árvores exóticas, forneceram-nos dados em quantidades de mudas. Em geral o espaçamento usado era 2x2m, o que significa, 2500 plantas/ha. Usamos a sigla “e” para eucalipto.

Deste modo, ao contrário do que se poderia pensar, a diminuição da dependência da renda da terra por meio de uma cultura destinada ao mercado (como da do fumo), mesmo contando-se com menos mão-de-obra, não implica numa maior área de mata nativa preservada. Os dados mostram que a tendência é justamente o contrário. Embora se possa pensar que com o plantio de eucalipto o uso da terra não será tão intenso quanto com o plantio de fumo – afinal o eucalipto é uma cultura de longo prazo, o solo não é revolvido anualmente – temos importantes indicações de que, abandonando-se a cultura do fumo, a biodiversidade da Mata Atlântica tende a ser substituída mais rapidamente por monoculturas de eucalipto. Diante da impossibilidade de manejar a floresta para tirar lenha e outros produtos não madeiráveis como o palmito, o agricultor trata de garantir o seu uso com uma cultura que lhe permita usar a sua mão-de-obra ainda disponível e lhe proporcione retorno econômico. O

plântio de eucalipto permite uma amarração mais frouxa entre a necessidade pragmática de mão-de-obra e as categorias simbólicas terra-trabalho-família. Arriscamos afirmar que ele desafia os valores camponeses: a terra passa a ser usada ainda mais intensamente porque a lógica pragmática se desconecta da lógica simbólica. No fumo, uma determinada quantidade de mão-de-obra familiar é imprescindível para que a unidade produtiva continue existindo. O eucalipto desprende o homem da terra, rompe com a lógica da campesinidade. Embora nas entrevistas, as categorias nucleantes do discurso camponês tenham sido muito ressaltadas pelos pais cujos filhos já não se dedicam ao cultivo da terra ou mesmo pelos cônjuges pluriativos – sobretudo a “comida” –, o plântio do eucalipto favorece a transição, nas próximas gerações, para um uso da terra não-camponês.

Tabela 14 – Utilização das terras em unidades técnicas para cujas famílias são igualmente importantes a agricultura e outras atividades não-agrícolas (Grupo 1C).

Entrevista nº	Agricultura e pluriatividade importantes					
	Famílias com filhos pequenos ou sem filhos					Família com filhos adultos
	13**	17	18	19	32	22
Localidade	Ourinhos	Porto Franco	Gabirola	Gabirola	Lageado Alto	Areia Alta
Área total (ha)	250	13	20	15	10,7	40
Mata nativa (MN) (ha)	170	4	16	10,5	7	24
% área com MN	68,0	30,76	80,0	70,0	65,42	60,0
Área sem mata nativa	80	9	4	4,5	3,7	16
Uso das margens dos cursos d'água	pasto	pasto	pasto trato pomar	trato	mato pomar	Pasto Edificações
Reflorestamento com exóticas (ha ou mudas)	5 (ha)	3 (ha)	15.000 e (mudas)	8.000 e (mudas)	-	-
Fumo	-	2 próprios 2 arrendados	-	-	2	4

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

(*) Em vários casos, os agricultores não souberam informar a área de terra usada para reflorestamento com árvores exóticas, forneceram-nos dados em quantidades de mudas. Em geral o espaçamento usado era 2x2m, o que significa, 2500 plantas/ha. Usamos a sigla “e” para eucalipto.

(**) Este estabelecimento é usado por três famílias em conjunto (três irmãos casados).

Na Tabela 14 apresentamos aqueles estabelecimentos que tem uma organização muito complexa entre atividades-não agrícolas e agrícolas. As duas são importantes para o grupo doméstico, seja para autoconsumo, seja para obtenção de renda. Em todas essas famílias, pelo menos um dos cônjuges desenvolve atividades não-agrícolas. Por outro lado, a atividade agrícola ainda é importante fonte de renda. Também nesse grupo de famílias o eucalipto aparece em maior quantidade naqueles estabelecimentos que não cultivam fumo.

Tabela 15 – Uso das terras em unidades técnicas nas quais se produz apenas para autoconsumo e se planta eucalipto (Grupo 2).

Agricultura apenas para autoconsumo e eucalipto				
Entrevista n°	7	8	10	14
Localidade	Sítio Sessenta	Sítio Sessenta	Salto	Pedras Grandes
Área total (ha)	18	0,8	10	79
Mata nativa (MN) (ha)	?	-	?	49
% área com MN	?	-	?	62,02
Uso das margens dos cursos d'água	Eucalipto lavoura	Lavoura pomar	pasto	Mato
Reflorestamento com exóticas (ha ou mudas)	35.000 (mudas)	-	-	30 (ha)

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

(*) Em vários casos, os agricultores não souberam informar a área de terra usada para reflorestamento com árvores exóticas, forneceram-nos dados em quantidades de mudas. Em geral o espaçamento usado era 2x2m, o que significa, 2500 plantas/ha. Usamos a sigla “e” para eucalipto.

Nas famílias do Grupo 2 (Tabela 15), a agricultura é praticada apenas para autoconsumo, com muita importância para as famílias n° 7 e n° 8. Porém, o uso da terra nos estabelecimento das famílias n° 7 e, com mais intensidade, da família n° 10 e n° 14, dirige-se para aquilo que apontamos anteriormente: o eucalipto pode ser pensado fora da lógica familiar, tende a tornar-se apenas um produto da terra, mas não um produto do trabalho da família. Na família n° 14, para consumo, cultivava-se apenas 300 pés de aipim, em contrapartida, tinham 30 hectares de eucalipto. Na família n° 10, o filho nega o trabalho da terra, mas vai plantar eucalipto na terra do pai que já não pode trabalhar. As famílias n°s 7 e 14 são famílias em que os homens eram também responsáveis pela atividade não-agrícola. Porém, não acreditamos que as explicações se encontrem apenas no fato de o pai ser também pluriativo, porque embora não façam parte da amostra selecionada para as entrevistas, conversamos com membros de outras famílias cujos pais também eram pluriativos e nas quais os valores camponeses faziam-se bem presentes. As famílias em que os pais são pluriativos e nas quais percebemos uma amarração mais frouxa dos valores camponeses, como também na maioria das famílias em que os filhos se negam a herdar o trabalho da terra, são famílias que residem nas localidades mais próximas da sede municipal (Águas Negras, Sítio Sessenta, Pedras Grandes).

Acreditamos que estas são famílias onde os valores camponeses dificilmente serão repassados para a geração seguinte. No estabelecimento n° 8 reside um casal de idosos cujos

filhos não herdaram o trabalho da terra. Talvez as palavras desse agricultor sintetizem o que tentamos demonstrar:

“Antigamente esses que tinham estufa não podiam mais cortar lenha nativa para secar o fumo. Então eles tinham que plantar, cada um, uma malha de eucalipto para secar o fumo. Então, eles (autoridades ambientais) deram um tempo. Eles deram 5 ou 6 anos. Até lá eles podiam tirar lenha. Mas depois, tirar para frente... Quem não tinha eucalipto não secava mais fumo, porque nativa não podia mais tirar. Todo mundo começou a plantar eucalipto, plantar eucalipto... sempre mais, sempre mais, sempre mais. Agora, meu Deus do céu... e não faz outra coisa, pelo menos aqui em cima. Só planta eucalipto. (...) Plantam eucalipto ou pinus, agora para comer não plantam mais.”

Agricultor aposentado 77 anos, Sítio Sessenta.

4.6 – As margens dos cursos d’água

Como nossa preocupação com o uso da terra na agricultura familiar decorre das implicações advindas da articulação da gestão das águas com a de uso do solo e com a gestão ambiental, dedicamos especial atenção ao significado dado pelos agricultores às margens dos cursos d’água. Verificamos que o uso destas áreas pelos colonos não é apreendido separadamente do restante do estabelecimento, e obedece às mesmas regras de significação que o restante dele, pautadas sobretudo no tripé de categorias nucleantes do discurso camponês – “terra-trabalho-família” ressaltado por Woortmann (1990). Da mesma forma, esse uso é sempre fundamentado pelo saber-fazer do agricultor.

O relevo no município de Botuverá é muito acidentado, de modo que apenas pequenas áreas dos estabelecimentos rurais podem ser “trabalhadas com o trator” – maneira como, em geral, os agricultores se referem às áreas mais planas que podem ser mecanizadas. Dificilmente essas áreas ultrapassam 3 hectares/estabelecimento. A maioria das famílias entrevistadas (68% – 22 de 32 famílias) dispõe de até 20 ha como área útil para lavouras e pastagens porque a maior parte dos terrenos está coberto com mata nativa e não pode ser utilizada. Agrupando os estabelecimentos rurais em extratos menores verificamos que 37,5% (12 de 32 famílias) das famílias dispõe de menos de 10 ha sem mata nativa e que 31,25% têm de 10 a 20 hectares nestas condições. Apenas 3 estabelecimentos situam-se na faixa de 25-30 ha. Somente duas famílias tem acima de 50 ha, uma tendo 67 ha e a outra 80 ha. No entanto, esta última abriga três grupos domésticos que trabalham em conjunto. Os hectares de mata nativa destas propriedades geralmente não trazem renda, a não ser por meio da apicultura. Além da lenha retirada, geralmente com corte seletivo da mata, raramente a família utiliza algum produto da floresta, como alguma madeira para uso no estabelecimento ou palmito para consumo da família.

Conforme apresentamos anteriormente nas Tabelas 12 a 15, na maioria dos estabelecimentos rurais as áreas marginais aos cursos d'água são usadas para a produção destinada principalmente (mas não exclusivamente) para autoconsumo. São, em geral, áreas com pastagem ou capineira para alimentar o gado bovino. (Para as áreas de capineira os agricultores usam a expressão “trato”.) Na grande maioria das vezes, essas áreas recebem esses usos porque, em virtude da “terra pouca”, representam a maneira encontrada pelo agricultor de utilizar uma área que não seria utilizada para culturas anuais. Essas áreas fazem parte de um arranjo complexo feito pelo agricultor para retirar da área útil de seu estabelecimento o necessário para o mercado e o básico para o consumo.

Isto ocorre porque muitas vezes as margens dos cursos d'água são alagadas pelas enchentes que ocorrem na região. A implantação de outra cultura (como milho, feijão ou mesmo fumo) não pode ser feita sem o risco de se perder tudo o que foi plantado. Nessas situações, o **pasto** representa uma maneira de utilizar uma área “marginal” da propriedade. Em caso de enchente, o pasto não se estraga. Essa situação encontramos sobretudo nas famílias cujos terrenos são banhados pelo rio Itajaí-mirim, nas localidades de Águas Negras, Salto e Pedras Grandes. Todos esses agricultores foram categóricos em afirmar que o plantio de qualquer espécie arbórea na zona de alagamento desse rio não teria êxito devido, justamente, à força das águas durante as enchentes.

A recomposição da vegetação nativa acima da zona de alagamento desse rio atingiria, também, de forma ainda mais importante a produção agrícola nos estabelecimentos rurais, em alguns casos absorvendo grande parte da única área mais plana disponível e as próprias edificações (casa, rancho, paiol).

Diante das pequenas quantidades de terra, a regeneração da mata nativa nos locais de pasto traz implicações concretas para o agricultor. Uma delas diz respeito à área em si que não poderia ser mais utilizada – “Eu tenho pouca terra, se eu tirar o pasto de lá, me faz falta”. O pasto poderia ser colocado em outro local, mas a impossibilidade de retirar a cobertura vegetal nativa não deixa muitas alternativas ao agricultor. Colocá-lo em outro local sem desmatar inviabilizaria a obtenção de outros produtos.

“Não tem outro jeito. Porque já tem o mato, não tem onde plantar mais árvores. Só se diminuir o fumo”.

Agricultor, 30 anos, Areia Alta.

Por outro lado, é comum que a casa se situe perto do rio, assim o pasto também estará perto da casa. Desse modo, evita-se que a pessoa responsável pela ordenha (em geral, a mulher) se desloque grandes distâncias no início da manhã a fim de trazer as vacas. Como

afirma uma agricultora, se o pasto fosse colocado em outro local, “teria que subir o morro daí, né?”.

Geralmente, um dos objetivos dos programas ambientais que visam recuperar a mata ciliar é aumentar o tempo que a água de precipitação leva para chegar ao curso d’água. Se, por um lado, este é um efeito desejado para minimizar as enchentes no âmbito da bacia hidrográfica, para os agricultores com pouca terra, esse efeito traz importantes implicações: ele representa a impossibilidade de usar uma área do terreno que ultrapassa a área com mata ciliar em si, devido à retenção de água que a mata ciliar pode provocar em áreas adjacentes do terreno.

“Que se a enchente é para dar numa hora, ela vai demorar. Se for tudo fechado (coberto com mata nativa), demora mais tempo para esvaziar. Vai demorar mais tempo. Só que alaga mais. Ela represa mais. (...) Ela sobe mais. (...) Quem tem bastante terra, terra plana, vargem... Quem tem bastante que não precisa usar até perto. Mas que nem nós aqui...”

Agricultor 60 anos, Salto.

Em outras localidades com rios menores, muitas vezes as margens dos cursos d’água são utilizadas com capineira (trato). A capineira desempenha, para o agricultor, a função de proteger o terreno da erosão nas margens do rio – mais um dos efeitos que se deseja obter com recuperação da mata ciliar. No entanto, além desse efeito, a capineira, assim como o pasto é a maneira encontrada de tornar aquela área útil.

“Eu preciso desse trato. Segura o rio firme e aproveito o trato. (...) A gente tem que se defender com o trato, né? Vou plantar aonde?”.

Agricultor 50 anos, Gabiroba.

A capineira, ao lado do rio, é ainda justificada pelo saber tradicional. A qualidade do alimento (“trato”) obtido ao lado do rio não seria a mesma se ele fosse plantado no morro que é único lugar que, geralmente, resta na propriedade – “Perto do rio é sempre um pouco mais úmido. O trato fica sempre mais preto. Plantar nos morros assim, fica amarelo”. Além disso, geralmente, estando ao lado do rio, assim como o pasto, o trato também está próximo da casa e dos estábulos onde é ofertado aos animais, facilitando o trabalho. De acordo com uma agricultora entrevistada: “Corto de manhã cedo para os animais”.

Desta modo, pasto e trato ao lado do rio desempenham funções estratégicas para as famílias que dispõem de pouca terra. Mesmo os agricultores que fizeram questão de ressaltar a importância da vegetação ciliar para a proteção dos cursos d’água, não tinham condições de deixar que a mata nativa se regenerasse ao longo de toda a distância que o curso d’água percorre em seu estabelecimento.

“Bem do lado do rio, encostado, é mata para proteger o rio (...) 10 metros. Vem esses dez metros aí, depois vem a uva. Sempre foi assim, isso aí a gente não mexe. (...) Eu tenho esse pedaço ali e outro pedaço eu tenho trato, não planto direto. Tenho trato pros animais, aí ela me protege ainda. É permanente, então, ela protege. (...) Eu tô aproveitando, só que como? Eu só tiro e não vou mexer nessa terra. (...) Porque eu quero aproveitar esse pedaço ali. Que a terra é pouca.”

Agricultor 56 anos, Porto Franco.

A necessidade de aproveitar o terreno ficou evidente em todas as falas dos agricultores. Muitos agricultores podiam sequer referir-se àquela área sem projetar-lhe uma utilidade. A mata ciliar como área de preservação intocada não encontra respaldo no âmbito das representações dos agricultores sobre aquele local do estabelecimento. De alguma maneira aquela área tem sua utilidade para a família.

“Já vieram incentivar para plantar um pouco ao lado do rio. Mas não pode cortar, é para deixar lá e não cortar. (...) Nós temos as palmeiras e as bananas perto do rio, só que é uma coisa que a gente corta. Não é para deixar.”

Agricultora 55 anos, Porto Franco.

“O colono só tem o que ele precisa. É como mandar o colono para a guerra e tirar as armas dele.”

Agricultor, 37 anos, Areia Baixa.

Diante da possibilidade de ser remunerado ou indenizado pela área de margem de rio destinada à regeneração da mata nativa, os agricultores sempre hesitavam, considerando a necessidade de ter aquela área para a produção destinada ao consumo da família. Um deles explicitamente demonstrou que aquela área faz parte do patrimônio familiar – “Aí indeniza pros filhos também, o resto da vida?”.

A grande maioria dos agricultores destacou ainda outra importante implicação negativa de uma suposta mata ciliar nos seus estabelecimentos: a sombra. Ao contrário, pasto e trato ao lado do rio não prejudicam as culturas vizinhas. Segundo os agricultores, a sombra e as raízes de árvores altas inutilizaria mais uma parte do terreno, além da área de mata ciliar em si.

“Faz sombrio. Aí o fumo não dá mais, nem o milho. Porque se tiver as plantas altas aí, não dá mais, né.”

Agricultor, 56 anos, Porto Franco.

Se eu deixo um pedaço de mato ali, além de 10 metros vai mais 5 que não é aproveitado. Porque a sombra, raiz, tudo isso ali tira... Em vez de 10, tenho 15 já.

Agricultor, 56 anos, Porto Franco.

Nos casos em que a mata ciliar viesse a ficar situada de modo a “esconder a casa”, os agricultores recorreram à concepção de “capricho”, de “cuidado” com a terra, já referida por

Seyferth (1993) – qualidade que distingue o bom colono daquele que deixa a capoeira crescer nas roças – para demonstrar sua insatisfação em ter que “ficar escondido no meio do mato”.

“Tem rio por tudo quanto é lado, nós vamos ficar escondidos no meio do mato. (...) Fica feio, né. A casa, o terreno. (...) **Para ficar bonito tem que ser aberto, tudo bem limpo.** Senão se deixa perder. Tem um monte de casas... Aqui em casa é mais ou menos, mas tem casa aí que tem capoeira até na frente de casa. **Deixar vir capoeira fica feio...** Não sei... não precisa de morar no meio dos matos assim. Eu acho que não vou me acostumar de morar no meio dos matos assim. (...) **Se tem mato mas com capim debaixo, pasto debaixo cuidado, daí sim.**”

Agricultora (58) e filho (29), Vargem Grande.

Assim, é no interior dessa mistura de simbolismo e pragmatismo que envolve o uso da terra, de necessidades simbólicas e concretas relacionadas com a sua reprodução social, que os agricultores familiares usam as áreas de preservação permanente – em geral, objeto de programas de recuperação ambiental –, porque essas áreas fazem parte da “terra da família”. O agricultor relaciona implicações concretas, como a necessidade do pasto ou do “trato” diante de pouca terra (e terra próxima à residência), com categorias do camponês quando se refere à terra como patrimônio da família e a concepções específicas do “colono”, quando se refere à necessidade de deixar “limpo”.

“Porque ali já foi, desde o meu falecido pai, plantado assim limpo na frente do terreno. Então, eu não posso deixar vir mato porque senão fica feio.”

Agricultor, 45 anos, Pedras Grandes.

Da mesma forma, quando a utilização da propriedade não é mais visualizada no âmbito das categorias camponesas, quando as relações pragmáticas vão sendo separadas das relações simbólicas, quando o uso da terra vai se tornando possível fora da lógica camponesa e o autoconsumo requerendo pouca quantidade de terra, a intenção de recompor as matas ciliares não sofre tantas restrições. Referimo-nos a famílias (por exemplo, n^{os} 3, 7, 14) em que o cultivo da terra para autoconsumo era bastante reduzido em relação à quantidade de terra possuída, mas por outro lado, era crescente o plantio de eucalipto.

“Se eles pedissem para a natureza, nós plantávamos. Nós já estamos velhos mesmo. Acabar com os animais... nós já temos pouquinho mesmo. Se é para nós nos aposentarmos daqui a três anos, nós nos aposentamos também... (...) Sempre uma vaquinha, nós íamos agüentar. Porque tem a terra alta aqui. Mesmo plantado umas árvores na beira do rio, aí uma vaquinha podia continuar.”

Agricultor (55) e esposa (52), Águas Negras.

Ou seja, na atual geração de agricultores, pelo fato de serem geralmente aproveitadas para autoconsumo, o uso das áreas próximas aos cursos d’água não muda com a adoção da pluriatividade, porque, em geral, a produção para autoconsumo continua tendo grande importância. Assim, a despeito da classificação que procedemos entre as famílias, as margens dos cursos d’água são regidas praticamente pelas mesmas normas que outras áreas: são

pensadas de tal maneira que se integrem na dinâmica do restante do estabelecimento produtivo. O fato de serem usadas diariamente, confere-lhes um significado um tanto particular: devem ser próximas da residência. No entanto, quando a dedicação a atividades não-agrícolas é acompanhada por uma “redução” da campesinidade, quando os valores camponeses já não ditam o uso da terra, a regeneração da mata ciliar pode ser feita sem tantas implicações. Mas, por outro lado, a diversidade da floresta tende a diminuir, porque aumenta o plantio de eucalipto.

Em síntese, importa ressaltar que apesar das dificuldades referidas pelos agricultores e até mesmo das contradições apresentadas, parte considerável dos entrevistados revela que os motivos que os levam a permanecerem “na roça” refletem a valorização das categorias identificadoras do “colono”. É como, se numa balança, avaliassem os prós e os contras e o resultado dessa contabilidade apontasse para a permanência na condição de “colono”. No discurso de agricultores de comunidades distantes que preferem ficar na agricultura destacam-se, sobretudo, a liberdade de horário e de controle do processo produtivo ressaltada por Seyferth (1984, 1992, 1993) e a possibilidade de viver ao ar livre em oposição à insalubridade percebida no trabalho nas indústrias.

“Eu, trabalhar de empregado, ser mandado, eu não ia. Eu gosto de ser livre. Trabalhar mandado ali... Tu és igual a um cachorro.”

Agricultor, 31 anos, solteiro, Areia Alta.
(família pluriativa; pai com atividades não-agrícolas)

“Eu fui dois anos seguidos procurar emprego, mas a hora que eu chegava lá me dava um desânimo. (...) Não consegui. Aí depois eu até agradei. Aí eu resolvi comprar aqui, não sair mais também... (...) Porque eu fiz ficha na fiação, eu fui era uma hora da tarde, na hora que eles estavam trocando o turno. A hora que o pessoal sai com aquele solarão quente, com aquela penugem na cabeça, sacudindo assim... Me deu um desânimo. Aí eu cheguei lá, já tinham preenchido a minha vaga. Então eu saí contente, aí eu vim para casa e nem voltei mais também. [Na roça] a gente não é mandado de ninguém. A gente não é mandado, se a gente quiser parar, a hora que quiser a gente pára, né. E vai quando quer. Tudo mais livre.”

Agricultor, 30 anos, casado, Areia Alta.
(família monoativa)

(...) meu lugar, onde nasci. Não sou mandado de ninguém. Trabalho mas sou dono do meu nariz.”

Agricultor, 48 anos, Chapadão da Vargem Grande
(família monoativa)

Capítulo 5 – A constituição dos agricultores como sujeitos na gestão das águas na Bacia do Itajaí/SC.

“(…) o problema saber/poder, que é para mim não o problema fundamental, mas instrumento que permite analisar, da maneira que parece mais exata, o problema das relações entre sujeito e jogos de verdade”. Foucault (2004b:274)

Conforme apresentado no Capítulo 2, a agricultura na Bacia do Itajaí é responsável por uma gama variada de produtos, sobressaindo-se o cultivo de lavouras temporárias. Quanto à estrutura fundiária, predomina a pequena propriedade familiar. A partir do estudo de caso realizado em Botuverá (Capítulo 4) é possível afirmar que a predominância da lavoura temporária e a pequena propriedade da terra são características que vão além de uma mera descrição física da paisagem, estando enraizadas nos traços culturais da população em questão. A propriedade da terra e a possibilidade de torná-la produtiva para a “família” a partir do trabalho da própria “família” são tidas, pelos agricultores, como condição essencial ao seu modo de vida. Da mesma forma, a diversidade de produtos cultivados está associada à importância dada por eles à produção de seu próprio alimento, do que resulta que esses agricultores são, em geral, policultores e criadores de pequenos animais.

Nos Capítulos 2 e 3 apresentamos dados empíricos a respeito da implantação de um processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí. Por meio dos dados referidos é possível constatar que a história desse processo tem como foco principal a preocupação com as enchentes. Conforme registramos, a constituição do Comitê do Itajaí é, em grande parte, resultado dessa discussão. Ela foi pensada, inicialmente, para tratar a questão das enchentes com o amparo da legislação sobre recursos hídricos. Esta legislação possibilitava a criação de uma instância regional e apontava para a possibilidade de que a mesma viesse a ter – através da cobrança pelo uso da água – autonomia financeira para desenvolver projetos ambientais necessários ao controle e à convivência com as enchentes.

Se nossa análise a respeito do processo de gestão das águas recaísse apenas sobre instrumentos de gestão, como a outorga e a cobrança, seria possível afirmar que a relação entre agricultura familiar e gestão das águas se encerra na concessão da outorga e na possível cobrança pelo uso da água, o que diria respeito apenas aos agricultores familiares que se caracterizam como usuários significativos de água. No entanto, conforme procuramos ressaltar ao longo do presente trabalho, a gestão das águas tem implicações para todas as formas sociais de agricultura familiar, sobretudo a partir de instrumentos de gestão como o enquadramento dos corpos de água em classes de uso e o plano de bacia, e das diretrizes que

prevêm a articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental (Figura 3).

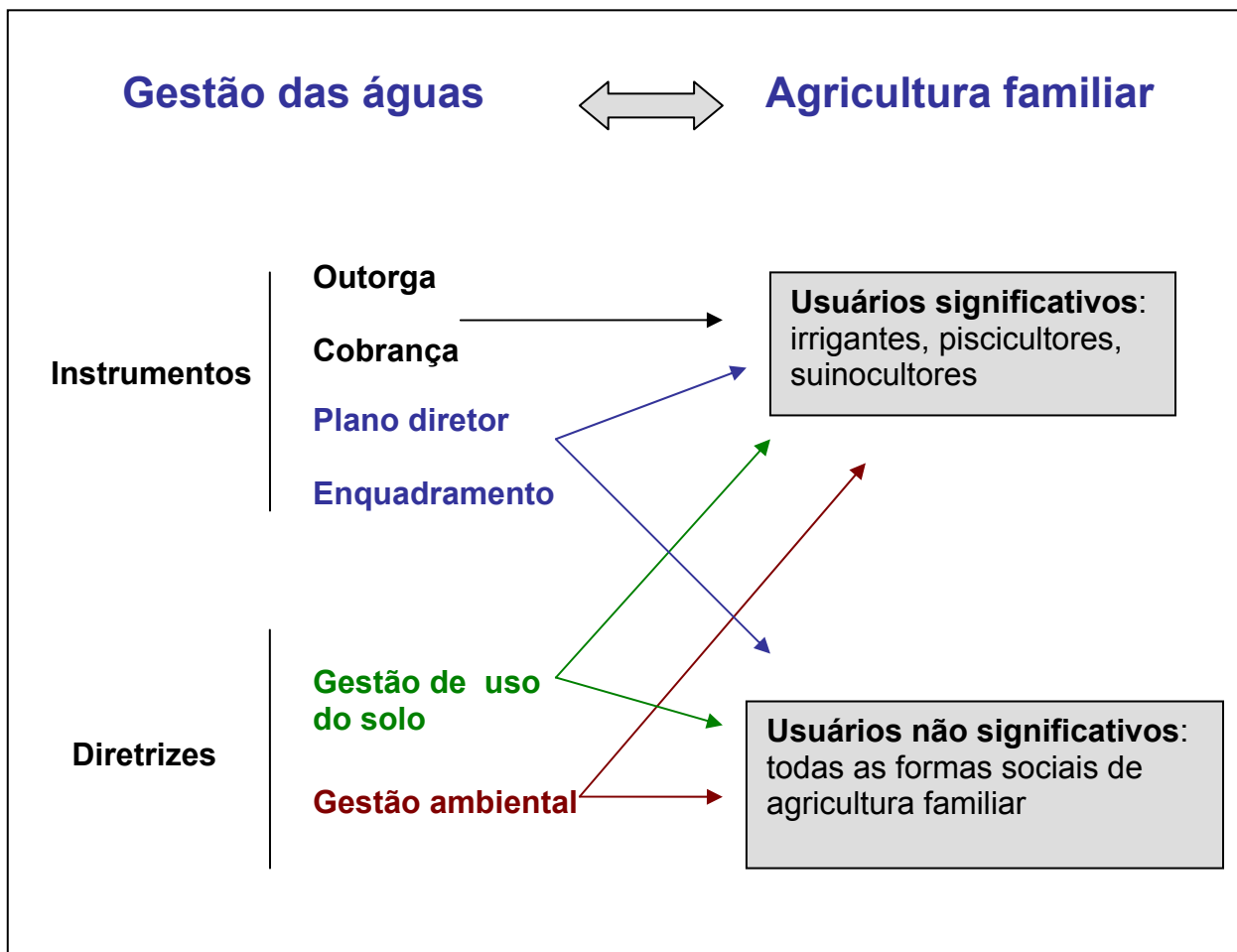


Figura 3 – Relações entre gestão das águas e agricultura familiar, a partir dos instrumentos e das diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, verificadas na Bacia do Itajaí.

Por esse motivo, nosso objetivo é verificar os alcances e os limites da participação prevista na Lei 9.433/97 quando entra em pauta, sobretudo, a articulação da gestão de recursos hídricos com a de uso do solo e com a gestão ambiental. Ou seja, qual é o caráter da participação dos agricultores familiares que **não são** considerados “usuários significativos da água” e que, portanto, não estariam sujeitos à outorga e/ou cobrança para o exercício de suas atividades produtivas a partir do processo de gestão das águas.

Com esse intuito, neste capítulo, nos deteremos na análise das relações de poder em que estão envolvidos os agricultores familiares, no caso da gestão das águas na Bacia do Itajaí. É no âmbito dessas relações de poder que se concretiza sua participação, maior ou

menor, nas decisões tomadas a respeito de propostas de ação discutidas e legitimadas no Comitê de Bacia. Importa salientar, no entanto, que embora nosso interesse maior resida em investigar as possibilidades de participação dos agricultores que são caracterizados como “usuários não significativos da água”, às vezes denominados “usuários insignificantes”, ou apenas “não usuários”, não pudemos nos eximir da análise de como ocorre a participação dos agricultores ditos “usuários significativos”. Porque, como veremos, é justamente ao se proceder à diferenciação entre “usuários” e “não usuários” que acontece uma importante restrição para as possibilidades de participação dos agricultores considerados “não usuários”. Ou seja, para a agricultura familiar em suas outras formas sociais.

Conforme salientamos no primeiro capítulo deste trabalho, para interpretar o caráter dessas relações, amparamo-nos especialmente em alguns dos últimos trabalhos de Foucault. Diante disso, assumimos que as relações de poder só se dão entre sujeitos, mais ou menos, livres – e nunca entre um totalmente livre e outro não-livre – e assim, ainda que em graus diferentes, todos os envolvidos são responsáveis pelas relações de poder estabelecidas e por seus efeitos.

Dessa forma, nos deteremos na análise das relações de poder dentro das quais acontece a constituição dos agricultores familiares, no processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí, como **sujeitos**²⁶⁵ (livres e ativos), bem como nas possibilidades de alteração destas relações. Interessa-nos, assim, a **subjetividade** dos agricultores familiares no processo de gestão das águas – “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004a:236). Ou seja, interessa-nos como as relações de poder estabelecidas determinam o que deve ser tomado como verdadeiro e como orientam a concepção, por parte dos agricultores familiares, de seu lugar, de sua função, de suas tarefas, de sua maneira de se relacionar consigo mesmo e com os outros e, a partir desta concepção, as suas possibilidades de decisão e de participação no processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí.

Nossa discussão se dará em torno de **dois aspectos** que possibilitarão o entendimento dos **jogos de verdade**²⁶⁶ a partir dos quais se dá a constituição da subjetividade dos agricultores familiares no processo de gestão das águas. O **primeiro aspecto** a ser destacado está relacionado à interpretação e à consolidação, no âmbito da bacia hidrográfica, das

²⁶⁵ A noção de sujeito é tomada de Foucault (2004b:275), conforme já salientamos no primeiro capítulo deste trabalho.

²⁶⁶ A noção de “jogos de verdade” cunhada por Foucault (2004b:275) está relacionada à maneira pela qual uma determinada coisa pode ser tomada como objeto de conhecimento, como ocorre a problematização do objeto a

implicações do processo de gestão das águas para a agricultura. Ou seja, de que modo a gestão das águas, na concepção dos membros e nos documentos elaborados pelo Comitê do Itajaí, está relacionada com a agricultura praticada na Bacia. Concernente a isto, no Capítulo 2 do presente texto, mostramos que o espaço rural, bem como a relação dos agricultores familiares com o meio físico no âmbito de seus estabelecimentos rurais, foram colocados em evidência ao longo do processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí.

O **segundo aspecto** a ser destacado é o tipo de enfoque que foi dado à relação dos agricultores com o meio físico (à relação ambiental dos agricultores) nas discussões e documentos elaborados pelo Comitê do Itajaí. Ou seja, que tipos de assuntos são abordados, quais as pessoas consideradas legítimas para discutir esta relação e as conseqüências da legitimidade conferida a essas pessoas sobre as possibilidades de participação dos agricultores familiares nas decisões tomadas no processo de gestão das águas. Este segundo aspecto está relacionado aos princípios que orientam a composição do fórum deliberativo local (Comitê de Bacia) e à legitimidade conferida (ou não) aos agricultores familiares para atuação na elaboração das propostas em discussão.

Então, no que se refere ao **primeiro aspecto**, poderíamos dizer que a **relação ambiental dos agricultores** (o modo como se relacionam com o meio físico, como fazem uso dos “recursos naturais”) foi colocada em evidência antes mesmo da constituição do Comitê. Já durante a vigência do Comitê, foi possível distinguir dois momentos e enfoques diferentes, porém complementares. Primeiramente, sua importância com respeito ao controle das enchentes; posteriormente, com respeito à necessidade de melhoria da qualidade das águas.

Antes da constituição do Comitê, a importância da relação dos agricultores com o meio físico, já era ressaltada, como, em 1994, por ocasião de um seminário regional para avaliação do PLADE²⁶⁷ (Plano Global e Integrado de Defesa contra Enchentes – Ecossistema Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açú). Alguns participantes deste seminário passaram a

ser conhecido, bem como a que condições está submetido o sujeito para que se torne “sujeito legítimo” desse conhecimento – veja-se a discussão presente no Capítulo 1 deste texto.

²⁶⁷ Após as enchentes de 1983-1984, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) assinou um convênio de cooperação técnica com a **JICA** (*Japan Internacional Cooperation Agency*). Esta última se comprometeu a elaborar um plano diretor de controle de cheias para o Vale do Itajaí. Esta agência realizou, então, estudos sobre a Bacia do Itajaí, cujos relatórios foram entregues em 1988 e 1990. Com a extinção do DNOS, em 1990, pelo Governo do Presidente Collor de Mello, o governo do Estado de Santa Catarina, com base no plano diretor elaborado pela JICA, elaborou o **PLADE**, no final de 1992 (FRANK, 1994:11). O PLADE foi uma proposta mais ampla do que o plano da JICA; tinha dois módulos: o primeiro era o “Plano Global contra as Enchentes”, e o segundo intitulava-se “Ecossistemas Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açú”. No entanto, Frank (1994:15) ressalta que para este segundo módulo não haviam metas estabelecidas nem recursos financeiros previstos. Ressalta ainda que o PLADE desconsiderou as “medidas não-estruturais”, como o “sistema de previsão e alerta de cheias” previsto na proposta da JICA. Por outro lado, chama a atenção para a pequena

constituir o grupo de trabalho que culminaria na formação do Comitê do Itajaí. Naquela ocasião, em contraposição às “medidas estruturais intensivas” para o controle de enchentes priorizadas pelo referido Plano, se enfatizou a necessidade de que fossem adotadas “medidas não-estruturais” e “medidas estruturais extensivas”²⁶⁸, dentre estas, medidas de proteção ambiental no âmbito dos estabelecimentos rurais, especialmente aquelas concernentes ao uso do solo.

Posteriormente, em 1999, com o foco do Comitê (já constituído) ainda voltado principalmente para a questão das enchentes, a importância da relação dos agricultores com o meio físico foi registrada com a aprovação de linhas de ação no sentido da conservação ambiental no espaço rural, durante um *workshop* realizado, pelo Comitê do Itajaí em conjunto com a SDS²⁶⁹, para “discutir o Projeto JICA e formular novas diretrizes para o encaminhamento da questão das cheias no Vale do Itajaí partindo-se deste Projeto”²⁷⁰. Deste *workshop* resultou a elaboração do documento denominado “Pacto para prevenção e controle de cheias no Vale do Itajaí” que passou a balizar as ações do Comitê²⁷¹. Ou seja, na Bacia do Itajaí, mesmo antes do surgimento do Comitê do Itajaí e durante os primeiros anos de sua constituição, devido à necessidade de conviver com as enchentes e controlá-las, foi se consolidando uma idéia de que seria necessário intervir nos estabelecimentos rurais a fim de melhorar as práticas de uso do solo desenvolvidas pelos agricultores: controlar a erosão, conservar e aumentar as áreas de floresta, regenerar e proteger a vegetação ciliar, etc.²⁷²

Em 2001, principalmente a partir do momento em que se iniciou a discussão acerca das possibilidades de implantação da cobrança pelo uso da água, passou-se a considerar, no Comitê da Bacia do Itajaí, a questão da qualidade de água. Esta discussão aconteceu porque, para que na Bacia do Itajaí algum município tivesse acesso aos recursos do Programa de

importância dada, tanto na proposta da JICA como no PLADE, à vegetação e ao uso do solo nas microbacias hidrográficas (op.cit.: 21,22).

²⁶⁸ De acordo com Cordero & Butzke (1995), **medidas estruturais intensivas** controlam o movimento das águas mediante obras de engenharia localizadas, como reservatórios, diques, *polders*, melhoramentos da seção do rio e canais paralelos ou de desvio. Já **medidas estruturais extensivas** tentam controlar o movimento das águas por meio de intervenções hidrogeológicas, como o reflorestamento e técnicas agrícolas adequadas. **Medidas não-estruturais** (CORDERO & BUTZKE, 1995), por sua vez, têm como objetivo principal minimizar os danos das enchentes através de uma convivência harmoniosa do homem com o fenômeno enchente, sem intervenções no meio físico – por exemplo: sistema de alerta, sistema-resposta, carta-enchente, cota-enchente, seguro-enchente e educação.

²⁶⁹ À época, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

²⁷⁰ Veja-se ata da Assembléia do Comitê realizada em 18 de maio de 1999, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembleias (ano 1999), acessado em 07.07.2005

²⁷¹ Este documento é citado, por exemplo, no Programa de Recuperação da Mata Ciliar (FRANK, 2001) e no Projeto Piava (FRANK, 2005d)

²⁷² Veja-se, por exemplo: o documento que sintetiza os encaminhamentos sugeridos no referido *workshop*, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/deliberações 01Anexos Pacto.doc, acessado em 14.10.2005, o Programa de Recuperação de Mata Ciliar (FRANK, 2001), e o Projeto Piava (FRANK, 2005d).

Despoluição de Bacias lançado pela Agência Nacional de Águas, seria necessário prestar contas a essa mesma Agência sobre o andamento da gestão das águas nos moldes da Lei 9.433/97. Conforme as entrevistas realizadas e os documentos analisados, alguns dos pré-requisitos para concorrer aos recursos eram a existência de um Comitê já constituído, e a apresentação de um cronograma de implantação da cobrança pelo uso da água.

Embora o referido programa da Agência Nacional de Águas fosse voltado ao tratamento dos esgotos urbanos, na Bacia do Itajaí, a discussão sobre qualidade de água também foi feita enfocando-se o espaço rural da Bacia. Foi-se, assim, construindo a idéia de que seria necessário intervir neste espaço em função da baixa qualidade de água dos pequenos cursos d'água das áreas rurais, evidenciada em estudos técnico-científicos, especialmente no trabalho realizado por Locatelli (2003).

Dessa forma, a necessidade de intervenção nos espaços rurais passou a ser articulada com o apoio de um argumento que até então não era muito utilizado: o da necessidade de melhorar a qualidade da água. Quando as atenções do Comitê voltavam-se também à questão da qualidade das águas, a importância da relação mencionada foi enfatizada, sobretudo pelo Projeto Piava, cuja execução iniciou-se em 2005²⁷³.

Em síntese, constatamos que, através de duas ênfases distintas e complementares, o espaço rural e a relação ambiental dos agricultores em seus estabelecimentos rurais estiveram presentes de forma importante nas discussões que emergiram no processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí. Ou seja, ao longo do Capítulo 2, demonstramos que as discussões e ações do Comitê do Itajaí diziam respeito ao espaço rural e, conseqüentemente, aos agricultores familiares que ali vivem. Os dados empíricos apresentados evidenciam que a relação dos agricultores com o meio físico foi tomada como **objeto de conhecimento** necessário à gestão das águas na Bacia do Itajaí. Passou-se a articular um discurso em torno do modo como os agricultores em geral (e não apenas aqueles considerados usuários significativos da água) usam a terra, e a estabelecer instrumentos para tentar orientar esse uso. Como instrumentos, destacamos o “Programa de Recuperação da Mata Ciliar”, a tentativa de articulação com a Promotoria Pública para o estabelecimento de “Termos de Ajustamento de Conduta” e o “Projeto Piava”²⁷⁴.

Além do fato de que, no âmbito do Comitê do Itajaí, foi posta em evidência a relação dos agricultores com o meio físico, constatamos que os argumentos utilizados na construção

²⁷³ Veja-se ata disponível em www.comiteitajai.org.br, link gestão / Comitê do Itajaí / Assembléias / 2005, acessado em 25.07.2006.

²⁷⁴ Veja-se, respectivamente, Frank et al (2001), Frank & Schult (2001:97) e Frank (2005d).

dessas evidências foram sempre pautados no saber técnico-científico. Passamos, assim, ao **segundo aspecto** antes mencionado para análise dos **jogos de verdade** no qual estão inseridos os agricultores. No que concerne a este segundo aspecto, cabe a discussão proposta por Foucault (2004b:275) – já abordada no primeiro capítulo deste trabalho – a respeito da **objetivação do objeto** e da **subjetivação do sujeito**.

A esse respeito, lembremos que os dados apresentados no Capítulo 3 evidenciam que, além do fato de que a relação dos agricultores com o meio físico tenha sido abordada como objeto de conhecimento, esta abordagem se deu principalmente a partir de uma perspectiva técnico-científica. Devemos recordar que um dos critérios para participação no *Workshop*, organizado pelo Comitê do Itajaí, em conjunto com a SDS, para “discutir o Projeto JICA e formular novas diretrizes para o encaminhamento da questão das cheias no Vale do Itajaí partindo-se deste Projeto”²⁷⁵ era a “capacidade de decisão e ser conhecedores do assunto”²⁷⁶, de modo que a decisão final a respeito dos participantes do *Workshop* era prerrogativa da Secretaria Executiva do Comitê²⁷⁷.

Os “usuários da água (e dos recursos naturais)” – entre os quais poderiam estar representantes dos agricultores da Bacia – não constavam da lista de pessoas a serem convidadas para o evento.

O referido *Workshop* resultou na elaboração do documento denominado “Pacto para prevenção e controle de cheias no Vale do Itajaí”, que passou a ser referenciado nas ações do Comitê. Ele é usado, por exemplo, como justificativa para a execução da Semana d’Água, do Programa de Recuperação da Mata Ciliar e do Projeto Piava²⁷⁸. Ou seja, constitui-se num documento com importantes desdobramentos para a relação entre a gestão das águas e a agricultura na Bacia.

Na Assembléia em que foi aprovado o documento “Pacto”, possíveis propostas complementares deveriam passar por posterior análise técnica. Ademais, textos publicados pelo Comitê do Itajaí a exemplo do material entregue aos participantes do Curso de Capacitação para Recuperação de Mata Ciliares²⁷⁹ e da série publicada pelo Projeto Piava²⁸⁰,

²⁷⁵ Conforme ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 18 de maio de 1999, disponível em www.comiteitajai.org.br, link Comitê do Itajaí/atas das assembléias (ano 1999), acessado em 07.07.2005.

²⁷⁶ Conforme consta em relatório de Reunião da Secretaria Executiva do Comitê realizada em 04 de maio de 1999, disponível em www.comiteitajai.org.br, link comitê do Itajaí/diretoria (atas e relatórios 1999), acessado em 12.08.2004.

²⁷⁷ Veja-se relatório da reunião da Secretaria Executiva do Comitê do Itajaí, realizada em 28 de maio de 1999, disponível em www.comiteitajai.org.br, link comitê do Itajaí/diretoria (atas e relatórios 1999), acessado em 12.08.2004

²⁷⁸ Veja-se Frank (2001, 2005d).

²⁷⁹ Veja-se Frank, Butzke & Zimmermann (2001).

²⁸⁰ Veja-se Santos et al (2005) e Frank (2005d).

apresentam a relação entre agricultura e gestão das águas baseando-se em estudos científicos. Lembremo-nos também dos textos acadêmicos (MAÇANEIRO, 2003; LOCATELLI, 2003) que foram apresentados em Assembléias do Comitê como maneira de capacitar os membros do Comitê e como subsídio para tomada de decisão.

Assim, simultânea e reciprocamente à **objetivação do objeto** (cf. Foucault, 2004a:235) a partir de uma perspectiva técnica, ocorreu o estabelecimento de pessoas com capacitação técnico-científica como **sujeitos legítimos** do conhecimento necessário à gestão das águas. O convite para elaboração das propostas a serem apresentadas nas Assembléias tem sido, em geral, feito às pessoas com capacitação técnica. Esta maneira de atuação no Comitê pode ser evidenciada desde suas primeiras ações em torno do *Workshop* que resultou na elaboração do Pacto, até a elaboração do primeiro modelo de cobrança pelo uso da água; da concepção do Projeto Piava; da composição das Câmaras *Técnicas* e o início da formulação do Plano de Bacia. Conforme evidenciamos no Capítulo 3, os depoimentos da Diretoria do Comitê registrados nas atas das Assembléias e nas entrevistas que realizamos, evidenciam a legitimidade conferida ao saber técnico-científico para elaboração das propostas. As pessoas convidadas pela Diretoria do Comitê a integrar os grupos de trabalho são aquelas que apresentam capacitação técnica considerada adequada. A exemplo da composição da CT Plan (Câmara Técnica de Planejamento), a escolha daqueles que poderão participar da elaboração das propostas fica, em geral, a cargo da Diretoria do Comitê. Assim, além do caráter técnico, as propostas que são aprovadas nas assembléias são encaminhadas por um grupo restrito de pessoas que foi pouco alterado desde o início do Comitê.

Percebemos, então, que se repete na Bacia do Itajaí a legitimação conferida aos técnicos para elaboração das propostas, já evidenciada a respeito da Lei Federal 9.433/97, no primeiro capítulo deste trabalho. No entanto, sabemos que, pelo menos enquanto o Comitê não tiver autonomia financeira – o que poderá ser solucionado com a implantação da cobrança pelo uso da água –, a elaboração de propostas no Comitê tende a ficar atrelada a instituições que podem disponibilizar seus funcionários para participar das atividades exigidas pela gestão das águas. Os agricultores, em geral, não dispõem de recursos para deslocamento e alimentação e nem da liberação de seus afazeres diários como outros membros que são funcionários, sobretudo de empresas públicas e instituições de ensino superior. Essa dificuldade financeira que impõe diferentes possibilidades concretas de participação aos membros do Comitê já foi evidenciada por Gohn (2003) em outros tipos de conselhos gestores. No caso da Bacia do Itajaí, além das dificuldades de deslocamento para as Assembléias, referimo-nos às dificuldades sentidas pelos agricultores para deslocarem-se a

fim de participar de oficinas e reuniões para elaboração de propostas. Assim, para sua solução é necessário dar-se conta de que a igualdade nas possibilidades de decisão não ocorrerá sem a consideração das diferenças existentes entre os diversos sujeitos envolvidos nesse processo de gestão. Poder-se-ia pensar: esta é uma questão que poderia ser contornada conseguindo-se recursos para as despesas das pessoas que necessitassem. Por outro lado, antes disso, seria necessário que o seu saber também fosse considerado legítimo para a construção de propostas.

Acontece, assim, o estabelecimento do que para Foucault (2004a:235) são os **jogos de verdade**: “as regras, segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso”. As pessoas com formação técnico-científica tornam-se, na Bacia do Itajaí, **sujeitos legítimos** do conhecimento necessário à gestão das águas. Dentro desses jogos de verdade, pudemos verificar, nas falas dos agricultores-membros do Comitê, conforme registamos no Capítulo 3, o esforço para apresentar argumentos baseados também em dados científicos para contrariar a visão de que a rizicultura seria uma atividade muito poluente. Além dos próprios agricultores, membros da Comissão Consultiva e da CT Plan relacionados à agricultura também explicitaram a importância de se apresentar dados técnico-científicos para conseguir legitimidade nas discussões no Comitê.

Esses jogos de verdade pautados, sobretudo, no conhecimento técnico-científico, em que a alguns compete dizer o que é verdadeiro e o que deve ser cumprido, surgem na gestão das águas na Bacia do Itajaí como resultado e ao mesmo tempo como a base das **relações de poder** a partir das quais os agricultores familiares tornam-se sujeitos nesse processo. Assim, ainda de acordo com o que diz Foucault (1995:246) estas relações de poder apoiam-se em um “**sistema de diferenciações**, que atua de **duas maneiras distintas**, e que imprime importantes conseqüências para as possibilidades de ação dos agricultores. A **primeira** dessas maneiras diz respeito à **classificação dos agricultores como “usuários” ou “não usuários da água”**. A **segunda** atua sobre os agricultores de maneira geral e está vinculada à competência profissional considerada necessária para participar da **elaboração das propostas**.

5.1 – A identidade de usuários da água

Na Bacia do Itajaí, o uso do solo pela agricultura sempre foi posto em evidência – como sugerimos anteriormente, foi tomado como objeto de conhecimento. No período que corresponde ao início de nossa análise – os primeiros anos de formação do Comitê –, quando a questão das cheias passou a ser tratada com o respaldo da legislação sobre recursos hídricos, a importância da relação do uso do solo com as enchentes fez com que, no seu regimento, a categoria de “usuários da água” aparecesse ampliada para “usuários da água e dos recursos naturais”. No entanto, posteriormente, para adequar o regimento do Comitê à Lei Federal 9.433/97 e às possibilidades de implantação dos instrumentos de gestão, a categoria “usuários” ficou restrita aos usuários da água. Dessa forma, as possibilidades de **participação no fórum deliberativo** para os agricultores familiares ficaram praticamente restritas aos agricultores que fizessem usos significativos da água – nas atividades de rizicultura, piscicultura e suinocultura.

Essas alterações regimentais foram acompanhadas por discussões que tratavam de ressaltar que as implicações da gestão das águas se dariam apenas sobre os agricultores usuários, e por críticas a respeito de sua organização em entidades que não contemplassem os critérios propostos pelo regimento do Comitê. Por meio de discussões fundamentadas em dados técnico-científicos sobre o uso da água na agricultura, implícita e, às vezes, explicitamente, foi-se transmitindo a idéia de que os que contestavam a implantação da Lei 9.433/97 o faziam por falta de conhecimento a respeito das conseqüências/benefícios da mesma.

Como apresentamos nos capítulos anteriores, os agricultores se manifestaram contra a cobrança pelo uso da água organizando-se como “agricultores familiares” e não como “usuários da água”. Por outro lado, conforme as atas, verificamos quão poucas vezes os agricultores se manifestaram nas assembleias, mesmo durante a época em que a discussão sobre a cobrança tinha grande importância. Os depoimentos dos agricultores-membros por nós entrevistados revelam que se sentiam incapazes de argumentar diante das normas estabelecidas e das pessoas com maior grau de instrução formal. De acordo com eles, portanto, as condições estabelecidas nas Assembleias não convidavam à participação nas discussões.

No entanto, verificamos que houve uma flexibilidade do grupo técnico que propunha o modelo de cobrança, quando foram informados pelos agricultores a respeito da organização dos rizicultores em torno das “sociedades de vala” – conforme referenciamos no capítulo 3. Como reflexo desta flexibilidade pudemos registrar o interesse da Diretoria do Comitê em conhecer essas formas comunitárias de gestão para inserí-las na gestão de recursos hídricos. Sobre isso, estudos acadêmicos de certa forma vinculados a membros da diretoria já foram²⁸¹ e estão sendo desenvolvidos²⁸². O uso exclusivo do saber técnico-científico na construção das regras da gestão foi interrompido, então, após as reclamações dos agricultores. Poderíamos entender essa flexibilidade do grupo de técnicos como resposta a uma estratégia de resistência lançada pelos agricultores. Percebemos, assim, os agricultores como sujeitos livres e ativos no processo de gestão das águas.

Por outro lado, essas discussões em torno dos instrumentos de gestão, mais especificamente em torno da outorga e da cobrança, ao mesmo tempo em que fizeram com que os agricultores se manifestassem contrariamente ao que estava sendo proposto, causando polêmica na gestão das águas, fizeram com que fosse destacada a relação entre o processo de gestão das águas e a agricultura a partir dos usos da água considerados significativos (rizicultura, piscicultura, suinocultura), em detrimento da importância da agricultura de forma genérica. Ou seja, houve um grande movimento de discussão em torno da cobrança pelo uso da água nas atividades agropecuárias, a partir do qual se tratou de evidenciar a relação entre o uso da água e a possibilidade de participação no fórum deliberativo através da outorga dos direitos de uso. Como consequência, estas discussões promoveram a incorporação da identidade de “usuários da água” aos agricultores.

Por outro lado, como já apontamos, a agricultura de forma genérica continuou sendo alvo das intenções do Comitê, de forma ainda mais concreta a partir do Projeto Piava, com base agora também no argumento de se conseguir melhoria na qualidade de água dos pequenos mananciais.

Após o movimento dos agricultores contrariamente à cobrança, a Diretoria do Comitê lançou mão da estratégia de abandonar o assunto e reforçou a necessidade de esclarecer os membros. Na edição de 2005 da cartilha da Semana d'Água nada consta a respeito do valor econômico da água. Verificamos que, coincidentemente ou não, depois disso, os agricultores fizeram avaliações positivas sobre o exercício da Diretoria do Comitê durante esse período.

²⁸¹ Veja-se Maçaneiro (2003) e Liberato (2004).

²⁸² Conforme depoimento da Secretária Executiva do Comitê, gestão 2004-2006, em entrevista realizada e 09.12.2005.

Assim, as alterações regimentais que ocorreram em 2001 e 2003 que propunham a mudança na composição dos membros do Comitê, enfatizando que os assentos referentes à agricultura diriam respeito àquelas atividades que fizessem usos significativos da água, e discussões em torno dos usos significativos da água pela agricultura promoveram importantes conseqüências sobre a constituição dos agricultores como sujeitos no processo de gestão das águas. Deste modo, diante do fato de que somente aos “usuários da água” estariam reservados assentos no fórum deliberativo, os agricultores incorporam para si essa nova condição e passam a verificar, entre seus pares, aqueles que cumprem a condição legítima de “usuário” para fazer parte do Comitê.

No seus depoimentos, os agricultores-membros que efetivamente representam “usuários da água”, como os rizicultores, passam a considerar a sua participação no Comitê mais importante do que a de outros que não representam “usos significativos”, como os fumicultores, por exemplo. Por outro lado, mesmo quando efetivamente não se caracterizam como “usuários” – podendo, portanto, no futuro, prescindir da outorga dos direitos de uso da água para exercerem suas atividades – os agricultores passaram a requerer a possibilidade de participação se autorreconhecendo como “usuários da água”. Como resultado concreto desse autorreconhecimento da condição de “usuário da água” pelos agricultores, temos que a partir da negociação ocorrida entre os representantes das atividades vinculadas à agricultura nas Assembléias Deliberativas de 2004, um agricultor que efetivamente não representa “usuários significativos da água”, conseguiu assento no Comitê apenas como suplente, sendo que antes já havia sido titular.

Por outro lado, os agricultores, ao resistirem à proposta de cobrança pelo uso da água em 2002, não se organizaram como “usuários de água”, mas sim como “agricultores”. Assim, ao mesmo tempo em que assumem sua condição de “usuário” – necessária para se conseguir legitimidade para participar do Comitê –, suas falas também apontam para sua identidade de “agricultores familiares” e não apenas de “usuários da água”. Da mesma forma, a preocupação dos agricultores-membros (representantes de usuários-significativos) com as possibilidades de cobrança pelo uso da água, foi sempre acompanhada por uma preocupação a respeito das implicações da gestão das águas para o estabelecimento rural a partir de sua articulação com a gestão ambiental, sobretudo com respeito à necessidade de recomposição da mata ciliar. Ou seja, mesmo os agricultores-membros que incorporaram a condição de “usuários da água” nos indicam implicações da gestão das águas que são comuns tanto aos agricultores usuários quanto aos não-usuários. Ou seja, as implicações extrapolam a condição estabelecida para participar do fórum deliberativo.

Como exemplo dessas implicações comuns aos não-usuários temos a preocupação com a sombra que pode ser causada pela vegetação ciliar sobre os cultivos, a preocupação com a agricultura para autoconsumo e com a reprodução do patrimônio familiar. Ou seja, mesmo assumindo a condição de “usuário da água” para poder participar do Comitê, a sua preocupação com respeito à gestão das águas não se limita às possibilidades de outorga e/ou cobrança. Implicações, por exemplo, como a sombra sobre os cultivos proveniente da recomposição da mata ciliar, que seriam comuns a todas as formas sociais de agricultura – conforme discutimos no capítulo 4 –, são veemente ressaltadas também pelos agricultores-membros que são “usuários significativos da água”.

Assim, entendemos que ao se organizarem (de maneira genérica) contra a proposta de cobrança pelo uso da água, os agricultores assumiram, mesmo implicitamente, uma **luta contra a submissão da subjetividade** (cf. FOUCAULT:1995:236); contra o exercício de um poder que queria dividir os agricultores em usuários ou não da água. Acreditamos que essa luta dos agricultores se insere no que Foucault (1995:235) chama de “uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos”.

Por meio das estratégias de resistência desenvolvidas, os agricultores conseguiram que fosse considerado o pequeno tamanho dos estabelecimentos em que, em geral, praticam sua agricultura. Outras características de seu modo de vida, como o valor de uso da terra, a importância (concreta e simbólica) da produção para autoconsumo e a terra como patrimônio familiar ainda passam, porém, despercebidas pela Diretoria do Comitê.

A segmentação dos agricultores em “usuários ou não da água” foi acontecendo de maneira progressiva ao longo da história do Comitê. Pode-se dizer que o **objetivo** dessa segmentação foi o de dar possibilidade de implantação aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, de forma que esta divisão entre usuários e não-usuários tende a reforçar-se cada vez mais com a implantação, sobretudo, da outorga dos direitos de uso da água.

Entendemos que os agricultores familiares ao questionarem o processo de implantação da cobrança pelo uso da água, estabeleceram com a Diretoria do Comitê uma **relação de confronto**; lançaram mão de mecanismos para tentar interromper o processo – como a presença de grande número de agricultores nas reuniões para as quais haviam sido convocados apenas os agricultores considerados usuários significativos, a organização de reunião com convite a membros da Diretoria do Comitê, etc. Após a estratégia lançada pela

Diretoria do Comitê, de abandono das discussões em torno da cobrança pelo uso da água e da estratégia de esclarecer os membros, a luta contra a imposição da identidade de “usuários da água” perdeu força, porque aconteceu o **estabelecimento da relação de poder**.

“Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das reações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis pelos quais um dentre eles pode conduzir de maneira bastante constante e com suficiente certeza a conduta dos outros; para uma relação de confronto, desde que não se trate de luta de morte, a fixação de uma relação de poder constitui um alvo – ao mesmo tempo seu complemento e sua própria suspensão”.

(FOUCAULT, 1995:248)

Quando os agricultores passaram a se enxergar como “usuários da água” e estabeleceram uma divisão entre seus pares, passando a assumir, como legítimo, o que foi estabelecido nos jogos de verdade, estabeleceu-se uma relação estável entre a Diretoria e os agricultores. **A relação de confronto deu lugar à relação de poder**. Uma relação em que os primeiros conseguem, mais ou menos, prever as possibilidades de ação dos segundos – “O exercício do poder consiste em conduzir condutas e em ordenar a probabilidade” (FOUCAULT, 1995:244). Os agricultores deverão participar dentro das regras estabelecidas pelo regimento, organizando-se segundo os critérios definidos para discutir a pauta estabelecida em torno dos critérios técnicos de gestão.

As falas dos agricultores-membros do Comitê, de fato, demonstram que incorporam esta condição de usuário da água à sua maneira de relacionar-se consigo mesmos e com os outros. A condição de usuário da água passou a ser usada para argumentar, entre os pares, a favor da ocupação dos assentos. Dessa forma, o exercício do poder se ramifica e as possibilidades de participação no fórum deliberativo passam, também, pelas relações de poder e resistência entre os agricultores.

A assunção da condição de usuários da água pelos agricultores foi resultado de uma relação de poder pautada sobre a legitimidade do saber técnico-científico que, embora retrocedendo **conseguiu gerar, para os agricultores, uma dicotomia de identidade entre “usuários” e “não usuários da água”, e a segregação entre seus pares**. A capacidade técnica e os conceitos hidrológicos foram aceitos como critérios para enquadramento dos agricultores entre os usuários da água.

Como resultado, ao proceder-se essa segmentação, legitimamente restringe-se a possibilidade de participação, no fórum deliberativo, dos agricultores que não são usuários, mas que são chamados a executar medidas de proteção ambiental com o fim último de melhorar a qualidade das águas e controlar as enchentes. As importantes ações de conservação ambiental que dizem respeito à articulação da gestão das águas com a gestão

ambiental e com a de uso do solo, não dizem mais respeito à gestão da água propriamente dita; nem, portanto, aos usuários da água. Podem, assim, ser tratadas legitimamente por um grupo de técnicos, com o respaldo da legislação pertinente. Como exemplo, podemos mencionar que em nenhuma ata de Assembléia encontramos registro sobre alguma discussão relacionada à concepção do Projeto Piava. Temos, então, um segundo resultado da relação de poder estabelecida entre a Diretoria do Comitê e os agricultores: o reforço da legitimidade conferida aos grupos técnicos na elaboração das propostas de conservação ambiental.

Este segundo resultado está relacionado à outra maneira de atuação do sistema de diferenciações em que se pautam as relações de poder a partir das quais os agricultores se tornam sujeitos na gestão das águas – o **estabelecimento da capacitação técnica como condição para participar da elaboração das propostas.**

5.2 – O lugar dos agricultores: a ação prática

Conforme os dados que apresentamos nos capítulos anteriores, as implicações da gestão das águas não se limitam aos estabelecimentos rurais em que se faz grande uso da água. Estas implicações – que se dão sobretudo a partir da articulação da gestão das águas com a gestão de uso do solo e com a gestão ambiental – aparecem nas falas dos agricultores familiares entrevistados e indicam uma interferência sobre seu modo de vida por meio de dificuldades concretas que são reforçadas por categorias culturais. Mesmo os agricultores usuários da água (especialmente os rizicultores) evidenciam em suas falas a importância da gestão das águas sobre o uso do solo – e não só da água ou da cobrança pelo seu uso.

Embora os instrumentos de gestão ainda não estejam em operação na Bacia do Itajaí e as atividades realizadas em torno do Comitê não possam ser caracterizadas, segundo membros do Comitê, como gestão *das águas* propriamente dita, a parte que concerne à articulação com a gestão ambiental já vem sendo colocada em prática. Ao mesmo tempo, as falas de membros (não agricultores) do Comitê e a própria legislação que concerne aos recursos hídricos (por exemplo, a partir do enquadramento dos corpos d'água em classes de uso) sugere que essas interferências sobre o uso do solo tendem a ser ainda mais enfatizadas com a implantação dos referidos instrumentos.

No item anterior dizíamos que ao se proceder a segmentação entre “usuários da água” e “não-usuários da água”, ou seja, agricultores que dela não fazem uso mais específico ou significativo, restringiram-se as possibilidades de participação dos segundos no fórum

deliberativo (leia-se Comitê de Bacia). No entanto, verificamos que existem ainda agricultores-membros que não são representantes de usuários significativos da água. A participação desses remanescentes tende a ser eliminada com o advento da outorga dos direitos de uso, quando só os outorgados poderão concorrer aos assentos. Isso significa que aos agricultores não-usuários, caberá executar as medidas de conservação ambiental definidas por aqueles que podem participar. No entanto, nossos dados empíricos indicam que a legitimidade conferida ao saber técnico-científico faz com que tampouco os agricultores-membros participem da elaboração das propostas. Eles não satisfariam a condição básica – possuir o conhecimento técnico-científico – considerada necessária à elaboração das propostas.

A necessidade de ser detentor do conhecimento técnico-científico faz com que aos agricultores seja reservada a ação prática. A exemplo da condição de “usuários da água”, os **agricultores-membros** também assumiram a condição de “executores de propostas” elaboradas por aqueles que detêm o conhecimento técnico. Por isso, os agricultores-membros entrevistados afirmaram que tratavam de repassar aos seus representados os aspectos técnicos (ou práticos) daquilo que era discutido no Comitê, tais como a importância de melhorar o uso do solo, o cuidado com o uso de agrotóxicos, etc. Não repassavam informações acerca das regras da gestão. Essa atitude reforça a relação de poder estabelecida. A própria desistência dos agricultores de participar das assembleias, referida no capítulo 3, também reforça a relação estabelecida. Assim, além da incorporação da condição de usuários acontece, na prática da participação, uma separação entre “participação nas decisões” e “ação concreta”.

Dessa forma, a assunção da “condição de usuário de água” e da “condição de executores de propostas” são resultados do mesmo **jogo de verdades**, segundo o qual, mediante o conhecimento técnico-científico dos processos naturais (especialmente os hidrológicos) estabelece-se as perspectivas a partir das quais a relação do agricultor com o meio físico podem ser apreendidas.

Pelo fato de que para a gestão das águas, os aspectos da agricultura familiar que são oficialmente importantes dizem respeito apenas aos usos significativos da água, outras características desses grupos familiares não são discutidas. Ao se proceder a “objetivação do objeto” a partir de um enfoque técnico hidrológico, é coerente que os sujeitos legítimos desse objeto sejam os técnicos detentores desse conhecimento. Ou seja, ao dar-se importância apenas aos dados técnicos, a participação na elaboração das idéias é, mormente, condicionada à detenção do conhecimento técnico.

Conforme apresentamos no Capítulo 4, o saber do agricultor é portador do conhecimento técnico necessário à produção agrícola e do ambiente que o cerca, além de valores culturais e informações acerca de seu modo de vida. Dessa forma, este saber e características culturais específicas desses grupos familiares – importantes para a gestão das águas – não conseguem aparecer: se os técnicos competentes não as consideram, o agricultor não está presente para apresentá-las.

As possibilidades de ação dos agricultores quando entra em questão a articulação da gestão das águas com a gestão ambiental estão vinculadas à maneira pela qual os agricultores se constituem como sujeitos em relação aos jogos de verdade que se estabelecem nesse processo. As duas maneiras de atuação do sistema de diferenciações descrito se complementam, assim, na determinação da subjetividade dos agricultores. Em outras palavras, os agricultores passam a relacionar-se consigo mesmos e com os outros a partir do que foi estabelecido como correto nos jogos de verdade.

Envolvidos nessas relações de poder, só os agricultores podem requerer maneiras mais efetivas de participação. Só a eles cabe fazer juízo de valor a respeito das conseqüências do poder em exercício. Do mesmo modo que conseguiram evidenciar, através de suas manifestações contra a cobrança pelo uso da água, aspectos de sua agricultura, como o reduzido tamanho dos estabelecimentos, outros aspectos de sua cultura podem ser inseridos na gestão dos recursos hídricos, desde que se concebam como sujeitos ativos e capazes de interferir nas condições estabelecidas. Assumir a condição de passividade diante das dificuldades de legitimar suas opiniões reforça a legitimação conferida ao saber técnico-científico e tende a concretizar o papel dos agricultores como executores das propostas elaboradas por técnicos considerados competentes. Da mesma forma, aceitar proceder à divisão entre usuários e não usuários, reforça a concepção de que apenas os aspectos econômicos vinculados ao uso da água são importantes para os agricultores familiares quando se discute a gestão das águas.

Durante o processo de implantação do Programa de Recuperação da Mata Ciliar, a partir de 2001, temos exemplos de estratégias de resistência dos agricultores que tiveram sim efeito sobre a ação da Diretoria do Comitê: o fato de muitos se negarem a executar as ações do projeto da maneira como foram concebidas, levou a que o Projeto Piava fosse elaborado de modo mais “flexível”, sem a exigência do termo de Ajustamento de Conduta e sem a exigência de afastamento de 30 metros dos cursos d’água.

Devemos ressaltar, por outro lado, que na dinâmica do exercício do poder, essa resposta à resistência dos agricultores pode ser vista como uma possível estratégia para

controlar, futuramente, a ação dos agricultores nesses 30 metros que margeiam os cursos d'água. Ou seja, essa flexibilidade poderia ser uma estratégia para contornar o entrave inicial. A importância concreta e simbólica dessas áreas de preservação permanente para a reprodução social dos agricultores familiares, no âmbito dos estabelecimentos rurais, ainda não parece incorporada ao Projeto. Embora um texto que compõe a série publicada pelo referido Projeto indique na direção da compreensão desta importância e venha ao encontro das falas dos agricultores entrevistados²⁸³, o depoimento de instrutores do Projeto Piava e as palestras dadas aos alunos durante o curso de capacitação sobre a recuperação da Mata Ciliar, vinculado ao Projeto Piava, indicam justamente o contrário: enfatiza-se que as áreas de preservação permanente, com o respaldo da legislação pertinente, devem ser intocadas²⁸⁴.

Numa perspectiva que considerasse as especificidades da agricultura familiar, o Comitê poderia surgir como espaço para construção de propostas de uso da terra nessas áreas para que as mesmas contemplassem sua função de proteção ambiental e pudessem continuar, embora talvez de maneiras diferentes, úteis para a “família”. Ao mesmo tempo, diante da legislação ambiental restritiva, o Comitê como fórum legitimado poderia negociar estas possibilidades com outros atores sociais cujas áreas de atuação dizem respeito à proteção ambiental (os Promotores Públicos, por exemplo).

Se analisarmos a situação a partir do jogo de verdades que se estabeleceu, esse fato decorre de que, embora o Projeto Piava seja pensado para fortalecer a ação local e envolver os agricultores, e apresente uma relativa flexibilidade em relação ao seu antecessor – o PRMC – não existe em nível local, a possibilidade de legitimação do saber do agricultor.

No tocante ainda ao Projeto Piava, constatamos o agricultor como sujeito ativo quando ele revela sua intenção de, através do Projeto, conseguir implementar a recomposição da vegetação ciliar que já vinha sendo solicitada pela Promotoria de Meio Ambiente²⁸⁵. Ou seja, dentro das suas possibilidades de ação, usa sua participação no Projeto Piava como uma estratégia diante de outra relação de poder em que está inserido.

²⁸³ Referimo-nos ao Módulo VII “Práticas Sustentáveis de uso do solo” publicado no caderno nº 4 da Série Projeto Piava (POLMANN, 2005).

²⁸⁴ Observação em campo realizada em novembro de 2005, por ocasião da Oficina de Capacitação do Projeto Piava aos Grupos de Trabalho Municipais, realizada no Centro Universitário de Brusque.

²⁸⁵ Essa relação do agricultor com a Promotoria Pública, embora tangencie as relações de poder que emergem na gestão das águas, apresenta particularidades históricas que não foram objeto de nosso trabalho, por isso não será aqui aprofundada.

5.3 – Participação e reprodução sócio-cultural dos agricultores familiares

Pela discussão apresentada acima, a participação dos **agricultores-membros** do Comitê poderia ser classificada como uma **participação parcial**. Ou seja, um tipo de participação em que todos os envolvidos podem influenciar na decisão, mas a prerrogativa da decisão cabe a um dos lados (PATEMAN,1992:97).

Conforme apresentamos no Capítulo 3, a Diretoria do Comitê (gestão 2004-2006) mostrou-se interessada em poder propiciar melhores condições para participação nas Assembléias a partir do final de 2005 – quando se encerrava o período compreendido por nossa análise – dispondo as cadeiras de maneira menos formal e abrindo mão da execução dos cerimoniais de abertura. No entanto, uma vez que o Comitê de Bacia abrangeria apenas os agricultores-usuários para discutir as propostas elaboradas pelos técnicos, entendemos que esses esforços são válidos apenas para melhorar a **participação parcial**. Ora, diante da legitimidade conferida ao saber técnico-científico para elaboração das propostas, embora todos influenciassem na decisão, a tomada de decisão final tende a ser sempre prerrogativa das pessoas com formação técnico-científica e, por extensão, da Diretoria, que coordena a execução dos serviços técnicos.

No Capítulo 4 apresentamos dados empíricos que demonstram a interferência da gestão das águas sobre o modo de vida dos agricultores familiares da bacia, independentemente de sua condição de usuário significativo da água. Os componentes do meio físico, especialmente a terra, cujo uso é tão visado nos programas conservacionistas, são concebidos pelos agricultores a partir de uma lógica simbólica – em que a terra, o trabalho e a família são articulados de maneira especial, de modo que um deles não é pensado sem o outro – que se complementa com a razão prática de utilizar, da melhor maneira possível, a mão-de-obra e os recursos físicos disponíveis para garantir a reprodução social da família. Da mesma forma, a produção do próprio alimento faz parte da necessidade concreta de garantir a subsistência imediata e de uma lógica simbólica construída historicamente em que o colono, como bom camponês, deve produzir o suficiente para a alimentação de sua família.

Assim, mesmo melhorando a participação durante as assembléias, a articulação entre a gestão da água, a gestão do solo e a gestão ambiental continuaria carente de participação efetiva dos interessados, que são os agricultores familiares em todas as suas formas sociais. Em relação aos “usuários da água” e, especialmente, aos “não usuários”, a **participação**

plena (cf. Pateman, 1992:98) – situação em que todos envolvidos têm chances iguais de determinar o resultado final – só poderá acontecer com a participação dos agricultores desde a elaboração das propostas. Assim, não é necessário apenas que se fortaleça a “ação local” – como se pretende com o Projeto Piava –, mas também a “concepção local”, dando-se legitimidade ao saber dos agricultores em sua diversidade de formas sociais.

Ainda pela discussão apresentada no Capítulo 4, verificamos que, ao tomar suas decisões, o agricultor leva em conta o seu saber e que este saber, por sua vez, não é restrito a critérios técnicos produtivos. Ao falar do saber, o agricultor fala da terra, do trabalho e da família. Ou seja, o agricultor informa os valores que regem sua vida social. Portanto, levar em conta o saber do agricultor é condição básica para a consideração adequada de suas características sócio-culturais e econômicas. Dessa forma, a reprodução dos agricultores familiares como categoria social depende de que estas questões possam também ser discutidas no processo de gestão das águas quando se requer sua ação conservacionista. Desse modo, para os agricultores familiares, o reflexo mais importante das relações de poder estabelecidas no processo de gestão das águas e segundo as quais os agricultores são concebidos e se concebem como “usuários da água” e como “executores de ações práticas”, diz respeito à perda de liberdade de atuar na construção da *norma*, daquilo que deve ser obedecido e que resulta dos jogos de verdade estabelecidos. O reflexo mais importante diz respeito às dificuldades de decidir sobre aquilo que terá interferência em suas vidas; diz respeito à impossibilidade de se discutir propostas para o espaço rural embasadas no seu saber e nos valores que regem suas vidas, e não apenas em critérios construídos com base em conceitos hidrológicos ou econômicos.

A inversão das relações de poder e a participação efetiva dos agricultores requerem, entretanto, que os agricultores se manifestem para reivindicar legitimidade ao seu saber. Como demonstramos, os agricultores têm se mostrado sujeitos livres e ativos no processo de gestão das águas e têm conseguido algumas vitórias. Dessa forma, são também responsáveis pela relação de poder estabelecida e por seus efeitos. Por outro lado, verificamos que quando **a relação de confronto deu lugar à relação de poder, o sistema de diferenciações baseado numa suposta supremacia do saber técnico-científico** foi concretizado de tal forma que passou a orientar a subjetividade dos agricultores no processo de gestão das águas: os agricultores passaram a se diferenciar entre si como “usuários” ou “não usuários da água” e a aceitar que o papel que lhes cabe é a execução de propostas elaboradas pelos técnicos. Adotando a classificação de Pateman (1992) sugerimos que a participação dos agricultores é apenas parcial. Assim, a sua responsabilidade não poderá ser maior do que sua liberdade.

Devemos ter em conta que a suposta supremacia do saber técnico-científico não existe apenas na gestão das águas na Bacia do Itajaí. Os técnicos já “nascem” para a gestão das águas respaldados pela valorização que lhes é conferida por meio do texto da Lei 9.433/97, conforme verificamos no Capítulo 1 do presente trabalho. Da mesma forma, os agricultores não detentores desse saber técnico-científico já “nascem” em desvantagem para a gestão das águas. Assim, o sistema de diferenciações legitimado no Comitê do Itajaí encontra respaldo para além desta instância deliberativa, dificultando modificações na relação de poder estabelecida.

Cabe aqui a discussão em que Foucault (2004) menciona como o discurso científico está relacionado ao exercício do poder em nossas sociedades:

“A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma de **discurso científico** e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)”.

(FOUCAULT, 2004:12-13, grifos nossos).

Entendemos que no caso dos agricultores familiares, as possibilidades de decisão acerca das implicações da gestão sobre seus modos de vida e sobre sua reprodução social, não poderão ser revistas sem a legitimação de seu saber. Porém, a importância da consideração do saber dos agricultores vai além da possibilidade de que estes possam contribuir com informações ecológicas ou agrônomicas e reside primordialmente no fato de que, por meio da possibilidade de manifestar seu saber, entrarão em pauta questões sócio-culturais a ele inerentes, como a intrínseca relação entre a terra, o trabalho e a família. Deste modo, a gestão das águas não passaria alheia aos valores destes grupos sociais e as propostas conservacionistas não seriam elaboradas sem que os mesmos estivessem implícitos em seus objetivos. Só assim, a objetivação do objeto “relação ambiental dos agricultores” poderia ser feita a partir da consideração de critérios que contemplassem as especificidades do modo de vida dos agricultores familiares e as relações de poder poderiam ser modificadas.

Devemos considerar, porém, que o fórum participativo “Comitê de Bacia” não parece apresentar as condições necessárias a essa legitimação. Em outras palavras, a estrutura de decisão prevista na gestão das águas pela Lei 9.433/97, por meio de um único fórum, apresenta carências para as possibilidades igualitárias de decisão. Haja vista que, não só agricultores, mas também entre os membros do Comitê com formação universitária, houve quem questionasse a possibilidade de que um assunto estudado previamente por um grupo técnico pudesse ser discutido por outros, embora também técnicos, que não tivessem participado daquele grupo. A gestão efetivamente participativa requer, assim, como ressaltaram Guivant & Jacobi (2002), redes para legitimar outras formas de conhecimento.

Nossa discussão aponta, então, para a inadequação dos princípios que regem a Lei 9.433/97 – e que no caso da Bacia do Itajaí são reforçados pelo sistema de diferenciações descrito – em contemplar as especificidades da agricultura familiar. Concernente a isto, Cardoso (2003:26) alertava que as formas de agrupar interesses em torno da gestão das águas podem não estar de acordo com a divisão prevista na referida Lei 9.433/97. Sob essa perspectiva, a existência de implicações da gestão das águas para a diversidade de formas sociais de agricultores familiares demonstra que a categoria “usuário da água” estabelecida segundo os critérios hidrológicos não pode propiciar as condições para a participação plena na Bacia do Itajaí. Da mesma forma, a não consideração da importância das implicações da gestão das águas para a diversidade de formas sociais da agricultura tende a tornar a conservação ambiental – legitimada pelas diretrizes de ação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pelas relações de poder existentes no processo de gestão no âmbito da bacia hidrográfica – mais uma dificuldade para a reprodução sócio-cultural desses grupos.

Ao não se legitimar o saber do agricultor, as áreas de preservação permanente são tomadas como algo que pode ser abstraído do restante do estabelecimento rural; como algo que pode ser regido pelo agricultor de acordo com os critérios definidos na concepção da proposta de conservação. No entanto, essas áreas estão subordinadas aos mesmos princípios e valores que orientam o uso do restante do estabelecimento. A disposição das glebas no interior do estabelecimento rural não é feita de maneira aleatória; elas seguem um ordenamento que obedece ao saber do agricultor e refletem a centralidade da família na organização da produção.

Dessa forma, o fortalecimento, por meio do Comitê do Itajaí, de ações que tendam a tornar ainda mais exíguas as áreas que os agricultores podem utilizar poderá comprometer a sua reprodução sócio-cultural concreta e simbolicamente: a terra intocada não pode converter-se em patrimônio da família. Em condições de pouca terra, a proposição de áreas intocadas no

interior do estabelecimento rural, irá confrontar-se com a liberdade do “colono” – valor segundo o qual o agricultor pode realizar trabalho para e com a família, na sua terra e de acordo com seu saber.

O jogo de verdades segundo o qual aos agricultores fica reservada a “atuação prática”, descarta a possibilidade de discussão no âmbito do Comitê de questões da agricultura que, como a fumicultura, tem conseqüências para o meio físico, mas também para a vida social como o vazio social referido pelos jovens agricultores.

A desconsideração do saber do agricultor (e das informações culturais que lhe são inerentes) leva, por outro lado, ao desperdício de muitas informações locais, referentes ao próprio processo de conservação ambiental, que são conhecidas pelos agricultores. Descarta-se a possibilidade de se envolver adequadamente os diferentes tipos de agricultores familiares e de se reverter processos como os que indicamos no capítulo anterior, referentes à expansão da monocultura de eucalipto em detrimento da vegetação nativa. Descarta-se também a intenção de reverter o processo de êxodo rural, que também tem sido apontado como causador de problemas ambientais nos centros urbanos da Bacia.

Enfim, diante dos jogos de verdade estabelecidos na gestão das águas do Itajaí, as questões sócio-culturais da agricultura tendem a ser consideradas à parte dos problemas ambientais que, por sua vez, dizem respeito apenas à problemática física. Se essas questões forem assim separadas, as dificuldades de reprodução social dos agricultores familiares podem passar despercebidas pelo processo de gestão das águas, e as possibilidades de alteração das relações de poder serão cada vez mais diminuídas. Numa situação extrema, se os agricultores não puderem mais continuar sendo agricultores, as relações de poder já não poderão ser alteradas porque um dos lados da relação terá deixado de existir.

Devemos ressaltar, contudo, que os Grupos de Trabalho Municipais instituídos, a partir do Projeto Piava, representam uma primeira oportunidade para o rompimento das relações de poder estabelecidas, desde que se constituam em instâncias locais legítimas de decisão e elaboração de propostas vinculadas ao Comitê do Itajaí, e não apenas um espaço para repasse das informações necessárias à execução de propostas já definidas, como por exemplo, a recomposição da mata ciliar.

Vale mencionar ainda que, conforme depoimento dos instrutores do Projeto Piava, o Comitê estava buscando parceira com a EPAGRI para atuar na direção daquilo que foi abordado em um dos módulos da série publicada pelo referido Projeto (POLMANN, 2005), que diz respeito à adoção de práticas agroecológicas no estabelecimento rural e à necessidade de que a sociedade dê condições ao agricultor para que proceda a essa transição no seu modo

de produzir. Cumpre-nos destacar que a EPAGRI²⁸⁶, está incentivando a criação de Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs), com vistas a promover a participação interativa das populações locais na gestão do “Projeto Microbacias 2”, que tem como objetivo geral: “contribuir para aumentar a inserção dos agricultores familiares periféricos e em transição no processo de desenvolvimento, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, da melhoria das condições de habitabilidade e de aumento da efetividade das ações, no estado de Santa Catarina”²⁸⁷. A legitimação desse nível local de discussão (ADMs) e sua vinculação ao Comitê de Bacia seria mais uma oportunidade para que os agricultores, inseridos nessas relações de poder façam delas o seu juízo de valor e invistam ou não no seu rompimento.

Assim, em uma perspectiva mais otimista, é possível imaginar um outro cenário no qual os agricultores excluídos parcialmente da participação reajam, mais uma vez, à sua condição marginal ou periférica no Comitê e retomem a problematização sobre sua própria impossibilidade de decidir sobre a gestão da água (e do solo) naqueles aspectos que lhes dizem respeito.

²⁸⁶ Empresa de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina.

²⁸⁷Referimo-nos ao Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRAMP/Projeto Microbacias 2, em execução no período de 2002 a 2008 – uma iniciativa do governo do estado de Santa Catarina que conta com US\$ 107,5 milhões, sendo 59% financiado pelo BIRD e 41% de contrapartida do estado de Santa Catarina. Os executores desse projeto são: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Coordenação), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Icepa) e Fundação do Meio Ambiente (Fatma) – conforme consta em www.microbacias.sc.gov.br, acessado em julho/2006.

Considerações finais

O tema da participação na gestão de recursos hídricos já tem sido bastante discutido ao longo da (curta) história de implantação da Lei 9.433/97. A preocupação de diversos autores a esse respeito coincide com aquela referente à participação da sociedade civil nas diferentes maneiras de interação população-Estado, surgidas sobretudo depois da Ditadura Militar, especialmente nos chamados “conselhos gestores”.

Em nosso trabalho interessava-nos investigar a participação dos agricultores familiares, em suas diversas formas sociais, no processo de gestão das águas preconizado pela Lei 9.433/97. Do nosso ponto de vista, essa participação diz respeito às suas possibilidades de efetivamente decidirem a respeito das medidas determinadas ao longo do processo de gestão das águas que lhes dizem respeito.

A literatura que trata da relação entre agricultura e gestão das águas, em geral, a tem abordado a partir do enquadramento das atividades agrícolas entre os usos da água. Esse entendimento leva à caracterização dos agricultores como “usuários da água” desde que as atividades produtivas que desempenham sejam consideradas, no âmbito do Comitê de Bacia em cuja área de atuação se inserem, como “usos significativos da água”.

No entanto, informações preliminares à pesquisa, sobretudo a respeito da implantação do processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí, nos indicavam que, no caso da agricultura familiar, as interfaces com a gestão das águas transcendiam aos usos significativos da água eventualmente praticados. A agricultura familiar seria alvo de projetos conservacionistas justificados pela articulação da gestão de recursos hídricos com a de uso do solo e com a gestão ambiental – diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos –, com importantes implicações sobre o modo de vida dos agricultores familiares. A literatura consultada sobre gestão de recursos hídricos não apontava, no entanto, para a importância da participação também dos agricultores familiares que não faziam uso significativo da água em seus estabelecimentos nos processos decisórios participativos preconizados pela Lei 9.433/97.

Dessa forma, a pergunta que passou a nortear nossa investigação foi: como se concretizam na Bacia do Itajaí, os alcances e os limites do sistema de participação estabelecido na gestão das águas preconizada pela Lei 9.433/97 quando se trata da articulação da gestão das águas com a de uso do solo e com a gestão ambiental no espaço rural? Qual o lugar e o papel dos agricultores na gestão das águas?

Para responder à nossa pergunta decidimos investigar como ocorriam as possibilidades de participação dos agricultores familiares, em suas diversas formas sociais, no processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí, desde o surgimento do Comitê de Bacia, em 1996, até meados de 2005. Por outro lado, fazia-se necessário também por à prova nossa hipótese de que a gestão das águas trazia implicações sobre o modo de vida dos agricultores familiares em suas diversas formas sociais – o que justificaria nossa preocupação maior com respeito às suas possibilidades de participação nas decisões que fossem tomadas no âmbito da gestão de recursos hídricos.

A respeito das implicações da gestão das águas para a agricultura familiar em suas diferentes formas sociais, comprovamos nossa primeira **hipótese parcial**: a partir das representações sociais dos agricultores familiares sobre o uso dos “recursos naturais” – em especial as áreas de florestas e as áreas de preservação permanente, sobretudo aquelas de vegetação ciliar –, freqüentemente alvo de programas conservacionistas, verificamos que estes “recursos” estão inseridos no todo do estabelecimento produtivo. Verificamos que independente de sua fonte de renda principal e da ocorrência da pluriatividade entre as famílias de agricultores, as categorias nucleantes do discurso camponês ressaltadas por Woortmann (1990) – terra, trabalho, família – estavam fortemente presentes e inter-relacionadas nas representações sociais dos agricultores entrevistados acerca do uso e significado da terra.

Deste modo, as áreas de preservação permanente são regidas pelos mesmos princípios e valores que as demais áreas do estabelecimento. A elas os agricultores conferem um significado pragmático: elas devem ser “produtivas”. No entanto, essa razão pragmática é complementada por um forte significado “simbólico”: elas devem “produzir para a família”. Sobretudo diante da exígua quantidade de terras – especialmente de terras planas – mesmo os agricultores que se mostraram mais motivados a adotar técnicas de produção mais parcimoniosas, não concebiam estas áreas sem atribuir-lhes uma utilidade.

Propor, portanto, alterações nesses espaços significa propor alterações em significados construídos cultural e historicamente. Afinal, para estes agricultores familiares, estas áreas fazem parte do patrimônio da família, que em sua história de “colonos” veio para o Brasil para ser “dona” da terra e, a partir do “trabalho árduo” nessa terra, produzir alimentos para o consumo e para gerar uma fonte de renda. Por outro lado, em virtude da pequena quantidade de terra, os agricultores podem sofrer limitações econômicas concretas se o uso destas áreas for ainda mais restringido.

Verificamos ainda que existem muitas famílias em que os filhos já não querem mais ser agricultores, negando a tradição. Esse fato, ao contrário do que se poderia pensar, não imprime um uso menos intenso à terra. Permite, contudo, uma relativa desvinculação entre as categorias nucleantes da campesinidade: o uso da terra precisa ser pensado de forma mais desarticulada da mão-de-obra da família, porque a mão-de-obra dos filhos só pode ser aproveitada esporadicamente (férias, finais de semana), quando estão dispensados das suas atividades econômicas principais. A cultura do eucalipto surge para esses agricultores como uma alternativa capaz de aproveitar essa mão-de-obra esporádica e impedir que a mata nativa se regenere, impedindo o uso futuro da terra, além de representar uma importante fonte de renda da terra em condições de pouca mão-de-obra. Daí decorre a presença de maior área de floresta de eucalipto ocupando as áreas que poderiam ser recobertas pela vegetação nativa entre as famílias pluriativas e aquelas em que os filhos não desejam para si a condição dos pais – de “colonos”.

Quanto às possibilidades de participação previstas na Lei Federal 9.433/97, constatamos que ela encontra importantes limitações quando entra em pauta a articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e com a de uso do solo. Com o auxílio da literatura pertinente, verificamos que essas limitações têm como base a legitimidade conferida, *a priori*, ao saber técnico-científico ao longo do processo de gestão a partir do próprio texto da Lei mencionada, desde a adoção de critérios técnicos hidrológicos para estabelecer a composição dos fóruns participativos (através do princípio do usuário-pagador e do princípio do poluidor-pagador) até a importância conferida aos grupos técnicos (especialmente as agências de água) para a elaboração das propostas a serem deliberadas nesses fóruns.

Ao não mencionar especificamente a agricultura, a Lei Federal implicitamente restringe a possibilidade de participação nos fóruns participativos àqueles agricultores que efetuem “usos significativos da água” em seus estabelecimentos, os quais estariam sujeitos à outorga e/ou cobrança. A incapacidade técnica de mensurar a poluição agrícola não pontual impede o enquadramento dos agricultores no princípio do poluidor-pagador, o que, se por um lado os isenta da outorga e/ou cobrança, por outro, limita suas possibilidades de participar das decisões.

No entanto, a legislação federal não reprime a legitimação de outros tipos de saberes nos âmbitos locais de gestão, que são as bacias hidrográficas. Nossa investigação a respeito do processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí teve a intenção de verificar como essas possibilidades de participação seriam acrescidas ou diminuídas em função das relações de poder

locais. A esse respeito, verificamos que a legitimidade conferida ao saber técnico-científico no âmbito da Bacia Hidrográfica, fundamentada na legislação federal, é ainda mais reforçada.

Ao partirmos para a compreensão das possibilidades de participação dos agricultores familiares na gestão das águas na Bacia do Itajaí nos valíamos de duas informações importantes apreendidas da análise do texto da Lei 9.433/97: **a)** a participação dos agricultores familiares nos fóruns deliberativos seria restrita aos usos significativos da água em seus estabelecimentos ; **b)** caberia a grupos técnico-científicos a elaboração das propostas a serem deliberadas no Comitê de Bacia.

Cumpriu-nos verificar se essa tendência se concretizava na Bacia do Itajaí e o que ela representaria para as possibilidades de participação efetiva dos agricultores familiares. Para tanto foi necessário nos apoiarmos em um referencial teórico que possibilitasse a análise de como foram construídas essas possibilidades de participação e como foram legitimadas. Recorremos, portanto, a alguns dos últimos trabalhos de Foucault, a partir dos quais nos dedicamos à análise das relações de poder nas quais estariam envolvidos os agricultores familiares no processo de gestão das águas e a partir das quais se daria a constituição da maneira de agir consigo mesmos e com os outros nesse processo, delimitando assim, suas possibilidades de ação e decisão.

Dessa forma, através da análise de documentos (atas das Assembléias Gerais do Comitê, atas e relatórios das reuniões da Diretoria e da Secretaria Executiva, e textos relativos a programas encampados pelo Comitê), da observação direta em eventos promovidos pelo Comitê de Bacia, bem como por meio de entrevistas com seus membros, levantamos dados para proceder à nossa análise.

Os dados encontrados permitem-nos concluir que se repete na Bacia do Itajaí a legitimidade conferida ao saber técnico. Nossa análise “local” permite identificar que essa legitimidade representa a base das relações de poder que delimitam diferentes possibilidades de participação aos diversos atores envolvidos na gestão das águas.

No que se refere aos agricultores familiares, constatamos que os critérios técnico-hidrológicos, legitimados por sua base científica e amparados na legislação federal, operam uma divisão entre eles: surgem os “usuários da água” e os “não-usuários da água”. Apenas aos primeiros cabe legitimamente disputar um assento no fórum deliberativo. Embora ainda existam como membros do Comitê agricultores que não representam efetivamente “usuários significativos da água”, a tendência é de que isso não mais aconteça com a implantação da outorga dos direitos de uso da água, a partir da qual apenas usuários outorgados poderão concorrer a um assento no fórum deliberativo. Importa ressaltar que os agricultores aceitaram

essa condição – de que para poder participar do Comitê deveriam ser caracterizados como “usuários da água” –, de modo que os agricultores-membros do Comitê tratavam de justificar a ocupação de seu assento em função do uso da água nos estabelecimentos produtivos das pessoas que representavam, mesmo quando efetivamente nesses estabelecimentos o uso da água seria considerado não significativo e, portanto, prescindiria da outorga.

Por outro lado, verificamos que nas representações sociais dos agricultores-membros sobre o processo de gestão das águas, sobressaiu-se a preocupação com as implicações da gestão das águas a partir de sua articulação com a gestão ambiental. Ou seja, preocupavam-se com a grande ênfase dada nos programas encampados pelo Comitê à recuperação das áreas de preservação permanente, especialmente às margens dos cursos d’água. Essas são implicações da gestão das águas, como vimos, que não se limitam aos “usuários significativos da água”, mas se estendem a todas as formas sociais de agricultura familiar. Por essa razão, entendemos que a divisão dos agricultores em “usuários” e “não usuários” fragiliza-os politicamente, faz com que os seus interesses mais amplos que provém da sua condição de “agricultores familiares” recebam menos atenção do que aqueles advindos da necessidade de outorga e da possibilidade de cobrança pelo uso da água – como se as implicações da gestão das águas sobre a agricultura familiar se restringissem a estes instrumentos. Em outras palavras, as possibilidades de discussão sobre a agricultura familiar no processo de gestão das águas passam, legitimamente, a dizer respeito apenas a estes dois aspectos da gestão – a outorga e a cobrança.

Temos, assim, constatada uma importante fragilidade do sistema de participação previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos: as medidas conservacionistas dizem respeito a todos, mas as possibilidades de decisão nos fóruns deliberativos, apenas a alguns.

Porém, nossa análise permite destacar ainda outra restrição importante que, da mesma forma, tem sua origem na legitimidade conferida ao saber técnico no texto da Lei Federal e reforçada no âmbito da bacia hidrográfica. Mesmo os agricultores familiares com assento no Comitê não eram considerados aptos a participar da elaboração das propostas que eram levadas à discussão no Comitê devido a sua falta de formação técnico-científica – confirmamos assim nossa **segunda hipótese parcial**. Da mesma maneira como aceitaram a sua categorização como “usuários da água”, os agricultores-membros incorporaram que o seu papel no processo de gestão das águas é atuar praticamente, disseminando e implantando as tarefas determinadas pelos grupos técnicos. Ou seja, o saber do agricultor não é considerado importante para a construção de propostas de conservação ambiental.

Entendemos que este fato tem duas conseqüências importantes: **a)** os agricultores, ao aceitarem que seu conhecimento não é válido para a gestão das águas, diminuem as possibilidades de romper com as relações de poder estabelecidas porque, conforme vimos, foi com a constituição de jogos de verdade – em que a relação dos agricultores com o meio físico foi tomada a partir de uma perspectiva técnica-científica, e em que os técnicos se constituíram como sujeitos legítimos para abordar essa relação – que foram delimitadas as possibilidades de participação dos agricultores familiares no processo de gestão das águas; **b)** derivada da primeira, ao não se possibilitar o acesso dos agricultores à elaboração das propostas, os aspectos sócio-culturais inerentes ao seu saber não estarão presentes para formar a pauta de discussões, de modo que as implicações sócio-culturais da gestão das águas dificilmente farão parte de programas encampados pelo Comitê – serão então consideradas aspectos “sociais” à parte da gestão das águas, que é “ambiental”?

O reconhecimento do saber do agricultor no processo de gestão das águas, significaria permitir a luta mais igualitária no momento do estabelecimento das verdades em torno das propostas de conservação das águas, com a entrada de conteúdos que formam a tradição do “colono” – diminuindo a importância do conhecimento técnico-científico nas propostas elaboradas. Assim como o cidadão capacitado tecnicamente ao usar seu saber reproduz sua condição social, negar o saber do agricultor, significa negar sua condição social, que não pode ser apreendida apenas tecnicamente.

Confirmamos, assim, nossa **hipótese central**: aos agricultores cabe executar as ações elaboradas por aqueles que detém o saber técnico científico como condição legitimadora. Desse modo, a respeito dos limites e das possibilidades do sistema de participação previsto na Lei 9.433/7, quando entra em pauta a articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e com a de uso do solo, devemos fazer as seguintes considerações:

- 1) Apenas parte dos agricultores familiares pode participar legitimamente do fórum deliberativo;
- 2) Mesmo aqueles que podem participar do fórum deliberativo (Comitê de Bacia) não podem participar da elaboração das propostas;
- 3) Como as condições de participação nas Assembléias, em geral, não permitem alterações nem discussões profundas nas propostas apresentadas pelos grupos técnicos, a participação dos agricultores tende a ser ainda mais limitada, de modo que a classificamos como “parcial” (PATEMAN, 1992:97). Ou seja, a prerrogativa da decisão cabe apenas a um dos lados em negociação, neste caso, aos técnicos

Finalmente, devemos deixar claro que procuramos apenas mostrar *como* o poder é exercido. Na gestão das águas na Bacia do Itajaí, o exercício do poder pautado no saber técnico não decorre de más intenções. Ao contrário, decorre da nobre intenção de conservar o ambiente. “O poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos” (FOUCAULT, 2004b:284). Dessa forma, apenas aos que estão inseridos na trama desse poder cabe fazer juízo de valor a respeito das relações estabelecidas e de seus efeitos, e lutar para modificá-los (ou não).

Por outro lado, propor uma gestão participativa não deveria pressupor eficiência técnica na resolução dos problemas ambientais, porque desde que se pressuponha a participação efetiva, são os atores em relação que deverão decidir pela necessidade de adotar ou não determinadas medidas.

Além disso, quando se pressupõe a participação baseada na supremacia do saber técnico-científico com vistas a conseguir a efetividade de ações, esta também não seria garantida, porque sendo o problema ambiental construído a partir de *uma* perspectiva, a do saber técnico-científico – que, apesar de fortemente enraizada em nossa sociedade, não é a única possível – , efetivamente se descartam outras perspectivas que poderiam contribuir na busca de soluções – como aquelas que provêm do conhecimento tradicional de milhares de agricultores.

Dessa forma, entendemos que as soluções para os problemas ambientais não passam pela determinação de medidas de restrição de uso da terra num âmbito em que caiba aos técnicos desenhar a solução e aos agricultores, executá-las, mas sim pela construção conjunta num âmbito de negociação paritária, sem hierarquia de saberes, em que técnicos e agricultores possam somar conhecimentos.

Referências

- ABREU, A.H. Aspectos legais e econômicos da proteção e da recuperação de matas ciliares. In: FRANK, B. BUTZKE, I. C. & ZIMMERMANN, C. E. **Programa de Recuperação da Mata Ciliar** – Capacitação de Grupos de Trabalho municipais. Blumenau: COMITÊ DO ITAJAÍ, 2001. p. 17-19 (mimeo).
- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Fortaleza – CE, jun. 1998 (mimeo).
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; MELLO, M.A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri: Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 122p.
- ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004. 94p.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.1, n. 1, p.66-82, jun. 1986.
- ALVES, A.F. **O caráter multifuncional da agricultura**: um estudo de caso no município de Rio do Sul – Alto vale do Itajaí/SC. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- BÄTZING, W. 1993. Nachhaltige Naturnutzung im Alpenraum. In: FRANZ, H (Hrsg.). **Die Gefährdung und der Schutz der Alpen**. Wien: Kommission für Humanökologie der Österreichischen Akademie der Wissenschaften (v.5). S. 17-53.
- BÄTZING, W. 1988. **Ökologische Labilität und Stabilität der alpinen Kulturlandschaft**. Fachbeitrag Schweiz. MAB-Information n° 27. Bern (Suíça): Geographisches Institut.
- BENNETT, J. W. **Of time and enterprise**. North american family farm management in a context of resource marginality. Canada: Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1982. p.3-27.
- BOHN, N. Módulo IV – Aspectos legais da proteção e da recuperação de matas ciliares. In: SANTOS, D. S.; GHODDOSI, S. M.; IBBOTSON, D. P.; FRANK, B. (orgs.). **Recuperação de ambientes ciliares da bacia do Itajaí**: orientações para os grupos de trabalho municipal. Blumenau: IPA/FURB, 2005. p.30-35. (Série Projeto Piava n° 4)
- BOHN, N. **Análise interpretativa da Lei nº 9.433/97 a partir do contexto significativo do direito ambiental**. 2003. 424f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BOHN, N. (coord.) **Comitê do Itajaí**: instrumentos normativos da gestão de recursos hídricos. Blumenau: FURB, 1999. 63p.
- BONOMINI, P.L. **Pequena história de Botuverá**. Brusque: Mercúrio, 1976.

BOURDIEU, P. 1962. Celibat et Condition Paysanne. **Études Rurales**, 5-6:31-71.

BORCHARDT, I. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: SDS/Instituto Cepa/SC, 2003. 215p.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. In: SANTA CATARINA. **Leis, decretos, etc. Legislação sobre recursos hídricos**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 1998. Tubarão: Ed. Universitária da UNISUL, 1998. 96 p., p 10-29.

BUTZKE, I. C. **Mata ciliar = proteção da água: campanha de cidadania pela água no Vale do Itajaí**. Blumenau: FURB/IPA, 2000. 39p.

BUTZKE, I. C. **Campanha de cidadania pela água no Vale do Itajaí**. Blumenau: FURB/IPA, (s/d). 22p.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura do Estado, 1968. 430p.

CABRAL, O. R. **Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império**. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1958. 327 p.

CARDOSO, M. L. de M. **A democracia das águas na sua prática: o caso dos comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais**. 2003. 227f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, 228p.

CARNEIRO, M.J. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C; SANTOS, R. & COSTA, L.F.C. **Mundo Rural e Política**. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.95-117.

CAUBET, C. G. **A água, a lei, a política... E o meio ambiente?** Curitiba: Juruá, 2004. 306p.

CAZELLA, A. A. A multifuncionalidade agrícola numa zona rural desfavorecida. In: CARNEIRO, M. J. & MALUF, R. S. (orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p.28-43.

COMITE DO ITAJAÍ, disponível em www.comiteitajaí.org.br, acessado em 18/06/2004.

COMITÊ DO ITAJAÍ. **Programa de recuperação da mata ciliar**. Relatório do Seminário de Ituporanga. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2000. 19p. (mimeo)

COMITÊ DO ITAJAÍ. **Programa de recuperação da mata ciliar**. Proponente: Comitê do Itajaí. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2000a. 29 p. (mimeo)

COMITÊ DO ITAJAÍ. **Regimento do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí**. Aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e homologado pelo Governador através do Decreto Nº 3426 publicado no Diário Oficial em 4/12/98 e alterações aprovadas e homologadas através dos Decretos Nº 2935 em 11/09/01, Nº 5791 em 11/10/02 e pela Deliberação Nº 17 do Comitê do Itajaí em 10/12/03.

COMITÊ DO ITAJAÍ. **Campanha de cidadania pela água no Vale do Itajaí**. Blumenau: Ed. Guarim Liberato Jr (SC 01142 JP), (s/d). 32p.

CORDERO, A. & BUTZKE, I. C. Cota-enchente para a cidade de Blumenau. **Revista Dynamis**, Blumenau, v.3, n.12, p. 27-32, jul./set. 1995.

COSTA, S. Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 43, p.3-25, 1º semestre de 1997.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p.

DINO, K. J. **Cultura política local como dimensão da sustentabilidade na gestão de recursos hídricos**: o caso do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu. 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

ECKERT, N. A. **Estratégia de desenvolvimento rural**: o caso da fumicultura como agente de desenvolvimento rural de pequenas unidades agrícolas em Botuverá, SC – Brasil. 1985. 355f. Dissertatio ad Doctoratum in Facultate Scientiarum Socialium – Facoltà di Scienze Sociali, Pontificae Universitas Gregoriana, Roma.

FAY, B. **Contemporary Philosophy of Social Science**. A multicultural approach. London: Blackwell, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 19ª ed. São Paulo: Graal, 2004. 295p.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Foucault**. In: MOTTA, M. B. (org.) **Michel Foucault: Ética, sexualidade e política**. Ditos & Escritos. Vol V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 234-239.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. (org.) **Michel Foucault: Ética, sexualidade e política**. Ditos & Escritos. Vol V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 264-287.

FRANK, B. Módulo I – Projeto Piava. In: SANTOS, D. S.; GHODDOSI, S. M.; IBBOTSON, D. P.; FRANK, B. (orgs.). **Recuperação de ambientes ciliares da bacia do Itajaí**:

orientações para os grupos de trabalho municipal. Blumenau: IPA/FURB, 2005a. p.1-18. (Série Projeto Piava nº 4)

FRANK, B. Módulo I I – Atribuições dos Grupos de Trabalho Municipal. In: SANTOS, D. S.; GHODDOSI, S. M.; IBBOTSON, D. P.; FRANK, B. (orgs.). **Recuperação de ambientes ciliares da bacia do Itajaí**: orientações para os grupos de trabalho municipal. Blumenau: IPA/FURB, 2005b. p.19-24. (Série Projeto Piava nº 4)

FRANK, B. Módulo I I I – Gestão de Recursos Hídricos. In: SANTOS, D. S.; GHODDOSI, S.M.; IBBOTSON, D. P.; FRANK, B. (orgs.). **Recuperação de ambientes ciliares da bacia do Itajaí**: orientações para os grupos de trabalho municipal. Blumenau: IPA/FURB, 2005c. p.25-29. (Série Projeto Piava nº 4)

FRANK, B. (org.) **Concepção do Projeto e das suas atividades**. (Série Projeto Piava nº 3). 2005d. 54p.

FRANK, B. Uma história das enchentes e seus ensinamentos. In: FRANK, B. & PINHEIRO, A. (orgs.) **Enchentes na bacia do Itajaí**: 20 anos de experiência. Blumenau: Edifurb, 2003. p.15-57.

FRANK, B. Aspectos institucionais do programa de recuperação da mata ciliar. In: FRANK, B.; BUTZKE, I. C. & ZIMMERMANN C. E. (orgs.) **Programa de recuperação da mata ciliar** – capacitação de grupos de trabalho. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2001. p. 1-16.

FRANK, B. **Uma abordagem para o gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica do rio Itajaí, com ênfase no problema das enchentes**. 1995. 326f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FRANK, B. O PLADE das obras e o PLADE necessário. **Revista Dynamis**, Blumenau, v.2, n.8, p. 11-36, jul/set. 1994.

FRANK, B. & BOHN, N. A formalização da gestão das cheias no âmbito da Bacia do Rio Itajaí. In: FRANK, B. & PINHEIRO, A. (orgs.) **Enchentes na bacia do Itajaí**: 20 anos de experiência. Blumenau: Edifurb: 2003. p.223-237.

FRANK, B. & PINHEIRO, A. (orgs.). **Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiência**. Blumenau: Edifurb, 2003. 237p.

FRANK, B.; BUTZKE, I. C. & ZIMMERMANN C. E. (orgs.) **Programa de recuperação da mata ciliar**: capacitação de grupos de trabalho. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2001. 97p.

FRANK, B. & SCHULT, S. M. Planejamento e gestão do roteiro de trabalho municipal. . In: FRANK, B., BUTZKE, I. C. & ZIMMERMANN C. E. (orgs.) **Programa de recuperação da mata ciliar**: capacitação de grupos de trabalho. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2001. p. 93-97.

FRANK, B. & VIBRANS, A. Uma visão integrada da bacia hidrográfica. In: FRANK, B. & PINHEIRO, A. (orgs.) **Enchentes na Bacia do Itajaí**: 20 anos de experiência. Blumenau: Edifurb, 2003. p.191-222.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GOHN, M.G. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. 120p.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.67-80

GOULART, M. C. R. K. **A imigração polonesa nas Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro: uma contribuição ao estudo da imigração polonesa no Brasil meridional**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1984. 85p.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito de Águas: disciplina jurídica das águas doces**. São Paulo: Atlas S.A., 2001. 245p.

GROSSELLI, R. M. **Vencer ou Morrer**. Camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. 585p.

GUIVANT, J. S. & JACOBI, P. Da hidro-técnica à hidro-política: novos rumos para a regulação e gestão dos riscos ambientais no Brasil. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 43, jun. 2003.

HAYGERT, M. L. & DICKIE, M. A. Produzindo Vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, B. W. & PAULILO, M. I. S. **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p.109-132.

HERING, M. L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987. 334p.

IBGE, 2004a. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Tabela 11.(Dados obtidos com auxílio de funcionário da biblioteca do IBGE em Florianópolis/SC, em consulta pessoal realizada em maio de 2004).

IBGE, 2004b. **Censo Demográfico 2000**. (Dados obtidos com auxílio de funcionário da biblioteca do IBGE em Florianópolis/SC, em consulta pessoal realizada em maio de 2004).

IBGE, 2004c. **Censo Agropecuário 1995-1996**, disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 19.07.04.

IBGE, 2004d. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 306**, (fonte:Censo Agropecuário 1995-1996), disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 21.07.04.

IBGE, 2004e. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 1612** (fonte: Produção Agrícola Municipal 2002), disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 22.07.04.

IBGE, 2004f. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 1613** (fonte: Produção Agrícola Municipal 2002), disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 26.07.04.

IBGE, 2004g. **Cadastro Central de Empresas 2001**. (Dados obtidos com auxílio de funcionário da biblioteca do IBGE em Florianópolis/SC, em consulta pessoal realizada em maio de 2004).

IBGE, 2004h. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabelas 309 e 318** (fonte: Censo Agropecuário, 1996), disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 27.07.2004.

IBGE, 2004i. **BOTUVERÁ**, disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php.

JACOBI, P.R. **Comitês de bacias hidrográficas** – dimensão político social. 16p. Disponível em www.agds.org.br/midia, acessado em 16.05.2005.

LIBERATO JÚNIOR, G. **O caminho das águas: das sociedades de vala ao comitê de bacia** – um estudo sobre os modos de apropriação da água no meio rural do Vale do Itajaí. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LINDNER, N. & FRANK, B. (org.) **Do rio que você suja vem a água que você bebe**. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2005. 71 p.

LOCATELLI, N. D. **Uma contribuição a gestão de recursos hídricos na bacia do Itajaí: avaliação da qualidade das águas**. Blumenau: 2003. 72 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Curso de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

MACHADO, C. J. S. & CARDOSO, M. L. O paradoxo da democracia das águas. **Revista Informativa da Associação Brasileira de Recursos Hídricos**. n. 2, p.5-6. jul. 2000.

MAÇANEIRO, L. C. **O uso da água na rizicultura na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí: estudo de caso no Médio Vale**. 2003, 113f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Curso de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

MATTEI, L. F. O comportamento do emprego rural catarinense no final do século XX. In: CONGRESSO DA SOBER, 39. 2001 Recife. **Anais...** 2001.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. 1999. 211f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARTINI, L. C. P. & LANNA, A. E. Medidas compensatórias aplicáveis à questão da poluição hídrica de origem agrícola. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. v.8, n.1, p.111-136, jan./mar. 2003.

MEDAUAR, O. **A processualidade no direito administrativo**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1993. p. 95.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI, P. **Textos em representações sociais**. 1994. p.89-110

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Recursos Hídricos. Termos de Referência para elaboração dos planos de recursos hídricos (documento básico). Brasília, 2000. 42p.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 161p.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p.229-252, jan./abr. 2004.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 182p.

PIAZZA, W. **A colonização de Santa Catarina**. 2ª ed., revista e ampliada. Florianópolis: Lunardelli, 1988. 376p.

PIAZZA, W. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983. 750p.

PINHEIRO, A. & LOCATELLI, N. D. Avaliação da qualidade das águas dos mananciais da bacia do Itajaí. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, XV. 2003 Curitiba. **Anais do XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**. Porto Alegre: ABRH, 2003. v.1. p.1-13.

POLMANN, R. Módulo VII – Práticas sustentáveis de uso do solo. In: SANTOS, D. S.; GHODDOSI, S. M.; IBBOTSON, D. P.; FRANK, B. (orgs.). **Recuperação de ambientes ciliares da bacia do Itajaí**: orientações para os grupos de trabalho municipal. 2005. p. 85-92 (Série Projeto Piava nº 4).

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 242p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico – Vale do Itajaí**. Florianópolis, 1999. 170p.

SANTOS, D. S.; GHODDOSI, S. M.; IBBOTSON, D. P.; FRANK, B. (orgs.). **Recuperação de ambientes ciliares da bacia do Itajaí**: orientações para os grupos de trabalho municipal. Blumenau: IPA/FURB. 2005, 92p. (Série Projeto Piava no 4).

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 384p.

SANTOS, R. I. C. **A colonização italiana no Vale do Itajaí-mirim.** Florianópolis: Edeme, 1981. 108p.

SANTOS, S. C. **Índios e brancos no Sul do Brasil.** A dramática experiência dos Xokleng. 1ª ed. Florianópolis: Edeme, 1973.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Gestão Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. **Gestão Participativa das Águas.** São Paulo: SMA/CPLEA, 2004. 96p.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 18, n. 51, p.99-121, fev. 2003a.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.254p.

SELL, C. E. Democracia participativa ou democracia social. In: BOEIRA, S.L. (org.). **Democracia & Políticas Públicas – diversidade temática dos estudos contemporâneos.** Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005. p.15-49.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico/91.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.31-63.

_____. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional.** Rio de Janeiro, n.52, p.1-27, 1985.

_____. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista.** São Paulo, vol. 29, p.73-96, 1984.

_____. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico.** Porto Alegre: Editora Movimento, 1974. 159 p.

SILVA, J. B. & RAMALHO, D. de S. Ambigüidades e perspectivas da política governamental de recursos hídricos do Brasil: o papel das agências multilaterais. **Teoria e Pesquisa.** n. 44 e 45. p.169-206, jan./jul. 2004.

TACHINI, M. Monitoramento Hidrológico. In: FRANK, B. & PINHEIRO, A. (orgs.) **Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiência.** Blumenau: Edifurb, 2003. p.77-91.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos feministas.** v. 12, n.1, p.253-267, jan./abr. 2004.

ULLER-GOMÉZ, C. **Relações rural-urbano: encaminhamento de soluções à questão da erosão do solo.** 2001. 85f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VALENCIO, N. F. L. S. & MARTINS, R. C. Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande/MS, v. 5, n. 8, p. 55-71, 2004.

VIBRANS, A. C. **A cobertura florestal da Bacia do Rio Itajaí: elementos para uma análise histórica**. 2003. 231f. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VILLELA, S. M. & MATTOS, A. **Hidrologia Aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 245 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.P. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3^a ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. **O trabalho da terra** – a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p.11-73.